

Fig. 1

Fig. 3

Fig. 4

A Bello Horizonte
DE 1899 no jornal
DIARIO DE MINAS

Uma paisagem registrada desde as
corografias setecentistas à imprensa
do final do século XIX.

Débora Veríssimo Costa

PPGCOM UFMG

CIDADE DE MINAS

Fevereiro de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Débora Veríssimo Costa

**A *BELLO HORIZONTE* DE 1899 NO JORNAL DIÁRIO DE MINAS:
uma paisagem registrada desde as corografias setecentistas
à imprensa do final do século XIX**

Belo Horizonte
2022

Débora Veríssimo Costa

A BELLO HORIZONTE DE 1899 NO JORNAL DIARIO DE MINAS:
uma paisagem registrada desde as corografias setecentistas à imprensa do final do século XIX

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutora em Comunicação Social.

Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade.

Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Regina Helena Alves da Silva, UFMG.

Coorientador: Prof^a. Dr^a. Vanessa Veiga de Oliveira, UFMG.

Belo Horizonte

2022

301.16
C837b
2022

Costa, Débora Veríssimo.
A Belo Horizonte de 1899 no Jornal Diário de Minas [manuscrito] : uma paisagem registrada desde as corografias setecentistas à imprensa do final do século XIX / Débora Veríssimo Costa Costa. - 2022.
246 f. : il.
Orientadora: Regina Helena Alves da Silva.
Coorientadora: Vanessa Veiga de Oliveira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Comunicação – Teses. 2. Belo Horizonte Curral del Rei. 2.Belo Horizonte (MG) – História - Teses. 4.Diario de Minas (Jornal) – Teses.. I.Silva, Regina Helena Alves da. II. Oliveira, Vanessa Veiga de. III.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"A Bello Horizonte de 1899 no jornal Diário de Minas: uma paisagem registrada desde as corografias setecentistas à imprensa do final do século XIX"

Débora Veríssimo Costa

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **08 de fevereiro de 2022**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos(as) seguintes professores(as):

Prof^a Dr^a. Regina Helena Alves da Silva - Orientadora
UFMG

Prof^a. Dr^a. Vanessa Veiga de Oliveira - Coorientadora
UFMG

Prof. Dr. Phellipy Pereira Jácome
UFMG

Prof. Dr. Paulo Bernardo Ferreira Vaz
UFMG

Profª Drª. Cláudia Graça da Fonseca

UFMG

Prof. Dr. Rogério Pereira de Arruda

UFVJM

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Veiga de Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 10/02/2022, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Phellipy Pereira Jacome, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2022, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Pereira de Arruda, Usuário Externo**, em 24/02/2022, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Bernardo Ferreira Vaz, Usuário Externo**, em 14/03/2022, às 19:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Graça da Fonseca, Usuário Externo**, em 22/04/2022, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1233781** e o código CRC **5F62504F**.

À minha querida família,
meus eternos incentivadores.

Daniel, Elinalda, Rafaela, e Daniel F.

E definitivamente,
à todos **curralenses**,
belorizontinos, citadinos,
desta Nova Capital chamada
Belo Horizonte.

AGRADECIMENTOS

Devo dizer que fico emocionada quando lembro de todos vocês que de alguma forma participaram decisivamente deste percurso doutoral desde 2017. Registro aqui os meus agradecimentos:

Ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, por serem os primeiros a acreditarem nesta pesquisa e nesta pesquisadora, mas principalmente, pelo profissionalismo humano ao longo de toda a caminhada até aqui.

À Prof^a Regina Helena Alves da Silva, por também acreditar nesta tese desde o início deste percurso investigativo.

À oportunidade de ministrar a oficina, O papel da fachada, a fachada de papel, junto ao Centro Cultural da UFMG, em grande parceria com o Prof. Cadu.

À Prof. Laura Guimarães, pela experiência muito proveitosa em 2017 como monitora na disciplina sobre Escritas urbanas e criação visual, ministrada na UFMG.

Aos queridos alunos – Caio, Gabriel, George, Helen, João, Jonathan, Larissa, Lisaline, Raissa e Víctor – da disciplina de Memória, cidade e consumo: visualidades em Belo Horizonte, ministrada na UFMG em 2018. Grandes interessados e incentivadores desta tese quando esta ainda era apenas um rascunho.

À Prof^a Myriam Tsikounas e ao Prof Dominique Kalifa – *in memoriam* – pela acolhida calorosa e inspiradora junto ao Centro de pesquisa em história do século XIX (CRHXIX) na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Estágio doutoral realizado entre 2019-2020, de extrema importância para a guinada investigativa desta tese.

Aos professores, Rita Lages, Luiz Henrique, Phellipy Jácome e Carlos D'Adréa, por me desafiarem a defender esta tese quando ainda no processo de qualificação entre 2020-2021.

Ao Prof. Bruno Leal, pela delicadeza e profissionalismo decisivos à continuidade deste percurso doutoral.

À Prof^a Vanessa Veiga, pela leveza e sabedoria nas palavras como coorientadora desta tese, serei eternamente grata.

À toda equipe do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), em especial à Christiano Quadros pela elegância de sempre quando das diversas consultas a este adorável acervo histórico da cidade de BH.

Às Dras. Cida Farage, Miriam Maia e Izabella Matos, por me ensinarem a cuidar da alma e do corpo.

Aos meus amigos queridos, por sempre me apoiarem e se mostrarem interessados em uma pesquisa que ainda estava em elaboração.

À minha família, não tenho palavras para definir o quanto admiro vocês. Esta tese é para proporcionar orgulho a cada um: Rafa, Daniel, Nalda, Dani e Iza.

Aos amorosos Fritz, Manolo e Pfeiffer, pela companhia indescritível em momentos de escrita intensa.

E finalmente, à CAPES, pelo financiamento desta pesquisa de doutorado. Muitos dos passos aqui realizados só foram possíveis em razão desta instituição de incentivo à pesquisa.

Quantas vezes não se tem mencionado que Leonardo da Vinci aconselhava os pintores com falta de inspiração diante da natureza a contemplarem com olhos sonhadores as fissuras de uma parede? Não haverá um plano de universo nas linhas que o tempo desenha na velha muralha? Quem já não viu, em algumas linhas que aparecem num teto, o mapa do novo continente? O poeta sabe tudo isso. Mas para expressar à sua maneira o que são esses universos criados pelo acaso nos confins de um desenho e de um devaneio, ele vai habitá-los. Encontra um canto onde permanecer nesse mundo do teto fendido.

Gaston Bachelard, A poética do espaço

RESUMO

A BELLO HORIZONTE DE 1899 NO JORNAL DIARIO DE MINAS: uma paisagem registrada desde as corografias setecentistas à imprensa do final do século XIX

Nesta pesquisa, partindo do entendimento de que no final do século XIX a escolha da localidade ideal para se erguer a cidade de Belo Horizonte assumiria na figura do Curral del Rei justificativas plausíveis para se instalar a Nova Capital mineira, buscamos realizar um estudo aprofundado sobre este episódio histórico tendo como ponto central a paisagem mineira e belorizontina registrada em diversos documentos oficiais oitocentistas. Neste sentido, optamos por retroceder ao início daquele século a partir de três corografias, ou seja, estudos histórico geográficos intitulados: *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*, elaborado por José Joaquim da Rocha em 1778; a *Carta geográfica da Província de Minas Gerais*, concebida por Henrique Gerber em 1863; e o *Tratado de geographia descriptiva especial da Província de Minas Gerais*, de autoria de José Joaquim da Silva em 1878 – todos documentos que, além de cartografar, davam notícias em forma de textos sobre a geografia, a história e a demografia do território mineiro. Participantes ativos deste processo de se registrar a história e a paisagem das Minas Gerais também incluímos em nossa análise os almanaques e as revistas industriais, como a *Revista Industrial de Minas Gerais* e o *Almanak de Minas* – dois exemplares da imprensa informativa industrial mineira daquele final de século. Sendo que especificamente sobre Belo Horizonte, selecionamos a *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC)*, produzidas em 1895, um periódico científico e estatístico voltado para a construção da cidade belorizontina. Neste mesmo sentido, como fonte primária desta pesquisa, caberá ao jornal *Diario de Minas* a possibilidade de investigarmos dois momentos fundantes da Nova Capital: quando da instalação de Belo Horizonte e da inauguração da sua imprensa. Sendo assim, recortando o ano da sua inauguração em 1899, este jornal demonstrou-se um *locus* interessante para analisarmos como um meio de comunicação daquele final de século poderia versar exatamente sobre a geografia, a história, a indústria e o comércio, ou seja, das particularidades de Belo Horizonte enquanto paisagem. Por fim, do entendimento de que existe uma profusão de processos e de práticas sociais em toda cidade, inclusive na *urbs* registrada pela imprensa – intentamos demonstrar os ganhos analíticos e teóricos desta pesquisa aos estudos comunicacionais.

Palavras-chave: Curral del Rei; Belo Horizonte; Paisagem; Diario de Minas; 1899.

ABSTRACT

BELLO HORIZONTE CITY AT THE DIARIO DE MINAS JOURNAL IN 1899: city landscape registered in corographic studies to the press of the 19th century closing

In this research, to understand the election of *Curral del Rei* as the ideal locality to establish in 1897 the New Capital of *Minas Gerais* – *Belo Horizonte* – a further look of this historical episode was possible observing the landscapes and the urban aspects of Minas Gerais and Belo Horizonte, registered in diverse official documents from that century. Therefore, we initiate this investigation at the chorographic studies from the beginning of the 19th century, such as: the *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*, written by José Joaquim da Rocha in 1778; the *Carta geográfica da Província de Minas Gerais*, by Henrique Gerber in 1863; and the *Tratado de geographia descriptiva especial da Província de Minas Gerais*, conceived by José Joaquim da Silva in 1878. All of them, official documents seeking to notify Minas Gerais in its historical, geographical and demographical matters. Included in this process, the industrial magazines and almanacs from the middle of the 19th century, such as the *Revista Industrial de Minas Gerais*, and, the *Almanak de Minas*, also helped us to analyse the purpose of such documents in creating a geographical and historical repertoire of *Minas Gerais*. For its turn, a scientific and statistic magazine from 1895 – the *Revista Geral dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC)* brought us a perspective of a magazine assumedly in charge of writing Belo Horizonte's history, seemingly, an essential subject to the press of that city. Looking the pages of the journal *Diario de Minas*, in the year of 1899, we'll understand an interesting base on this research to comprehend how the press by the end of the 19th century explore subjects such as geography, history, industry, trade, to specify its urban aspects. Finally, judging the press and the city as results of social practices, the methods and analytical results from this research are intended to contribute to the communication studies.

Keywords: *Curral del Rei*; *Belo Horizonte*; Landscape; *Diario de Minas*; 1899.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BH – Belo Horizonte

CCNC – Comissão Construtora da Nova Capital

CCUFMG – Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais

CRHXIX – *Centre de recherche d'histoire du XIX^e siècle*

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

MG – Minas Gerais

MHAB – Museu Histórico Abílio Barreto

PPGCOM UFMG – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – La <i>Città ideale</i> , cidade de Urbino na Itália (cerca de 1480)	39
Figura 2 – Frontispícios da Corografia Brazilica (1817), e, do Almanak Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1844	53
Figura 3 – Frontispício do Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1865	56
Figura 4 – Frontispício da Revista Industrial de Minas Geraes de outubro de 1893	57
Figura 5 – Anúncio ilustrado de fábrica de ladrilhos (1897)	59
Figura 6 – Frontispício e segunda página do Tratado de Geographia descriptiva especial da Província de Minas-Geraes (1878)	60
Figura 7 – Frontispício e segunda página da Revista Geral dos trabalhos da CCNC (1895)	63
Figura 8 – Encarte com a Planta Geral da Cidade Minas na Revista Geral da CCNC	65
Figura 9 – Área determinada para a rede de triangulação geodésica para a edificação da Nova Capital (1895)	65
Figura 10 – Equipamento elaborado para o estudo do solo da Nova Capital	66
Figura 11 – Molduras estilizadas em anúncios da seção publicitária do Diario de Minas	79
Figura 12 – Primeira página do número prospecto do Diario de Minas (1898)	82
Figura 13 – Publicidade do jornal Diario de Minas (1898)	86
Figura 14 – Região denominada Cercadinho nos estudos geodésicos da CCNC	90
Figura 15 – Fábrica do Marzagão, Sabará (1910)	95
Figura 16 – Região do Cardoso no subúrbio de Belo Horizonte (1895)	97
Figura 17 – Planta Geral da Cidade de Minas, Belo Horizonte (1985)	110
Figura 18 – Planta Geral da Cidade de Minas publicada na Revista Geral da CCNC (1985)	111
Figura 19 – Largo da Matriz, Cural del Rei (1894)	113
Figura 20 – Panorama Geral do Arraial, Cural del Rei (1894)	114
Figura 21 – Obras realizadas por Émile Rouéde, Cural del Rei (1894)	115
Figura 22 – Obras realizadas por Honorio Esteves, Cural del Rei (1894)	115
Figura 23 – Cidade de Sabará e Lavras de diamantes em Diamantina (1868)	116
Figura 24 – Representações do Largo da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem (1894-95) ...	118

Figura 25 – O Cruzeiro, Curral del Rei (1894)	119
Figura 26 – Praça do Cruzeiro, Belo Horizonte (1895)	120
Figura 27 – Rua Borba Gato na Planta Cadastral de Belo Horizonte (1895)	121
Figura 28 – Perspectivas panorâmicas do arraial de Belo Horizonte, por Honório Esteves e pela CCNC (1894)	123
Figura 29 – Ponte David Campista, Belo Horizonte (1895)	127
Figura 30 – Plano Geral da Estação Central e dependências, Belo Horizonte (1895)	128
Figura 31 – Estação General Carneiro, Belo Horizonte (1894)	129
Figura 32 – Planta do entroncamento com a E.F. Central (1895)	130
Figura 33 – Ilustração da Estação General Carneiro e da sua planta baixa (1895)	130
Figura 34 – Estação Central “Minas”, Belo Horizonte (1894)	132
Figura 35 – Vistas da Praça da Liberdade, Belo Horizonte (1900 e 1922)	139
Figura 36 – Travessia de pedra na Alameda das Palmeiras da Praça da Liberdade (2021)	139
Figura 37 – Indicação geral das áreas respectivamente destinadas na futura cidade, às zonas urbana, suburbana e aos sítios para pequena lavoura	142
Figura 38 – Ilustração de Chácara a venda, Belo Horizonte (1899)	151
Figura 39 – Companhia Nacional de Seguros de Vida A Educadora, Rio de Janeiro (1899)	152
Figura 40 – CCUFMG, Belo Horizonte (2021)	152
Figura 41 – Geodésia dos escritórios de advocacia e dos procuratórios	155
Figura 42 – Geodésia dos comércios de vestuário e decoração	156
Figura 43 – Geodésia dos comércios de construção	157
Figura 44 – Geodésia dos comércios de hotelaria	158
Figura 45 – Geodésia dos consultórios médicos	159
Figura 46 – Geodésia dos comércios farmacêuticos	160
Figura 47 – Geodésia das instituições de ensino	161
Figura 48 – Geodésia dos comércios de papelaria	162
Figura 49 – Geodésia dos empreendimentos industriais	163
Figura 50 – Geodésia contendo a sobreposição dos comércios	164
Figura 51 – Extensão da geodésia comercial belorizontina, 1899	165
Figura 52 – Charge do Zé Povo e do Prefeito de Belo Horizonte (1910)	173

Figura 53 – Praça 13 de maio na Planta Geral da Cidade de Minas (1895)	178
Figura 54 – Notícia ilustrada sobre o Zé-Pereira, Belo Horizonte (1899)	182
Figura 55 – Romeu Zema, governador de Minas Gerais, no quintal de sua residência (2021)	186
Figura 56 – Belo Horizonte vista da janela (2021)	187

LISTA DE TABELAS

1 - Cálculo em réis dos preços dos gêneros entre 1778 e 2021	93
--	----

GLOSSÁRIO RETROSPECTIVO (1890-1901)

Álacre

Que está muito alegre; que está animado; jovial e vivo.

In: “Abrir parenthesis claros e *álacres* á monotonia r-a-m-rameira” (Diario de Minas, 05/01/1899, ano I, n. 4, p. 1)

Arruído

Clamor confuso e tumultuoso de muitas vozes reunidas; tumulto.

In: “por que trocar a paz deste arraial pelos *arruídos* e bulício incontinente das grandes cidades?!...” (Revista Geral dos trabalhos da CCNC, 04/1895, ano I, n. 1, p. 12)

Boldroca

Engano, trapaça, fraude; fazer passar cartas de cima para baixo do baralho ou vice versa, sem que se perceba.

In: “As mudança de nomes de logares já vão tendo apparencias de mania! Sem que nem para que, de dia em dia ha trocas e *boldrocas* singulares (...) Curral que era d’El rey vae pelos ares” (O PHAROL, 04/11/1890, ano XXIV, n. 271, p. 1)

Bisar

Tornar a dizer ou a fazer; repetir, pedir a repetição.

In: “O salão do ‘forum’ onde está installado o magnifico aparelho encheu de espectadores que *bisaram* diversas exhibições de vistas” (VILLA RICA, 11/08/1901, ano II, n. 28, p. 2)

Bulício

Agitação; inquietação; desassossego; sussurro; murmúrio; motim; revolta. In: “por que trocar a paz deste arraial pelos arruídos e *bulício* incontinente das grandes cidades?!...” (Revista Geral dos trabalhos da CCNC, 04/1895, ano I, n. 1, p. 12)

Consórcio

União, casamento, matrimônio; associação; Grupo de empresas que têm operações comuns.

In: “Realizou-se hontem o *consorcio* (...) sr. Max Henirich Jacob (...) sra. D. Herminia Lopes” (Diario de Minas, 15/11/1898, edição prospecto, p. 2)

Criação

Procriação de animais domésticos e o seu desenvolvimento.

In: “descobrimo um belo sítio com ótimas terras de cultura e magníficos pastos para *criação*, deles se apossou” (Abílio Barreto, História Antiga, 1996, p. 91)

Esgalhar

Abrir, esgalhar, como se faz os galhos de um árvore; ramificação.

In: “Legenda: (...) reservatórios d’agua, casa das maquinas das *esgalhas*” (Estado de Minas Geraes, Planta Geral da Cidade de Minas, 1895, np)

Fanal

Facho, fogo que se acende de noite no cimo das torres, ao longo das praias, à entrada dos portos; Lanterna, farol; guia, norte.

In: “Pois é a imprensa, os olhos do povo sempre fitos sobre os que o governam: não só um *phanal* a esclarecel-a” (Diario de Minas, 20/01/1899, ano I, n. 17, p. 2)

Fazenda

Tecido de linho, algodão, lã, etc.; pano.

In: “a casa PREÇO FIXO, de S. Pinto & Alvarenga, está n’um verdadeiro queima de *fazendas*, armarinho, roupas” (Diario de Minas, 05/01/1899, ano I, n. 4, p. 3)

Folhinha

Folha ou caderno impresso contendo calendário. Calendário em que cada dia ou mês do ano corresponde a uma folha.

In: “Raul Mendes & Comp. nos presentearam com uma bonita *folhinha*” (Diario de Minas, 03/01/1899, ano I, n. 2, p. 1)

Guarda mão

Proteção que cerca uma ponte, varanda, terraço etc., com o propósito de salvaguardar o corpo, evitando uma queda. Atualizada para: guarda corpo.

In: “com o fim de se consertarem a ponte de mãe Domingas (...) a vida do transeunte esta em serio perigo, pois, além do *guarda-mão*, falta uma viga” (O Contemporaneo, 02/10/1892, ano III, n. 134, p. 1)

Macadam

Técnica de revestimento de calçadas elaborada pelo escocês John Loudon MacAdam, aproximadamente, em 1820. Consistia em camadas sucessivas de pedras ligadas por areia e água.

In: “Foram na ultima administração calçados a paralelepipedos dez quilômetros de ruas com a largura média de 10 metros além do calçamento a *mac-adam* de ruas e avenidas. (Diario de Minas, 013/01/1899, ano I, n. 11, p. 2)

Maçame

Lastro de pedras ou argamassa posto no fundo dos poços, cisternas, piscinas etc.

In: “Requerimento. Prefeitura: Christovam Diasdado – pedindo compra dos *maçames* das casas velhas” (Diario de Minas, 08/01/1899, ano I, n. 7, p. 2)

Monjolo

Engenho rústico, movido por água, usado para pilar milho e descascar café.

In: “Segundo um cálculo aproximado, existem na província 300 engenhos de serrar madeira, 4.500 engenhos de açúcar e aguardente, 250 engenhos de socar café e inúmeros moinhos, *monjolos* e enghocas” (Diario de Minas, Henrique Gerber, 2013, p. 114)

Picada

Caminho estreito aberto no mato.

In: “Houve também necessidade de abrir entre diversos vértices, largas *picadas* que tornassem possível as visadas de uns para os outros (Revista Geral dos trabalhos da CCNC, 08/1895, ano I, n. 2, p. 110)

Pontilhão

Pequena ponte; ponte pouco extensa.

In: “o conserto que está autorizado a fazer o sr. Antonio Gularte no *pontilhão* da estrada que d’aqui segue para Bello Horizonte” (O Contemporaneo, 02/11/1890, ano II, n. 57, p. 4)

Prestito

Procissão, cortejo, marcha solene. Desfile de carros alegóricos no carnaval.

In: “o *prestito* formado de cêrca de dez mil pessoas, desfilou pela rua dos Caethés e avenidas Affonso Penna e Liberdade, até o largo deste nome, os quaes estavam festivamente adornados” (Gazeta de Oliveira, 22/12/1897, ano XI, n. 535, p. 2)

SUMÁRIO

PREÂMBULO	23
INTRODUÇÃO	24

Capítulo 1

A PAISAGEM COMO OBJETO COMPLEXO COMUNICACIONAL	36
1.1 A paisagem em teoria e na prática da imprensa mineira (1890-1901)	36
1.1.1 A paisagem em debates: a análise de um objeto heteróclito interdisciplinar	37
1.1.2 A imprensa e um pouco além da paisagem	43

Capítulo 2

ESTUDOS COROGRÁFICOS E A IMPRENSA INDUSTRIOSA E INFORMATIVA DAS MINAS GERAIS: PUBLICAÇÕES OFICIAIS, OFICIOSAS E O JORNAL DIARIO DE MINAS NO FINAL DO SÉCULO XIX	48
2.1 Cartas corográficas e a descrição histórico geográfica de Minas Gerais (1778-1863)	49
2.2 <i>Corografias industriosas</i> da Província mineira (1878-1897): o Almanak de Minas, a Revista Industrial de Minas Gerais e o tratado de José Joaquim da Silva	52
2.3 Uma <i>corografia periódica</i> : a Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital (1895)	62
2.4 O jornal Diario de Minas (1898-1899)	70
2.4.1 Origem e posicionamento do Diario de Minas: Um jornal “apartidário”, porém, republicano	71
2.4.2. Parque gráfico e seções do jornal Diario de Minas (1899)	74
2.4.3. A “empresa” Diario de Minas	77
2.4.4. Através do prospecto: forma e conteúdo adotados pelo Diario de Minas	80

Capítulo 3

O CURRAL DEL REI EM VIAS DE SE OFICIALIZAR A FUTURA CIDADE DE MINAS	88
3.1 Ótimas terras de cultura e a pequena indústria curralense: do quinto do ouro ao vigilante do fisco (1715-1899)	89

3.1.1 Comercializar nas Minas Gerais de 1800: da imensidade de cargas à alta do câmbio ...	91
3.1.2 De 1826 a 1864: da decadência populacional à produção exponencial do algodão curralenses	94
3.1.3 A pequena indústria do ferro no arraial horizontino de 1897: um investimento rendoso ao Estado	96
3.2 Dos caminhos que se dirigiam àquela Belo Horizonte provisória (1890-1899)	98
3.2.1 Uma meia dúzia de pequenas propriedades abrem espaço para os bairros progressivos nos subúrbios da Nova Capital (1895-1899)	102

Capítulo 4

A COMISSÃO CONSTRUTORA NA PROJEÇÃO DE UMA PAISAGEM DIGNA DE MEMÓRIA À NOVA CAPITAL	104
4.1 Naquela caprichosa paisagem: as casas velhas do arraial embarçando os trabalhos da CCNC	105
4.2 Estratégias da Comissão Construtora na promoção e na documentação da Nova Capital	108
4.2.1 Paisagens encomendadas pela CCNC: o Curral del Rei em imagens e textos	112
4.2.1.1 A representação do Curral del Rei nas obras de Émile Rouéde	116
4.2.1.2 O Panorama Geral do Arraial: Honório Esteves e a representação técnica do antigo arraial	121
4.2.2 A documentação da Nova Capital proposta pela CCNC	124
4.2.2.1 Uma ponte e duas estações férreas: os projetos ilustrados na Revista Geral da CCNC	125

Capítulo 5

IMPRESSÕES DE UMA <i>BELLO HORIZONTE</i> DE 1899 NAS PÁGINAS DO JORNAL DIARIO DE MINAS	135
5.1 A construção de Belo Horizonte e a indústria agrícola na imprensa de 1899	135
5.1.1 Uma cidade em construção: noticiando a Belo Horizonte de 1899	136
5.1.2 Incentivos à pequena lavoura: a indústria agrícola na imprensa belorizontina	140
5.2 A paisagem belorizontina nos anúncios do jornal Diario de Minas	146
5.2.1 A possibilidade de uma <i>geodésia comercial</i> : cartografando a paisagem do comércio belorizontino de 1899	153

5.3 Num Curral sem ordem nem método: o credo regenerador do comércio na Nova Capital	166
5.3.1 O Novo Comércio da Nova Capital	168
5.4 Elevando a <i>urbs</i> Belo Horizonte à altura que lhe compete	173
5.4.1 Transferências e instalações, embelezar e entreter: a imprensa e a promoção da Nova Capital	175
5.4.2 Nas crônicas do Diário de Minas: Impressões dos saudosos tempos onde agora brotam ruas e caminhos de ferro	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
Fontes bibliográficas	190
Periódicos (1890/1910)	195
Referências bibliográficas	217
ANEXOS	234

PREÂMBULO

Belzonte, foi assim que pela primeira vez ouvi falar desta cidade quando aqui me estabeleci nos anos 2000. Aliás, isso aconteceu no início do século XXI, o que vem a ser curioso como um comparativo cronológico desta pesquisa que mira no século XIX. Tudo, na realidade, pareceu desencadear o que finalmente virou esta pesquisa: ainda no mestrado entre 2012 e 2014, havia estudado o retrato na capa de revistas, um assunto que a todo instante me oferecia a paisagem como a outra “metade” que faltava investigar. Somente no doutorado, iniciado em 2017, é que decidi pesquisar algo que me envolvesse em vivência ao objeto que analisaria – daí a cidade belorizontina ser o cerne desta pesquisa, porque vivo aqui. De início me atraíam os monumentos – uma igreja, um cinema e uma praça – o que curiosamente agora, olhando para alguns ensinamentos depois desta tese posso até rir um pouco quando penso que o Curral del Rei era também interpretado como uma tríade – uma Igreja, um Cruzeiro e uma rua. Curioso, não? Pois bem, a pesquisa avançou e foi durante o estágio doutoral que fiz na França que me deparei com o meio jornal como uma valiosa fonte investigativa, sendo um maior avanço ainda, descobrir na hemeroteca da Biblioteca Nacional Brasileira o jornal Diário de Minas que, lido pouco a pouco desde 2020, foi o grande marco desta investigação. Foi ele que me fez olhar mais pela janela e ver a cidade. Ainda mais quando de uma mudança surpreendente para o querido bairro Sagrada Família desde agosto de 2021, tenho à vista o que me faltava para finalizar esta tese: a Serra do Curral todo dia dando o ar da graça quando abro a janela. A verdade é que toda vez que avisto ela, fico emocionada – a imagem desta Serra é muito forte, grande, me lembra tudo o que li, transcrevi, escrevi, me mostra a cidade esparramada em suas saias, que a paisagem age na *urbs*. Esta, por sua vez, me anima a cada caminhada. Tudo parece estar interligado na cidade de Belo Horizonte, não sei por que... Saí da rua Dias Adorno, onde morava e agora estou na antiga São José – um bandeirante e uma comarca mineira setecentistas. Na esquina que passei outro dia vi uma placa de rua sinalizando o Café Rio e Minas – um comércio de meados do século XX. São pequenos registros na cidade, dispersos mas bastante conservados como memória, pelo menos na minha. Porque na realidade, foi todo o processo de escrita da tese que me fez ver tudo isso, desde a Serra do Curral até as placas e as ruas da cidade. As memórias em minha mente e nos documentos que li são infinitas, gostaria de fechar este preâmbulo com uma muito curiosa: da vez em que vi um caminhante aqui no bairro pegar sorrateiramente uma fruta do limoeiro do vizinho. O bom entendedor desta tese, vai compreender o que estou falando – só digo isso, estudar esta cidade é apaixonante.

INTRODUÇÃO

Dentre as cidades de Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora, concorria também, em 1890, a cidade de *Bello Horizonte* como uma das cinco localidades cogitadas para se fundar a Nova Capital mineira. Aquela questão, como discute a imprensa em 1893, já havia sido muito “procrastinada” – falavam da mudança da capital que devia ser deslocada de Ouro Preto, cidade “digna de simpatias” mas que não correspondia como o centro de atividade do Estado mineiro devido a sua “péssima colocação”, como diriam os jornais. Sendo assim, devendo a nova localidade reunir as “condições várias” exigidas quanto – a higiene, a topografia, ao clima, as riquezas naturais e a uberdade do solo – ficava o antigo Curral del Rei, hoje Belo Horizonte, como a região em melhores condições para ser edificada a Capital do Estado, não só pela sua “posição geográfica como topográfica”, em outras palavras: pela sua posição excelente, pela salubridade do seu clima e pela fertilidade do seu solo. O Estado não estava em “condições de grandes despesas”, diriam alguns, mas aquela localidade “calculada em 18 quilômetros quadrados”, contendo todas as qualidades indispensáveis à construção de uma nova cidade, prestava-se definitivamente a tal serviço¹. É sabido, assim, que a fundação da Nova Cidade de Minas viria pouco a pouco – decreto a decreto: a 25 de fevereiro de 1890, por exemplo, será expedido aquele de n. 36 que mudava o nome de Curral del Rei para Belo Horizonte – cuja grafia, segundo descreve um contemporâneo daquele final de século, abreviava a cidade em um só nome: *Belorizonte* (LINHARES, 1957, p. 43). Já em 14 de fevereiro de 1894, sendo criada a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) – incumbida da execução de todos os trabalhos e serviços, necessários à fundação da nova cidade, ficaria estabelecido em decreto de n. 608 o prazo de quatro anos para a conclusão dos seus serviços². Neste sentido, adiantando-se em relação ao prazo final estabelecido, o dia 12 de dezembro de 1897 será registrado pela imprensa como aquele em que Belo Horizonte fora inaugurada sob “saudações, vivas e foguetes” – assim como exprime o jornal *A Gazeta de Oliveira*. O evento comemorativo, ou, como chamavam naqueles tempos – o *prestito* – contaria com a presença de “cerca de dez mil pessoas”, dentre as quais, figuras ilustres como o presidente do Estado mineiro, Bias Fortes, o advogado Alfredo Guimarães, nomes da indústria extrativa belorizontina como José Goulart e Campos da Paz, além do Padre Martins Dias fundador do primeiro jornal da cidade, o *Bello Horizonte*. Aliás, a *Imprensa* estaria representada na figura do

¹ As informações aqui disponibilizadas podem ser consultadas nas seguintes matérias do jornal *O Contemporâneo: A Pedidos. Mudança da Capital*, 1890, p. 2; *Mudança da Capital*, 1890, p. 4; *A Capital Mineira*, 1893, p. 1.

² Ver: MINAS GERAIS, *Revista Geral I*, 1895a, p. 10.

jornalista Azevedo Júnior que, assim como será contado nos jornais: ofereceu à Bias Fortes um tinteiro e pena de ouro que viriam a ser usados para a assinatura do decreto de n. 1085, oficializando a instalação da cidade de Belo Horizonte³.

A imprensa, portanto, será uma participante ativa desde as origens da cidade belorizontina, ficando exposto nas palavras do escritor Olavo Bilac, em 1899, certo espanto sobre a sua crônica aparecer em um jornal “escrito, composto, impresso, distribuído e lido⁴” na Belo Horizonte daqueles tempos. Afinal, tratava-se de um período de alavancada dos jornais brasileiros, como acentua Sodré (1966), providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo crucialmente de publicidade, e, o mais interessante: “organizados como uma empresa comercial.” (SODRÉ, 1966, p. 288). Em suma, tratava-se também da *grande imprensa*, esta que Castro (1995) resumiria como sendo: jornais de grande formato, de produção periódica e de altas tiragens.

Resta lembrar que embora seguindo uma estrutura capitalista, a imprensa brasileira naquele final do século XIX terá de se acomodar ao poder político fortemente oligárquico e latifundiário – como diria Sodré (1966): heranças de um “longo passado colonial” brasileiro. Neste caso, em paralelo à indústria jornalística persistiam nas cidades do interior jornais que, submetidos ao latifúndio, limitavam-se às questões domésticas e pessoais – esta será, por exemplo, a descrição que o historiador da imprensa brasileira Nelson Werneck Sodré traz sobre um dos primeiros jornais da grande imprensa belorizontina, o *Diario de Minas* – concordando e replicando em seus estudos a seguinte opinião de Afonso Arinos de Melo Franco sobre o referido jornal:

O grande, o altíssimo poeta [Mendes Pimentel] servia como redator-chefe do jornal do PRM [Partido Republicano Mineiro], o velho *Diario de Minas*, que parecia uma mensagem espírita. Digo isso porque era ainda impresso e composto sem linotipos nem rotativa; ninguém, ou quase ninguém, o lia, e tinha, contudo, inegável influência política. Era o *boletim oficioso* da Comissão Executiva do poderoso partido situacionista, a famosa “Tarasca”, e exprimia, na sutileza dosada dos seus editoriais (...) a sinuosa opinião dos cautos próceres do Estado. (Afonso Arinos *apud* SODRÉ, 1966, p. 206, *grifos nossos*)

Mesmo se considerado como um jornal interiorano e quase artesanal, assim como o considerava Afonso Arinos (1961), no entanto, há de se considerar o *Diario de Minas* como participante da grande imprensa belorizontina naquele final de século XIX – pois, nas palavras da historiadora da imprensa mineira, Maria Ceres Castro (1995), excluindo o *Minas Gerais*, órgão oficial dos poderes do Estado até os dias de hoje, havia um conjunto de jornais mineiros que podem ser entendidos como participantes da grande imprensa daqueles tempos, sendo alguns deles: o *Bello Horizonte* (1895); o *A Capital* (1896); o *Diario de Minas* e o *Jornal do Povo* (ambos de 1899); o *A*

³ Informações disponíveis em: A GAZETA DE OLIVEIRA, *Bello Horisonte*, 1897, p. 2.

⁴ Ver: DIARIO DE MINAS, *Uma photographia*, 1899, p. 1.

Epocha (1904); o Vida Mineira (1906); o Correio do Dia (1909); o Diario da Tarde (1910); o Estado de Minas (1912); o A Tarde (1912); O Momento (1915); o Estado (1919); e, o Avante! (1924)⁵. Ou seja, coincidindo com o que Vaz (1997) define como a primeira fase da imprensa belorizontina – de 1895 à 1926 – se enquadra nesta cronologia o surgimento do Diario de Minas, um jornal que desde as suas origens se liga ao Partido republicano mineiro (PRM), o que o torna, assim como destacam Castro (1995) e Franco (1961), um tipo de *jornal oficioso*, ou seja, sem origens governamentais mas que versava sobre assuntos desta seara – oficial. Desta forma, durante os seus quase quarenta anos de vida, segundo Castro (1995), marcado pela intermitência de funcionamento e pela oficialidade de seu discurso, deve-se notar que, quando surge em 1899 sob a direção do jornalista e escritor Mendes Pimentel o jornal se assumirá como apartidário e “pairando acima do formigar político” daqueles tempos – assim como o descrevem na época⁶. Em 8 de novembro daquele mesmo ano, este jornal será finalmente redigido e controlado pelo PRM, assumindo-se como um “Orgam do Partido republicano mineiro” – segundo os dizeres de sua capa daquela data, do dia oito de novembro de 1899, em diante.

Desta forma, além de oficioso, o Diario de Minas também pode ser considerado como um *jornal informativo* na medida em que procurava fornecer aos leitores o “máximo de informação” sobre um conteúdo específico – como bem define Sodré (1966): “furtos, assassínios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas (...) leilões, compras, vendas, achados, aluguéis (...) preços de gêneros” (SODRÉ, 1966, p. 58-59). Ou seja, tratava-se de um conteúdo que marcava presença desde jornais como: a Gazeta do Rio de Janeiro de 1808; o Diario do Rio de Janeiro, de 1821; e o Jornal do Comércio de 1827 – para citar alguns dos primeiros títulos jornalísticos que vêm a inaugurar no Brasil este “filão” da imprensa, como diria Sodré (1966): ocupando-se quase tão somente das questões locais, e, deliberadamente omissos nas questões políticas. Neste sentido, interessa notar o surgimento destes jornais informativos, alguns datados de 1808, como a Gazeta do Rio de Janeiro, em um Brasil que naqueles tempos demonstrava um extremo controle régio sob a imprensa – em realidade, sob toda a indústria impressa brasileira.

Sendo assim, remontando aos anos de 1808, data em que a imprensa brasileira surgiria, “sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial – com o advento da Côrte de D. João Antônio de Araújo” (SODRÉ, 1966, p. 22), somado ainda, aos reflexos do surto minerador ocorrido no Brasil do século XVIII – ocasionando o aumento populacional, assim como, do poder aquisitivo, além da especialização das atividades econômicas – tudo indicava para impactos consideráveis,

⁵ CASTRO, 1995, p. 21.

⁶ Ver: DIARIO DE MINAS, *Diario de Minas*, 1899a, p. 2.

também, na produção impressa brasileira. Sendo válido notar, assim, um conjunto de produções oficiais, inicialmente sigilosas, que respondiam às necessidades régias no início do século XIX – falamos dos *estudos corográficos*, ou seja, documentos oficiais produzidos na forma de mapas e textos, voltados para o registro de aspectos geográficos, históricos e demográficos, relacionados ao território brasileiro. Parafraseando um destes documentos – na *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais* de 1778 e de autoria do memorialista Joaquim da Rocha, tratava esta: “de concluir uma *história individual das Minas*, com a *notícia* do seu descobrimento, estabelecimento, rendimento e despesas” (ROCHA, 1995, p. 74, *grifos nossos*). Desde então, percebe-se a intenção destes documentos oficiais em *noticiar* textualmente uma localidade específica em diversos matizes – históricos, geográficos e sociais. Ora, talvez esta seja uma das *heranças do jornalismo* – falamos das corografias – quando pensamos nas *notícias da imprensa*. Mais ainda, ao observarmos a evolução desta documentação corográfica mineira – podendo ser citados como exemplificação, da manutenção dos estudos corográficos oficiais produzidos ao longo do século XIX: a *Carta geográfica da província de Minas Gerais*, elaborada por Henrique Gerber em 1863, e, o *Tratado de Geographia descriptiva especial da Provincia de Minas-Geraes*, publicado em 1878 por Joaquim da Silva; temos também, neste meio tempo secular, a profusão de determinadas produções que, apesar de oficiosas e oficiais, já se tratavam de obras de consulta pública inseridas como uma das categorias da imprensa brasileira do século XIX – os *almanaques* e as *revistas industriais* – voltados para o registro estatístico e de consulta, da história geográfica, e, crucialmente, *industrial* de uma determinada região. Citamos como exemplo, a *Revista Industrial de Minas Geraes* que listaria no sumário da sua edição de 1893 os seguintes interesses: agricultura, colonização, manufaturas, viação, artes mecânicas, comércio e finanças, higiene, eletricidade, ciências, indústria, estatística, geografia, viagens e associações⁷.

Por sua vez, retomando os anos de 1864, encontramos o *Almanak de Minas* como uma produção jornalística oficiosa que se dizia na missão de “dar a conhecer melhor os lucros que liberalmente podia oferecer o tão pouco utilizado e explorado solo mineiro”⁸. É sabido que esta mentalidade será replicada em diferentes tempos e termos, como no caso da *Revista Industrial de Minas Gerais* de 1893, que falava do “rico solo mineiro à espera do esforço intelectual dos atuais processos científicos”⁹. Assim como, quando da produção da *Revista Geral dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital* de 1895, encontramos registros de um regime republicano

⁷ Informações disponíveis no frontispício da *Revista Industrial de Minas Geraes* de outubro de 1893.

⁸ Adaptado de: *Almanak Administrativo, civil e industrial da província de Minas Geraes*, para o ano de 1864, p. 3-4.

⁹ Ver: da *Revista Industrial de Minas Geraes* de outubro de 1893a, p. 11.

federativo que viria a organizar o “grande, vasto e riquíssimo Estado de Minas Gerais¹⁰”. Por fim, também estaria subentendido na fala da imprensa daquele final de século a recorrência de discursos sobre a “fertilidade” e a “riqueza” do solo mineiro – ficando Minas Gerais interpretada, nas palavras do jornal Diário de Minas, como:

uma região de seiscentos mil kilometros quadrados, cortados por 3.443 kilometros de linhas ferreas em trafego, com tres milhoes e meio de habitantes, grande variedade de *riquíssimas zonas agricolas e pastoris*, industria manufactora em desenvolvimento e extractiva em rapida ascendencia para um *estado de pujança* que por si só bastaria para fazer a *riqueza de um pais*. (DIARIO DE MINAS, *Finanças Mineiras*, 1899, p. 1, *grifos nossos*).

Sendo assim, percebe-se que não por acaso, o mesmo discurso sobre a fertilidade e riqueza inesgotáveis do solo mineiro será uma máxima nas últimas décadas do século XIX, envolvendo a defesa do Curral del Rei como a localidade ideal para se instalar a Nova Capital – Belo Horizonte. Mais ainda, enquanto defendida a mudança da Capital embasando-se na uberidade e na localização daquele antigo arraial curralense, por sua vez, a desapropriação daquela região devia funcionar como prerrogativa indiscutível aos antigos moradores daquela localidade que, “muito superior a 3.000 almas¹¹”, como expressa a Revista Geral da CCNC em 1895: “não estava resolvido ainda se o Estado trataria desde logo de efetuar a *desapropriação* de toda a área necessária para [os futuros] 200.000 habitantes¹²”.

Desta forma, haveria de ser necessário tudo registrar sobre aquele processo de desapropriação, e, principalmente, de fundação da Nova Capital. Respondendo a esta urgência, a revista periódica dos trabalhos da CCNC, a *Revista Geral*, descreve em um dos seus prefácios de lançamento, a sua importância como uma publicação em que ficariam registrados:

os métodos e processos empregados, já nos estudos, já na execução das variadas obras e serviços, o histórico da decretação da construção da nova Capital, as observações meteorológicas, os *factos mais dignos de memória*, as plantas e algumas reproduções, por fototipia, das atuais construções, que *dêem no futuro, uma ideia* do que era o arraial de Bello Horizonte, e, bem assim das que se vam levantar (MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 8, *grifos nossos*).

Em outras palavras, ainda expressadas pela CCNC, a *Revista Geral* seria assim:

de evidente utilidade e importância, *pois será a história*, por assim dizer, *escrita dia a dia*, da fundação da Capital, (...) de modo a termos sempre *metódicamente organizados* os *dados estatísticos* referentes a sua vida, em todas as suas manifestações. (MINAS GERAIS, *Revista Geral I*, 1895^a, p. 9, *grifos nossos*)

¹⁰ Ver: MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895a, p. 5.

¹¹ Ver: MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895c, p. 11.

¹² Ver: MINAS GERAIS, *Revista Geral II*, 1895c, p. 11-12, *grifo nosso*.

Porquanto, não será exclusivo nem mesmo cunhado pela Revista Geral esta ambição de se registrar, metodicamente e estatisticamente, a história de uma localidade – inclusive, em se tratando de Belo Horizonte. Trazendo alguns exemplos, temos o caso do jornal belorizontino, *A Capital*, que se descrevia em 1896 como um “*repositório da vida mineira*” arquivando todos os fatos e acontecimentos que assinalassem o “trabalho de uma comunidade”, no intuito de fornecer “subsídio aos futuros historiadores”¹³. O *Almanach de Juiz de Fora* de 1898, por sua vez, será descrito em um anúncio como “uma *fonte pura* de conhecimentos úteis¹⁴”, muito próximo à descrição do seu colega, o *Almanak Mineiro* – uma publicação pretendida pelo jornal *Diario de Minas* – que se dizia uma “*completa monografia*” que anualmente registraria o evoluir do Estado, tendo assim suas páginas: “alto valor de inestimáveis *documentos* para a análise do atual momento histórico e de preciosos depoimentos para o *futuro historiador da Terra Mineira*” (DIARIO DE MINAS, *Almanak Mineiro*, 1898, p. 2, *grifos nossos*).

Em suma, compreendido que, desde a época dos inventários do desfecho do século XVIII, buscava-se “concluir uma história individual das Minas¹⁵”, sendo que, no evoluir do passo, a imprensa do final do século XIX incumbe-se desta mesma função: seja como um repositório, um arquivo, uma monografia – diversas serão as formas daquele jornalismo exprimir a sua vontade de registrar a *História Mineira*. Principalmente, quando observamos a imprensa oficial e oficiosa, como os casos da Revista Geral da CCNC e do jornal *Diario de Minas*, por exemplo, fica evidente um conjunto de estratégias na forma de se expor esta história, ou seja, falamos da História que se quis contar sobre a fundação de Belo Horizonte. Por conseguinte, tais evidências nos levam, ainda, a uma hipótese plausível sobre a existência de uma “história individual” contada há séculos, desde as corografias sobre Minas Gerais, até a imprensa do final do século XIX que, assumidamente – ensaiava uma história particular àquela localidade eleita para se tornar a Nova Capital, Belo Horizonte. Veremos portanto, que em meio ao conteúdo corrente na imprensa do final do século XIX – sobre a lavoura, o comércio, a aviação, a colonização, a manufatura, etc.¹⁶ – nas páginas do jornal *Diario de Minas*, sobressaem informações que contribuem para o nosso entendimento sobre a mentalidade da época em relação à “História belorizontina” que, além do mais, haveria de ser “arquivada e muito bem periodicizada” nas páginas deste jornal.

¹³ Informações disponíveis em: *A CAPITAL, A Capital*, 1896, p. 1.

¹⁴ Ver: FOLHA NOVA, *A Capital*, 1898, p. 1, *grifos nossos*.

¹⁵ ROCHA, 1995.

¹⁶ Ver: VEIGA, 1898, p. 88.

Impressiona, assim, a extensa bibliografia dedicada a Minas Gerais, seja produzida ou resgatada, naquele final de século pela imprensa – citemos como exemplo: *L’Or à Minas Geraes*, de Paul Ferrand, somada à obra *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*, de Saint-Hilaire (citadas como bibliografia na Revista Industrial de Minas Gerais de 1893)¹⁷; o livro *Quadro das distâncias entre as sedes dos municípios do Estado de Minas*, de M. F. Bello (referenciado na Revista Industrial de Minas Gerais e no Diário de Minas)¹⁸; a obra intitulada, *Breve tratado e geografia geral do Imperio do Brasil, especialmente da Provincia de Minas*, de Carlos C. Copsey (citado nos Estudos da CCNC de 1893)¹⁹; os livros, *Minas Geraes no seculo futuro*, de Alessandro d’Atri; *Memórias históricas*, de Monsenhor Pizarro e Araujo; e a obra de Xavier da Veiga intitulada, *Ephemerides Mineira* (todas anunciadas junto à sessão histórica do Diário de Minas de 1899)²⁰; incluindo o livro, *Ouropretanas*, de Amedée Peret (também referenciado naquele referido jornal)²¹; além de livros específicos sobre a Nova Capital, como o intitulado, *Bello Horizonte*, de Alessandro d’Atri, e, outro chamado, *Os Roceiros*, de Anibal Mascarenhas (ambos citados no Diário de Minas de 1899)²².

Esta extensa bibliografia traria, deste modo, argumentos baseados na descrição física das Minas Gerais – um Estado que o *granito das montanhas* defende, como diria uma crônica de 1899²³ – relembrando, ainda, o conteúdo das corografias que se diziam incumbir da descrição minuciosa sobre o que haveria de “mais notável nos três reinos mineral, vegetal e animal²⁴” de Minas Gerais. Ou seja, tratavam-se de obras que versavam sobre uma história, através da *paisagem mineira* – sendo que, como um desdobramento desta perspectiva mais ampla que fala do Estado mineiro, encontramos uma bibliografia específica sobre Belo Horizonte. Citemos mais alguns exemplos, como a série de ensaios publicados no jornal *Bello Horizonte* desde 1895, sob o título “Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte”, de autoria do Padre Francisco Martins Dias, vindo posteriormente a ser transformado em livro²⁵. Assim como, o jornal belorizontino, *A Capital*, que em 1896 se encarregaria de “dar sempre notícia” sobre o andamento da construção da Nova Capital,

das obras já encetadas, do andamento das que *estão e estiverem então em execução*, das construções particulares e dos estabelecimentos industriais e comerciais que se fundarem

¹⁷ Disponíveis em: MEDRADO, 1893a.

¹⁸ Disponível em: MEDRADO, 1893a; DIARIO DE MINAS, *Livros*, 1899, p. 4.

¹⁹ Disponível em: MINAS GERAIS, 1893, p. 14.

²⁰ Disponíveis em: DIARIO DE MINAS, *Minas Geraes no seculo futuro*, 1899, p.1; *Memorias historicas*, 1899, p. 1; *Ephemerides Mineira*, 1899, p. 1.

²¹ Disponível em: DIARIO DE MINAS, *Ouropretanas*, 1899, p. 1.

²² Disponíveis, respectivamente, em: MEDRADO, 20/04/1897, p. 299; DIARIO DE MINAS, *Os Roceiros*, 1899, p. 1.

²³ Ver: DIARIO DE MINAS, *Chronica Fluminense*, 1899, p. 1, *grifos nossos*.

²⁴ Ver: SILVA, 1878.

²⁵ Ver: DIAS, 1997.

(...) dos projetos em estudos, dos contractos effectuados (A CAPITAL, *A Nova Capital*, 1896, p. 2, *grifos nossos*).

Em outras palavras, propunha-se transcrever a *paisagem belorizontina* como um *dever* – que viria a ser expressado, também, nas palavras da CCNC quando da definição da Planta Geral da futura cidade, devendo esta ser: “circulada por gravuras de vistas actuaes deste arraial [curralense], de alguns *edificios em construção* da cidade, seus arruamentos, de maneira a dar uma idéa do que *virá a ser a nova cidade*”²⁶. Corroborando esta última ideia, desta vez nas palavras do Diario de Minas de 1899, ficaria registrado o fato de não haver dúvida, “que a Cidade de Minas está se tornando o grande centro *imaginado* pelo dr. Aarão Reis *graphado nas suas bellas plantas de boulevards, parques e avenidas*”²⁷. Inferimos daí que naqueles tempos havia certa consciência de que a Nova Capital ainda era um projeto “mais no papel”, ou seja, mais imaginado do que construído. Neste sentido, compreendemos que os contemporâneos da época – ao menos estes citados ao longo da nossa investigação – viviam naquela paisagem belorizontina em *dever*. Em suma, observar estes documentos – dos tratados aos jornais – nos possibilita uma aproximação daquela vivencia contemporânea dos finais do século XIX, sobre uma paisagem belorizontina em construção.

Há, enfim, de se colocar uma *questão central* – melhor dizendo, a nossa tese – sobre todos estes apontamentos descritos até então. Ou seja, subentende-se que, das corografias do início do século XIX até a imprensa do final daquele século, especificamente sobre Minas Gerais – um extenso conteúdo geográfico, histórico, industrial e comercial, será minuciosamente registrado de forma a dar prosseguimento a uma forma “particular” de se falar, ou, de se “dar notícias” sobre aquela paisagem mineira. Neste sentido, através do jornal Diario de Minas, observamos a possibilidade de analisar como um meio de comunicação daquele final de século poderia versar, exatamente, sobre a geografia, a história, a indústria e o comércio – dando notícias sobre a Belo Horizonte de 1899, mais especificamente, das suas particularidades enquanto paisagem. Sendo assim, recapitulando algumas falas da imprensa belorizontina que se considerava uma espécie de “monografia” ou “arquivo”, em que ficaria registrada a história da cidade a ser contada futuramente, há de se questionar sobre qual história será contada e como esta será exposta nas páginas dos jornais, no nosso caso, no Diario de Minas. Podemos apontar, enfim, dois objetivos específicos no tratamento desta pesquisa, e que devem ser entendidos como indissociáveis: o

²⁶ Ver: MINAS GERAIS, *Revista Geral II*, 1895c, p. 59, *grifos nossos*.

²⁷ Ver: DIARIO DE MINAS, *Escroquerie*, 1899, p. 1.

primeiro, diz respeito de um estudo sobre a forma que o jornal *Diario de Minas* irá exercitar a paisagem em seu conteúdo; o segundo objetivo, traz a intenção de se compreender a paisagem belorizontina daquela época, através dos jornais. Ou seja, falaremos desde a elaboração de uma paisagem pela imprensa, assim como versaremos sobre a construção de uma paisagem que porventura seria noticiada nos jornais.

Dito isto, o recorte cronológico apontado para o ano de 1899 nos pareceu uma primeira solução metodológica desta investigação: não apenas por possibilitar olhar para uma fase histórica belorizontina que, temporalmente distanciada em apenas um ano após a instalação oficial de Belo Horizonte em 12 de dezembro de 1897, nos proporcionou acessar, também, aquele *fin de siècle*²⁸ – parafraseando uma crônica do *Diario de Minas* – suas mentalidades e aspirações, donde a nossa opção nesta pesquisa em manter, por exemplo, a escrita corrente daquele século quando das citações do jornalismo de 1899, diretamente transcritas nesta tese.

Mais ainda, a escolha temporal desta pesquisa deve-se, também, a razões práticas relacionadas à coleta de dados realizada, pois, acessando a hemeroteca digital da Fundação da Biblioteca Nacional brasileira (FBN) como um dos principais acervos consultados durante a nossa investigação – encontramos nesta plataforma, quase todas as edições referentes ao jornal *Diario de Minas*, publicadas no ano de 1899²⁹. Enfim, ressaltamos a feliz coincidência da fundação do jornal naquele mesmo ano de 1899, desta forma, da possibilidade de uma análise que daria conta do primeiro ano de vida do *Diario de Minas*.

Em relação a coleta de dados, optou-se pela análise qualitativa dos documentos levantados para esta pesquisa de doutorado, sendo os principais deles: o livro, *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais* (ROCHA, 1995); a obra, *Noções Geográficas da Província de Minas Gerais* (GERBER, 2013); o *Tratado de Geographia descriptiva especial da Provincia de Minas-Geraes* (SILVA, 1878); a *Revista Geral dos trabalhos da CCNC* (MINAS GERAIS, 1895); e, as edições do jornal *Diario de Minas* de 1899 – grande parte destes, digitalizados e disponibilizados em plataformas de consulta pública³⁰.

²⁸ Traduzindo para o português: fim de século. Expressão citada em: DIARIO DE MINAS, *Bohemios*, 1899a, p. 1.

²⁹ Ao todo, estão disponibilizadas 583 edições do jornal *Diario de Minas* na hemeroteca digital da FBN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.

³⁰ A obra de Rocha (1995), disponibilizada pela Fundação João Pinheiro em: <http://fjp.mg.gov.br>; O tratado de Silva (1878) disponibilizado pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindim (USP), em: <https://digital.bbm.usp.br>; A Revista Geral dos trabalhos da CCNC, disponibilizadas na hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) e no acervo digital da CCNC em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>; O *Diario de Minas*, disponível para acesso no site da FBN: <http://memoria.bn.br> – todos, documentos acessados em: 23 de dezembro de 2021.

Referindo-se, assim, a um método de análise em que foi buscado o tratamento máximo de dados possível, ou seja, a partir da extensa leitura e do levantamento minucioso dos dados, buscamos comparar as diferenças, semelhanças, ou melhor, o encadeamento das ideias que possivelmente relacionaria entre si estes documentos. É válido notar que, acerca da análise da cidade de Belo Horizonte, foi empregada uma segunda fonte jornalística – o jornal *O Contemporaneo*. Trata-se de um título original da cidade de Sabará, possibilitando dar conta de opiniões externas à cidade belorizontina, mas que, ainda assim, versassem sobre a Nova Capital. Também sendo disponibilizadas muitas das edições deste jornal na hemeroteca digital da FBN, em muito contribuiu o acerto deste título em nossa investigação como veremos ao longo da nossa discussão – podendo ser contabilizados em vinte e cinco, o número de matérias do título, *O Contemporaneo*, incluídos no conteúdo desta pesquisa. Desta forma, principalmente em termos quantitativos, observamos uma leitura empírica não apenas dedicada ao *Diário de Minas* – representando o jornal mais acessado em nossa análise – como também, incluímos em nossa empiria outros títulos jornalísticos, grande parte de origem mineira.

Ademais, por se tratar de uma pesquisa qualitativa em relação ao tratamento dos dados aqui levantados, optamos por ler o máximo de edições do *Diário de Minas* possíveis de serem analisadas em tempo hábil para a escrita da tese, sendo assim, alcançamos até a 19^a edição do jornal – correspondendo cronologicamente ao mês de janeiro de 1899. Neste sentido, ressaltamos o acesso a um total de 270 matérias jornalísticas lidas, das quais, 187 especificamente extraídas do *Diário de Minas* – sendo todas elas incluídas no conteúdo desta tese, além de listadas nas *Fontes bibliográficas* ao final da pesquisa.

Por fim, destacamos que sendo a empiria desta investigação, composta em grande parte por jornais, tomamos o cuidado de não reduzir o objeto comunicacional a este meio, ou seja, entendendo o próprio *campo comunicacional* como mais um contexto favorável à nossa análise investigativa – donde, pretendemos dar conta do “complexo objeto” exposto nesta investigação na intenção de espontaneamente dar a ver os processos e as práticas sociais daí provenientes. Ademais, as linhas de pesquisa nas quais nos apoiamos no Programa de pós-graduação em comunicação social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo elas: a linha de *Processos comunicativos e práticas sociais*, e, a linha *Textualidades midiáticas*, nos proporcionaram transitar entre os textos e as práticas sociais, trazendo benefícios ao viés comunicacional aqui pretendido. Afinal, assim como bem descreve Castro (1995), interpretando que a imprensa belorizontina surge como um instrumento capaz de agregar os indivíduos em grupos sociais os mais diversos, que

ocupam a cidade, reconhecemos nesta pesquisa que envolve exatamente o jornal e as diversas práticas sociais urbanas nele inseridas, um tema inesgotável enquanto das possibilidades de análise comunicacional.

Daí a suposta originalidade da nossa investigação que, apesar de versar sobre um assunto já conhecido dos estudos comunicacionais³¹, nesta pesquisa propomos versar sobre uma empiria documental ainda não concatenada ao campo comunicacional: falamos, por exemplo, das corografias e de estudos aprofundados sobre a Revista Geral da CCNC – e arriscamos em incluir, também, o Diário de Minas, especificamente dos estudos que deem conta das suas edições referentes ao ano de 1899. Esperamos assim, contribuir para o campo da comunicação social o nosso olhar investigativo, especialmente, enquanto a forma que lidamos com o conteúdo aqui exposto – tanto no encadeamento das ideias quanto no estilo de escrita que adotamos nesta tese. Uma vez que a imersão da leitura documental que realizamos, espontaneamente, influenciou no estilo de escrita mais descritivo do que dissertativo desta investigação, como veremos, é válido frisar que, mesmo não sendo previamente calculada, a estilística de escrita desta tese pode ser vista tanto como uma metodologia quanto como uma resultante da análise do *corpus* aqui investigado.

Desta forma, convidamos você, leitor, a dar início à apreciação desta pesquisa, perfazendo um conjunto de cinco capítulos: o primeiro deles intitulado, *A paisagem como objeto complexo comunicacional*, indica uma discussão sobre a paisagem inserida no campo comunicacional, e, um primeiro exercício sobre a percepção da paisagem junto à imprensa do final do século XIX. No capítulo dois, sobre os *Estudos corográficos e a imprensa industrial e informativa das Minas Gerais*, buscamos alinhar os principais documentos analisados nesta tese trazendo as especificidades de cada um deles, além de incluir no desfecho deste capítulo um estudo aprofundado sobre o jornal Diário de Minas. Por sua vez, em *O Curral del Rei em vias de se oficializar a futura Cidade de Minas*, tratamos como o terceiro capítulo da tese o que consideramos ser uma breve “protohistória” da localidade escolhida para se erguer a Nova Capital, perfazendo desde as origens do Curral del Rei até as circunstâncias que antecederam a instalação da cidade

³¹ Citamos, como exemplo, os seguintes estudos acadêmicos envolvendo o campo comunicacional (diversos destes, elaborados junto ao PPGCOM UFMG): a tese, *Communication et socialité: Le journalisme au-delà de l'information* (FRANÇA, 1993); a tese, *Diário de Minas (1920-1925): um caminho do modernismo em Belo Horizonte* (CURY, 1987); a dissertação adaptada em livro, *Album de Bello Horizonte, signo da construção simbólica de uma cidade no início do século XX* (ARRUDA, 2000), podendo ser citada, também, a tese do mesmo autor defendida no curso de história da UFMG, *Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina), Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897*; a dissertação, *Crônicas da cidade: jornalismo e vida urbana, Belo Horizonte 1928-1938* (PORTO, 2008); a tese, *A música erudita na conformação de espaços na cidade: Belo Horizonte de 1925 a 1950* (AUBIN, 2015) – defendida na pós-graduação em História da UFMG, com coorientação no PPGCOM; e, a dissertação, *Uma dança macabra: vestígios e figurações da morte na formação da imprensa de Belo Horizonte* (ANDRADE, 2016).

belorizontina naquela específica localidade curralense. Dando sequência a este raciocínio, falaremos no capítulo quatro, da *Comissão construtora na projeção de uma paisagem digna de memória à Nova Capital*, ou seja, trata-se de um capítulo apoiado, principalmente, na Revista Geral da CCNC objetivando entender o conteúdo e as estratégias ali articuladas pela comissão construtora à Nova Capital. Finalmente, como desfecho, discutiremos as *Impressões de uma Bello Horizonte de 1899 nas páginas do jornal Diario de Minas* – sendo este, ao nosso ver, considerado o capítulo mais comunicacional da nossa investigação, no qual convidamos você, leitor, a entender a forma do objeto complexo desta pesquisa, demonstrando na prática como conseguimos fazer *coligir* as informações coletadas no jornal Diario de Minas: registrando e encadeando um conjunto de ideias sobre a Belo Horizonte de 1899.

Capítulo 1

A PAISAGEM COMO OBJETO COMPLEXO COMUNICACIONAL

Por si só, a paisagem representa um campo científico extenso, móvel e interdisciplinar – em muito se aproximando do que se descreve sobre a ciência comunicacional. Desta forma, falamos neste capítulo de duas ciências complexas, sendo a paisagem aqui – tratada como a nossa empiria investigativa – e a comunicação, como a nossa perspectiva científica. A liga para esta receita ficará a cargo da imprensa mineira do final do século XIX, ou seja: tratamos da temática da paisagem registrada na imprensa do final de século. O primeiro passo, foi buscar referências sobre a paisagem de forma a compartilhar algumas das teorias e alguns dos campos científicos que versariam sobre este tema, para em seguida, tratarmos de reunir, ordenar e encadear as ideias elaboradas na própria imprensa de 1890-1901, tudo com a finalidade de recortar, pela perspectiva comunicacional, o nosso objeto investigado: a paisagem. Afinal, o que um prédio ainda na planta, um edifício em forma de ovo, uma crônica sobre o mês de agosto, um álbum de vistas urbanas e as campainhas elétricas teriam a ver com a paisagem e com a comunicação?

1.1 A paisagem em teoria e na prática da imprensa mineira (1890-1901)

Ao longo dos seus estudos sobre o objeto complexo comunicacional, França (2001) traça algumas das dificuldades enfrentadas pelo campo científico da comunicação social: inicialmente, será apontado o primado pela prática, ou seja, tanto a maior ênfase no campo profissional da comunicação, como nos meios midiáticos – levando a teorização comunicacional a “reboque”; como consequência, na tentativa de solucionar esta primeira problemática compreende-se a não proveitosa abstração intelectual em relação à pragmática, como o segundo obstáculo do campo comunicacional; outra dificuldade, diz respeito da considerável extensão empírica e da constante mobilidade dos objetos investigados pela comunicação, além da problemática da redução do objeto comunicacional ao meio – por exemplo, ao jornal, à televisão, às redes sociais, etc – sendo que, um dos maiores desafios da comunicação social seria o que França (2001) denomina como a “herança heteróclita” deste campo, ou seja, por suscitar múltiplos olhares investigativos além da sua

cobertura – envolvendo, por exemplo, a biologia, a arquitetura, a história, etc. – esta interdisciplinaridade, por mais que rica em termos científicos, acabaria por dificultar a integração teórico e metodológica do campo da comunicação. Sendo até mesmo questionável se estudos de outras áreas como estas supracitadas, por exemplo, poderiam ser considerados comunicacionais na medida em que versam através de objetos considerados comunicacionais – seria o caso, exemplificando, de um historiador que traz como empiria investigativa meios como o jornal ou o rádio. Estaria ele tratando de uma investigação da comunicação? Enfim, podemos nos colocar a mesma questão proposta por França (2001) quando pensamos nesta natureza heteróclita interdisciplinar comunicacional: como a comunicação pode ser tomada como um campo de conhecimento sendo esta uma forma de saber tão “includente”? A resposta a esta pergunta estaria na difícil tarefa analítica comunicacional, ou seja, entender o viés que permitiria ver e analisar os objetos em sua natureza comunicativa – entender os seus interlocutores, as suas práticas discursivas e o seu contexto – uma missão amplíssima e profunda, podemos dizer.

Um *locus* interessante para entendermos este desafio comunicacional, a paisagem, enquanto tema de explanações de múltiplas disciplinas – se refere a um conteúdo que além de dialogar com o a comunicação social pode contribuir para a problematização deste campo enquanto ciência, como veremos em sequência.

1.1.1 A paisagem em debates: a análise de um objeto heteróclito interdisciplinar

Igualmente complexo como objeto de pesquisa, a paisagem será um tema apto a diversos debates – sendo assim, próximo ao que França (2001) descreve sobre a comunicação social, a paisagem também pode ser retratada como um objeto heteróclito interdisciplinar enquanto sua cientificidade. A começar pelo estudo etimológico do vocábulo paisagem é válido se perguntar de antemão sobre as denominações a este interligadas, afinal, falamos da paisagem, do espaço, de lugares, do ambiente? O vocabulário ativado pelos estudiosos da paisagem nos direcionam a alguns esclarecimentos neste quesito vocabular, vejamos o exemplo que traz Peixoto (1996) sobre o *espaço* e o *lugar*: sendo o primeiro – o espaço – uma matéria física de dimensão topográfica, enquanto o segundo – o lugar – será interpretado como o conjunto de significações humanas que delimitam um espaço. A geógrafa Doreen Massey (2008) vem a corroborar esta última ideia ao relatar que “chegar a algum lugar quer dizer associar-se, de alguma forma, ligar-se à coleção de

estórias entrelaçadas das quais ele é feito (MASSEY, 2008, p. 176). A paisagem por si parece ser um vocabulário que pouco anima os estudiosos em defini-lo, cabendo à filósofa francesa Cauquelin (2007) uma das tentativas, interpretando-a como uma “metáfora da natureza”, ou melhor, uma maneira de evocá-la – interessa notar que segundo Cauquelin (2007) a paisagem precederia a humanidade, e, como bem exprime a filósofa: “sem dúvida” existirá depois dela. Chegando a ser enfática, Cauquelin (2007) define a paisagem, ainda, como uma “substância” – o que, talvez, possamos interpretar como uma espécie de “fenômeno”. Por sua vez, o historiador Pierre Nora (2003) fala da paisagem como um conjunto de forças conjugadas da natureza, da humanidade e do tempo – ou seja, o estudioso entende a paisagem como uma sinergia de fatores não servindo, apenas e exclusivamente, à natureza. Trazendo algumas semelhanças com a interpretação de Nora (2003), incluímos, também, uma terceira definição sobre a paisagem encontrada em um guia turístico francês de 2019 – segundo o qual:

a paisagem é uma porção de território vista por um observador. Estando inscritos fatos *naturais e humanos, atuais ou passados*, em que certos aspectos são visíveis a um dado momento. (DEFFONTAINES, RITTER, MICHAUD, 2019, p. 6, *tradução e grifos nossos*)³²

Outra solução investigativa para se analisar a paisagem diz respeito da etimologia deste vocábulo: derivando da palavra *país*, esta nos direcionará ao termo latino *pagus* que por si, carrega um conjunto de significados – como distrito rural, ou, área demarcada. Enfim, o termo *pagus* subentende, ainda, a palavra *pagão* – sendo admissível questionar se existiria uma paisagem pagã? Ora, sendo *pagus* derivado da palavra *paganus*, entende-se daquele que morava no interior, no *pagus*, ou, na área rural – o que historicamente nos remete aos últimos habitantes do campo que ainda não estariam vinculados à Igreja Católica nos tempos medievais, daí o termo ainda hoje empregado para aqueles que não são vinculados ao judaísmo ou ao cristianismo: pagão. Sendo assim, *pagus* representará uma espécie de “oposição” à *urbs*, ao urbano, à cidade. Em adição, é válido notar que demais derivações surgem a partir do vocábulo *pagus* – como *pacto* e *paisano*. Este último é curioso, pois fala do que não está submetido a práticas militares, daí retomamos a expressão: “andar à paisana”. Complicando um pouco mais esta riqueza etimológica, podemos finalizar o nosso raciocínio paisagístico da seguinte forma: a paisagem seria, assim, uma natureza à paisana? Ficamos nesta elaboração³³.

³² “Dans ce petit guide nous retenons la définition suivante : le paysage est une portion de territoire vu par un observateur. Y sont inscrits des faits naturels et humains, actuels ou passés, dont certains aspects sont visibles à un moment donné.” (DEFFONTAINES, RITTER, MICHAUD, *Petit guide de l'observateur du paysage*, 2019, p. 6)

³³ O estudo etimológico aqui apresentado pode ser consultado em: ORIGEM DA PALAVRA (2021). Disponível em:

Neste sentido, entender a *urbs* pode ser um primeiro passo para a compreensão da paisagem, afinal, quando Cauquelin (2007) fala das “cidades ideais” como o contraponto da paisagem interpretada como natureza – retomamos os tratados urbanos renascentistas como o *De Re Aedificatoria*, escrito pelo teórico construtor renascentista Leon Battista Alberti entre 1442 e 1452, conjugando na cidade estratégias militares e hierárquicas (ver figura 1)³⁴:



Figura 1: La Città ideale (A Cidade ideal).
Painel dito da cidade de Urbino, Itália (cerca de 1480).
Fonte: Adaptado de PEIXOTO, 1996.

Para além do entendimento dos estudos da perspectiva aplicado na arquitetura dos quatrocentos, como podemos observar na *Città ideale* projetada para Urbino (figura 1), estas cidades servem também à análise do que Cauquelin (2007) descreve como uma “arquitetura severa”: composta por praças desertas, por esquinas de edificações, pelos recortes de janelas, pelos arcos que se abrem para outros traçados, pelos monumentos de diversas formas, dispostos sem nenhuma vegetação e sem interações humanas. Neste caso, Cauquelin (2007) descreve a natureza como um elemento ausente que haveria de se integrar “ao acaso” naquela arquitetura:

aqui uma planta se apoiará sobre um balcão; ali, o pináculo aéreo de uma árvore atrás daquele muro; A paisagem [na *urbs*] parece se instalar timidamente, hesitar, vacilar, para depois se firmar. (CAUQUELIN, 2007, p. 36)

As cidades ideais, adaptadas ao mundo moderno, também serão citadas pelo sociólogo Di Felice (2009) quando este reflete sobre projetos urbanos, estruturados em normas e regras, aptos à conversão da “tinta em pedra” – ou seja, como uma constante contradição do urbanismo moderno, segundo o sociólogo, a cidade estaria sempre suspensa como um projeto ainda não materializado, vacilando: “entre a palavra escrita e o tijolo, entre os textos e os muros” (DI FELICE, 2009, p. 91). Avançando nesta ideia, Peixoto (1996) retoma a concepção que se tinha em meados do século XIX

<https://origemdapalavra.com.br/palavras/paisagem/>. Acesso em: 8 de dezembro de 2021.

³⁴ Para um estudo aprofundado sobre as cidades ideais, indicamos o artigo: *La città ideale. algumas considerações sobre a cidade ideal no imaginário do Ocidente* (LIMA e VIVAN, 2019).

– um período de intensas reformas urbanas como a de Hausseman em Paris – sobre a cidade como uma “impressionante construção” que parecia ser feita “inteiramente de pedra”, nas palavras de Peixoto (1996): feita para durar para sempre. Paradoxalmente, o sociólogo destaca que é exatamente esta impressão do “eterno e duradouro” que se conjugaria com a ruína – as paisagens urbanas estariam, assim, sempre em devir, pois, “é na medida em que se destrói que a cidade aflora como permanência” (PEIXOTO, 1996, p. 232). Talvez assim, seja possível conjugar a “cidade suspensa” – sempre em projeto – citada por Di Felice (2009), com o também conhecido como “mito da destruição criativa” levantado por Peixoto (1996), donde: a impressão do inacabado, do devir, representará uma espécie de *leitmotiv* da *urbs*.

Enfim, tanto se fala de projetos, de ruínas, de devires urbanos, etc., que nos colocamos a questão sobre a inserção dos sujeitos na *urbs*. Afinal, em quais instâncias eles se associam à cidade? Retomando que Cauquelin (2007) fala da ação da natureza como um “acaso” que, pouco a pouco, interfere na cidade, talvez, também seja possível pensar no ser humano como um agente que “ocasionalmente” age na *urbs*. Inicialmente, podemos pensar através do conceito de “imaginabilidade” proposto pelo arquiteto Lynch (1997), que busca decompor uma “imagem ambiental” através da tríade – identificação, utilização e significação – na intenção de evocar “imagens fortes”, ou, “imagens mentais” urbanas, durante o processo relacional entre o indivíduo e a cidade, ou seja, partindo da materialidade da cidade, Lynch (1997) discorre sobre objetos urbanos que não seriam apenas passíveis de serem vistos, mas também, “nítida e intensamente presentes aos sentidos [humanos]” (LYNCH, 1997, p. 11). Conceito este, muito semelhante ao que Harvey (2015) denomina como “legibilidade do urbano” – donde cafés, monumentos, parques e jardins, seriam dispostos “repetidamente como pontos e linhas luminosas no interior do tecido da cidade, lançando uma rede de significados sobre a vida urbana, que do contrário, pareceria totalmente opaca” (HARVEY, 2015, p. 66). Ademais, a impressão que fica destas duas linhas de pensamento – a imaginabilidade e a legibilidade do urbano – é a de um contexto urbano que precede a interação humana, por isso, o cuidado que deve-se ter na aplicação destas teorias no campo comunicacional.

Em paralelo à “imaginabilidade”, ou, à “legibilidade” da cidade, entende-se o conceito do *choque* como uma resultante não calculada dos projetos arquitetônicos que vem a embasar um conjunto de estudos sobre a cidade desde os princípios do século XX – sendo possivelmente mais interessante como conceito comunicacional por se tratar de uma reação humana espontânea, mesmo se moldada pelas ciências do urbano. Podemos falar, por exemplo, de pesquisas recentes como a da filósofa Fiori (1995) que discute a “relação distraída tátil” do usuário da arquitetura que, desatento e

predisposto ao acaso, por ajustes ocasionados pela repetição e pela disciplina do meio urbano este usuário teria sua experiência do choque transformada em um hábito – especificado por Fiori (1995) como um: “choque vivencia repetitivo” (FIORI, 1995, p. 56). Nos registros de Walter Benjamin que datam do início do século XX, como mais um exemplo para o entendimento do *choque*, ficam os relatos sobre a *flânerie* urbana e a impressão da “embriaguez, do vago e da exaustão” como possíveis traços desta “relação distraída tátil” defendida por Fiori (1995) – nas palavras de Walter Benjamin:

Uma embriaguez apodera-se daquele que, por um longo tempo, caminha a esmo pelas ruas. A cada passo, o andar adquire um poder crescente; a sedução das lojas, dos bistrôs e das mulheres sorridentes vão diminuindo, cada vez mais irresistível torna-se o magnetismo da próxima esquina, de uma longínqua massa de folhagem, de um nome de rua. Então chega a fome. Ele nem quer saber das mil e uma possibilidades de saciá-la. Como um animal ascético, vagueia por bairros desconhecidos até desmaiar de exaustão em seu quarto, que o recebe estranho e frio. (BENJAMIN, 2006, p. 462)

Estar “a esmo nas ruas” traz ainda a questão do corpo na cidade que, se por um lado, remete desde os trabalhos do médico William Harvey datados de 1628, considerado um dos pioneiros dos estudos da medicina moderna – donde, de suas descobertas sobre a circulação do sangue e a respiração no organismo humano, palavras como “artéria” e “veia” como destaca Sennett (2008), entrariam para o vocabulário urbano a partir do século XVIII, por sua vez, em estudos mais recentes como o da americana Jane Jacobs (2011) fica descrita a “vida social” praticada de forma casual nas cidades, a exemplo das calçadas urbanas – analisadas em pormenores por Jacobs (2011) através: do contato entre os cidadãos, da integração entre as crianças, da sensação de segurança nas cidades, etc. Ainda sobre o corpo inscrito na cidade, podemos falar também dos “relatos de espaço” descritos por De Certeau (2014) como “relatos cotidianos” – donde, exemplificando, dizer “siga por esta rua e vire ali à direita” resultaria no que o historiador denomina como “geografias de ações”, estas:

derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um ‘suplemento’ aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam. (DE CERTEAU, 2014, p. 183)

Existiria, ainda, uma “sutil complexidade” na percepção destes relatos como “transportes”, ou, “geografias coletivas”, sendo que: relatar um trajeto ou uma viagem será descrito por De Certeau (2014) como uma “prática do espaço”. Corroborando esta ideia, Cláudia Fonseca (2008) vem a contribuir para o entendimento das “cartografias narradas”, consideradas pela jornalista

como narrativas em que objetos, edifícios, pessoas e processos interagem no espaço “dando forma e sentido às ruas da cidade” (FONSECA, 2008, p. 40).

Em uma análise subsequente, podemos também considerar que, se a palavra cria geografias, a imagem também o faz – assim como descreve Bachelard (1993) sobre a “imagem mundo” perceptível apenas:

quando nosso olho descansado, sutil sinal de nossa musculatura relaxada, cúmulo do repouso, nos torna conscientes de nossa paz interior e do afastamento pacífico das coisas. Então tudo fica menor e cabe nos limites do batente da janela. Aí é que está pintada, no seu aspecto pitoresco e em sua composição, a *imagem mundo*. (BACHELARD, 1993, p. 23, *grifos nossos*)

A ideia da “imagem mundo” também será evocada por Peixoto (1993) que, no entanto, fala de um mundo “depois que a imagem das cidades tornou-se impossível”, ou seja, referindo-se a um mundo tomado pela multiplicação de imagens, segundo o sociólogo, “desprovidas de qualquer sentido” – e aqui podemos retomar a reprodutibilidade da imagem técnica benjaminiana: “no auge da visibilidade, a cidade tornou-se invisível” (PEIXOTO, 1993, p. 2). Sem horizonte, sem história e sem contemplação – quase o extremo oposto da “imagem mundo” bachelardiana, podemos dizer.

Em suma, tentando esboçar algumas das diversas perspectivas científicas sobre a paisagem, assim como as apontadas anteriormente, percebemos que – seja como uma coleção de histórias, como metáfora da natureza, como arquitetura severa, como imaginabilidade, como um comportamento ascético, como uma geografia de ações, ou, desprovida de sentido, portanto, uma “imagem mundo” – a paisagem como este “objeto heteróclito” passível de análises de diversos campos – como a filosofia, a sociologia, a arquitetura, a história – parece complexificar ainda mais um objeto que já é complexo, o da comunicação social.

Enfim, como responder à análise da paisagem através do olhar comunicativo proposto por França (2001) – entendendo os seus interlocutores, as suas práticas e os seus contextos? Respondendo a esta questão de forma prática metodológica, e, avançando na elaboração desta pesquisa de doutorado, primeiro propomos o recorte de um tema, de um meio e de uma cronologia, donde, de uma forma simplificada delineamos o nosso objetivo analítico inicial: tomar notas sobre a temática da paisagem registrada na imprensa mineira do final do século XIX. Daí, subentende-se o segundo passo, pois veremos que não basta apontar a tríade – temática, materialidade e tempo –, mas, é necessário entender o método de articulação de ideias cunhado pelo próprio objeto investigado, portanto, após extensas leituras e análises empíricas alcançamos nesta pesquisa o exercício de “fazer coligir ideias”, e, “registrar as impressões” daí provenientes – expressões frequentemente empregadas nos documentos consultados nesta pesquisa, como reveremos no

capítulo 2 – entendemos: 1. *coligir*: como o exercício de reunir ou colecionar um conjunto de dados; 2. *registrar*: como a aplicação de um método que vem a ordenar um agrupamento de informações; 3. *impressões*: como o exercício de se encadear ideias. Resumindo, trata-se de: reunir, ordenar e encadear, um conjunto de dados.

Neste sentido, porque as informações aqui analisadas, estando dispersas nos inventários, nos almanaques, nos jornais etc., – muito próximo à “filosofia espontânea dos que não filosofam”, pensamos como Foucault (2008) em esboçar uma espécie de “história das ideias”:

Trata-se da disciplina das linguagens flutuantes, das obras informes, dos temas não ligados. Análise das opiniões mais que do saber (...) não das formas de pensamento, mas dos tipos de mentalidades” (FOUCAULT, 2008, p. 160)

Começamos, portanto, por uma análise sucinta, no subcapítulo a seguir, sobre a percepção da paisagem na imprensa mineira daquele final de século XIX – seus atores, suas considerações e suas formas – no intuito de uma primeira aproximação ao objeto comunicacional desta pesquisa, ou seja, nos referimos ao “objeto paisagem” que a comunicação, enquanto conceito: “constrói, aponta, deixa ver”, em outras palavras, trata-se de entender as “dinâmicas comunicativas” que constituem a vida social (VERA, 2001; 2003). Talvez assim, com esta percepção comunicacional em mente, se faça mais espontâneo coligir: as “ideias e mentalidades” que daremos conta ao longo desta tese.

1.1.2 A imprensa e um pouco além da paisagem

Uma gama de informações e notícias seriam estampadas nas páginas da imprensa mineira do final do século XIX, no que diz respeito à paisagem e ao urbano – ou, à interseção de ambos. Por exemplo, falava-se da inauguração de fábricas como a indústria de móveis a vapor dos *srs. Corrêa & C.*, em Juiz de Fora, descrita como um edifício que apresentava um “magnífico aspecto, de ornamentação”³⁵. Assim como era praxe noticiar na imprensa construções que ainda estavam na planta, como o interessante caso da casa de instrução a ser fundada em Sabará por volta de 1890 e que, apesar de ser “um prédio lindíssimo” como descrevia um jornal da época: era penoso saber que teria de ser colocado no local da antiga cadeia da cidade, em uma “área angulosa, engasgada em um beco hediondo, prejudicando o alinhamento das ruas”, ou seja, um “atentado ao embelezamento” da cidade³⁶.

³⁵ Disponível em: MINAS LIVRE, *Fabrica de moveis*, 1891, p. 2.

³⁶ Trechos retirados de: O CONTEMPORANEO, *Casa de Instrução*, 1890, p. 1.

É sabido, também, que aquele final de século seria povoado por inventos científicos – inclusive arquitetônicos – que viriam a ser noticiados pela imprensa. Notícias como a do edifício *Ovo de Colombo* que, construído na exposição de Gênova de 1892, seria assim noticiado a partir da sua peculiar forma – de ovo – como uma circunstância que, segundo os jornais, “tornou bastante difícil a sua construção”³⁷. Caso semelhante, o hotel na forma de elefante, construído para a exposição de Chicago em 1893, será descrito pela imprensa como um “paquiderme de pedra bruta” alcançando 70 metros de altura onde se assentaria um observatório e um hotel com “capacidade de abrigar 700 viajantes” – frisavam os jornais³⁸. As notícias do exterior seguiriam estampando a imprensa, como o curioso caso da canalização que daria conta do leite de todas as fazendas situadas no perímetro de 50 quilômetros em torno de Nova York, e que, segundo descrito nos periódicos: o produto seria diretamente “canalizado para a casa dos consumidores”³⁹.

Nas mesmas edições de jornal em que constariam estes inventos urbanos estrangeiros, também ficaria registrada a paisagem mineira em diferentes graus. Em um anúncio sobre a venda de terrenos em Villa Nova de Lima (atual, Nova Lima), por exemplo, fica uma ideia das moradias rurais no entorno belorizontino – composta por um “terreno de 16 *alqueires*, sendo 8 *cercados* e 8 em aberto, contendo uma boa *morada de caça* (...) 1.000 *pés de cafês*, e outras plantações, bom *pasto* de gordura e capim do campo, e um bom *moinho*”⁴⁰. Em Sabará, o *Bosque das Mangueiras* demonstra outro estilo de paisagem que também será noticiado em uma chamada publicitária jornalística – tratava-se de um “Jardim Particular” próprio para o descanso do público quando em passeio, outrossim, previne o jornal: “so terá entrada nesse Jardim pessoas decentemente trajadas e meninos que estejam em companhia de seus paes”⁴¹. Seria comum, ainda, perceber a *paysagem* mineira registrada nas crônicas jornalísticas daquele final de século – como bem descreve a impressão sinestésica de Paulo Nazareth sobre aquele agosto de 1897, donde:

O jorrar d’água da bica, tinha um murmúrio são, inalterado. Os montes longínquos e as casas cercadas de frondosos vegetaes, vistas através da fumarada, pareciam uma *paysagem a óleo num quadro* com o vidro empoeirado (...) a nostalgia invadia a minha alma; por isto é que, do peitoril da minha janela, eu amaldiçoava o triste mes de agosto (NAZARETH, 1897, p. 2, *grifos nossos*)

Retomando, ainda, que alguns paisagistas viriam a ser motivo de notícia nos jornais – como o caso de *Hyppolito Caron* que, falecido em 1892, será retratado em pequenas notas jornalísticas

³⁷ Trecho retirado de: O CONTEMPORANEO, *Na exposição inaugurada em Genova*, 1892, p. 1.

³⁸ Informações retiradas de: O CONTEMPORANEO, *Em Chicago*, 1892, p. 2.

³⁹ Ver: O CONTEMPORANEO, *Dizem os jornaes americanos, ibid.*, p. 1.

⁴⁰ Extraído de: O CONTEMPORANEO, *Villa Nova de Lima*, 1892, p. 4, *grifos nossos.113*

⁴¹ Extraído de: O CONTEMPORANEO, *Bosque das Mangueiras*, 1892, p. 2, *grifos nossos*.

prestando homenagens ao artista⁴² – o destaque, em realidade, ficaria para os inventores e empreendedores que naquele final de século investiriam em tecnologias envolvendo a percepção da paisagem. Este será o caso, por exemplo, do sr. *Carlos Leal*, noticiado como o proprietário de um *animatógrafo* – um equipamento que simula a imagem em movimento através da exibição sequenciada de imagens fotográficas, próximo a um *cinematógrafo*. Instalado no fórum de Ouro Preto em 1901, o “magnífico aparelho” será noticiado pelos jornais como um atrativo a muitos “espectadores que *bisaram*⁴³ diversas *vistas*, sendo de notar o grande quadro – A guerra do Transwal – derrota inglesa, o casamento de um velho e muitas outras [exibições]⁴⁴”. Consta, ainda na matéria jornalística que o espetáculo seria “aperfeiçoado” por um *gramafone* – ou seja, um recurso sonoro – possibilitando “ouvir variadas produções musicas, discursos e etc”. Na imprensa ficariam registros demais inventos, como o *cinetoscópio*⁴⁵, o cinematógrafo e aparelhos de Raio X – todos exibidos na “luxuosa casa de Paschoal Segreto” na cidade do Rio de Janeiro⁴⁶.

Percebe-se portanto que, popularizadas junto aos inventos do final de século, as *vistas* (extratos da paisagem urbana) constarão em diversos anúncios jornalísticos como um hábito de consumo típico daqueles tempos – ficando descrito, por exemplo, dentre os produtos vendidos no ateliê fotográfico de Ehrhard Brand & Comp., em Juiz de Fora, as impressões por fototipia de: retratos, *paisagens*, *monumentos*, máquinas, bijuterias, inclusive, as *vistas*⁴⁷. Da mesma forma, respondendo a esta demanda de consumo, lojas de decoração como a de *Silva Rodrigues & Comp^a*, em Sabará, venderiam uma infinidade de outros objetos como: espelhos, estampas de santos – junto às *vistas*: “para adorno de salas de visita e de jantar⁴⁸”. Ficaria, por fim, a cargo dos álbuns a estratégia do colecionismo como um dos grandes motores da produção de *vistas* urbanas durante a virada do século XIX, sendo típico encontrar nas páginas publicitárias da imprensa anúncios destes referidos álbuns – como o *Album do Rio de Janeiro* que será divulgado “contendo 12 *esplendidas vistas em photogravura* com rica encadernação... 10\$000”. Assim como o *Album de S. Paulo*, também composto por fotogravuras de “12 escolhidas *vistas* da cidade”⁴⁹.

⁴² Consultar como exemplos: MINAS LIVRE, *A pedido. Hyppolito caron*, 1892, p. 3; FOLHA NOVA, *Almanach de Juiz de Fora*, 1898, p. 4.

⁴³ Segundo este contexto, *bisar* designa: tornar a dizer ou a fazer; repetir, pedir a repetição (BISAR, 2021). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/bisar/>. Acesso em 13 de dezembro de 2021.

⁴⁴ Ver: MINAS LIVRE, *Animatographo*, 1901, p. 2, *grifos nossos*.

⁴⁵ Aparelho precursor do cinematógrafo, inventado por Thomas Edison e William Dickson, voltado para a projeção interna de filmes. Era composto por um visor individual através do qual se podia assistir à exibição de uma pequena tira, ou película, de filme.

⁴⁶ Ver: DIARIO DE MINAS, *Despachos do nosso correspondente da Capital Federal*, 1899, p. 1.

⁴⁷ Ver: O PHAROL, *Inauguração hoje 1 de janeiro*, 1890, p. 1, *grifos nossos*.

⁴⁸ Ver: O CONTEMPORANEO, *Grande restaurante no Theatro de Silva Rodrigues*, 1897, p. 4.

⁴⁹ Informações extraídas de: DIARIO DE MINAS, *Livros para presentes*, 1899, p. 4, *grifos nossos*.

Em relação à produção bibliográfica envolvendo a paisagem, temos em anúncios como o do livro *Quadro das distâncias entre as sedes dos municípios do Estado de Minas*, pelo engenheiro M. F. Bello⁵⁰ – publicizado na imprensa belorizontina de 1899 – sinalizando um dos possíveis hábitos de consumo de leitura naqueles tempos. Ficando patente, ainda, no reclame da livraria e papelaria belorizontina, *Riant & Comp.*, uma extensa lista de produtos ali comercializados, dentre os quais: “mapas do Brazil, de Minas Geraes, de S. Paulo, da Bahia. Romances: contos e poesias (...) novidades musicaes, *vistas e plantas da cidade* [de Belo Horizonte]⁵¹”.

Lembrando, também, que em janeiro de 1899 Belo Horizonte completava pouco mais que um ano de vida, em anúncios publicitários como o do depósito belorizontino de *Olympio de Assis* ficavam registrados os produtos para instalações de luz elétrica em casas particulares, além de uma variedade de “lâmpadas, campainhas elétricas, pilhas e telefones⁵²” – que ainda estavam sendo instalados na cidade. Em outro reclame, observamos a relojoaria sabarense *Quatro Nações* que fornecia e instalava relógios em edifícios públicos, esclarecendo um pouco mais daquela paisagem urbana do final do século⁵³.

Assim sendo, lendo a paisagem nas páginas da imprensa mineira do século XIX encontramos desde a preocupação com o embelezamento da cidade, retomando a imaginabilidade abordada por Lynch (1997); o espetáculo nos edifícios de formas peculiares como um ovo ou um elefante, nos aproximando do raciocínio de Harvey (2015) sobre a legibilidade do urbano; a exigência de trajes para se frequentar jardins particulares, próximo à normatização do choque assim como delineia Fiori (1995); a paisagem na forma de crônicas, muito semelhante à imagem mundo descrita por Bachelard (1993); o consumo das vistas urbanas popularizadas junto a aparelhos como o animatógrafo, sendo aplicadas, também, como adornos domésticos e colecionadas em álbuns de fotogravuras, retomando a cidade invisível de Peixoto (1993) – sem falar nos mapas, vistas e plantas de Belo Horizonte que seriam vendidos nas papelarias da cidade, nos aproximando das práticas do espaço ressaltadas por De Certeau (2014). Tudo, levando a entender a paisagem como um *locus* de investigação múltiplo: pois, se como ponto de partida buscamos analisá-la, a paisagem nos transfere a um conteúdo de informações que a extrapolam – não se tratam apenas de “edifícios em pedra bruta”, mas, da interação social que deixa ver muito além da paisagem: seus interlocutores, suas formas de consumo, suas exigências, suas tecnologias, etc.

⁵⁰ Disponível em: DIARIO DE MINAS, *Livros*, 1899, p. 4.

⁵¹ Extraído de: DIARIO DE MINAS, *Livraria e Papelaria*, 1899, p. 3.

⁵² Extraído de: DIARIO DE MINAS, *Iluminação electrica*, 1898, p. 3.

⁵³ Extraído de: O CONTEMPORANEO, *Relojoaria e officinas de Ourives*, 1897, p. 2.

Quanto à imprensa, quando nos baseamos nela para prescrutar a paisagem, muito se revela sobre ela própria, ou seja, assim como Sodré (1966) acentua: a vida urbana e a imprensa crescerão juntas durante aquele alvorecer do século XX. Por fim, há de se destacar a consciência do contemporâneo do final de século sobre a importância dos jornais – com o aperfeiçoamento da tipografia através da fotografia, por exemplo, “o jornal e o livro serão fotografados, em vez de serem impressos”, dizia uma nota jornalística de 1892, e continuava: “calcule-se que influencia esta descoberta vai ter na *circulação de notícias*⁵⁴”!

O capítulo que segue esta leitura – descritivo dos documentos analisados nesta pesquisa – traz bem uma primeira aplicação prática do método analítico aqui proposto, pois será, reunindo, ordenando e encadeando as ideias que interligam estes documentos entre si que daremos início ao entendimento da paisagem como um objeto comunicacional.

⁵⁴ Extraído de: O CONTEMPORANEO, *Um americano acaba de substituir a photographia*, 1892, p. 1.

Capítulo 2

ESTUDOS COROGRÁFICOS E A IMPRENSA INDUSTRIOSA E INFORMATIVA DAS MINAS GERAIS: PUBLICAÇÕES OFICIAIS, OFICIOSAS E O JORNAL DIÁRIO DE MINAS NO FINAL DO SÉCULO XIX

Entendendo as *corografias histórico geográficas* como documentos oficiais voltados para a *descrição particular* de uma determinada região, próximo ao que denominava-se em 1778 como: uma *história individual* de uma localidade específica – ao longo deste capítulo, veremos como o ato de corografar as Minas Gerais, patente, por exemplo, nos estudos de *Rocha* (1778) e *Gerber* (1863), parece assim inspirar os *almanaques* e *revistas industriais* mineiros – representantes de uma categoria jornalística que se mostrava como uma das adaptações da imprensa oficial brasileira ao discurso industrioso e comercial do final do século XIX. Compreenderemos também, como, a *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital* (CCNC), estatística e descritiva da Belo Horizonte de 1895, se aproximará de uma *corografia periódica* – tendendo para o discurso científico mais do que informativo. Por fim, o jornal *Diário de Minas* de 1899, mesmo se distanciado das corografias – cronologicamente e em seu conteúdo – nos auxiliará a dar conta do “amplíssimo” conceito sobre a paisagem, geográfica e industriosa, daquela Minas Gerais, e, primordialmente, da Belo Horizonte do final do século XIX. Fica perceptível, portanto, que trataremos de *documentos oficiais e oficiosos* – sendo estes, originalmente ou posteriormente, financiados pelo governo mineiro – trazendo um refinamento do recorte empírico aplicado nesta tese. Trata-se, assim, de um capítulo descritivo e analítico no que diz respeito aos documentos oficiais levantados para esta pesquisa de doutorado, tendo por conclusão um conjunto de apontamentos – coligidos, registrados e encadeados – sobre a edição prospecto do Diário de Minas de 1898, ou seja, do modelo piloto apresentado pelo periódico representando o que viria a ser o jornalismo do Diário de Minas ao longo das suas demais publicações. Tudo sem deixar de ter em mente a função comunicacional desta análise, pois, tentaremos dar conta de apontar dados sobre aquela imprensa de final de século que se dizia encarregar da “*instrução* do leitor” – dando notícias sobre a política, a ciência, as letras, as artes, o comércio, a indústria, a agricultura, etc., como veremos a seguir.

2. 1 Cartas corográficas e a descrição histórico geográfica de Minas Gerais (1778-1863)

Em um contexto de esgotamento da economia mineradora e de crise estrutural do sistema colonial no Brasil das últimas décadas do século XVIII, anuncia-se como urgência do império português, regido pelo modelo do Estado Moderno, um maior domínio sobre os seus territórios coloniais – aspectos como a fiscalização pública, a sociedade política, a dimensão territorial e a força militar, serão algumas das balizas deste modelo de Estado⁵⁵ que se perpetuaria ao longo do século seguinte através da seguinte ideologia sobre os “países novos” – entende-se, coloniais: “na incipiência de toda ordem economica, o governo [o Estado] é a viscera única funcional; de onde irradiam-se todo o calor e movimento⁵⁶”.

Neste cenário, ganham fôlego dois aspectos fundamentais: o *conhecimento estratégico*, enredado diretamente, na *produção do território*. Caberá ao Estado:

lutar contra outros poderes concorrentes, vencer os *obstáculos tecnológicos* implicados pelo *espaço* e pelas *distâncias*, e onde o critério do pertencimento à sociedade política não tem a evidente simplicidade do direito de burguesia ou da propriedade de uma parte do solo da cidade. (GENET, 1997, p. 3, *tradução e grifos nossos*)⁵⁷

Portanto, é desta consciência sobre o espaço que advém todo um movimento científico-militar no intuito de “dar a conhecer ao rei [ou, às autoridades] o território que se encontra sob o seu domínio” (RESENDE, 1995, p. 51). Fatores como: topografia, limites, urbanização, demografia, registros das entradas e passagens, formas de tributação, produção agrícola e pecuária, condições do solo, vegetação, clima, etc., serão registrados em inventários e mapas, com o objetivo, como explica Resende (1995), de fornecer ao poder político informações e sugestões imediatamente utilizáveis na instrumentação das decisões, principalmente políticas, dos governos. Assim como consta na *Corografia Brazilica* do padre Manuel Aires de Casal⁵⁸, obra que vem acentuar este gênero de texto no Brasil, especificamente em 1817, temos a seguinte descrição de Casal (1817) sobre o conteúdo da específica obra:

Nela se acha a história do descobrimento do Brasil em 1500 até o ano de 1532 em que este País foi repartido em Capitanias. Mostra-se a época, o método da colonização, e o atual estado das povoações, e produções da agricultura e da indústria de cada uma delas: indica-

⁵⁵ Para uma leitura específica, indicamos: GENET, 1997.

⁵⁶ Ver: MEDRADO, 1897a, n. 23, p. 1.

⁵⁷ « où le pouvoir de l'État doit lutter contre d'autres pouvoirs concurrents, vaincre les obstacles technologiques impliqués par l'espace et les distances, et où le critère d'appartenance à la société politique n'a pas l'évidente simplicité du droit de bourgeoisie ou de la propriété d'une partie du sol de la cité. » (GENET, 1997, p.3)

⁵⁸ Sinônimo de “relação histórico geográfica” – como inscrito no frontispício da obra de Casal (1817) –, o termo *corografia* será amplamente utilizado na primeira metade do século XIX; devendo ser entendido num sentido muito amplo, da descrição particular de uma determinada região, país ou província. (RESENDE, 1995).

se o que há de mais notável em a Natureza; como são os rios, lagos, montes, cabos, ilhas, animais, minerais e vegetais (CASAL, 1817, p. 3)⁵⁹.

O autor adiciona ainda “estar persuadido” de que a Corografia Brazilica merece o acolhimento régio, por demonstrar-se útil ao Governo Real. Trazendo semelhanças com esta obra de Casal, especificamente nas Minas Gerais do século XVIII em direção ao século XIX, destacamos dois profissionais oficialmente incumbidos de inventariar o território mineiro, segundo o gênero corográfico: o engenheiro militar português José Joaquim da Rocha, e, o engenheiro alemão Henrique Gerber.

A começar pelo percurso profissional de José Joaquim da Rocha, é sabido que o engenheiro militar atuará, até 1778, na fortificação de pontos chave da Capitania – a conhecendo em profundidade, tomando medidas das distâncias entre as diversas localidades mineiras. Esta experiência como cartógrafo e memorialista da Capitania permitirá a Rocha a produção de diversos mapas⁶⁰. Especificamente entre os anos de 1778 e 1781, o memorialista desenvolve a *carta corográfica da Capitania*, objetivando, nas palavras de Rocha (1995): “Concluir uma história individual das Minas”. Desenvolvida a mando do então governador e capitão general das Minas Gerais, D. Rodrigo José de Menezes, além do mapa da Capitania de Minas Gerais, sequenciado de outros quatro mapas das comarcas mineiras – Villa Rica, Serro Frio, Rio das Mortes e Sabará –, a carta corográfica de Rocha trazia, também, um conteúdo textual que nas palavras do tratadista, “dava notícia do descobrimento, estabelecimento, rendimento e despesas” das Minas Gerais⁶¹. Podemos dividir as *notícias* – entende-se, a parte textual – da carta corográfica de Rocha, em duas partes: a primeira corresponde ao *Estabelecimento e criação das vilas*, tendo em sequência a *Descrição dos Rios da Capitania de Minas Gerais*.

Sem “abundância de termos”, mas, “uma verdade sólida no serviço da Soberana e da Pátria”, será a conclusão de Rocha sobre a sua obra. Afinal, tratava-se de um documento sigiloso, assim como o descreve Resende (1995), elaborado na temporalidade “especial e particular” da Inconfidência Mineira. Neste contexto, é válido lembrar a fala de Sodré (1956) sobre o final do século XVIII e a imprensa colonial brasileira: começa o comércio de livros, e, “surtem as obras heterodoxas, cuja presença nas mãos dos ‘inconfidentes’ tanto o inculpariam” (SODRÉ, 1966, p. 14).

⁵⁹ Obra disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

⁶⁰ Para uma leitura aprofundada, recomendamos o artigo: *Um cartógrafo nas Minas* (FURTADO, 2010).

⁶¹ Os cinco mapas e a notícia das Minas, podem ser consultados na íntegra em: *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais* (ROCHA, 1995).

Mais de meio século depois da carta corográfica de Rocha, aproximadamente entre 1857 e 1867, localizamos o engenheiro Henrique Gerber que, se estabelecendo em Minas Gerais, será nomeado em 1866 como engenheiro chefe da Diretoria Geral das Obras Públicas da Província. Atuando, sobretudo, em projetos, orçamentos e levantamentos topográficos de estradas de rodagem, especificamente em 1863, Gerber publica a *Carta geográfica da Província de Minas Gerais*, regida sob a Lei n. 1.104 de 16 de outubro de 1861 (lei de orçamento do ano fiscal de 1862/1863), ficando expresso o seguinte:

O Governo [mineiro] contratará desde já com o engenheiro Gerber a impressão do *mapa e da notícia geológica, histórica e corográfica da Província*, por ele organizados pela quantia de rs: 3:500\$ (RENGER, 2013, p. 47, *grifos nossos*)

Contendo mapas na escala de 1:15000.000, os primeiros 300 exemplares da carta geográfica de Gerber serão impressos na editora polonesa *Carl Fleming*, especializada na produção cartográfica. Por seu turno, o conteúdo textual – intitulado, *Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Gerais* – será impresso na tipografia de *Georges Leuzinger*, estabelecida no Rio de Janeiro. Abordando temas centrais como a geografia, a etnografia populacional, a ocupação dos habitantes, o comércio e as vias de comunicação, e, a administração da Província – as noções geográficas de Gerber trazem um estudo corográfico baseado nos Arquivos Oficiais, aos quais o cartógrafo teve acesso, assim como, em suas experiências como engenheiro chefe do Governo mineiro.

Numa província que contava com 20 comarcas, em 1863, a carta geográfica de Gerber tinha como objetivo aperfeiçoar o plano viário mineiro, num movimento de expansão das vias férreas e de novas vias de comunicação que vinham se aperfeiçoando no cenário nacional. Daí, outras produções de destaque conferidas a Gerber, em 1867: o projeto cartográfico de reforma das comunicações postais da província, e, a segunda carta geográfica aperfeiçoando o plano viário mineiro. Da sua publicação, em 1863, a carta de Gerber será adotada como documento oficial nas décadas seguintes, sofrendo retificações ou aperfeiçoamentos ao longo dos anos. Em 1880 será substituída pela carta de João Castro, então diretor da repartição de Obras Públicas de Minas Gerais⁶².

Resumidamente, as produções de Joaquim da Rocha (1781) e de Henrique Gerber (1863), apesar de distanciadas em mais de 80 anos, dialogam enquanto o objetivo principal que almejaram: o controle sobre o território – cartografado e documentado – e a tecnologia aí aplicada, seja na

⁶² Informações, textuais e cartográficas, disponíveis em: GERBER, 2013.

construção de estradas, pontes ou ferrovias; representando produções práticas que, a partir de meados do século XIX, encontrará reflexos na Imprensa através dos *almanaques* e *revistas industriais*.

2.2 Corografias industriais da Província mineira (1878-1897): o Almanak de Minas, a Revista Industrial de Minas Gerais e o tratado de José Joaquim da Silva

Antes de alcançarmos os anos de 1840, quando é inaugurado o *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*⁶³, um dos primeiros de cunho oficial dentre os demais lançados em solo brasileiro, se faz notar um breve contexto sobre a imprensa – entende-se *tipografias oficiais* – que antecede e se desdobra no período dos oitocentos. É sabido que a imprensa demora a se instalar no Brasil, quando comparado aos demais países latino americanos⁶⁴, ganhando força em 1700 quando do surto minerador e seus reflexos – crescimentos populacional e do poder aquisitivo, além da especialização de atividades. Por despacho Real de 1741, encontramos a seguinte explicação sobre a quase ausência de tipografias em solo brasileiro: “Não sendo conveniente haver tipografias, nem mesmo utilidade para os impressores, por serem maiores as despesas que no reino [português], de onde podiam vir impressos os livros e papéis⁶⁵”. Neste contexto, assim como Sodré (1966) acentua, dentre os livros que contavam “coisas da terra” – e aqui relembramos uma exceção nas cartas corográficas, oficialmente, encomendadas – quase nenhum desses livros possuíam licença régia para circulação no Brasil. Mesmo com a abertura dos portos em 1808, haveria uma provisão régia proibindo o despacho de livros e papéis sem que lhe fosse mostrada a *licença*⁶⁶. Quais livros seriam vendidos nas duas únicas livrarias cariocas daquele ano de 1799? Será a pergunta de Sodré (1966) em sua obra, *A História da Imprensa no Brasil* – respondendo: “*almanaques*, folhinhas. Tudo impresso no reino, evidentemente.” (SODRÉ, 1966, p. 16, *grifo nosso*).

No período de 1808, surge sob a proteção oficial a *imprensa régia*, encarregada de toda impressão legislativa e de papéis diplomáticos do Real Serviço. Ferramenta que se incumbia também da vistoria dos originais impressos em outras tipografias; estes, deviam ser assinados e

⁶³ Edições de 1843 e 1885 – disponíveis em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

⁶⁴ Como exemplo, citamos o México que inaugura a sua imprensa em 1539, o Peru em 1583 e as colônias inglesas em 1650. (SODRÉ, 1966, p. 13)

⁶⁵ Ordem régia de 6 de julho de 1747. In: SODRÉ, 1966, p. 20-21.

⁶⁶ Ordem régia de 14 de outubro 1808. In: SODRÉ, 1966, p. 16-17.

submetidos ao procurador da Coroa. Será apenas em 1827 que a imprensa começa a adentrar nas províncias, como retoma Sodré (1966), iniciada com *jornais oficiais*, *oficiosos* ou ligados aos governos provinciais⁶⁷.

Em 1843 encontramos, por exemplo, um dos almanaques industriais brasileiros de maior destaque – o *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, também conhecido como *Almanak Laemmert*, nome derivado da tipografia homônima que pertencia aos irmãos editores alemães Eduardo e Henrique Laemmert, responsáveis pela edição, impressão e venda da obra – em 1884 passa a ser publicada por Arthur Sauer. Como o próprio almanaque se autointitulava em 1843, tratava-se de uma “obra estatística e de consulta, abrangendo todas as províncias do império⁶⁸”; acreditando ser de “utilidade à corte carioca”, próximo a um “repertório”, ou, “bússola”, os dados fornecidos pelo almanaque seriam descritos como informação “copiosa e exatíssima” daquelas acessadas nas *Repartições Públicas*⁶⁹.

Próximo a um órgão oficioso, sendo autorizado pela imprensa régia, o Almanak Laemmert trazia em seu frontispício o brasão imperial – fórmula semelhante àquela aplicada desde a Corografia Brazilica de Casal em 1817 (ver comparativo na figura 2):



Figura 2: Frontispícios de publicações oficiais seguidos da ampliação dos brasões centrais neles empregados: acima, a Corografia Brazilica (1817); abaixo, o Almanak Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1844. Fonte: Adaptado de PORTAL DOMINIO PUBLICO e BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASILEIRA, 2021⁷⁰

⁶⁷ Esclarecendo a diferença, *oficial* diz respeito a uma produção que emana de uma autoridade pública; enquanto *oficioso*, é relativo a algo não oficial em sua origem, mas, apoiado em fontes oficiais.

⁶⁸ Inscrição no frontispício do *Almanak Administrativo, mercantil e industrial do Imperio do Brazil*, para 1885.

⁶⁹ Informações retiradas da *advertência dos editores no Almanak Administrativo, mercantil e industrial do Imperio do Brazil* de 1843.

⁷⁰ Respectivamente disponíveis em: <http://www.dominiopublico.gov.br> ; <http://memoria.bn.br>. Acesso em 14 de

Dentre advogados, alfaiates, armazéns de *massames*⁷¹, o banco Commercial do Rio de Janeiro, colchoeiros, corretores, espingardeiros, leilões, lojas diversas – de cera, couros, de rapé, por exemplo –, loterias da Côrte, o Museu Nacional, a Praça do Mercado, os senadores, o Supremo Tribunal Federal, as tipografias – seriam mais de duzentos negócios e serviços da Capital Federal (Rio de Janeiro), listados no *índice alfabético* do almanaque Laemmert de 1843. Este almanaque será prestigiado até 1930, tornando-se o de maior duração dentre os seus pares, chegando a ser publicado mesmo depois do desaparecimento da sua tipografia de origem.

O Almanak Laemmert demonstrando-se uma exceção neste mercado, em realidade, assim como Sodré (1966) descreve: os almanaques industriais da segunda metade do século XIX representavam um número não muito significativo na Imprensa brasileira. Geralmente de vida efêmera, quando não ofíciosos, partiam de sociedades da Indústria Nacional. Publicavam “memórias sobre café, açúcar, fabricação de produtos vegetal e animal (...) Dentro da significação amplíssima que indústria tinha, na época” (SODRÉ, 1966, p. 146). Nas mais de duzentas páginas adaptadas ao formato de livro, os almanaques elaboravam estudos “para servir ao ano de”, ou seja, funcionavam como um guia industrial aplicável ao longo do ano da publicação. Adotavam, assim, uma periodicidade anual.

Especificamente em 1864, encontramos o *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes* como um exemplar deste formato de imprensa em solo mineiro. Também denominado como *Almanak de Minas*, este será explicitamente um *órgão oficioso*, pois, como bem demonstra em sua primeira página: tratava-se de um trabalho sob “a proteção de VOSSA MAJESTADE IMPERIAL⁷²”. Inicialmente, será produzido na *Typographia do Actualidade*, jornal carioca, dando sequência às demais edições em diferentes casas de impressão, incluindo a tipografia do Minas Geraes, periódico oficial do Governo mineiro. Fica registrado no segundo número do almanaque os agradecimentos dos editores aos “benévolos juízos” com que fora recebida a obra pela “ilustrada imprensa da corte⁷³”, sendo definitivamente oficializado através da lei n. 1447 do 1º de janeiro de 1868 que mandava publicar por conta da Província o Almanak de Minas⁷⁴ – o que vem a constar no frontispício da obra através dos dizeres “propriedade da província”. Ficaria portanto, a cargo do editor Antonio de Assis Martins redigir, coordenar e fazer publicar a obra

setembro de 2021.

⁷¹ No dicionário Aurélio (2021), encontramos a seguinte definição relativa a *massame*: lastro de pedras ou argamassa posto no fundo dos poços, cisternas, piscinas etc. (MASSAME, 2021). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/massame/>. Acesso em 17 de agosto de 2021.

⁷² Ver: *Almanak Administrativo, civil e industrial da província de Minas Geraes*, para o ano de 1865, p. 1.

⁷³ *Ibid.*, p. 3.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 4.

segundo as bases definidas oficialmente – letra *petit romain*, a disposição dos quadros e mapas, o tempo para impressão. Além da distribuição gratuita aos senadores e deputados gerais da Província, aos ministros do Estado, nas bibliotecas e repartições públicas da capital; e da permissão de venda dos exemplares que sobrassem.

Em um anúncio retirado do jornal *A Actualidade*, fica resumido o conteúdo do Almanaque de Minas:

Nelle serão mencionados os nomes das Augustas Pessoas da Familia Imperial, dos ministros d’Estado, senadores, deputados geraes e provinciaes, presidentes e vice-presidentes da província de Minas, dos empregados das diversas repartições publicas (...) vigarios, parochos, capellões (...) officiaes da guarda nacional e do exército (...) professores publicos e particulares (...) eleitores, medicos, farmacêuticos, capitalistas, negociantes de fazendas secas, molhados e generos da terra (...) e de todos que se empregam nas diversas artes e officios mechanicos, agricultores (...) tropeiros e caminhoneiros (...) fabricas de mineração (...) hospedarias, padarias (A ACTUALIDADE, *Almanak Civil, Administrativo e Industrial da Provincia de Minas Geraes*, 1863, p. 4)

Consta ainda neste anúncio o interesse dos editores do almanaque sobre informações que serviriam para o desenvolvimento da obra, resumidas como: “notícias geográficas e da indústria” de cada localidade. Sendo assim, na edição de 1864 é publicado um “quadro dos antigos registros e passagens de rios e diversas outras notícias” ainda não informadas na primeira edição do almanaque, além de incorporar, também, as “notícias sobre a história geográfica e estatística”; “assim antiga como moderna⁷⁵”. Além destas semelhanças que aludem às notícias que acompanhavam as cartas corográficas do início dos oitocentos – e aqui destacamos a carta geográfica de Gerber produzida em 1863, ano anterior ao da primeira edição do Almanak de Minas – este reforça em seu frontispício o brasão nacional como mais uma aproximação às cartas corográficas (ver figuras 2 e 3):

⁷⁵ Ver: *Almanak Administrativo, civil e industrial da provincia de Minas Geraes*, para o ano de 1865, p. 1.



Figura 3: Frontispício do Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o ano de 1865, seguido da ampliação do brasão estampado no mesmo.

Fonte: Adaptado de BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASILEIRA, 2021⁷⁶

Dando a conhecer as diversas “classes de homens uteis e industriosos” – o político, o comerciante, o industrial, o lavrador, o mecânico, o empregado público, enfim, todas as “classes ativas” – em uma província “tão vasta e populosa” como a de Minas, o almanaque se descrevia como uma utilidade, também, ao público estrangeiro: “avido de empreender (...) conhecendo melhor os lucros que liberalmente pode offerter nosso tão pouco utilizado e explorado solo⁷⁷”.

Em matéria de valores, o Almanak de Minas custava 5\$000 em 1864, ano de sua estreia – a publicidade custava 14\$ por página. Promovendo o seu espaço publicitário, são apontadas as vantagens da obra em relação aos jornais – lê-se:

Os annuncios que os Srs. advogados, commerciantes, etc., costumam fazer pelos jornaes e que tao sómente duram no dia da publicação poderão ser aqui mencionados com mais vantagem por ficarem expostos á publicidade por espaço de um anno. (Martins, 1870, p. 5)

Publicação semelhante, em 1893, surge a *Revista Industrial de Minas Geraes* com um conteúdo focado na indústria mineral e tudo o que “com ela tiver íntima aliança” – compreendendo, assim como descrito no frontispício da obra quando da sua estreia: agricultura, colonização, manufaturas, viação, artes mecânicas, comércio e finanças; nas edições sucedâneas serão incluídos os temas: da higiene, da eletricidade, das ciências, da indústria, da estatística, da geografia, de

⁷⁶ Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 6 de outubro de 2021.

⁷⁷ Informações disponíveis em: *Almanak Administrativo, civil e industrial da província de Minas Geraes*, para o ano de 1864. p. 3-4.

viagens e de associações. Não ilustrando em sua capa o brasão nacional, todavia temos em substituição o sumário da revista centralizado na página (comparar figuras 3 e 4):

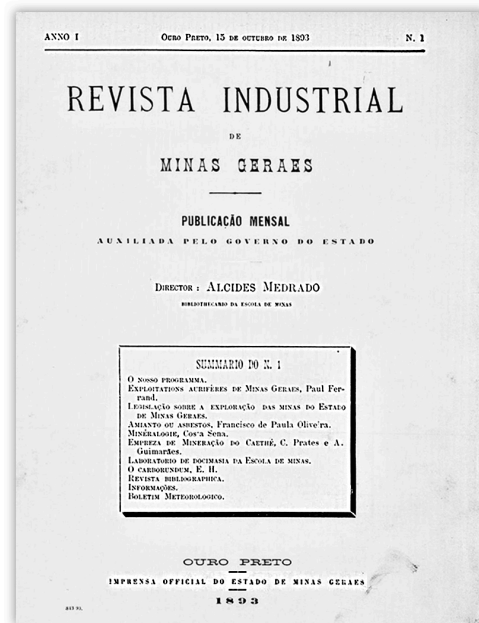


Figura 4: Frontispício da Revista Industrial de Minas Geraes de outubro de 1893
 Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASILEIRA, 2021⁷⁸

Periódico fortemente industrial e assumidamente minerário, o conteúdo da Revista Industrial de Minas Geraes, ainda assim, era repleto de *notas agrícolas* além de versar também sobre o comércio. Já em 1899, por exemplo, vide um anúncio da Revista Industrial publicado no jornal Gazeta de Minas, temos elencados os temas abordados no sétimo ano de publicação da revista, sendo eles: Os grandes fatores da riqueza nacional, Companhia de laticínios, Indústria Mineira do Brasil, artigos, etc⁷⁹. Com discurso voltado para a riqueza do solo mineiro “à espera do esforço intelectual dos atuais processos científicos”, na primeira edição da revista ficam ainda destacados os “tempos coloniais”, ou, “época primitiva” em que a mineração trazia “esplendor” às Minas Gerais⁸⁰.

Dirigida por Alcides Medrado, nome estampado na capa da revista junto à descrição: “Bibliotecário da Escola de Minas” – assim como destaca o próprio periódico, este seria auxiliado “pela boa orientação e patriotismo do Governo do Estado”, ideia parafraseada no frontispício da revista nos dizeres: “Auxiliada pelo Governo do Estado” (ver figura 4). Publicação mensal produzida pela *Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais* – na terceira edição da revista ficam

⁷⁸ Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 6 de outubro de 2021.

⁷⁹ Informações retiradas de: GAZETA DE MINAS, *Revista Industrial de Minas Geraes*, 1899, p. 1.

⁸⁰ Ver: MEDRADO, *O Nosso Programma*, 1893a, p. 11.

ainda os agradecimentos à *Imprensa*, nomeadamente através dos jornais oficiais: *Jornal do Commercio* e *Diario Oficial*, do Rio de Janeiro; além do órgão *Minas Gerais*. Todos estes, parceiros da Revista Industrial na transcrição de colunas e artigos da revista em seus conteúdos jornalísticos⁸¹.

No intuito de atrair investidores estrangeiros a revista contava com a tradução dos textos que publicava em inglês e em francês, trazendo dentre os artigos apontados em seu *índice alfabético* alguns temas especificamente voltados para Belo Horizonte, como são os casos dos artigos: *Nova Capital*, *Fabrica de ferro de Bello Horizonte*, *La construction de la nouvelle Capitale* (A construção da nova Capital); além da *Tabella Meteorologica do Observatorio da Comissão Construtora de Minas (abril a agosto de 1894)*⁸². Assuntos correlatos à Nova Capital também constariam neste índice alfabético – como a *Companhia Industrial Sabarense* e a *Fabrica de Louças* (em Caeté) somados a uma bibliografia que coincide com aquelas citadas nos jornais da época, como é o caso da obra de M. F. Bello denominada *Quadro das distâncias entre as sedes dos municípios do Estado de Minas Geraes*, que viria a ser anunciada ao longo de diversas edições do jornal belorizontino *Diario de Minas*⁸³.

A partir das edições de 1894 é notada a recorrência de notícias sobre a Nova Capital no conteúdo da Revista Industrial de Minas Geraes – comumente associada ao título, *Obras Publicas*, *A Nova Capital de Minas Geraes* – informações sobre o ramal férreo, trabalhos topográficos, anúncios de concorrência pública para o fornecimento de matéria prima à construção da cidade, bem como informações sobre a CCNC, serão expostas periodicamente nesta seção da revista.

No que diz respeito ao espaço publicitário do periódico, caberia ao *Escritório Industrial de Minas Geraes*, localizado em Ouro Preto e sob a firma de *Alcides Medrado & C.*, a assinatura dos anúncios na Revista Industrial – ladrilhos hidráulicos, locomotivas, seguros de vida, produtos farmacêuticos, etc.; além de serviços de importações e publicidades de fábricas específicas, demonstram os anunciantes costumazes da Revista Industrial no ano de 1897 que traziam em seus anúncios os elaborados clichês das suas locomotivas, dos seus ladrilhos e de suas fábricas (ver figura 5):

⁸¹ Ver: MEDRADO, *Agradecimento á Imprensa*, 1893b, p. 11.

⁸² Ver: REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, *Índice Alfabético dos artigos contidos no tomo I da Revista Industrial de Minas Geraes, I anno: 1893-1894*, 1893a, p. 2.

⁸³ Informações consultadas em: *ibid.*; MEDRADO, *Fabrica de louça em Minas*, 1894a, p. 125-126. MEDRADO, *Associações, Companhia Industrial Sabarense*, 1894, p. 359; e, DIARIO DE MINAS, *Livros*, 1899, p. 2.



Figura 5: Anúncio ilustrado de uma fábrica de ladrilhos,
publicado na seção publicitária da Revista Industrial de Minas Geraes de 1897a
Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASILEIRA, 2021⁸⁴

O valor do anúncio publicitário, por página (0,16 X 0,24 cm) era orçado em 40\$000 – a assinatura do número avulso da Revista Industrial equivalia a 1\$000 no ano de 1897. Em adição, assim como esclarece na sua 25^a edição em 1897, a direção da revista aceitava “collaborações e correspondências, attinentes à mineração nacional e estrangeira e mais industrias, reservando para si o direito de deixar de publicar as que julgar inconveniente⁸⁵”.

Outra publicação que vem a corroborar esta produção *corográfica industriosa mineira* é o livro de José Joaquim da Silva intitulado: *Tratado de Geographia descriptiva especial da Provincia de Minas-Geraes*, publicado em 1878. Realizado assim, num episódio cronológico entre a carta corográfica de Gerber de 1863, e a profusão dos almanaques industriais brasileiros das últimas décadas dos oitocentos, o tratado de Silva empenhava-se em “instruir os brasileiros e, particularmente os mineiros” – como consta no frontispício da obra: “em que se descreve [Minas Gerais:] todos os ramos de sua lavoura, industria e commercio; trata-se de todas as suas serras, rios e tudo o que nella ha de melhor e mais notável nos tres reinos mineral, vegetal e animal⁸⁶”. Ficando também acentuado, “a divisão da provincia em comarcas e municipios; e uma descripção minuciosa de todas as suas cidades, villas e freguezias⁸⁷”.

⁸⁴ Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 6 de outubro de 2021.

⁸⁵ Ver: MEDRADO, *Revista Industrial de Minas Geraes*, 1897b, p. 3.

⁸⁶ Extraído de: SILVA, 1878.

⁸⁷ *Ibid.*

Tendo assim por objetivo descrever “o que há de mais importante e útil na província mineira”, fala acentuada no prefácio do livro, também se esclarece o público da obra: os mineiros e fluminenses⁸⁸. Assemelhando-se mais aos estudos corográficos das primeiras décadas de 1800, do que aos almanaques do final daquele século – até mesmo por seguir o formato de um *tratado* –, todavia, a obra de Joaquim da Silva se interligava à produção da imprensa daqueles tempos, uma vez que impresso na tipografia do jornal juizforano *O Pharol* – o que talvez também esclareça o público fluminense para o qual se voltava a obra de Joaquim da Silva. Deste fato constatamos, ainda, a relação de Joaquim da Silva com Juiz de Fora, assim como fica exposto em sua biografia profissional publicada no jornal *O Pharol* em 1878: “Ex-professor publico de instrução primaria, e actualmente diretor do collegio particular de S. Sebastião da Cidade do Juiz de Fora⁸⁹”. A ligação de Silva à Província de Minas-Geraes será marcada, também, na capa do tratado através das inscrições: “José Joaquim da Silva, Filho da mesma província” (ver figura 6):

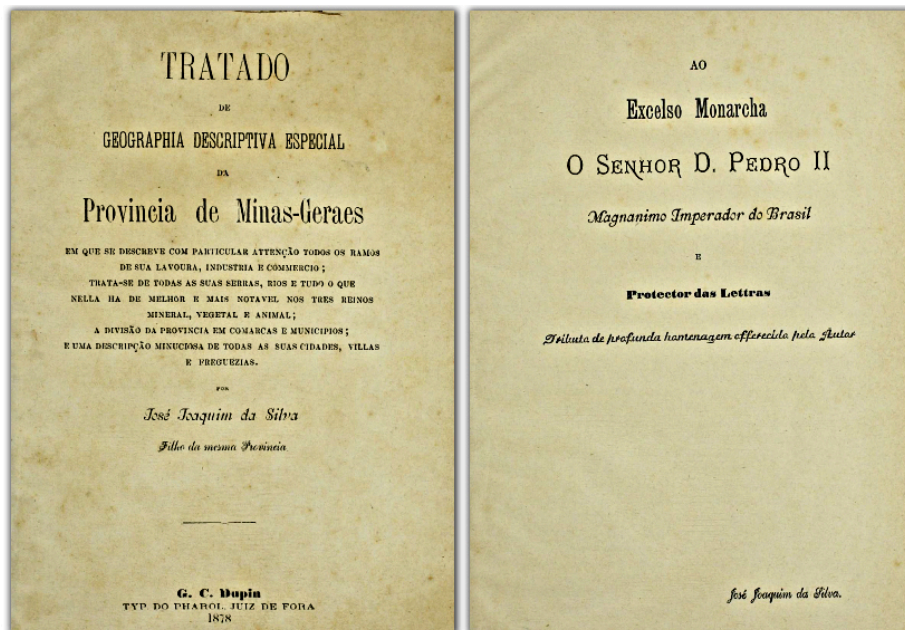


Figura 6: Inscrições no frontispício e na terceira página do tratado de Joaquim da Silva, 1878.
Fonte: SILVA, 1878

Em diálogo às corografias geográficas e aos almanaques industriais que ressaltavam a oficialidade da obra em seus frontispícios, o tratado de Silva transfere, a toda uma página introdutória em sequência à capa, a seguinte dedicatória: “Ao Excelso Monarcha, o Senhor D. Pedro II, magnânimo Imperador do Brasil e Protector das Letras”; relacionando a obra a um “Tributo de profunda homenagem oferecida pelo autor” (ver figura 6). Neste sentido, apesar de não

⁸⁸ *Ibid*, p. 15.

⁸⁹ O PHAROL, *Tratado de Geographia descriptiva da Provincia de Minas-Geraes*, 1878, p. 3.

se tratar de uma produção financiada pelo Governo mineiro, o tratado de Silva será investido de um discurso oficioso, não apenas pelo fato da dedicatória ao Monarca D. Pedro II, mas, em se tratando das fontes empregadas nela – documentos oficiais, relatórios de presidentes provinciais, coleções de leis – reafirmando o compromisso de Silva com uma bibliografia oficial. Nas palavras do autor, somados às “cartas chorographicas dos engenheiros Gerber e Wagner⁹⁰”, foram consultados para a elaboração do tratado “diversos periódicos publicados na província⁹¹” – dados que podem remarcar a obra de Silva como uma espécie de *corografia industrial* – respondendo à interseção entre documentos oficiais e a imprensa. Assim, o *índice das matérias contidas na obra* será dividido em oito capítulos⁹², sendo os cinco primeiros dedicados ao perfil corográfico da província – como um estudo geográfico e histórico – seguido de dois capítulos integralmente voltados para a exportação, a importação e a indústria da província; incluindo subcapítulos dedicados à iluminação, colônias, teatros, imprensa, bibliotecas, museu – trazendo semelhanças com os conteúdos jornalísticos daquele final de século, como veremos. Os demais capítulos do livro se ocupam da instrução pública e da divisão judiciária da província. Custando 5\$000 em 1878, a *Geographia Descriptiva da Provincia de Minas-Geraes* parece não ter tido um sucesso de público imediato, assim como fica exposto na imprensa da época que demandava aos assinantes, com certa urgência: quitar o valor anteriormente aludido (5\$000) para a impressão da obra que havia de entrar para o prelo no dia 1 de março daquele referido ano “sem falta alguma⁹³”, acentuava o anúncio.

Produções oficiosas, como uma extensão da imprensa régia que se instala no Brasil desde 1808, os almanaques e revistas industriais de 1840 em diante, incluindo o tratado de Joaquim da Silva de 1878, vêm a perpetuar o gênero textual corográfico no formato de obras estatísticas e de consulta pública. Usualmente no esforço de divulgar a riqueza do solo mineiro, estas publicações aprimoram os estudos corográficos oficiais quando da sua ampla abordagem – assim como Sodré (1966) descreve como uma “significação amplíssima” que *indústria* tinha na época – incluindo o comércio, as exportações e importações industriais, a colonização, o teatro, a imprensa, a iluminação, etc., dando conta de “mais de 200 negócios e serviços” de uma região – parafraseando um almanaque da época sobre o seu conteúdo⁹⁴. Portanto, se considerados como obras *corográficas industriais*, os almanaques e revistas industriais traduzem uma imprensa oitocentista que transitava entre documentos oficiais e a indústria daquele final de século, e, quando entendida como

⁹⁰ SILVA, 1878, p. 13.

⁹¹ *Ibid.*

⁹² *Ibid.* p. 195.

⁹³ O PHAROL, *Annuncios, Aviso*, 1878, p. 3.

⁹⁴ Ver: LAEMMERT, *Indice Alfabético*, 1843.

uma *empresa*, ou seja, retomando a interpretação de Sodré (1966) sobre a imprensa brasileira no final do século XIX, temos nestas publicações, a publicidade e o comércio, como um dos seus diferenciais definitivos em relação aos precursores *estudos corográficos*.

2.3 Uma *corografia periódica*: a Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital (1895)

Em abril de 1895 será lançada a primeira edição da Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), uma publicação periódica vendida na época por 6\$000 a 10\$000rs (dez mil réis) com espaço publicitário na razão de 25\$000 anuais por quarto de página. Produzida no Rio de Janeiro pela editora H. Lombaerts & C., em Belo Horizonte, a Revista Geral era encontrada à venda na tesouraria da CCNC.

Objetivando tornar-se a “história escrita da fundação da Capital” – próximo a um *tratado histórico* – a Revista Geral se descreve como:

de evidente utilidade e *importancia*, pois será a *história*, por assim dizer, escripta dia a dia, da fundação da Capital, de um dos mais importantes Estados da União Brasileira – história que sem dúvida, continuará a ser feita pela Administração Municipal da nova cidade, de modo a termos sempre *methodicamente organizados* os *dados estatísticos* referentes á sua vida, em todas as suas manifestações. (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 9, *grifos nossos*)

Incluindo mais um engenheiro para o rol de profissionais incumbidos de *corografar* o solo mineiro – retomando, como exemplo, Joaquim da Rocha (1778) e Gerber (1863) – um dos idealizadores da Revista Geral, o *engenheiro chefe da comissão construtora* Aarão Reis se destacava, ainda, como jornalista – contribuindo “ativamente na imprensa do Rio de Janeiro” (MINAS GERAIS, *Exposição*, p. 61).

Nas palavras do engenheiro jornalista, a Revista Geral tratava-se de uma produção estatística e descritiva da Nova Capital, sendo útil não apenas para habilitar o governo de Minas Gerais a monitorar os trabalhos da comissão construtora, como também, apresentá-los à população. Através dos dizeres inscritos em seu frontispício – “Publicação periódica, descritiva e estatística, feita com autorização do Estado” (ver figura 6) – é explicitado o caráter *oficial* da Revista Geral, além de esclarecida uma primeira aproximação aos *periódicos industriais* que também se diziam como *descritivos e estatísticos* de uma determinada região⁹⁵.

⁹⁵ Como exemplo, citamos o *Almanak Administrativo, civil e industrial da província de Minas Geraes*, para o ano de 1865, *op. cit.*, p. 1.

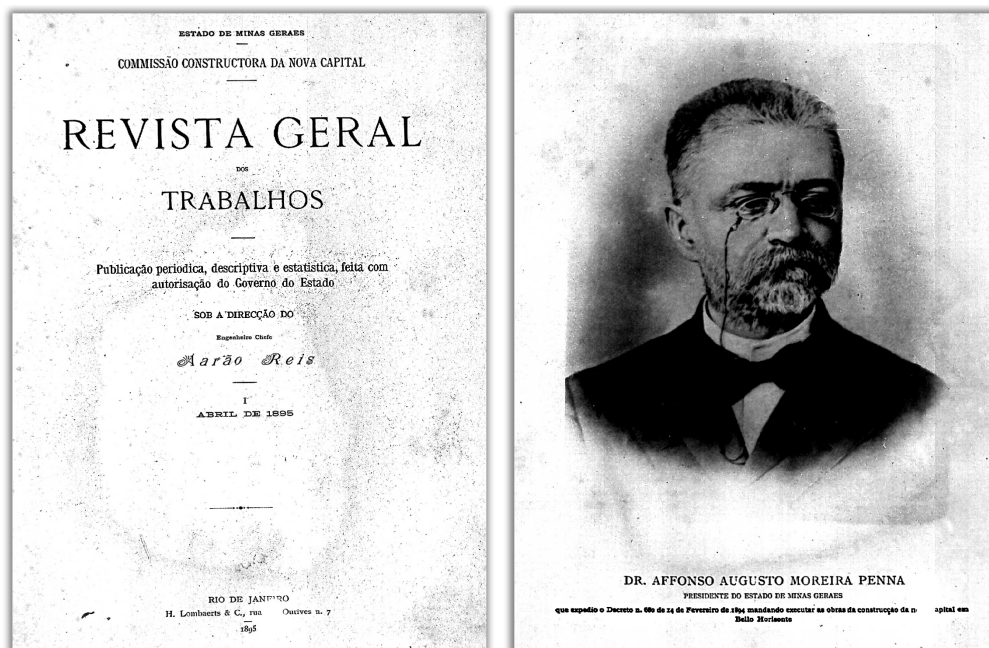


Figura 7: Frontispício e dedicatória à Affonso Penna – presidente do Estado de Minas Gerais – na segunda página da Revista Geral da CCNC, abril de 1895.
Fonte: MINAS GERAES, 1895a

Neste sentido, retomando a fórmula da dedicatória da obra a uma personalidade oficial, empregada desde as corografias e periódicos industriais do século XIX – em sua primeira edição de abril de 1895, consta na Revista Geral da Comissão Construtora uma homenagem ao então presidente do Estado mineiro, Dr. Affonso Augusto Moreira Penna, representado em retrato na segunda página da revista seguido da seguinte descrição: “que expediu o Decreto n. 680 de 14 de fevereiro de 1894 mandando executar as obras da construção da nova capital em Bello Horizonte”⁹⁶ (ver figura 7).

Sendo que, na breve *Explicação* da obra, funcionando como prefácio da primeira edição da Revista Geral, Aarão Reis (1895a) não deixa de reforçar os “novos moldes do regime republicano federativo”, que viriam organizar “o grande, vasto e riquíssimo Estado de Minas Gerais”⁹⁷; perpetuando assim a premissa sobre a necessidade de tornar conhecida a “vasta e populosa” Minas Gerais – discurso também assinalado nos periódicos industriais daquele final de século.

Diferencia-se das demais edições da Revista Geral da CCNC, aquela publicada em maio de 1895 trazendo em sua capa a inscrição: “Exposição apresentada ao Exm. Sr. Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes, presidente do Estado, pelo Engenheiro civil Aarão Reis ao deixar o cargo de engenheiro-chefe em 22 de maio de 1895”. É sabido que a saída de Reis do cargo que ocupava se

⁹⁶ Ver: MINAS GERAES, *Dr. Affonso Augusto Moreira Penna*, 1895a, p. 2.

⁹⁷ Ver: MINAS GERAES, *Exposição*, 1895a, p. 5.

devia ao “estado precário” de saúde do engenheiro, ficando expresso em carta de 8 de maio de 1895 a sua exoneração do cargo de engenheiro chefe da comissão construtora⁹⁸.

É explicado assim, no rodapé da capa da Revista Geral (exposição), que esta equivalia a uma “Edição especial mandada tirar [por Ararão Reis] para seus ex-companheiros e colaboradores da Comissão”. Tratava-se portanto, de uma *exposição* da passagem de direção “técnica e administrativa” da comissão a Francisco Bicalho – sucessor de Aarão Reis. Desta vez, a homenagem da referida publicação ficaria a Aarão Reis que, nas palavras da Revista Geral, esta seria ilustrada com o retrato “do ilustre ex-engenheiro chefe e com a *planta geral*, em escala reduzida da nova cidade por S.S. projetada para a capital do Estado de Minas Geraes⁹⁹”.

Neste sentido, retomando o viés cartográfico dos estudos corográficos oitocentistas, a Revista Geral dos trabalhos da CCNC (1895c) traz em seu conteúdo um conjunto considerável de plantas e demarcações de áreas relacionadas à Nova Capital, sendo elas: Na primeira edição da Revista Geral – o *Projeto da rede de triangulação traçada sobre a planta primitiva da Comissão de Estudo; A Planta cadastral do Arraial de Bello Horizonte (1894); o Esboço dos estudos para o abastecimento d’água; as Linhas estudadas para o Ramal Ferreo com os respectivos entroncamentos na Estrada de Ferro Central do Brazil; a Planta com o entroncamento com a E. F. Central; e, o Plano Geral da Estação Central e dependências*¹⁰⁰. Na segunda edição da revista são expostos – a *Área determinada pela rede da triangulação geodésica para a edificação da Nova Capital; a Indicação geral das áreas respectivamente destinadas na futura cidade, às zonas urbana, suburbana e aos sítios para pequena lavoura; e, a Planta Geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Bello Horizonte*¹⁰¹.

Realçados na Revista Geral da comissão construtora como as únicas ilustrações coloridas da publicação e trazendo a assinatura da litografia carioca *Loambaerts & Cia. Rio*, alguns destes estudos cartográficos serão inseridos em páginas expandidas e com dobras, em formato equivalente ao dobro do formato das demais páginas da revista (medindo 62 cm x 43 cm), ganhando assim, destaque no conteúdo da Revista Geral (ver exemplo na figura 8)¹⁰²:

⁹⁸ Consta na carta de Bias Fortes (1895), endereçada ao ex-engenheiro chefe o seguinte: “Exm. Sr. Dr. Aarao Reis – Accuso recebida vossa carta de 8 do vigente, em que, apellando para o estado precario de vossa saúde, isistis no pedido de exoneração do cargo de Engenheiro-Chefe da Comissão Construtora da Nova Capital.” (MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 1)

⁹⁹ Ver: MINAS GERAES, *Exposição*, 1895b, p. 3, *grifos do autor*.

¹⁰⁰ Cartografias e estudos disponíveis em: MINAS GERAES, *Revista Geral I*, 1895a.

¹⁰¹ Cartografias e estudos disponíveis em: MINAS GERAES, *Revista Geral II*, 1895c.

¹⁰² Dentre os estudos cartográficos ilustrados no formato aludido, citamos: o *Projeto da rede de triangulação traçada sobre a planta primitiva da Comissão d’Estudo*, 1895 (MINAS GERAIS, *Revista Geral I*, 1895, p. 42); a *Planta*

Adiciona-se aos estudos cartográficos, a inserção de esquemas ilustrando os equipamentos elaborados pela comissão construtora para o estudo do solo belorizontino (figura 10) demonstrando assim o teor científico, muito mais do que informativo, da Revista Geral:

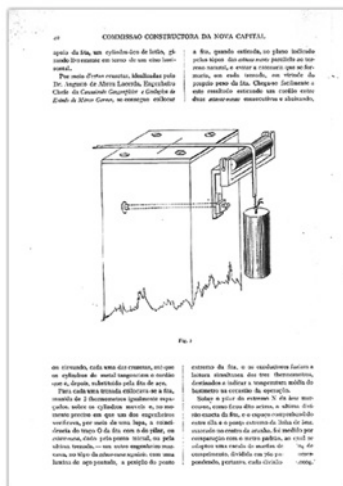


Figura 10: Esquema ilustrando equipamento com a aplicação das *cruzetas* elaboradas por Augusto Lacerda. Revista Geral da CCNC, agosto de 1895. Fonte: MINAS GERAES, 1895a

Neste sentido, esclarecimentos relacionados à elaboração de equipamentos por personalidades da engenharia mineira, como as *cruzetas* idealizadas pelo engenheiro chefe da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de Minas Gerais, Dr. Augusto de Abreu Lacerda, ficam destacados na Revista Geral como diferenciais técnicos na construção da Nova Capital¹⁰⁴. Assim como, explicações sobre a feitura de equipamentos em tempo hábil, fazendo referência ao “curto prazo marcado pelo Estado para a construção da Nova Capital”, serão algumas das justificativas dadas para a elaboração dos equipamentos para a construção da Nova Capital, em solo mineiro¹⁰⁵.

Cálculos matemáticos e tabelas também viriam a compor o conteúdo científico da Revista Geral. Neste sentido, a paisagem belorizontina não sendo o objetivo final da revista, todavia será uma constante no vocabulário do periódico. No referido capítulo sobre o estudo do solo, por exemplo, temos o seguinte trecho sobre o levantamento topográfico da futura Cidade de Minas:

Escolhidos os pontos vértices da triangulada, tratou-se de assinalá-lo para serem vistos de longe. Em alguns casos, foi preciso fazer derrubada da *mata* afim de se *descortinar o horizonte* (...) Houve também necessidade de abrir entre diversos vértices, *largas*

¹⁰⁴ Informação disponível em: MINAS GERAES, Revista Geral I, 1895a, p. 46.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 49.

*picadas*¹⁰⁶ que tornassem possível as visadas de uns para os outros (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos II*, 1895b, p. 110, *grifos nossos*)

Especificações diversas das obras em andamento e daquelas que viriam a ser realizadas na cidade de Minas serão organizadas ao longo dos 8 capítulos que retomam as divisões da própria comissão construtora, sendo elas: Administração central (1ª divisão); Contabilidade (2ª divisão); Escritório técnico (3ª divisão); Estudo e preparo do solo (4ª divisão); Estudo e preparo do subsolo (5ª divisão); e, Estudo e preparo da viação, das edificações, das instalações elétricas e demais trabalhos acessórios (6ª divisão)¹⁰⁷. Serão reforçadas ao longo dos capítulos da Revista Geral – assim como consta na terceira edição do periódico organizado da seguinte forma:

- 1) História descritiva, estatística e higiene;
- 2) Legislação, regulamentação e administração;
- 3) Estudo e preparo do solo;
- 4) Abastecimento d'água, esgotos, canalização de águas pluviais, modificações do regime dos cursos d'água e drenagem;
- 5) Viação férrea e urbana, edificações e instalações elétricas, oficinas, etc.;
- 6) Projetos aprovados para execução;
- 7) Contabilidade e tombamento;
- 8) Estudos e informações gerais.

Apesar de mais científica do que informativa, as descrições dos equipamentos urbanos apresentados na Revista Geral serviam, também, como propaganda da Nova Capital – assim como mostra o extrato assinalado abaixo, dedicado à Estação General Carneiro:

para a respectiva estação, [adotou-se] o typo triangular, que melhor assentou por ter-se podido, no projecto, realizar o entroncamento por meio de dupla curva, bifurcada de raio (...) permitindo tal circunstancia dar a Estação General Carneiro disposições [arquitetônicas] que, já pela singularidade, já pela elegância, prepararão desde logo o espirito dos *visitantes*, que forem *atrahidos pela nova capital mineira*. (MINAS GERAIS. Exposição, 1895b, p. 26, *grifos nossos*)

Demais informações, concernentes às problemáticas enfrentadas pela comissão construtora também constam na Revista Geral, nos auxiliando a contextualizar os fatos descritos nesta. Da construção da Estação Central em Belo Horizonte, por exemplo, resgatamos as dificuldades do

¹⁰⁶ Neste contexto, *picada* diz respeito a um “caminho aberto no mato” (PICADA, 2021). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/picada/bulicio>. Acesso em: 17 de dezembro. 2021.

¹⁰⁷ Retomando que os trabalhos da CCNC eram distribuídos nestas seis categorias ou divisões, estas por sua vez, eram divididas em seções. Informações detalhadas em: MINAS GERAIS, *Revista Geral I*, 1895a, p. 4-6; 103-107.

transporte dos materiais e das ferramentas, que se realizava a partir da Estação Ferroviária Central do Brasil em direção à Nova Capital, em que:

a extraordinária estação pluviosa, e, ultimamente, o aparecimento do cholera no valle do Parayba, impediram que os trabalhos relativos ao preparo do leito do ramal férreo ficassem terminados dentro dos prazos estipulados nos contractos celebrados (MINAS GERAIS. *Exposição*, 1895b, p. 26)

Por sua vez, abrindo a primeira edição da Revista Geral através do capítulo *O Arraial do Bello Horizonte*, o Curral del Rei será descrito ao longo de 7 páginas em forma de texto e imagens, trazendo o questionamento sobre “por que trocar a paz deste arraial pelos *arruídos* e *bulício* incontinente das grandes cidades?!...¹⁰⁸”. A resposta viria na forma de todo o conteúdo subsequente das edições da Revista Geral detalhando metodicamente a construção da Nova Capital¹⁰⁹.

Alcançando apenas 3 edições – perfazendo os meses de abril, maio e agosto de 1895 – a Revista Geral dos trabalhos da comissão construtora parece perder fôlego após a saída do engenheiro-chefe Aarão Reis da sua direção. Inevitavelmente, o periódico não alcançaria muitos anos para além de 1898 quando será extinta a comissão construtora pelo decreto 1.093 de 3 de janeiro daquele ano, sendo passados os seus serviços à Secretaria da Agricultura da Nova Capital¹¹⁰.

É notável no entanto que, desde 1893 até após 1898, observamos a CCNC como uma pauta ainda presente na imprensa mineira. Na primeira edição da *Revista Industrial de Minas Geraes* de 1894, por exemplo, ganha destaque, no *índice alfabético* dos artigos contidos no tomo I da revista, a *Tabella meteorológica do Observatorio da CCNC de Minas* referente aos meses de abril a agosto daquele referido ano¹¹¹ – adiantando assim, o conteúdo da própria Revista Geral da comissão construtora que ilustraria em sua edição de agosto de 1895 os *Mappas Graphicos das Observações Meteorologicas* elaborados pela CCNC¹¹². No mesmo sentido, em edições subsequentes da Revista Industrial de Minas Geraes, os trabalhos da comissão construtora serão anunciados ao longo de seções jornalísticas elaboradas especificamente para este fim: na seção *Nova Capital* de 1894, por exemplo, é exposta a conclusão dos trabalhos no ramal férreo Central além de notícias sobre o terreno em que seria levantada a Nova Cidade, mencionando a fala de Aarão Reis de que “já se

¹⁰⁸ Parafrazeando o secretário da CCNC, Fabio Nunes Leal, em: MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895, p. 11-15. No dicionário, encontramos as seguintes descrições relacionadas a este contexto: 1) Arruído: clamor confuso e tumultuoso de muitas vozes. 2) Bulício: agitação; inquietação; desassossego. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/arruido/bulicio>. Acesso em: 11 de dezembro. 2021.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 15.

¹¹⁰ Ver: LINHARES, 1952, p. 99

¹¹¹ *Tabella meteorológica do Observatorio da CCNC de Minas (abril a agosto de 1894)*, disponível em: MEDRADO, 1893a, p. 212-323.

¹¹² Tabelas disponíveis em: MINAS GERAIS, *Revista Geral II*, 1895c, p. 137-140.

achava preparada a base para ser medida [a cidade], adiantando-se outros trabalhos topográficos da futura Capital”. Na seção *Informações* também publicada em 1894, é informada a nomeação de José Magalhães como engenheiro arquiteto da comissão construtora, interpretado como uma “excelente aquisição” à CCNC. Em *Atos do Governo*, temos o anúncio do despacho de 23 de maio de 1894 sobre a concessão ao engenheiro chefe da comissão construtora da autorização para abrir concorrência pública para o fornecimento de dormentes de madeira para a construção do ramal férreo que ligaria a Nova Capital à E. F. Central do Brasil¹¹³. Ou seja, os trabalhos da comissão construtora na Nova Capital seriam noticiados na imprensa, antes do lançamento da Revista Geral da CCNC, e até mesmo, depois da extinção da comissão em janeiro de 1898. Leopoldo Cesar Gomes, por exemplo, seria anunciado em novembro de 1898 pelo Diário de Minas, celebrando o aniversário “do tesoureiro da extinta comissão construtora”. Assim como, o “burburinho” sobre o pessoal que era ocupado das diversas obras em Belo Horizonte e que, em fevereiro de 1898, representavam 8.000 despedidos, seria desmentido em uma matéria jornalística que esclarecia: “porquanto, tal número de despedidos, ali, jamais foi empregado no serviço da comissão fundadora¹¹⁴”.

Em suma, mais tendenciosa a um *estudo corográfico*, não apenas devido ao seu perfil estatístico e descritivo da Futura Capital, a Revista Geral dos trabalhos da comissão construtora traz, mesmo assim, em seu conteúdo fortemente científico, alguns relances que a retomam como participante da *imprensa* daquele final de século. Não se tratando, especificamente, de um periódico industrial – como os almanaques e as revistas –, todavia, assumia uma produção *periódica* e um conteúdo que não deixava de *informar* sobre a Nova Capital. Deste fato, a Revista Geral pode ser compreendida como uma *corografia periódica*, nas palavras da própria revista: tratava-se de uma publicação da “história escrita dia a dia da fundação da Capital”, ou melhor, de uma “revista periódica dos trabalhos da CCNC”¹¹⁵.

¹¹³ Informações respectivamente consultadas em: REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GEARES, *Nova Capital*, 1894, p. 175 n7; REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GEARES, *Informações*, 1894, p. 209 n8; REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GEARES, *Actos do Governo, E. F. Central da Nova Capital*, 1894, p. 231. n10

¹¹⁴ Informações respectivamente consultadas em: DIÁRIO DE MINAS, *Gazetinha*, 1898, p. 2 propsecto; FOLHA NOVA, *Cidade de Minas*, 1898, p. 4.

¹¹⁵ Informações disponíveis em: MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 9; MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895b, p. 210.

2.4 O jornal Diario de Minas (1898-1899)

Em quase nada o Diario de Minas se assemelha aos estudos corográficos oitocentistas, no entanto, não deixa de informar sobre as “riquezas do solo mineiro” de forma a entregar ao leitor uma certa paisagem geográfica e histórica adaptada ao formato, à periodicidade e à linguagem – específicos da grande imprensa do final do século XIX. Talvez, possamos sim considerar o Diario de Minas como um modelo de se corografar a paisagem belorizontina, mas, atento à informá-la ao público muito mais do que torná-la um fato científico. Ou seja, tendendo mais para a linguagem industriosa dos almanaques e revistas, chegando mesmo a cogitar o lançamento do *Almanak Mineiro* atrelado à marca do Diario de Minas, como uma “completa monografia” registrando o Estado mineiro na política, nas ciências, nas letras, nas artes, na indústria, no comércio e na agricultura¹¹⁶ – projeto de almanaque que, apesar de não ser implantado, o será de qualquer forma, pois coincide com o conteúdo que assumirá o próprio Diario de Minas ao longo de sua vida.

Quando lançado no formato prospecto no ano de 1898, o jornal Diario de Minas trazia nas páginas inaugurais deste formato piloto tudo o que almejava: do seu conteúdo jornalístico, aos leitores subentendidos nas entrelinhas, até, os anunciantes que alavancariam o jornal até o início de 1930, década em que finda sua publicação. Se, por um lado, temos no Diario de Minas uma “empresa comercial” que dedicava metade de suas páginas à publicidade, na mancha de texto noticiosa deste periódico nos deparamos com dois vieses principais: o primeiro relacionado ao perfil agrícola que acompanhava a ascensão do chamado “pré-capitalismo brasileiro” no final do século XIX; o segundo viés diz respeito do posicionamento político adotado pelo jornal que, desde a sua origem, quando lançado na data da proclamação da República, em 15 de novembro de 1898, o Diario de Minas adota – podemos dizer –, sem sutilidade, o republicanismo como o seu partido. Sendo assim, considerando todos estes apontamentos, trazemos a seguir uma explanação aprofundada sobre o Diario de Minas – sua origem, posicionamento político, seu conteúdo, etc.

¹¹⁶ DIARIO DE MINAS, *Almanak Mineiro*, 1898, p. 2.

2.4.1 Origem e posicionamento do Diário de Minas: Um jornal “apartidário”, porém, republicano

Uma publicidade encontrada no periódico *Minas Livre* de 1891, em que uma máquina de impressão é anunciada, nos mostra algumas características da produção de itens impressos nesta época. Lê-se no reclame:

Machina de impressão: Vende-se uma excellente própria para impressão de jornal de formato B, (...) servindo também para impressão de *avulsos*, pois imprime com inimitável nitidez o mais pequeno *cartão de visitas*. É muito propria para *pequeno jornal do interior*. Dá 800 exemplares por hora. (MINAS LIVRE, *Machina de impressão*, 1891, p.2, *grifos nossos*)

Tanto o jornal de grande circulação quanto o pequeno, “jornal do interior”, serão itens extensamente produzidos nas últimas décadas do século XIX, visto que, em um período de afirmação da recém proclamada república em 1889, não raro serão os jornais investidos do discurso republicano. O título, *Patria*, por exemplo, nos traz a importância da imprensa periódica neste contexto:

É um facto que já a imprensa periódica reina em todo o mundo; põe as nações em face uma das outras e todas se contemplam e julgam (...) opéra a esta hora mesmo, a revolução mais potente que tem abalado o mundo; (...) que o poder dos reis declina (...) a revolução que se opera é invencível; é uma lei natural, poderosa e que arrasta o genero humano ao progresso! (PATRIA, *Imprensa*, 1897, p. 1)

Sendo que, à sua maneira, a própria imprensa conservadora também nos auxiliará a dimensionar a profusão de jornais republicanos fundados nas últimas décadas de 1800. Em uma crítica ao republicanismo, por exemplo, o jornal Sete de Setembro denuncia a criação de *clubs*, a fundação de periódicos e a produção de panfletos, como algumas das estratégias de promoção da república¹¹⁷. Por sua vez, nos jornais republicanos, encontramos opinião diversa, em que a imprensa, *meetings* e *clubs* políticos, seriam aqueles que, em realidade, preparam as reformas a serem decretadas pelo poder competente¹¹⁸.

Neste contexto, especificamente em BH, publicações de vida efêmera marcam a primeira fase da imprensa na Capital. No artigo *De Liberty a Marionni: feição e feitura jornalística*, Paulo Vaz (1997) esclarece esta primeira fase da imprensa belorizontina entre os anos de 1895 e 1926, da seguinte forma: “De 1895 até 1900, surgiram em Belo Horizonte 29 títulos de periódicos. Mais 320 títulos vieram à luz na cidade até 1926, final dessa primeira fase da imprensa na cidade.” (VAZ,

¹¹⁷ Consultar: SETE DE SETEMBRO, *Sete de Setembro*, 1889, p. 2.

¹¹⁸ Consultar: DIARIO DE MINAS, *Reforma Tributaria*, 1889, p. 1.

1997, p. 48). Desta multiplicação de periódicos que surgiam na cidade, notamos a percepção que se tinha à época sobre a efemeridade destas publicações belorizontinas. Assim como descreve o jornalista Alberto de Alencar em 1910:

Na capital mineira não existe uma unica empresa jornalística, já não digo prospera mas ao menos, que tenha garantida a sua estabilidade. Tentativas innumeradas têm ali fracassado, desde os primeiros dias da fundação da linda cidade. (NOVO HORIZONTE, '*Novo Horizonte*', 1910, p. 13)

Em todo caso, semelhante ao que denominava-se como uma “reviravolta bairrista”, ou seja, “à pronunciada simpatia pública pelos jornais da [sua] própria capital¹¹⁹”, na última década do século XIX, haverá uma profusão de jornais belorizontinos, diversos deles, fundados sob a premissa da edificação da nova Capital de Minas, citemos como exemplo: o jornal *Bello Horizonte*, (1895-1899); os jornais *A Capital* (1896-1898), e o título, *A Aurora* (1896); as publicações, *Tiradentes* e o *Bohemio* (1897); o jornal *Téla* (1898) – todos estes, periódicos produzidos originalmente em solo belorizontino, sendo que grande parte alcançará uma duração média de um ano, ou, três anos de vida.

Era típico, nos jornais daqueles tempos, trazer em seu conteúdo informações sobre a própria imprensa. No periódico juizforano *Folha Nova*, por exemplo, vemos anunciado em uma mesma edição do jornal, de 1898, a menção a dois títulos belorizontinos, são eles: o jornal *A Capital*, anunciando o seu novo redator chefe, Alfredo Pinto Vieira de Mello, e, o jornal *Diario de Minas* que acabara de ser inaugurado através de uma edição prospecto.

No que diz respeito ao *Diario de Minas*, fica expresso que:

Sob a direcção dos exmos. srs. drs. F. Mendes Pimentel e Sabino Barrosos Junior, apparecerá brevemente, na nova capital deste estado, um *diario*, cujo titulo serve de epigraphe a estas linhas. Parabens a *Minas*. (FOLHA NOVA, *Diario de Minas*, 1898, p. 1, *grifos nossos*)

O periódico *Diario de Minas* fora o décimo inaugurado em BH, expondo em sua primeira edição de janeiro de 1899 – os jornais homônimos que o antecedem, sendo eles: o *Diario de Minas* ouropretano fundado em 1866, sob a redação de Paula Castro; este fundará, também, em 1873, outra folha sob a mesma denominação mas de caráter oficial, ligada à Assembléia Provincial de Ouro Preto. Em 1888, surge em Juiz de Fora o *Diario de Minas* assinado por João Ribeiro, sendo que, em 1892, novamente em Ouro Preto, temos o mesmo título fundado por Agostinho Cabral¹²⁰.

¹¹⁹ Ver: DIARIO DE MINAS, *Vida Paulista*, 1899, p. 2.

¹²⁰ Informações detalhadas em: DIARIO DE MINAS, *Chronica*, 1899, p. 1; LINHARES, 1997, p. 29; 61-66; 476-477; LINHARES, 1947, p. 594.

Por fim, assim como destaca Linhares (1997), em 1949, surge em Belo Horizonte o segundo jornal denominado Diário de Minas, época em que aquele, original de 1899, já não circulava mais na cidade desde o início de 1930, período em que encerra suas publicações.

Este Diário de Minas belorizontino, fundado em 1899, localizava-se na rua da Bahia, aquela que, segundo descreve um anúncio da época, era considerada a “primeira rua e a mais importante da capital¹²¹”. Em sua sede, o jornal Diário de Minas acolhia, também, o escritório de advocacia de um dos seus fundadores, Fernando Mendes Pimentel. Informação explicitada em diversas edições do jornal – na seção dos reclames, através dos sucintos dizeres: “Dr. F. Mendes Pimentel. Escritorio no Diário de Minas.” (DIARIO DE MINAS, *Advogado F. Mendes Pimentel*, 1899, p. 2).

Fato a ser notado, na segunda edição do Diário de Minas, são os elogios tecidos ao periódico, relativos a sua “patriótica campanha”:

isempta de paixão política só tendo em vista a tríplice e sublime missão de pugnar esforçadamente pelo progredimento do nosso futuroso Estado em todos os sentidos; evangelizar o povo para que este compreenda e se compenetre da importância de seus deveres cívicos, e *defender* a todo o transe as *vigentes instituições*. (DIARIO DE MINAS, *Diamantina*, 1899, p. 2, *grifos nossos*)

Esta “isenção de paixão política” expressa bem o posicionamento que o jornal Diário de Minas buscava, quando, em seus primeiros anos de vida, sob a direção dos jornalistas Azevedo Júnior e Mendes Pimentel, o periódico se autodenominava como independente do partido Partido Republicano Mineiro (PRM). Assim como Castro (1997) descreve, este partido fora criado como uma tentativa de harmonizar as disputas políticas entre as oligarquias mineiras, decorrente da crise econômica e política enfrentada pelo Estado no final do século XIX¹²².

Apesar de descrito como um órgão apartidário, com um editorial que “paira acima do formigar político” da época, preocupando-se apenas com o “bem geral das classes sociais”, entende-se que Fernando Mendes Pimentel, futuro redator chefe do Diário de Minas, acabara de abdicar naquele ano de 1899, à sua candidatura como integrante do PRM, resignando a cadeira de deputado e adentrando, por outro lado, “na arena vasta da imprensa” prestando “relevantes serviços à República”. Não sendo raras, portanto, as descrições deste jornal que se considerava apartidário,

¹²¹ Ver: DIARIO DE MINAS, *Colegio Imaculada*, 1899, p. 2.

¹²² Para uma leitura aprofundada sobre este episódio, recomendamos a obra da historiadora Maria Efigêncina Lages de Resende, intitulada: *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais; o novo PRM (1889-1906)*.

através de características como: “intuição liberal e ideias honestas e patrióticas” – definições que investem características republicanas a este periódico¹²³.

Neste sentido, desde a sua fundação em 1898, através do número prospecto publicado simbolicamente no dia 15 novembro – marco temporal da proclamação da república no Brasil – não de todo este periódico será “isento de paixão política”. Principalmente, quando da transferência do jornal *Diario de Minas* para outro proprietário, a partir de 8 de novembro de 1899, ficará registrado em sua capa, a partir daquela data, os seguintes dizeres: “Orgam do Partido Republicano Mineiro”. Como destaca Castro (1997), daquela fase em diante, a linha editorial do *Diario de Minas* assumirá semelhanças com o próprio programa do PRM.

Na realidade, assim como Linhares (1995) descreve, o *Diario de Minas* sempre foi um jornal político, sendo que diversas serão as suas fases de vida: 1ª. Entre janeiro e novembro de 1899, sob a direção de Mendes Pimentel; 2ª. Entre novembro de 1899 e maio de 1902: ligado ao PRM e sob a direção de Francisco Sales, Adalberto Ferraz da Luz e Sabino Barroso Júnior; 3ª. Com as publicações do *Diario de Minas* suspensas a partir de 1902, em 1909 o periódico é retomado em apoio à candidatura oficial à presidência, no quadriênio 1910-14, sob a direção de Augusto de Lima; 4ª. Em 1932, sob a direção de Noronha Guarani, encerrando, definitivamente neste ano, a publicação do *Diario de Minas*. (LINHARES, 1947, p. 593-594).

2.4.2. Parque gráfico e seções do jornal *Diario de Minas* (1899)

No que diz respeito ao parque gráfico belorizontino, Vaz (1997) retoma que, quando em 1898 a *Imprensa Oficial* – responsável pela produção do *Diário Oficial dos Poderes do Estado*, o *Minas Gerais* – é transferida para Belo Horizonte, será considerada o maior, e, o melhor parque gráfico da Nova Capital. Apesar da massiva produção da *Imprensa Oficial*, a impressão dos primeiros 36 números do *Diario de Minas* – entre janeiro e fevereiro de 1899 – será realizada pela primeira tipografia comercial montada em Belo Horizonte, a *Tipografia Beltrão* – como veremos, um dos pontos de referência urbana em BH naqueles tempos. Até 1907, esta tipografia predomina no mercado gráfico da cidade, como acentua Vaz (1997), atendendo 30 publicações periódicas,

¹²³ Informações, respectivamente, retiradas de: DIARIO DE MINAS, *Diario de Minas*, 1899a, p. 2; DIARIO DE MINAS, *Da gazeta do Guarará*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Do Centro*, 1899, p. 2; DIARIO DE MINAS, *Gazeta de noticias*, 1899., p. 2; DIARIO DE MINAS, *Do Século*, 1899, p. 2; DIARIO DE MINAS, *De S. Paulo*, 1899, p. 2.;

superando os 27 títulos respondidos pela Imprensa Oficial na época. Outra empresa gráfica de sucesso, montada no princípio dos anos de 1899, será a própria tipografia do Diário de Minas:

Suas oficinas estavam preparadas para compor e imprimir seu diário em formato *standard* e atender a demandas de serviços externos. Formava na entrada do século XX, junto com a Tipografia Beltrão e a Imprensa Oficial, o leque de fornecedores que se amplia e transforma em novas empresas do negócio de comunicação na Capital. (VAZ, 1997, p.62, *grifos do autor*)

Seguindo, portanto, o formato *standart*, o Diário de Minas surge em 1899 nas dimensões 57,5 cm X 42 cm, sendo descrito em 1903 por Joaquim Nabuco Linhares como o jornal de maior formato até então publicado em Belo Horizonte. Nas duas primeiras páginas do Diário de Minas, seguindo a divisão de seis colunas, eram distribuídos as *seções noticiosas* e os *artigos* do jornal. Dentre as seções, notamos a frequência de determinados títulos, como aquele denominado *Notas*, em que sucintamente se abordavam questões oficiais – da aquisição de lotes e revalidação de sesmarias na Nova Capital, do prazo de pagamento de tributos e impostos, das penalidades legais quanto ao descumprimento de prazos, de editais relacionados às construções públicas, etc. Ou seja, fazendo às vezes de um órgão oficial através desta seção, não por acaso o Diário de Minas seria considerado um “órgam oficioso” pelos contemporâneos de 1899¹²⁴. Aliada a esta seção, encontramos a coluna, *Requerimentos/Respostas*, voltada especificamente para o anúncio dos nomes envolvidos, da aquisição e concessão de lotes, além da licença para uso de imóveis da Nova Capital e do pagamento ou isenção de tributação.

Ademais, inserida logo após a seção *Notas*, encontramos uma *subseção* exclusivamente voltada para a explanação histórica das Minas Gerais – ficando esclarecido na segunda edição do Diário de Minas que esta subseção seria uma publicação diária da “significação histórica” da data de circulação do jornal – relembrando assim os fatos que, segundo descreve o periódico: “constituem acervo de tradições gloriosíssimas da terra mineira¹²⁵”. Para este fim, como o próprio Diário de Minas destaca, seria empregada a obra *Ephemerides Mineira* publicada em 1897 pelo comendador e historiador Xavier da Veiga¹²⁶, sendo produzida pela *Imprensa Oficial do Estado de Minas*. Persistindo de forma ininterrupta até a 32ª edição do Diário de Minas de 1899, a partir das

¹²⁴ Consultar: DIARIO DE MINAS, *Diario de Minas*, 1898., p.1; DIARIO DE MINAS, *Cronica*, 1899., p.1.

¹²⁵ Ver: DIARIO DE MINAS, *Em secção Notas*, 1899, p.1.

¹²⁶ No ano seguinte, em 1898, Xavier da Veiga publica *A imprensa em Minas Geraes (1807-1897)*. Alguns anos antes, quando da inauguração do Arquivo Público Mineiro (APM) em 1895, Xavier da Veiga torna-se o primeiro diretor daquela instituição.

demais, a subseção histórica será publicada nas edições de número: 35, 37, 38, 39, 40, 43 – não perfazendo o intuito inicial do jornal que a pretendia de publicação diária¹²⁷.

No conjunto de seções permanentes do Diário de Minas, destacamos as *crônicas* intituladas: *Chronica*, *Chroniqueta*, *Impressões*, e, *Bohemios* – que segundo o próprio jornal anuncia, apontavam-se às leitoras: o seu público alvo¹²⁸. Escritores como: Olavo Bilac, Arthur Lobo, Padre Corrêa, Affonso Penna, Americo Werneck, Alcindo Guanabara, Xavier da Veiga, dentre outros, participavam como colaboradores nesta seção do Diário de Minas¹²⁹.

Fórmula comum naquela imprensa das últimas décadas de 1800, os *folhetins* também comporiam as páginas do Diário de Minas, trazendo os livros de romance para dentro do conteúdo do jornal. Na terceira edição do periódico, será ressaltado que “ninguém ignora que uma parte do público reclama leituras da natureza do romance¹³⁰”, estilo que o Diário de Minas adotará a partir da sua 16ª edição através do romance, *A Calúnia*, adaptação da obra de Henrique Peres Escrich¹³¹. Composto um total de cinco volumes, este romance será publicado no Diário de Minas ao longo de impressionantes 11 meses – entre 16 de janeiro e 16 de dezembro de 1899. Coincidindo, assim, com o primeiro ano de vida do jornal.

Por sua vez, na seção *Gazetinha* do Diário de Minas – nem sempre publicada mas símbolo dos jornais daqueles tempos – ficavam anunciados nomes de personalidades da época relacionados à Belo Horizonte, sendo assim: daqueles que abriam os seus escritórios de advocacia, de outros hospedados no afamado Grande Hotel, dos que transferiam de residência à Nova Capital, etc. Desta forma, semelhante ao que Sodré (1966) denomina como “informações pessoais” – aniversários, casamentos, festas – distribuídas em “diminutas notícias” nas primeiras páginas dos periódicos daqueles tempos, no entanto, compreendemos estas notícias como não tão “diminutas” assim, por nos possibilitarem o acesso às personalidades que visitavam ou se instalavam na Nova Capital, aos *consórcios*¹³² ali realizados, além dos investimentos comerciais, etc. – como um todo essencial para a compreensão daquela paisagem belorizontina de 1899.

¹²⁷ Para entender em profundidade esta seção histórica do Diário de Minas, indicamos nosso artigo: “Era uma vez uma história na imprensa: notícias das Minas Gerais na seção histórica do jornal Diário de Minas de 1899.” (COSTA, 2021, *no prelo*).

¹²⁸ Ver: DIÁRIO DE MINAS, *Impressões*, 1898., p.2.

¹²⁹ Nomes consultados em: DIÁRIO DE MINAS, *Da Ordem*, 1899, p.2.

¹³⁰ Consultar: DIÁRIO DE MINAS, *Folhetim, A Calúnia*, 1899a-1899d, p.2.

¹³¹ Da primeira, e, da última publicação do romance de Escrich no Diário de Minas, ver: DIÁRIO DE MINAS, *A Calúnia*, 1899, p.2.

¹³² Neste contexto jornalístico de 1899, *consórcio* designava *casamento*. No dicionário, ainda encontramos outros equivalentes: 1. união casamento matrimônio; 2. Associação; 3. Grupo de empresas que têm operações comuns. (CONSÓRCIO, 2021). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 20 de agosto. 2021.

Para além das seções, o conteúdo do Diário de Minas também era composto por artigos, geralmente publicados em série. Esta fórmula jornalística será principalmente empregada neste periódico quando da abordagem de assuntos como: agricultura, política e finanças¹³³. Nestes casos, a publicação de trechos de obras como livros científicos e jornais de outras cidades, por exemplo, será uma das estratégias destes artigos jornalísticos, como é o caso da série intitulada *Industria Agricola*, em que se anuncia no início do texto a descrição: “excerpto de um opusculo inedito. Autor: Dr. F. M. Draenert”¹³⁴; assim como, o artigo *Economia rural*, republicado no Diário de Minas a partir de uma matéria originalmente publicada no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de 17 de dezembro de 1898¹³⁵ – neste caso, observamos o ritmo temporal da informação jornalística naqueles tempos, por se tratar de uma matéria publicada originalmente em 1898, retomada pelo Diário de Minas em janeiro do ano seguinte.

Por fim, assim como Sodré (1966) descreve, a considerável presença dos anúncios publicitários será uma das marcas da imprensa brasileira do final do século XIX, e o jornal Diário de Minas responderá a este fenômeno, reservando 50% das suas quatro páginas a este conteúdo – estando os anúncios concentrados, em grande parte, nas duas últimas páginas do periódico. Afinal, o próprio contemporâneo de 1899, denominaria o Diário de Minas como um “simpático órgão de publicidade”; uma “empresa da grande imprensa diária”¹³⁶.

2.4.3. A “empresa” Diário de Minas

O chamado contexto “pré-capitalista tradicional” que se instalava no Brasil de 1800, sustentado em atividades rurais e clientelísticas – moldando assim a República das oligarquias – impactará na própria forma e no conteúdo do Diário de Minas de 1899. Neste sentido, é válido destacar que a partir do final do século XIX, como descreve Sodré (1966), a imprensa será compreendida como uma “empresa capitalista”, ou seja, não apenas dotada de equipamentos gráficos necessários ao exercício de sua função, respondendo a planos de produção e circulação industriais – a imprensa será diretamente afetada por esta “ascensão capitalista”: “lenta e peculiar em um país de longo passado colonial” (SODRÉ, 1966, p. 316). Em suma, a estrutura econômica

¹³³ Citamos, como exemplos, as seguintes séries de artigos: 1. *Industria agricola* (DIARIO DE MINAS, n. 4; 9); 2. *Pela Republica* (DIARIO DE MINAS, n. 10-12); 3. *Finanças Mineiras* (DIARIO DE MINAS, n. 6; 9).

¹³⁴ *Ibid.*

¹³⁵ DIARIO DE MINAS, *Economia rural*, op. cit, p. 2.

¹³⁶ Ver: DIARIO DE MINAS, *Theophilo Ottoni*, 1899, p. 2.

do país cindida entre a acomodação da burguesia e a manutenção da oligarquia latifundiária – aplicados na política, na economia e na sociedade como um todo, resultará em uma imprensa revestida como uma “empresa capitalista”, mas, essencialmente ligada às tradições oligárquicas. Recaindo assim, em uma relação contraditória, símbolo da nascente imprensa industrial: capitalista, oligárquica. (SODRÉ, 1966; CASTRO, 1997). Este contexto será refletido nos jornais, como no caso do Diário de Minas que trazia, além de colunas denominadas: *resenha agrícola, indústria agrícola, economia rural*¹³⁷ – reservava, em seu conteúdo, uma parcela considerável ao comércio.

A consciência do contemporâneo de 1899 sobre este contexto pré-capitalista, pode ser percebida em uma crônica do próprio Diário de Minas, em que lê-se em tom saudoso:

Eras , oh! minha terra, a patria das laranjas em flôr, do sabiá cantarolando, dia e noite, eras ainda mais – o paiz do café, o paiz essencialmente agricola (...) Agora, és o paiz do sello, és o paiz sellado. O cigarro que fumas, o vinho falsificado, que bebes, o phosphoro, que ascendes, a bota, que calças – tudo tem o sello (...) vigilante do fisco. (DIARIO DE MINAS, *Bohemios*, 1899a, p. 1)

Neste sentido, com exceção das áreas, agrícola, pecuária e extrativa, nas quais se baseava a produção do Brasil no final do século, somente o comércio, como bem destaca Sodré (1966), permitiria o acúmulo de recursos financeiros necessários ao andamento do pré-capitalismo. Desta forma, na nascente Capital mineira, o jornal Diário de Minas será diretamente implicado nesta relação comercial, que aliás, seria a base das empresas jornalísticas na virada do século.

Analisando o primeiro mês de circulação do Diário de Minas, observamos um conjunto de 9 tipos de ramos comerciais instalados na Nova Capital, sendo eles: construção civil, vestuário e decoração, advocacia, hotelaria, papelaria, ensino, medicina, farmácia e indústria – considerando os ramos da advocacia, do vestuário e decoração, e, da construção civil, aqueles que mais investiam no jornal Diário de Minas. Anunciantes externos à Belo Horizonte, também ocupavam as páginas do Diário de Minas, como o caso das lojas: *Notre Dame de Sabará; A Popular, Pharmacia Popular, Collegio Santa Cruz, Fabrica de Confetti* – os quatro de Barbacena; *Hotel do Commercio*, em Villa Nova de Minas; *Pharmacia Brasileira*, e, *Granado* – estas duas últimas, de origem carioca. Neste caso, era praxe anunciar o representante na Nova Capital que, ao longo do tempo, acabava por firmar-se com loja física na cidade¹³⁸.

¹³⁷Ver, como exemplo: DIARIO DE MINAS, *Resenha Agricola, Cultura da cebola*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Industria agricola, op. cit.*, p. 2; DIARIO DE MINAS, *Economia rural, op. cit.*, p. 2.

¹³⁸Como exemplo, citamos *Olympio de Assis*: inicialmente, representante na Capital do escritório comercial de *Arthur Lyra*, em sequência, abre o depósito *Olympio de Assis* com destaque para a venda das *Biciclettes Cleveland*. (DIARIO DE MINAS, n. 2; 3, 1899).

A prática publicitária empregada no Diário de Minas recorria a estratégias como: a publicação de anúncios desde a primeira página do jornal, o investimento em mais de um anúncio, por anunciante, em uma mesma edição do jornal; o emprego de imagens – considerado financeiramente custoso naquela época – além da diversificação das molduras, das tipografias, das diferentes dimensões do anúncio na página do jornal, seriam algumas das estratégias utilizadas naquelas publicidades – como podemos observar na figura 11, através do emprego de diferentes molduras para anunciantes de ramos de negócios diversos (um escritório de advocacia e uma clínica dentária):

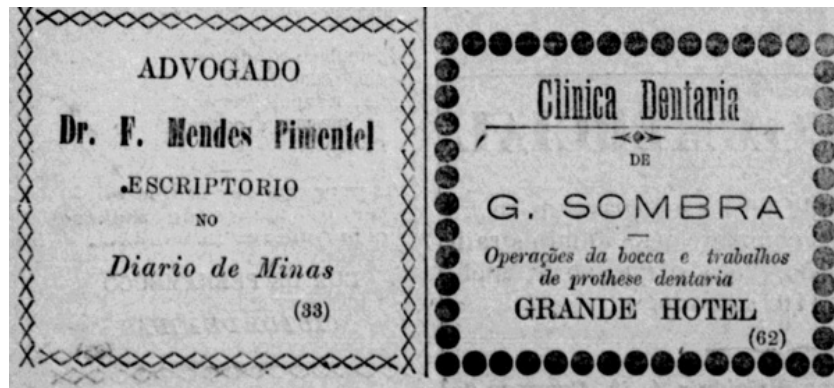


Figura 11: O emprego de molduras estilizadas em anúncios da seção publicitária do Diário de Minas.
Fonte: Adaptado de DIÁRIO DE MINAS, 1899

No que diz respeito ao público consumidor do jornal, apesar das interpretações do Diário de Minas como um “jornal sem leitores” (FRANCO, 1961; SODRÉ, 1966; CASTRO, 1995), os anúncios publicitários deste periódico deixam transparecer os seus possíveis consumidores leitores. Dentre estes anúncios, por exemplo, encontramos a descrição dos objetos de uma “casa de família”, expondo a diversidade de produtos à venda na casa comercial *A. Casaes & Comp.*: a mobília de jacarandá, os espelhos com molduras douradas e aqueles de porcelana para lavatórios, o guarda casacos, seriam anunciados como “úteis para *casa de família*”¹³⁹. Outro exemplo, o anúncio da casa de calçados *Santos & Irmão*, descreve o seu público: homens, senhoras e crianças¹⁴⁰. O público feminino, aliás, será assumidamente um dos enfoques do Diário de Minas, assim como discutimos anteriormente sobre as crônicas literárias publicadas no jornal¹²⁸. Supomos, assim, que os anunciantes se baseavam também no público leitor das páginas noticiosas do jornal que, por vezes, esclareciam a quem se endereçavam. No artigo *Reforma Tributária*, por exemplo, encontramos

¹³⁹ Ver: DIÁRIO DE MINAS, *Grande empório de moveis*, 1899, p. 3, *grifos nossos*.

¹⁴⁰ Ver: DIÁRIO DE MINAS, *A Bota Americana*, Santos & Irmão, 1899, p. 3.

especialidades profissionais a que se apontava aquele texto jornalístico: sociólogos, economistas, políticos, enfim, “todos os mineiros”¹⁴¹.

Em síntese, tomando como amostra o investimento publicitário perceptível no Diário de Minas desde a sua origem, de fato, constatamos a “primazia do capital comercial” na transformação da imprensa no final do século XIX. O Diário de Minas fará parte, portanto, da gama de jornais daqueles tempos, “organizados em suma e antes de tudo como *empresa comercial* e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade” (SODRÉ, 1966, p. 288, *grifos nossos*).

2.4.4. Através do prospecto: forma e conteúdo adotados pelo Diário de Minas

Quando apresentado em 15 de novembro de 1898, a edição prospecto do jornal belorizontino Diário de Minas espelha a forma adotada e o conteúdo que abordará o periódico, pelo menos, ao longo do seu primeiro ano de publicação a partir do 1º de janeiro de 1899 – nos indicando uma fonte oportuna ao exercício de uma primeira análise de conteúdo do jornal, ou seja, dando início a um primeiro entendimento da feitura jornalística do Diário de Minas: alguns dos seus interlocutores, das suas práticas, dos seus contextos.

Notamos, por exemplo, que logo na primeira página do periódico, junto ao retrato de Campos Salles, temos notícias das “casas velhas” do “antigo arraial de Bello Horizonte” através de uma chamada sobre o pagamento do aluguel daqueles imóveis que, ao que tudo indica, eram resquícios da paisagem urbana curralense na Nova Capital. Esta chamada será noticiada ao longo das primeiras edições do jornal Diário de Minas, variando na forma de se alertar sobre a quitação dos alugueis dos remanescentes edifícios curralenses, assim como da demolição e da venda dos massames destes¹⁴². Dando continuidade a este tema imobiliário, no prospecto do Diário de Minas também será referenciada a compra de lotes por aforamento, ou seja, daqueles indivíduos que adquiriram imóveis na Nova Capital com o propósito de uso específico para os mesmos – diz-se: residencial, comercial, industrial, etc. Este dado, retoma outra notícia relatada nesta edição do

¹⁴¹ Ver: DIÁRIO DE MINAS, *Reforma Tributária, op. cit.*, p. 1.

¹⁴² Ao todo, dentre as edições do Diário de Minas, encontramos 12 registros sobre as *casas velhas* do antigo arraial de Bello Horizonte. No que se refere ao aluguel das casas temos as seguintes edições do primeiro ano de vida do Diário de Minas: 3, 4, 5, 6, 101. Em diálogo, temos noticiado a demolição e a compra de massames destas antigas residências curralenses, em outras 6 edições deste primeiro ano do periódico: 21, 51, 98, 108, 103, 186. Cabendo à edição de número 1, do segundo ano de vida do Diário de Minas, a última notícia sobre as *casas velhas* do arraial.

Diario de Minas, no qual fica registrada a prisão do funileiro *Joaquim Guerreiro* – nota-se: à rua Tupinambas – devido à “relutância de pagamento do imposto de indústria e profissão¹⁴³”. Desta breve notícia jornalística, podemos ter noção tanto da profissão de *Guerreiro* que traduz a aplicação e a instalação de peças de metal na Nova Capital, assim como da sutil indicação espacial, a rua Tupinambas, como um ponto de referência urbana na Belo Horizonte daqueles anos de 1899.

Ainda sobre o registro espacial, indicado no número prospecto do Diario de Minas, podemos citar as cidades que compõem, mesmo se pontualmente, parte da paisagem externa belorizontina, mas claramente, participante desta. A cidade ouropretana, por exemplo, será citada no número prospecto, quando da referência à inauguração do *Gymnasio de Ouro Preto*, trazendo a oportunidade ao Diario de Minas de expressar a antiga capital mineira como o “berço da civilização mineira” – “meca das tradições históricas de Minas”. De forma semelhante, dentre as diversas cidades noticiadas em uma nota jornalística do prospecto, sobre os trabalhos eleitorais nas cidades mineiras – sendo algumas delas: Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete), Juiz de Fora, Uberaba, Barbacena – fica o elogio à Nova Capital, que parte da cidade de *Sabará* através dos seguintes dizeres: “É esperado com ansiedade o aparecimento do Diario de Minas”¹⁴⁴.

Deste fato, ressaltamos a constante *autopromoção* do jornal, em diferentes matérias jornalísticas do seu número prospecto – traço constante nas suas demais edições de 1899. Em coluna intitulada *Diario de Minas*, por exemplo, fica esclarecida a “inovação” introduzida por este periódico, na “imprensa jornalística do Brasil”, ou seja, o lançamento do jornal através da *edição prospecto*. Esclarecendo que, apenas no estrangeiro esta estratégia de promoção jornalística vinha sendo utilizada¹⁴⁵, o Diario de Minas destaca as utilidades desta ferramenta promocional: “para que assignantes e annunciantes possam julgar das *vantagens* (...) o formato, o typo, a distribuição da matéria de *redacção* e das *publicações pagas*”; ficando também ressaltada, a “variedade de colaboração” e a “multiplicidade de informações” – frisadas pelo Diario de Minas como: oficiais, locais e extra-muros – todas estas, características que levam o periódico a comemorar a *nova imprensa*¹⁴⁶. Deste fato, retomamos a fala de José Joaquim Xavier da Veiga (1898) sobre o impacto da proclamação da República no jornalismo, em que o historiador tece a seguinte descrição sobre a “nova imprensa” mineira:

¹⁴³ DIARIO DE MINAS, *Hotem á noite foi preso*, 1898, p.1.

¹⁴⁴ DIARIO DE MINAS, *Eleições de Hoje*, 1898, p.2.

¹⁴⁵ O ineditismo do número *prospecto* inaugurado pelo Diario de Minas, será desmentido por Linhares (1995), que descreve o periódico, *A Patria Mineira*, de São João del Rey – como o pioneiro neste tipo de estratégia promocional em solo brasileiro. Ver LINHARES, p. 61.

¹⁴⁶ Informações retiradas de: DIARIO DE MINAS, *Diario de Minas*, 1898, p.1.

falhando-lhe o velho e favorito thema politico e cedendo á corrente do industrialismo (mais palavroso do que real, infelizmente, é forçoso reconhecê-lo), que arrasta e domina a generalidade dos espiritos desde 1889, a imprensa periódica passou a dedicar boa parte de suas cogitações e labores ás questões praticas – lavoura, commercio, viação, colonização, manufacturas, etc (VEIGA, 1898, p. 88, grifos nossos)

Em partes, podemos considerar esta alegação de Veiga (1898) quando observamos estas mesmas “questões práticas” evidenciadas no conteúdo jornalístico do Diario de Minas de 1899. No entanto, o tema político continuará a pautar grande parte deste conteúdo, fato perceptível em diversas partes do prospecto do Diario de Minas, ou seja, daquilo que viriam a ser, também, as futuras edições deste periódico. Assim como já citado, começamos pela data escolhida para o lançamento do modelo piloto do jornal – 15 de novembro – coincidindo com a comemoração da proclamação da república brasileira. Mais evidente, na matéria intitulada *Quinze de Novembro*¹⁴⁷, temos os apontamentos do jornal sobre a vitoriosa sucessão do governo de Floriano Peixoto/Prudente de Moraes para a “segunda presidência civil” brasileira, a de *Campos Salles* que, por sua vez, será o título de outra matéria no prospecto do Diario de Minas¹⁴⁸. Neste sentido, o recém empossado presidente da República, será noticiado na primeira página do prospecto através de um retrato seguido de uma notícia jornalística (ver figura 12) – uma estratégia costumaz da imprensa dos oitocentos, também conhecida como “galeria de retratos”¹⁴⁹:



Figura 12: Primeira página do número prospecto do Diario de Minas (1898), seguido da ampliação da notícia jornalística ilustrada com o retrato de Campos Salles.
Fonte: Adaptado do acervo da Coleção Linhares (UFMG, 2021)

¹⁴⁷ DIARIO DE MINAS, *Quinze de Novembro*, *ibid.*, p.1.

¹⁴⁸ DIARIO DE MINAS, *Campos Salles*, *ibid.*, p.1.

¹⁴⁹ Indicamos como exemplo, a sequência de retratos nas capas da revista belorizontina Novo Horizonte (1910-1911). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=187712&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 17 de dezembro de 2021.

Neste ritmo interessa notar, dentre as estratégias jornalísticas empregadas na época, quando o Diário de Minas utiliza de uma entrevista com o presidente do Estado – Silviano Brandão – a possibilidade de descrever, sucintamente, um panorama econômico mineiro. Na matéria intitulada, *O Governo Mineiro: a capital do Estado*¹⁵⁰, por exemplo, fica a crítica do jornal aos “alevantados intuitos do congresso” sobre a “custosa estação agrícola” – uma tecnologia moderna em 1898 que, no entanto, demonstrou-se menos eficaz que “os velhos e rotineiros processos de agriculturação”, considerados estes, superiores “às máquinas as mais aperfeiçoadas”. Ademais, serão citados também, o “equilíbrio orçamentário” do Estado Mineiro impactado na época pela baixa do café – item de exportação primária no Brasil do final dos oitocentos – resultando, segundo descrito no jornal, na “reforma do sistema tributário mineiro”. Deste fato, o Diário de Minas explicita a impossibilidade da *lavoura* arcar com o *fisco*, cabendo ao *imposto territorial* “racional e equitativo” a solução a este problema orçamentário mineiro.

Deste panorama, é possível interligar uma das explicações sobre a completa construção de uma cidade moderna mineira, no final do século XIX, que responderia – mesmo se minimamente – à nascente indústria imobiliária mineira, ou seja, outra forma de descrevermos este imposto territorial “racional e equitativo” descrito no prospecto do Diário de Minas. Fato que nos leva impreterivelmente a questionar se, em 1899, interpretava-se a construção de uma nova cidade como parte da solução orçamentária do Estado Mineiro daqueles tempos.

Neste sentido, o ramo imobiliário será expresso de diversas formas nas páginas do Diário de Minas: nos anúncios de hotéis, usualmente inscritos nas páginas publicitárias do periódico, destaca-se o *Grande Hotel* como um dos anunciantes mais assíduos desde o número prospecto do jornal; sendo o ramo imobiliário expressado, também, na forma de publicidades de aluguel e compra de casas, diariamente publicadas desde a edição prospecto, auxiliando na nossa percepção sobre o formato da paisagem urbana da nascente Capital. Notamos, por exemplo, três chamadas para o aluguel de imóveis que respondiam a dois usos, comumente aplicados de forma simultânea em um mesmo imóvel: “para negócio e para família”¹⁵¹. Outro exemplo seria a alfaiataria de *Raul Mendes & Companhia*, denominada, *A Capital*, trazendo em sua publicidade a especificação de que: “Tem anexa à casa [comercial]”, uma “bem montada alfaiataria”¹⁵²; ainda nos anúncios, ficaria registrada a indústria da nascente Capital como o caso do *Laboratório Industrial Mineiro*¹⁵³, esclarecendo ao

¹⁵⁰ DIÁRIO DE MINAS, *O Governo Mineiro, a capital do Estado, ibid.*, p.1.

¹⁵¹ Ver: DIÁRIO DE MINAS, *Aluga-se uma casa, op. cit.*, p. 3; DIÁRIO DE MINAS, *Aluga-se na rua de S. Paulo, op. cit.*, p. 3; DIÁRIO DE MINAS, *Compra-se uma casa, op. cit.*, p. 3.

¹⁵² DIÁRIO DE MINAS, *A Capital, ibid.*, p. 3.

¹⁵³ DIÁRIO DE MINAS, *Laboratório Industrial Mineiro, ibid.*, p.2.

leitor a divisão do setor em dois ramos: o industrial e o farmacêutico. Em outro caso, no anúncio de *Silva Araujo & C.*, temos a descrição de uma “grande fábrica a vapor de produtos químicos”¹⁵⁴.

Ademais, a ressalva sobre os processos na agricultura mineira, denominados por Silviano Brandão (1898) como “velhos e rotineiros”, também deve ser considerada neste cenário urbano da Nova Capital. Percebemos, assim, a sutileza das matérias jornalísticas no número prospecto do Diaro de Minas, em que: ovos, açúcar, canela, limão, todos ingredientes de uma receita culinária anunciada no jornal – o *Bôlo Silvianista*¹⁵⁵ –, junto aos itens do mercado precificados no jornal, como: milho, feijão, fubá, farinha de mandioca, café, milho, toucinho, queijos, ovos, frangos, etc.¹⁵⁶ – compõem uma espécie de paisagem comercial e agrícola mineiras. Um exemplo curioso que consta no prospecto do Diaro de Minas, será o anúncio da casa comercial *Costa Leite & Comp.* em que a venda de “mudas e plantas¹⁵⁷”, especificamente de “laranjeiras, magueiras”, nos auxiliam a recompor os pomares, quintais, e talvez, a arborização urbana da nascente Belo Horizonte. Pois, assim como o Padre Francisco Dias (1997) descreve sobre o hábito dos curralenses relacionado ao cultivo de frutas: “Plantavam-nas por mero gosto de as ter (...) e para vender a quem as viesse procurar á porta.” (DIAS, 1997, p. 32). Sendo que, por mais que o ramo farmacêutico buscasse em suas publicidades expressar a modernização através da indústria, assim como demonstra um anúncio do número prospecto do Diaro de Minas: “plantas indígenas e exóticas” eram preparadas pelos “processos mais modernos” àquela época – demonstrando a inovação de métodos, ainda assim, baseados “na natureza e nos vegetais¹⁵⁸”. Ideia, que também equivaleria aos estudos da comissão construtora relativos ao “plantio e replantio de árvores indígenas e exóticas”, aplicados na execução de jardins e parques, assim como nas praças e avenidas da Nova Capital – informações estas que viriam a constar na Revista Geral da CCNC como uma das incumbências da 4ª divisão da comissão, responsável pelo estudo e preparo do solo da futura capital¹⁵⁹.

A forma da imprensa lidar com a paisagem belorizontina daqueles tempos pode ser detectada, também, no que Castro (1997) descreve como “fragmentos de informações”, habitualmente dispersas nas páginas dos jornais – e que muito falam, mesmo se indiretamente, daquela paisagem belorizontina de 1899. No prospecto do Diaro de Minas, temos por exemplo, a notícia de uma constatação sobre o quão extenso seria um túnel, composto por todos aqueles que

¹⁵⁴ DIARIO DE MINAS, *Silva & Araujo e C.*, *ibid.*, p.4.

¹⁵⁵ DIARIO DE MINAS, *Recebemos de uma distincta bello-horizontina*, *ibid.*, p.2.

¹⁵⁶ DIARIO DE MINAS, *Commercio*, *ibid.*, p.2.

¹⁵⁷ DIARIO DE MINAS, *Mudas e Plantas*, *ibid.*, p.3.

¹⁵⁸ DIARIO DE MINAS, *Extratos Fluidos*, *ibid.*, p.4.

¹⁵⁹ Ver: MINAS GERAIS, *Revista Geral II*, 1895b, p. 80.

existiam no mundo (de 1899): atingiriam a extensão de 51 milhas, afirma a matéria, sendo eles em número de 1.142¹⁶⁰. Em outra anedota urbana, ficam registradas as velocidades para se dar a “volta em torno da terra”: por uma pessoa, por um trem, pela luz, e por fim, “pela eletricidade em um fio de cobre¹⁶¹”. Este último, nos remete ao anúncio da casa comercial de *Olympio de Assis*, anunciante assíduo do Diário de Minas, especializado em instalações de luz elétrica nas casas particulares da Nova Capital, além de comercializar: “campainhas, pilhas, lâmpadas, etc¹⁶²”. Como desfecho, podemos associar a estes eventos, um terceiro: a instalação da luz elétrica no prédio do próprio Diário de Minas – evento que também será publicado no prospecto deste jornal¹⁶³.

Ao se apontar para os grandes temas do jornalismo, assim como descreve Veiga (1898) – a lavoura, a aviação, a colonização, etc – o Diário de Minas deixa, por fim, em destaque na última página do seu número prospecto, dois temas caros àquele período: a *imprensa* e a *cidade*. Trata-se de um anúncio do próprio Diário de Minas, com os seguintes dizeres:

As oficinas d’este jornal montadas em predio proprio e construido especialmente para esta industria, todo illuminado á luz electrica, dispondo de excellentes machinas movidas a vapor (DIARIO DE MINAS, Oficinas do Diario, 1898, p. 4, grifos nossos)

Entende-se, assim, que a cidade e o jornal coabitariam um no outro, seja através da construção de um prédio realizado especialmente para aquele jornal, naquela Capital, seja na própria trajetória de vida destes dois conteúdos que falam de espaços – o do jornal e o da cidade. Não por acaso, a imagem que ilustra este anúncio supracitado traz, simbolicamente, a incorporação da *indústria impressa* – incluindo a imprensa – na paisagem urbana (figura 13):

¹⁶⁰ DIARIO DE MINAS, *Pacotilha*, *ibid.*, p.2.

¹⁶¹ *Ibid.*

¹⁶² DIARIO DE MINAS, *Iluminação electrica*, *ibid.*, p.3.

¹⁶³ DIARIO DE MINAS, *Não podemos calar nossos agradecimentos*, *ibid.*, p.2.



Figura 13: Publicidade ilustrada do jornal Diario de Minas.
Anúncio na edição prospecto do jornal de 1898.
Fonte: Acervo da Coleção Linhares (UFMG, 2021)

Para além do *boom* do cartaz como um “fenômeno mundial” naqueles tempos de 1899¹⁶⁴ – o anúncio do Diario de Minas, assinalado na figura 13, traz implicitamente a figura da Imprensa que se instala pouco a pouco nas cidades. Sendo ainda mais curiosa a relação da paisagem e da imprensa, belorizontinas, quando encadeamos algumas das ideias expressas nas páginas do Diario de Minas – como no caso dos registros encontrados na sua edição prospecto, em que: a prisão do funileiro Joaquim Guerreiro daria sequência à matéria sobre o presidente Campos Sales, sendo esta, uma homenagem que se mesclaria às diversas sociedades de negócios instaladas em casas comerciais que também serviam à moradia de famílias, além da indústria farmacêutica equipada com modernas máquinas à vapor, e das mudas de mangueiras que viriam a ornar toda aquela paisagem urbana. Em suma, ali ficariam marcados os interlocutores, as práticas e os contextos inscritos no jornal e na cidade – e que, apesar de dispersos e fragmentados ao longo das páginas do Diario de Minas, mesmo assim, possibilitam encadeamentos de ideias sobre a paisagem belorizontina.

¹⁶⁴ Para uma leitura aprofundada indicamos a obra *O cartaz* (MOLES, 2004).

Entendido, portanto, todo este conjunto de informações que abordamos neste capítulo – descrevendo os inventários, as revistas industriais e estatísticas, e, finalmente, o Diário de Minas representando a imprensa do final do século XIX – daremos sequência a esta pesquisa a partir de uma espécie de “história compilada” a partir dos registros encontrados nestes referidos documentos. Partindo da ideia de que havia uma localidade escolhida para se erguer a Nova Capital – o Curral del Rei – entendemos ser de suma importância verificarmos o que fica registrado e documentado sobre o antigo Curral: sua indústria, seu comércio, seu cultivo, etc. Ou seja, buscamos entender do que se tratava aquela paisagem desde 1778 até a fase em que se estabelece o Curral del Rei como a localidade ideal para se erguer a futura Capital mineira.

Capítulo 3

O CURRAL DEL REI EM VIAS DE SE OFICIALIZAR A FUTURA CIDADE DE MINAS

Neste capítulo, buscamos dar conta da *história registrada* nos documentos consultados nesta pesquisa e que nos direciona ao entendimento do Curral del Rei em vias de se tornar a Nova Capital mineira. Trata-se de um capítulo que contextualiza o leitor – sobre uma espécie de “*protohistória sucinta*” (1778 à 1890) da localidade em que se fundaria Belo Horizonte em 1897 – embasando-nos, principalmente, nos inventários de Joaquim da Rocha (1778) e de Henrique Gerber (1863), nos Almanques e nas Revistas Industriais do meio século, na Revista Geral da CCNC (1895) e em algumas falas da imprensa do final do século XIX.

Falaremos, assim, desde os tempos da fazenda do Cercado, localidade que em 1750 será oficializada como Freguesia do Curral del Rei; entenderemos, que apesar das suas imensidades de carregações de toucinho, açúcar, aguardente, milho, feijão, arroz, etc., o Curral não escaparia do secular fisco, ou, da alta do câmbio, além de percebermos que, mesmo quando em 1864 mais do que quadruplica o decréscimo populacional curralense, contabilizando apenas 4.000 habitantes, aquela região faz vingar o fabrico do algodão naquelas terras férteis que nada deixavam a desejar, também, na manufatura do ferro – com suas fábricas de turbinas e rodas hidráulicas primitivas que seriam arrematadas pela comissão construtora em 1895: um investimento útil e rendoso! Antes disso, fecha-se uma estrada ali, constrói-se um *pontilhão*¹⁶⁵ aqui, bem nos caminhos que levavam à Belo Horizonte. Nesta, barracões e cafuas, casas inabitáveis e construções temporárias, sem falar das licenças e concessões de lotes: tudo faria parte da completa desapropriação do antigo Curral em vias de se oficializar a Nova Cidade de Minas.

¹⁶⁵ No dicionário temos a seguinte definição para *pontilhão*: pequena ponte; ponte pouco extensa (PONTILHÃO, 2021) Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pontilhao/>. Acesso em: 12 de dezembro. 2021.

3.1 Ótimas terras de cultura e a pequena indústria curralense: do quinto do ouro ao vigilante do fisco (1715-1899)

Pois foi nesse período anárquico que nasceu o Curral del Rei, tendo por crisálida a fazenda do Cercado, as suas cafuas, o seu rancho de tropas e uma pequena capela de barro e capim, já fadado a ser a Capital de Minas, perto de duzentos anos mais tarde.
(Abílio Barreto, 1996)¹⁶⁶

Quando aproximadamente em meados de 1500, intensificaram-se as expedições das bandeiras em busca do “imaginário eldorado” na futura região de Minas Gerais, como descreve o historiador Abílio Barreto (1996a), é a partir de 1700 que João Leite da Silva Ortiz, genro do afamado bandeirante Borba Gato, se instala no que viria a transformar-se no Curral del Rei, futura Cidade de Minas¹⁶⁷. Ortiz se estabelece ao longo da Serra das Congonhas – atual Serra do Curral – em busca de faisqueiras de ouro, e, “descobrimo um belo sítio com ótimas terras de cultura e magníficos pastos para criação¹⁶⁸, deles se apossou, fixando-se com numerosa escravatura nesse lugar, a que denominou Cercado” (BARRETO, 1996, *História Antiga*, p. 91). É válido destacar um possível resquício da fazenda do Cercado que viria, assim, a constar nos estudos cartográficos da comissão construtora da Nova Capital, em 1895, como por exemplo – na planta da *Área determinada pela rede de triangulação geodésica para a edificação da Nova Capital*, sendo usado como um dos pontos da geodésia o local denominado *Cercadinho* (figura 14) – possivelmente em referência ao Córrego de mesmo nome –, sendo exposto pela imprensa de 1896 como um dos pontos mais “distantes e extensos” em relação ao centro urbano da Capital¹⁶⁹:

¹⁶⁶ Trecho do livro *Belo Horizonte: memória história e descritiva*, História Antiga (BARRETO, *História Antiga*, 1996, p. 116)

¹⁶⁷ Dentre os documentos consultados nesta tese, sobre as bandeiras realizadas entre os anos de 1500 a 1600, ver: BARRETO, 1996, *História Antiga*, p.81. 2. Em relação a Borba Gato, recomendamos: ROCHA, 1995, p. 106.

¹⁶⁸ Neste contexto, entende-se criação como: procriação de animais domésticos e o seu desenvolvimento (CRIAÇÃO, 2021). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/criacao/>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

¹⁶⁹ Dados consultados em: A CAPITAL, *Rescisão de contrato*, 1896, p. 2.

mineração, de que pelo inevitável extravio, á que sua exorbitancia convida. (ASTRO DE MINAS, *Prospecto*, 1827, p. 2, grifo nosso)

Já nos idos de 1899, os impostos cobrados a partir da pecuária, mas, principalmente através do comércio, farão as vezes do quinto do ouro. Pois, assim como consta nas notas jornalísticas sobre o *matadouro* belorizontino, donde um total de 1.366 quilogramas de gado abatido arrecadava 54\$000 de imposto, de forma mais explícita, se criticava a forte fiscalização sobre o comércio em Belo Horizonte da seguinte forma: “O cigarro que fumas, o vinho falsificado, que bebas, o phosphoro, que ascendes, a bota, que calças – tudo tem o sello (...) *vigilante do fisco*¹⁷⁰”. Neste sentido, pode-se dizer que desde a primitiva aplicação do arraial curralense como um local de ajuntamento do gado, em 1700, até o desenvolvimento do comércio de bens manufaturados na cidade de Belo Horizonte de 1899: se dá a ver o crescimento comercial daquela região, portanto, o inevitável controle fiscal ali praticado. Ou seja, falar dos carregamentos dos tropeiros será o ponto de partida para compreendermos como se dá o desenvolvimento comercial e industrial na localidade em que se fundaria a Nova Capital.

3.1.1 Comercializar nas Minas Gerais de 1800: da imensidade de carregações à alta do câmbio

Sabe-se que nos primeiros anos do Curral a sua produção se baseava na lavoura, na criação e negociação de gado, assim como, na fabricação de farinha. Entende-se portanto que o sustento do antigo arraial de 1700 era resumido à lavoura e à criação pastoril, não se baseando na exploração do ouro. Assim como Barreto (1996a) retoma, enquanto Vila Rica, Sabará, Serro Frio e outros núcleos coloniais se constituíam em vilas populosas e ricas, por se localizarem em terrenos auríferos, o Curral del Rei, por sua vez, estagna no seu desenvolvimento por não acompanhar o perfil destes lugares referidos, ricos em faisqueiras. No entanto, João Leite da Silva Ortiz consegue fazer fortuna neste arraial, como nos conta Barreto (1996a), através da venda dos produtos da sua fazenda:

produtos esses que custavam consideráveis quantias, uma vez que naqueles áureos tempos quase toda gente preferia minerar a cuidar de lavoura ou pecuária. [...] Ortiz escolheu os trabalhos da fazenda que lhe prometiam lucros consideráveis (BARRETO, 1996a, p. 102)

¹⁷⁰ Informações, respectivamente, retiradas de: DIARIO DE MINAS, *Matadouro*, 1899, p. 2; DIARIO DE MINAS, *Bohemios*, *op. cit.*, p. 1, *grifos nossos*.

Em relação a rede urbana das Minas Gerais no início do século XVIII, não caberá apenas à mineração o desenvolvimento desta região mineira, mas também: à agricultura, à pecuária, e, sobretudo, como destaca Fonseca Damasceno (2011), ao intenso comércio que se desenvolve em Minas Gerais, permitindo a transformação de vários núcleos incipientes e precários de povoamento – e aqui podemos acentuar o caso do Curral del Rei – classificados como:

acampamentos mineiros, locais de arranchamento de tropeiros, pouso à beira dos caminhos – [transformados] em povoações estáveis, populosas e com casas e templos bem mais sólidos que as construções dos arraiais primevos. (FONSECA DAMASCENO, 2011, p. 25)

Desta forma, na contramão de se associar a decadência da mineração à suposta estagnação econômica mineira setecentista, deve-se considerar povoações como o Curral del Rei que a partir de meados do século XVIII tiveram uma “importância primordial às atividades agropecuárias e comerciais [das Minas Gerais]” (FONSECA DAMASCENO, 2011, p. 34). Em consonância, em seu inventário da capitania de Minas Gerais, José Joaquim da Rocha traça, em 1778, o cenário da economia da capitania no que diz respeito à produção de víveres nesta região. A começar pela Vila do Ribeirão do Carmo, onde a penúria de mantimentos como o milho e o feijão, junto a outros fatores, ocasionavam o desamparo da população desta localidade, em sentido contrário, o memorialista cita a vila de Pitangui – a noroeste de Sabará: “em terreno bastante fértil de peixe, caça, gados (...) para o sustento da vila. Na vizinhança desta, tem muitas fazendas de gado vacum que não só fornecem à mesma Vila, mas ainda às demais da Capitania” (ROCHA, 1996, p. 117).

Ainda sobre esta vila, Rocha (1996) retoma que nesta comercializavam “imensidade de carregações” de toucinho, além da aguardente de cana produzidas nas vizinhanças de Pitangui, somados a um “açúcar singular”. A Vila de São José, por sua conta, é descrita como a terra “mais abundante de víveres que tem todas as Minas” (ROCHA, 1996, p. 126), pertencendo à Comarca do Rio das Mortes, responsável pelo sustento de todas as demais Comarcas das Minas, fornecendo: gado, toucinho, queijo, milho, feijão e arroz.

Outra comarca de destaque, a do Serro Frio, também era símbolo de prosperidade, nela se plantava: milho, feijão, arroz e cana de açúcar, considerados por Rocha (1996) como, “os frutos que fertilizam as Minas”. É válido destacar que até o final do século XIX estes mesmos itens marcam presença no sustento das Minas Gerais, compondo a lista de mercado dos anos de 1890 em que se assinalava:

arroz, sacco 11\$000; *Açucar* meia côr 4\$500; *Açucar* branco 5\$000; Batatinhas 50 litros 6\$000; Carne seca 6\$000; Café 9\$500; *Feijão* 50 litros 4\$800; Fuba 2\$000; Farinha de milho 2\$500; Farinha de mandioca 5\$000; *Milho* 2\$200; Ovos dúzia 400; Queijos dúzia 9\$000; Rapaduras carga 16\$000; Restilho carga 30\$000; Sabão Arroba 3\$300; Polvilho

8\$000; *Toucinho* 13\$500; *Sal sacco* 1\$800. (O CONTEMPORANEO, *Até o dia 1 foram os seguintes os preços no nosso mercado*, 1890, p. 3, *grifos nossos*)

Corroborando este fato, podemos traçar um comparativo com a listagem de alimentos precificados em 1778, identificados no inventário de Joaquim da Rocha quando este cita a Comarca do Rio das Mortes:

não passam os seus preços de 450 rs a farinha de milho [aproximadamente R\$11,25]; a de mandioca 600 rs a arroba [aproximadamente R\$15,00]; feijão 450 rs [aproximadamente R\$11,25]; arroz, 900 rs o alqueire [aproximadamente R\$22,50]; toucinho a 1800 rs a arroba [aproximadamente R\$45,00]; queijos a 1200 rs a dúzia [aproximadamente R\$30,00] (ROCHA, 1996, p. 105)¹⁷¹.

Por sua vez, ao observarmos os estudos de Gerber de 1863, fica patente ao longo dos anos o aumento dos preços daqueles gêneros – que formavam a base da alimentação da população entre 1700 e 1800¹⁷² – donde, em um comparativo incluindo o nosso século XXI entendemos a seguinte flutuação em valores, calculados em réis, de algumas destas mercadorias (tabela 1):

Tabela 1 – Cálculo em réis dos preços de determinados gêneros entre 1778 e 2021

Mercadorias	1778	1862	1892	2021
Arroz	900 rs	4\$500	11\$000	195 rs
Feijão	450 rs	5\$000	4\$800	239 rs
Toucinho	1.800 rs	5\$400	13\$500	4\$760
Farinha de milho	450 rs	3\$5.000	2\$500	155 rs

Fonte: Adaptado de ROCHA (1996), GERBER (1997), O CONTEMPORANEO (1899), ROMA PLUS (2021)¹⁷³

Portanto, como uma perspectiva econômica desanimadora em 1892, um anúncio publicitário explica que “apezar da *excessiva alta de cambio* e da escassez de mercadorias” ainda assim, o comércio solucionava “reaes vantagens aos seus freguezes”¹⁷⁴. Em poucas palavras, os arranchamentos de tropeiros, que já sinalizavam o comércio primevo das Minas Gerais setecentistas, haveriam de solucionar séculos pela frente de altas de câmbio.

¹⁷¹ Para calcular os valores em reais (2021), acessamos o *Índice Estadão de Conversão*, disponível em: <https://www.diniznumismatica.com/2019/11/conversao-de-reis-para-real-utilizando.html>. Acesso em 28 de novembro de 2021.

¹⁷² Em seus estudos, Gerber elabora uma tabela intitulada, *Dos Preços dos principais gêneros alimentícios de 1820 em diante no Ouro Preto, Capital da Província* (GERBER, 2013, p. 111). Disponibilizamos esta tabela nos *Anexos* desta pesquisa.

¹⁷³ Cálculos realizados a partir do *Índice Estadão de Conversão. op. cit.* Disponível em: <https://www.diniznumismatica.com/>. Acesso em 28 de novembro de 2021.

¹⁷⁴ Trechos extraídos de: O CONTEMPORANEO, *Alfredo Ribeiro*, 1892, p. 4, *grifos nossos*.

3.1.2 De 1826 a 1864: da decadência populacional à produção exponencial do algodão curralenses

Além da fertilidade – também comercial – do solo curralense, deve-se atentar para a extensão do seu território ao longo do século XIX. Retomando que no ano de 1815, segundo Dias (1997), a povoação do Curral correspondia a 95 quilômetros – eram somados ao seu território: Sete Lagoas, Contagem, Santa Quitéria, Buritis, Betim, Paraopeba, Brumado, Itatiavo-assú, Mateus Leme, Neves, Araxá e Rio Manso. Será a partir do ano de 1826, que o antigo arraial atingirá o seu apogeu de desenvolvimento, e, segundo descreve Barreto (1996a), entrará em decadência populacional a partir deste referido ano devido aos sucessivos desmembramentos que sofrerá. Este processo será continuado ao longo dos anos, pois, assim como descrito no Almanak de Minas (1864a): em 1840 a população do Curral del Rei foi computada em 18.269 habitantes, sendo que, em 1847 os moradores curralenses totalizavam em 8.077, e, no ano de 1864 esta população será reduzida a 4.488 habitantes. É válido notar que, no período de 1865 a 1868, a própria província de Minas Gerais sofrerá alterações consideráveis, tendo em números, segundo Martins (1870): a criação de 4 comarcas, 9 municípios, 36 freguesias e 31 distritos; assim como, a supressão de 2 comarcas, 4 municípios, 7 freguesias e 7 distritos; e, por fim, a transferência de 1 município e 17 freguesias. No que se refere, especificamente, ao Curral del Rei, podemos citar, como exemplo, o distrito de Buritiz que, assim como afirma Martins (1870), outrora pertenceu ao Curral, bem como os curatos de Betim e Contagem que, no ano de 1847, foram desmembrados do território curralense.

Fato que não deve ser desprezado, a influência política da povoação do Curral, a partir de meados dos oitocentos, será fortemente impactada por tais desmembramentos, como retoma Martins (1870): no ano de 1847 o Curral contava com 3 eleitores que, no ano seguinte, somavam 4. Em 1854 eram computados 6 eleitores, totalizando 9 no ano de 1860. Números estes rasos, quando comparados com os de outras povoações mineiras, cabendo citar, por exemplo, os seguintes colégios eleitorais em 1864: Mariana com 138 eleitores, Ubá com 108, Ouro Preto com 87 e Sabará – colégio do qual a freguesia do Curral del Rei fazia parte naquele ano – com 63 eleitores.¹⁷⁵

No entanto, apesar do impacto político decorrente destes desmembramentos do Curral del Rei, por volta de 1847 observamos esta povoação como um dos maiores centros fornecedores de algodão, atraindo a instalação de fábricas de tecidos em regiões próximas como a afamada *Fábrica*

¹⁷⁵ Sobre o *corpo eleitoral* da Província de Minas Gerais em 1864, ver: *Almanak Administrativo, civil e industrial da província de Minas Gerais* (MARTINS, 1864, p. 13).

do Marzagão sediada em Sabará – um polo produtor influente, ainda após a fundação da Nova Capital, como mostra uma foto publicada na revista Novo Horizonte com alunos de Belo Horizonte visitando a referida indústria em 1910 (figura 15):

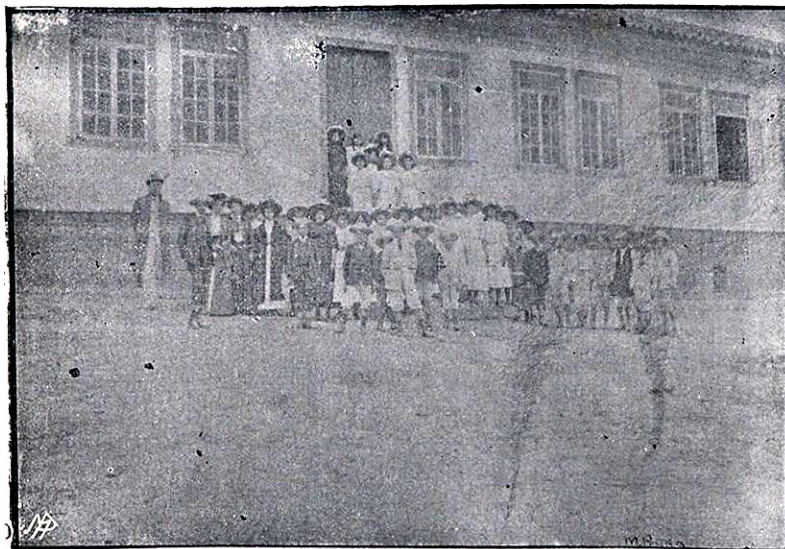


Figura 15: Excursão de alunos de Belo Horizonte à fábrica do Marzagão em Sabará.
Fonte: Revista Novo Horizonte, 1910

Sendo reconhecida como um cultivo secular nas Minas Gerais, em uma matéria jornalística de 1890 é retomado o apogeu da indústria do algodão e explicitado o contexto de dificuldade daquele ano:

as companhias de tecidos estabelecidas neste Estado [de Minas Gerais], devem ter sentido de tempos a esta parte, uma certa dificuldade de aquisição de matéria prima para o seu consumo [...] uma *cultura que tanto floresceu no século XVII até 1870*, aniquila-se pela falta de escolha da semente (O CONTEMPORANEO, *A cultura do algodão*, 1890, p. 1, *grifos nossos*).

Desta forma, mesmo a fabricação do ferro, de velas de sebo e a da farinha de mandioca, sendo algumas das demais produções que também despontariam num Curral del Rei que contava com 359 casas e 23 fazendas de cultura em 1864 – o fabrico do algodão persistiria como a única indústria daquela localidade¹⁷⁶. Da mesma forma, observamos os possíveis impactos da indústria naquela povoação, pois, ao avançarmos para o final dos oitocentos, o arraial sofreria uma redução drástica de suas casas, totalizadas em 172, na contramão das propriedades de cultura e criação que expressariam um aumento de 39%, em relação a 1864, com um total de 32 fazendas¹⁷⁷ – ou melhor, são números que dão a ver o que era aquele Curral em meados dos oitocentos: extensas culturas de

¹⁷⁶ Sobre as indústrias do Curral del Rei, ver: BARRETO (1996a); MARTINS (1868); MARTINS e OLIVEIRA (1864,); e, MEDRADO (1897).

¹⁷⁷ Dados consultados em CASTRO, 1997, p. 29.

algodão e criação, aqui e ali, alguns tropeiros com seus carregamentos de milho, cana, feijão e arroz.

3.1.3 A pequena indústria do ferro no arraial horizontino de 1897: um investimento rendoso ao Estado

Em 1895, a CCNC traz a seguinte descrição sobre a indústria do Curral del Rei:

ribeiros e nascentes são hoje aproveitados pela população, já para a sua pequena industria (...) Aqui são os moinhos tocados por turbinas ou rodas hydraulicas *primitivas*, ali uma fabrica de ferro de um *systema inteiramente colonial* (...) tendo como modelo, na especie, um martelo de *complicadas engrenagens e tirantes de efeitos nullos*, com acção *insufficiente e impotente* (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 13, *grifos nossos*)

Curiosamente, encontramos algumas coincidências entre este cenário descrito pela CCNC e a paisagem proveniente do refluxo rural, ocorrido na Europa do século XVI e XVII. Pois, assim como ressalta Mumford (1965), com a queda do comércio ultramarino na Europa daqueles séculos, as instituições da cidade medieval refluíram ao campo, produzindo aldeias e pequenas cidades urbanizadas, resultando na transformação das “pequenas e acanhadas” colônias, dos tempos medievais: “não raro uma coleção de barracas, de tamanho muito reduzido, feitas de restos de material, [transformadas] em pequenas comunidades vivas, compactas, bem ordenadas” (MUMFORD, 1965, p. 425). Nestas comunidades, relata o autor, tornou-se frequente o uso do engenho d’água e do moinho de vento.

Neste sentido, apesar das criticas direcionadas à indústria que existia no arraial de 1800, tido como “primitivo” e “insuficiente”, sabe-se que em 1885 encontramos o aperfeiçoamento da produção do ferro na região curralense. Assim como retoma Barreto (1996a), serão os empreendedores Virgílio Cristiano Machado, José Carlos Vaz de Melo e Campos da Paz, os fundadores de uma das primeiras fábricas de manufatura de ferro localizada na região denominada Cardoso, na periferia do Curral del Rei. Fabrica esta que, assim como sugeria o engenheiro da CCNC, Francisco de Paula Oliveira – devia ser adquirida pela própria comissão construtora por se tratar de um estabelecimento “útil e rendoso ao estado”¹⁷⁸. Arrematada em 1895, da negociação da fábrica de ferro na Revista Geral da CCNC temos o nº de ordem 143 relacionado aos ex-proprietários da fábrica, *Virgílio Machado e outros*, localizada no subúrbio de Belo Horizonte,

¹⁷⁸ Consultar: MEDRADO, 1894d, p. 305-306.

sendo negociada na importância de 45:000\$000¹⁷⁹. Em diálogo, porém, sem citar nomes, Padre Dias (1997) também relata a existência de uma “simples e modesta fabrica” onde se forjava ferragens, pertencente a uma sociedade de empreendedores curralenses ainda em 1897, o que nos leva a considerar que os “melhoramentos dos maquinismos e dos recursos naturais”, sobressaltados pelo engenheiro da CCNC em 1894, ainda não haviam sido colocados em prática pela comissão construtora àquela “modesta fábrica”. Em todo caso, a região do Cardoso na qual se localizava a fábrica – aliás, nas proximidades do Córrego de mesmo nome – seguirá nos planos cartográficos da comissão construtora como um dos vértices limítrofes para a definição da Nova Capital, como podemos observar na figura 16 – sobre a indicação das áreas urbana, suburbana e da pequena lavoura na Nova Capital:

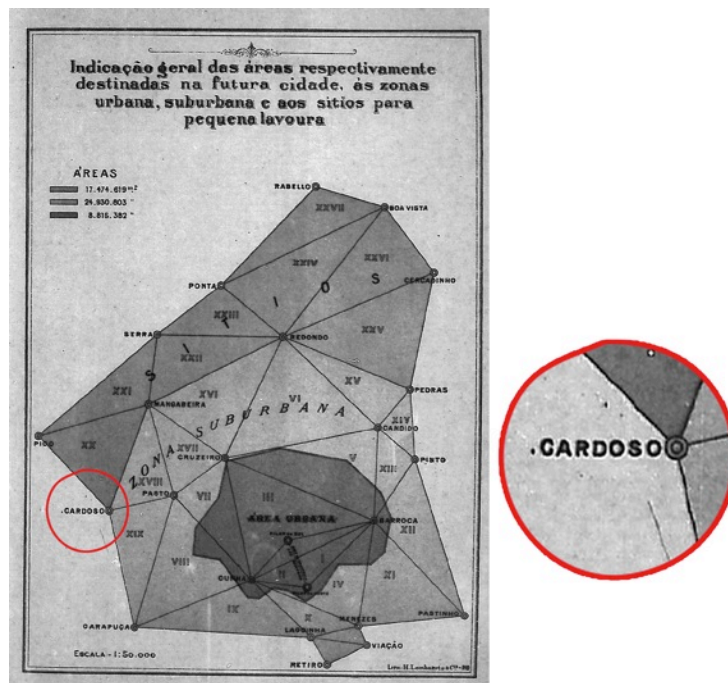


Figura 16: Montagem destacando a região do Cardoso, assinalada na planta das áreas urbana, suburbana e dos sítios da Nova Capital. Comissão Construtora da Nova Capital, 1895.

Fonte: Adaptado de MINAS GERAES, 1895c

Por volta deste mesmo ano encontramos, também, sinais da indústria do “carvão de pedra” que se instalava no antigo Curral, assim como observado em um edital publicado no jornal sabarense, O contemporâneo, em que se fazia saber:

aos interessados que a requerimento dos Cidadãos Candido de Araujo, José Carlos Vaz de Mello e João Carvalho de Aguiar, dirigido ao ministério da Agricultura foi expedido pela Secretaria do Governo d’este Estado o seguinte edital: Por esta Secretaria se faz publico que o Cidadão Candido de Araujo e outros, requerem ao ministério da agricultura

¹⁷⁹ Disponível em: MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, abril de 1895a, p.85.

permissão para a exploração do *carvão de pedra* na freguesia de *Bello Horizonte*, do município de Sabará. (O CONTEMPORANEO, *Editaes*, 1890, p. 4, *grifos nossos*)

Deste fato pode-se constatar que, dos diversos nomes citados até então, relacionados às indústrias extrativas – dentre eles, Cândido Fernandes, Vaz de Melo, Carvalho de Aguiar, Eduardo Edwards – serão estes, ainda, nomeados consócios do “Clube Republicano de Belo Horizonte” quando em 1890, foram encarregados pelo governo de levantarem uma estatística da freguesia de Belo Horizonte, como descreve Linhares (1952), nos seus diferentes ramos – extração de carvão de pedra, manufatura e ferro, etc.

Neste sentido, mesmo se apontado na época como primitivo e colonial, o Curral del Rei pode ser considerado, nos finais dos oitocentos, como uma região adaptada à pequena indústria da lavoura e extrativa. Considerar os moinhos hidráulicos e outros saberes técnicos da época como “primitivos”, ou, “heranças coloniais”, não exclui deste povoado traços de uma indústria específica que participará ativamente da economia e da política daquela localidade. Afinal, uma notícia jornalística de 1892 traduz bem o que se idealizava naqueles tempos como uma “cidade moderna”: com suas casas de tijolos, jardins, fábricas de “moinhos rápidos” para a produção do milho, e, serras para cortar madeira, além de máquinas para produzir café¹⁸⁰ – demonstrando que, mesmo com os aprimoramentos maquinários, permaneciam: os moinhos, os tijolos, a madeira serrada, etc. traços do urbano *horizontense* há séculos.

3.2 Dos caminhos que se dirigiam àquela Belo Horizonte provisória (1890-1899)

No que diz respeito aos registros sobre o Curral del Rei de 1890 a 1899, notamos a interpretação deste arraial como uma paisagem natural pouco explorada – artística e economicamente – pois, como descreve a Revista Geral da CCNC:

Não primam as cidades e povoados de Minas por bellezas artisticas de qualquer especie: o homem parece até hoje alheio ao instincto do bello, não aproveitando siquer os encantos de uma *natureza tão rica de sublimes*, no assentamento de seus lares: a veia de ouro ou de qualquer *minereo industrial*, a quéda d’agua, como *força motriz*, os pastaes espontaneos, o húmus *cafeeiro* ou a terra sã de *milho*, eis as balisas unicas das preferencias de sua localização no solo fertilissimo de Minas (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 12, *grifos nossos*)

¹⁸⁰ Ver a matéria na íntegra em: O CONTEMPORANEO, *A passeio de uma colonia chinesa*, 1892, p. 3.

A mineração, a força motriz hídrica, a criação e as culturas, notadamente do café e do milho, nos dão ideia do que era, em parte, a paisagem do antigo arraial na última década do século XIX. Em complemento, um anúncio publicitário de 1892, encontrado no periódico mineiro *O Contemporâneo*, nos auxilia a recompor em mais detalhes este cenário: anuncia-se a venda de uma fazenda denominada *Freitas*, localizada a 7 quilômetros de distância de Sabará e a “alguns menos de Belo Horizonte”:

com *casa de vivenda* antiga, porem bem construída e de sobrado, *moinho*, aguada á porta, própria para qualquer *machinismo de força* de 100 cavalos (...) terras fertilíssimas de culturas e para o *café, cacau e uva* (...) barro de 1ª qualidade para *telhas e tijolos, jasida de pedra para construção*, (...) abundância de *madeira de construção* e serra; há informação de *mina aurifera* (*O CONTEMPORANEO, Fazenda á venda*, 1892, p. 4, *grifos nossos*)

A Fazenda Freitas sendo considerada uma referência geográfica naqueles tempos, especificamente em 1897, o Padre Francisco Dias (1997) descreve o distrito do Curral del Rei medindo 18 quilômetros de norte a sul e 22 quilômetros de leste a oeste, a saber, destaca Dias (1997): da Fazenda do Freitas ao alto do Jatobá. A mesma ênfase será dada alguns anos antes no jornal *O Contemporâneo*, ao citar a região do Freitas como aquela em que ficava a estrada que de Sabará seguia para Belo Horizonte – nesta matéria jornalística de 1892 se especificava a falta de uma ponte, “prejudicando muito o trânsito”, sendo ressaltada a utilidade da construção de uma de forma a não ficar penalizado “o commercio de Bello Horizonte com Sabará”¹⁸¹.

Nos atrai, ainda, no anúncio *Fazenda á venda*¹⁸², a promoção de matérias primas como o barro para telhas e tijolos, além da pedra e da madeira, encontrados em abundância e qualidade na localidade – todos descritos no reclame como adequados para a construção civil. Sendo estes mesmos materiais analisados pela CCNC em 1893, quando do estudo das localidades indicadas para a Nova Capital¹⁸³ – compondo o que a comissão construtora denominava como “coleções de amostras”: a madeira, as pedras, os tijolos, as telhas, as argilas, os ocres, a cal, etc., ou seja, a gama de amostras coletadas para análise da futura Cidade de Minas. É válido observar que a madeira será uma matéria prima ressaltada desde os inventários oitocentistas, como descreve a fala de Silva (1997) sobre Minas Gerais: “O seu território compõe-se de matas riquíssimas de muitas *qualidades de madeiras*, próprias não só para construção, como também para marcenaria e tinturaria” (SILVA,

¹⁸¹ Trechos extraídos de: *O CONTEMPORANEO, Um pedido, ponte Freitas*, 1892, p. 1

¹⁸² Ver: *O CONTEMPORANEO, Fazenda á venda, op. cit.*, p. 4.

¹⁸³ Ver: MINAS GERAIS, *Comissão d’Estudo das localidades indicadas para a nova Capital, op. cit.* p. 6.

1997, p. 38, *grifos nossos*). Sendo que, em um anúncio publicitário de 1899, esta mesma matéria prima continuará a ser anunciada junto a ferragens, ao zinco, ao arame farpado e ao cimento¹⁸⁴.

A interferência na paisagem do antigo arraial naqueles tempos de 1890 pode ser vista, também, em outros níveis. Como é o caso do fechamento de uma via a pedido de um fazendeiro no distrito de Belo Horizonte, alegando que em terras de sua propriedade “passava um caminho velho e sem transito” e que, prejudicando a sua propriedade ficaria ele “no direito de fechar o terreno”¹⁸⁵. Da mesma forma, pedidos e autorizações para consertos de pontes e *pontilhões* serão praticas comuns à época, como consta o pedido de Joaquim Souza Menezes ao governo sabarense sobre “a urgente necessidade” de se concertar uma ponte no ribeirão próximo à sua residência, além de outra, no “Ribeirão da Pampulha”¹⁸⁶. Importa notar, também, que Joaquim Menezes será um dos nomes citados na Revista Geral da CCNC, constando na *Relação das propriedades adquiridas pelo Estado de Minas Gerais em Bello Horizonte* como ex-proprietário de “casa e terreno” em diferentes sítios: na Fazenda do Sacco e na Fazenda do Palmital. Sendo ainda apontada a importância destas referidas propriedades em 14:000\$000. (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos II*, abril de 1895b, p. 251).

É sabido que a cultura de se anunciar oficialmente as benfeitorias urbanas nas Minas Gerais pode ser notada desde os setecentos, visto que, em seu inventário José Joaquim da Rocha nos traz o exemplo de um caminho que no ano de 1778: “o Ex^{mo} Antônio Carlos Furtado de Mendonça (...) mandou abrir, ou fazer de novo, o caminho geral que segue de Vila Rica para Sabará por uma serra intratável onde aconteciam várias infelicidades” (ROCHA, 1995, p. 154).

Por sua vez, as melhorias de estradas que seguiriam para Belo Horizonte serão explicitadas na imprensa da época, chegando a serem registradas na própria Revista Geral da comissão construtora que incluía, dentre os planos para a Nova Capital: “o melhoramento dos caminhos que de *Sabará* se dirigiam à Belo Horizonte¹⁸⁷”. Citemos, também, o caso de uma solicitação realizada na imprensa em outubro de 1897 – pouco antes da inauguração da cidade de Belo Horizonte – cobrando o investimento em trens de subúrbio, “por preços reduzidos”, entre a cidade de Sabará e a Nova Capital do Estado – criticando que as autoridades sabarenses haviam prometido a criação de dois trens de subúrbio além dos trens ordinários, e que entretanto, segue na denúncia: “não constavam quaisquer providencias”¹⁸⁸.

¹⁸⁴ Ver anúncio publicado em: DIARIO DE MINAS, *Verdussen & Comp.*, 1899, p. 3)

¹⁸⁵ Informações extraídas de: O CONTEMPORANEO, *Intendencia*, n. 41, 1890, p. 3.

¹⁸⁶ Informações extraídas de: O CONTEMPORANEO, *Intendencia*, n. 63, 1890, p. 3.

¹⁸⁷ Ver: REIS, *Revista Geral dos Trabalhos II*, 1895, p. 6, *grifo do autor*.

¹⁸⁸ Trechos extraídos de: O CONTEMPORANEO, *Trens Suburbanos*, 1897, p. 2.

Além das diversas modificações no entorno da Nova Capital, sabe-se também do estado em que se encontrava o arraial curralense quando da instalação da CCNC naquela localidade. A existência de barracões temporários, por exemplo, acolhendo comércios, e até mesmo, abrigando a própria CCNC entre 1894 e 1896, será testemunhado pelo padre Francisco Dias (1997) que discorria sobre a inexistência de cômodos para os diversos obreiros da Nova Capital – incluídos os membros da comissão que iam se acomodando em “barracões e cafuas” espalhadas por todos os recantos do arraial e que surgiam “como cogumelo nas queimadas, em tempo de chuva.” (DIAS, 1997, p. 87).

Em adição, em um trecho da Revista Geral (1895a) fica o registro das duas “únicas casas assobradadas” do Curral nas quais se instalaria a CCNC em 1894, e que, segundo Aarão Reis (1895a), tratavam-se de imóveis sem acomodações para os “trabalhos de escriptorio, sem moveis e outros objetos para a instalação das diferentes secções”, ou seja, resumiam-se a casas “inabitáveis na maior parte”¹⁸⁹. Em adição, serão registrados pela imprensa da época os “barracões temporários” que, ocupados com negócios particulares no arraial, seriam todos demolidos no ano de 1896¹⁹⁰. Não sendo de todo um acaso, assim, o anúncio da casa de construção *A. Haas & Comp.* descrever a sua localização em 1896: “provisoriamente em frente da Estação Telegraphica”¹⁹¹. Por fim, a construção de um “cemitério provisório” também nos dá ideia do que era aquela paisagem curralense das últimas décadas do século XIX, sendo este registrado na Revista Geral como uma “pequena área de 40 metros de frente e outro tanto de fundo” construída em vista de “zelar pela salubridade do local”, até que, planejada a nova cidade se providenciasse para a edificação do cemitério definitivo. (MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895, p. 9). Principalmente porque, o cemitério utilizado pelos horizontinos em 1895 sendo aquele do adro da Igreja Matriz da Boa Viagem, segundo descrevia a CCNC, a construção de um cemitério provisório viria a impedir que se continuassem a ser feitos os enterramentos no adro da igreja, “onde já se podia abrir covas sem exumar corpos ainda mal decompostos” (MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 6).

Em suma, com suas construções que nada “primavam por beleza artística”, sobreviviam no entorno do Curral as casas de vivenda com aguada a porta, aqueles “caminhos velhos” que precisavam ser fechados, os pontilhões que continuavam a ser construídos, sem falar dos trens de subúrbio que deviam ser instalados e de um adro incapaz de responder como o cemitério da nova

¹⁸⁹ Trechos, respectivamente, extraídos de: MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895, p. 5; 14. MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 10).

¹⁹⁰ Trechos extraídos de: A CAPITAL, *Nova Capital*, 1896, p. 3, *grifos nossos*.

¹⁹¹ Ver: A CAPITAL, *Construtora A. Haas & Comp.*, 1896, p. 4, *grifos nossos*.

cidade. Afinal, era aquele um instante provisório, com uma comissão construtora alojada em um barracão, os comércios fadados à demolição, sem contar o cemitério: tudo provisório. Talvez, porque tratava-se de todo um processo de desapropriações que ocorreria naquele arraial em vias de se tornar a Nova Capital, ou seja, daquela “meia dúzia de casas” que “embaraçavam” os trabalhos da CCNC.

3.2.1 Uma meia dúzia de pequenas propriedades abrem espaço para os bairros progressivos nos subúrbios da Nova Capital (1895-1899)

Até 30 de abril de 1895 haviam sido celebrados – entre a CCNC e aqueles que habitavam no arraial – 78 contratos dos quais 25 relacionados, em grande parte, ao aluguel ou a permissão de uso de imóveis do antigo arraial para os seguintes fins: dois hotéis, três casas comerciais, uma padaria (barracão), uma barbearia (prédio), uma casa de negócio, um escritório (casa), uma casa de fumos e artigos congêneres, um armazém de secos e molhados (casa), um bilhar (barracão), uma casa de pensão, uma farmácia (casa), um escritório de ferragens (prédio), uma oficina de celeiro (casa), oficina de alfaiate (prédio), uma oficina de sapateiro (cafua), incluindo a construção de barracões em terrenos devolutos para a instalação de duas olarias e uma fábrica de pedras plásticas, além da adaptação de uma serraria em uma casa¹⁹².

Possivelmente representando um pouco além daquela “meia dúzia de pequenas propriedades” que segundo a CCNC (1895b) haviam de ser “urgentemente desapropriadas” para a construção da Nova Capital¹⁹³, na evolução dos fatos, os horisontenses vivenciariam, ainda, a desvalorização dos seus imóveis frente,

o insignificante valor locativo correspondente ao imposto predial (...) [recebendo] dos cofres públicos, importâncias que, de modo algum, chegariam para a aquisição de um lote na futura capital, e quíça mesmo nas suas circunvizinhanças (MINAS GERAIS, Exposição, 1895, p.12, grifos nossos)

Sendo que, não sendo todas aquelas casas demolidas em 1895 assim como planejava a comissão construtora, dentre aquelas remanescentes em 1899, os seus inquilinos se veriam tendo de pagar o dobro do aluguel a partir de janeiro daquele referido ano¹⁹⁴.

¹⁹² Informações extraídas do anexo três da Revista Geral da CCNC (MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 32-36).

¹⁹³ Ver: REIS, *Exposição*, 1895, p.11.

¹⁹⁴ Informação disponível em: DIÁRIO DE MINAS. *Notas*, 1899c, p. 1.

Em contrapartida, do intenso processo de especulação imobiliária proveniente das desapropriações daquela localidade em 1899¹⁹⁵ – tendo-se ideia de que os terrenos da zona suburbana da Capital equivaleriam a meros 30 réis o metro quadrado¹⁹⁶ –, regiões curralenses como o Calafate, por exemplo, serão anunciados na imprensa como um “bairro progressivo”¹⁹⁷, replicando o registro de Aarão Reis (1895) na Revista Geral sobre aqueles terrenos e prédios das circunvizinhanças que: tenderiam para uma “rápida e enorme valorização” (MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 11).

Este fenômeno será estampado, ainda, nas páginas do Diário de Minas através de notícias envolvendo alvarás de licença para construção na Nova Capital – trazendo detalhes muito específicos daquelas concessões urbanas, como os casos de: Manoel da Silva Gandia, que teria permissão para construir no “lote 22, quarteirão 18, secção III, da zona suburbana da Capital”, ou, Luiz Prisco Moreira, que garantiria o “lote 2, quarteirão 33 da seção VI” naquela mesma zona. Sendo também noticiados na imprensa, os despachos oficiais que “declaravam vagos” os lotes daqueles que não cumprissem o pagamento “no prazo legal”¹⁹⁸.

Ou seja, a urgente desapropriação dos horizontenses de suas propriedades acabaria por resultar em uma também “urgente” ocupação daquele solo – não apenas pela questão prática imobiliária financeira, mas também, em razão de se oficializar aquela localidade. Afinal, através do decreto n. 712 de 1º de maio de 1894¹⁹⁹, foram declarados “oficialmente desapropriados”: os prédios, os terrenos e mais benfeitorias existentes no distrito de Bello Horizonte. Abrindo assim, caminho para: os prédios, os terrenos e mais benfeitorias da Nova Capital.

A partir daí, no capítulo a seguir, daremos conta da forma que a Comissão Construtora da Nova Capital elabora, no formato de uma revista periódica, desde o embasamento que admite a destruição completa do antigo arraial del Rei, até a documentação e a execução dos equipamentos urbanos visando a inauguração da Nova Capital.

¹⁹⁵ Para uma leitura aprofundada, recomendamos: COSTA (1994).

¹⁹⁶ Ver referência em: DIÁRIO DE MINAS, *Requerimentos*, 1899, p. 1.

¹⁹⁷ Informação extraída de: DIÁRIO DE MINAS, *Chacara a venda*, 1899, p. 3.

¹⁹⁸ Informações, respectivamente, extraídas de: DIÁRIO DE MINAS, *Foram concedidos alvarás de licença*, 1899, p. 2; DIÁRIO DE MINAS, *Notas*, 1899a, p.1.

¹⁹⁹ Descrito em: MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 11.

Capítulo 4

A COMISSÃO CONSTRUTORA NA PROJEÇÃO DE UMA PAISAGEM DIGNA DE MEMÓRIA À NOVA CAPITAL

Considerada a empiria central deste capítulo, nos apontaremos à análise do conteúdo da Revista Geral da Comissão Construtora da Nova Capital, entendendo a sua perspectiva: sobre o Cural del Rei, sobre os projetos idealizados para a Nova Capital, enfim, sobre a própria revista que se considerava um arquivo da história de uma cidade que estava por nascer. Podendo ser caracterizado como o capítulo mais iconográfico desta pesquisa, subentende-se daí o emprego da imagem dentre as estratégias da CCNC ao documentar e promover a Nova Cidade de Minas.

Mesmo se, fortemente, científica e estatística – muita história será contada nas únicas três edições publicadas da Revista Geral. Entenderemos, assim, que naquela caprichosa paisagem constelada de casinhas brancas, diziam alguns existir uma igreja de muito mau gosto e o único monumento do povoado curralense, e que outros falavam de um belo arraial formado por casinhas baixas, divididas por muros de adobe e fíncadas num solo de visguento barro vermelho. Sendo todos estes fatos “dignos de memória” na Revista Geral – a igreja, a rua e o “gigantíssimo” cruzeiro em madeira tosca – nos aproximarão da ideia do que fora aquele arraial de *Bello Horizonte* e do que viria ser aquela cidade. Sendo assim, entenderemos que sob a “perspectiva e a proporção” da *paysagem* a Nova Capital será projetada seguindo regras e tipos arquitetônicos, tudo em acordo também com a vulgarização dos trabalhos da comissão construtora. Na revista ficarão destacados, assim, os projetos mais notáveis – emblemas do encurtamento das distâncias e da circulação de bens: uma ponte e duas estações férreas. Ou seja, falar daquele opulento Estado mineiro e daquela Cidade símbolo do novo século significava dar sentido à toda aquela beleza oculta, àquela riqueza escondida, àquela poesia ignorada que, agora, seria registrada em plantas, fotografias, tabelas, ilustrações, enfim, na Revista Geral dos trabalhos da Comissão Construtora.

4.1 Naquela caprichosa paisagem: as casas velhas do arraial embarçando os trabalhos da CCNC

Tristonha, sem horizontes, sem luz,
sem espaço nem ar para a acanhada população
que se atrofia naquelles ladeiras quasi inacessíveis
(Fábio Nunes Leal, 1895)²⁰⁰

Assim é descrita a outrora capital do estado de Minas Gerais, Ouro Preto, quando em 1893, segundo a lei n. 3 de 17 de dezembro daquele referido ano, é designado Belo Horizonte como a futura Cidade de Minas²⁰¹. Cidade esta, eleita como a nova sede do estado devido a sua posição geográfica e econômica: “(...) no ápice do encruzamento das duas mais extensas vias férreas do Brazil: a central (...) e a do Espírito-Santo e Minas” (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 11). Uma justificativa que será reforçada, também, pela imprensa da época que expressava entender:

que o antigo Curral d’El-Rey, hoje Bello Horizonte, é a localidade que se acha em melhores condições para ser edificada a Capital do Estado, não só pela sua *posição geographica* como *topographica* onde se encontra uma planície de grande extensão com terrenos [sic] toda vizinhança. A área que pode ocupar a cidade presta-se perfeitamente a esgotos (...) as aguadas são abundantes e da melhor qualidade (O CONTEMPORANEO, *A pedidos: mudança da Capital*, 1890, p. 2, *grifos nossos*)

Ainda nos relatos da CCNC, o Curral del Rei será descrito como um conjunto de “pequenas casinhas baixas” que:

se avista ao longe, entre as ondulações do systema de cordilheiras que fecham o horizonte, o bello arraial [...] A povoação que se estende na forma de um T em projeção horisontal, é pitoresca e alegre [...] é como se tivesse o observador diante de si aberto um leque de caprichosas paisagens, consteladas de *casinhas brancas*. (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 13, *grifos nossos*)

Estas mesmas “casinhas brancas” farão parte da descrição do Padre Francisco Dias, em 1897, quando este compara a povoação curralense a um “painel” formado pelas: “*modestas casinhas* com seus mimosos pomares, disseminadas aqui e acolá, em vasto e ondulante planalto” (DIAS, 1997, p. 5, *grifos nossos*). Paradoxalmente, apesar do tom elogioso voltado para o Curral del Rei, a destruição do mesmo se faria através de um conjunto de críticas, algumas delas voltadas para a falta de beleza e de gosto em sua arquitetura. A exemplo, um dos monumentos de destaque

²⁰⁰ Trecho retirado de um artigo, publicado na Revista Geral dos trabalhos da CCNC, intitulado, *O arraial de Bello Horizonte*, de autoria do secretario da Comissão Construtora, Fábio Nunes Leal. (MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos I*, *op. cit.*, p. 11-15)

²⁰¹ Ver: MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, abril de 1895a, p. 9-10.

do arraial, a Igreja Matriz da Boa Viagem é descrita como “sem elegância e tosca”, segundo a CCNC:

Toda portuguesa no pesado das proporções e incorrecções das linhas [...] por este *monumento de mau gosto* e único do povoado passaria o viandante sem um reparo, a não ser os despertados pelos atractivos da alma religiosa (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 13, *grifos nossos*)

Compartilhando de uma visão semelhante, Padre Francisco Dias (1997) – contemporâneo daqueles tempos de 1897 – descreve a Matriz como uma “capelinha aldeã e tosca”, datando do final do século XVII, ou, segundo o padre, no surgir do século XVIII. Por sua vez, a Matriz da Boa Viagem, nas palavras do historiador Abílio Barreto (1996a), era considerada “um dos únicos relicários do Curral del Rei”. Possivelmente datada de 1735, segundo Barreto (1996a), época em que o antigo arraial possuía muitas casas de construção definitiva no entorno das quais “prosperavam fazendas de plantações e de pasto”, a primitiva Matriz da Boa Viagem fora sacrificada nas primeiras décadas do século XX “por insensatos inovadores [entende-se: a CCNC], incapazes de compreender o grande valor histórico e nacional do velho edifício, única relíquia que nos restava do extinto arraial” (BARRETO, 1996a, p.171). Alegação esta, no entanto, não de todo verdadeira, uma vez que a consciência do valor histórico relativa a primitiva Matriz de 1735 é descrita na Revista Geral da comissão construtora da seguinte forma:

Pondo de lado as linhas geraes da architectura do interior do templo (...) só desperta a *admiração do observador* a frescura das tintas que lhe adereçam o tecto, quando a data da construção, gravada em letras douradas, ao lado do altar mór, dão *o ano de 1788*, mais de um século! (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 13, *grifos nossos*)

Neste sentido, além da Igreja Matriz da Boa Viagem, estava nos planos da comissão construtora a demolição de todas as propriedades do Curral del Rei, que correspondia à área abrangida pela projetada Cidade de Minas. Caberia assim à 4ª divisão da CCNC – encarregada do estudo e do preparo do solo da nascente capital, a conservação das ruas do antigo arraial e a demolição dos prédios que, como descrito na primeira edição da Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora (1895a), “embaraçavam” a locação dos eixos e a preparação dos leitos das ruas e avenidas. Este ponto, explica a inclusão na Revista Geral de estudos cartográficos como: o *Projeto da rede de triangulação traçada sobre a planta primitiva da Comissão d’Estudo*, inserido no capítulo *Geodesia e Topographia* da Revista Geral da comissão construtora. Assim como a

Planta cadastral do Arraial de Bello Horizonte publicada no capítulo sobre o *Estudo e Preparo do Solo*²⁰².

Desta forma, é válido notar que em 1895 Aarão Reis fala de um arraial que ainda existia na localidade escolhida para a Nova Capital, quando da organização “da *planta geral da futura cidade* dispondo-se na parte central, no local do *actual arraial*, a área urbana de 8.815.382m²” (MINAS GERAIS, *Revista Geral II*, 1895b, p. 60, *grifos do autor e nossos*). Deste fato, avançando para os anos de 1899, encontraremos outra designação para a espacialidade curralense que outrora era uma “realidade atual” – como mostra uma nota do jornal *Diario de Minas* que designava os imóveis curralenses como “as casas velhas do arraial de Bello Horizonte”²⁰³.

Enfim, indicar o arraial como predestinado a ali se erguer uma grande cidade seria um forte argumento que justificaria a sua destruição, pois:

Quem no futuro, cortado já o arraial de largas avenidas, de espaçosas e bellas ruas, ornadas de palacetes dos mármoreos do Gandarella, de ajardinamentos de luxo, chácaras de primor, formoso parque, etc., ficará [...] *surpreendido* de ter habitado n’ella uma população tão mesquinha, e não haver ha muitos annos, sido escolhido este arraial para a construção de uma grande cidade. (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895, p. 15, *grifo nosso*)

Argumento semelhante, será empregado pelo Padre Francisco Martins Dias, em 1897, quando este compara o Curral del Rei a uma obra da natureza, “ignorada”, e por isso: “Porque não havemos de ajudar a natureza a completar a obra que ella tanto caprichou neste torrão abençoado (...) Quanta belleza oculta! Quanta riqueza escondida! Quanta poesia ignorada! (DIAS, 1997, p. 8). Curiosamente em 1899, o mesmo Padre Francisco Martins Dias viria a legitimar este raciocínio sobre o Curral del Rei quando em uma nota do jornal *Diario de Minas* constava o seu pedido sobre a concessão dos lotes “n. 3 e 4 do quarteirão 24, secção 4^a” da Nova Capital, para a construção de uma capela²⁰⁴.

Neste sentido, a localização, a uberidade e até mesmo a “falta de beleza artística” do Curral del Rei serão as justificativas, tanto da sua escolha como a localidade da futura Capital, quanto da sua completa demolição, ou seja, trava-se assim de dar um fim naquelas “casinhas rústicas” e naquela “capela tosca” que embaraçavam os trabalhos da comissão construtora. Por conseguinte, ambicionando o sucesso deste “empreendimento imobiliário”, a comissão não deixa de investir em estratégias de documentação e de promoção que, ainda que incluindo o arraial em seu discurso,

²⁰² Ver os anexos nesta pesquisa: *Projeto da rêde de triangulação traçada sobre a planta primitiva da Comissão d’Estudo*, 1895. *Planta cadastral do Arraial de Bello-Horizonte*, 1894 (MINAS GERAIS, *Revista Geraldos Trabalhos I*, 1895a, p. 42; 52)

²⁰³ DIARIO DE MINAS, *Notas*, 1899b, p. 1.

²⁰⁴ Informação extraída de: DIARIO DE MINAS, *Requerimentos, Prefeitura*, 1899, p. 2.

enfocaria na Belo Horizonte – nos seus edifícios em construção, na sua arborização, nos seus arruamentos, ou seja, parafraseando a CCNC: “dando idéia do que viria a ser a nova cidade” (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos II*, 1895b, p. 59).

4.2 Estratégias da Comissão Construtora na promoção e na documentação da Nova Capital

A começar pelo *Gabinete Fotográfico* que integrava a 1ª divisão da CCNC, representando uma das estratégias de “vulgarização” dos trabalhos da comissão, portanto, da construção da Nova Capital²⁰⁵ – fica evidente a percepção que se tinha à época sobre a construção de uma cidade destinada a tornar-se Capital do Estado, e, a importância do meio fotográfico sobre a “vulgarização fácil e atraente, mormente tendo certeza de que é necessário e mesmo fatal o *reclame* que facilite a rápida povoação da *nova cidade*. (MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 37, *grifos nossos*)

Sendo assim, num total de 23 contratos de empreitada listados na 1ª divisão da CCNC, responsável pela administração central da comissão – ficam registrados: o fornecimento de 30.000 dormentes, a preparação do leito do ramal férreo, a construção de casas de residências e de turmas, a construção das estações Central e General Carneiro (entroncamento), o fornecimento do material fixo e rodante para o ramal, o estabelecimento de uma parada na Fábrica do Marzagão, a construção da Ponte David Campista, a construção das obras do abastecimento d’água, a edificação do Palácio Presidencial, a edificação da nova igreja e de uma Capela, dentre outros contratos²⁰⁶ – incluindo a organização de um *álbum de vistas phototypicas* do arraial e das obras projetadas para a nascente Belo Horizonte. Firmado em 29 de abril de 1895, este contrato fora estabelecido com o fotógrafo Ehrhard Brand, encarregado da organização do referido *Álbum de vistas phototypicas* do arraial de Bello Horizonte e das várias obras projetadas pela CCNC²⁰⁷. Neste quesito, sabe-se que desde 1890 Ehrhard Brand estabelecera em Juiz de Fora um *atelier* fotográfico e fototípico – segundo descrito na época: “para ciências, artes e indústrias” – encarregando-se de produções diversas no ramo da fotografia, como o das vistas fotográficas, por exemplo, cabendo destacar as reproduções fototípicas do seu *atelier* com impressões que alcançavam formatos consideráveis de “até 60 x 80 cm” – contemplando a reprodução de uma extensa gama de interesses da época como: “retratos,

²⁰⁵ Para um estudo aprofundado sobre o gabinete fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital, recomendamos o artigo: *Pioneiros da fotografia em Belo Horizonte: o gabinete fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital (1894-1897)*. (BARTOLOMEU, 2003).

²⁰⁶ Maiores detalhes em: MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 8.

²⁰⁷ Informações retiradas de: MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 30. Para um olhar aprofundado sobre este álbum de vistas *phototypicas*, recomendamos o artigo *Da natureza ao construído*, da historiadora Angotti-Salgueiro (2007a).

paysagens, monumentos, machinas, arenas, bijouterias, vistas, modelos de gesso (...) desenhos architetonicos e técnicos, planos, projectos, desenhos a lápis”²⁰⁸. Lembrando ainda que, sendo as vistas fotográficas uma das especialidades dentre as produções de Brandt, segundo descreve Arruda (2013), um dos empreendimentos de relevo do fotógrafo será exatamente o *Álbum de vistas locais e das obras projectadas para a Nova cidade* – ficando no contrato firmado com a CCNC a produção de: cinco mil exemplares do álbum, com vinte e cinco vistas phototypicas” (ARRUDA, 2013, p. 135).

Aliado a este álbum de vistas, também será proposto pela CCNC a produção de uma revista estatística e descritiva da nova cidade, a *Revista Geral dos trabalhos da CCNC*, distribuída gratuitamente pelas autoridades municipais e estaduais nas bibliotecas e instituições de ensino, bem como postas à venda, inicialmente em 1895, na tesouraria da própria comissão construtora. Por fim, é proposta a elaboração de uma planta geral da futura cidade, em formato reduzido na escala de 1:10.000, a ser reproduzida em duas versões direcionadas para diferentes públicos: uma reprodução nacional, com o objetivo de facilitar a venda dos primeiros lotes da cidade; outra reprodução, fabricada no estrangeiro, seguindo uma estética mais elaborada, assim como descrito na *Revista Geral da CCNC*:

circulada por gravuras de vistas actuaes deste arraial, de alguns dos edificios em construção e projectados, typos da futura arborização da cidade, seus arruamentos, de maneira a *dar uma idéa do que virá a ser a nova cidade*. (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos II, op. cit.*, p. 59, grifos nossos)

Sabe-se que cada conteúdo proposto como estratégia promocional da Nova Capital – o álbum de vistas, a revista e as plantas da cidade – no fim das contas, foram todos adaptados de forma a não corresponder, fidedignamente, ao plano inicial da CCNC. Dentre as plantas propostas por Aarão Reis (1895), por exemplo, somente será realizada a *Planta Geral da Cidade de Minas* (figura 17):

²⁰⁸ Informações extraídas de: O PHAROL, *Inauguração hoje 1 de janeiro*, 1890, p. 1, grifos nossos.

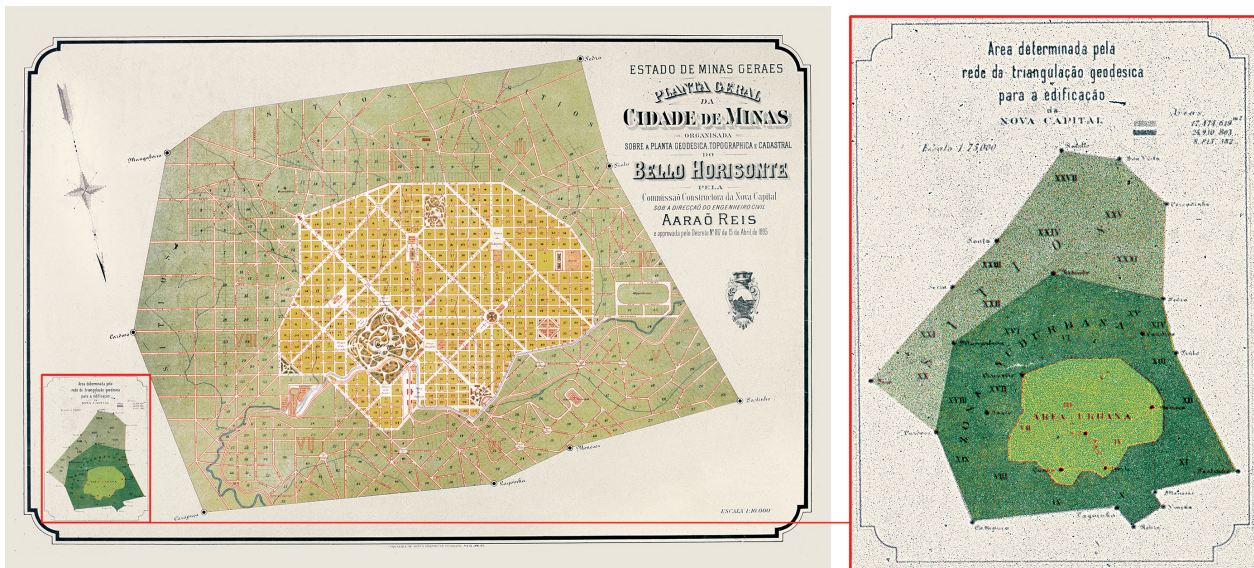


Figura 17: *Planta Geral da Cidade de Minas (Belo Horizonte) e ampliação da Área determinada pela rede de triangulação geodésica para a edificação da Nova Capital, ilustrada em redução na planta geral.*
Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Reis, 1895.

Fonte: Adaptado do Acervo Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais), 2021

Obedecendo a escala de 1:10.000, esta planta segue uma nomenclatura cromática facilitando o reconhecimento das zonas da cidade, das quais: a faixa urbana (em amarelo), a faixa suburbana e os sítios para pequenas lavouras (em tom de verde). Informações que também serão reforçadas através da réplica reduzida da *Área determinada pela rede da triangulação geodésica para a edificação da Nova Capital* (ver figura 17), posicionada na extremidade esquerda da Planta Geral – uma réplica que, na realidade, mais se aproximava da planta de *Indicação das áreas respectivamente destinadas na futura cidade, às zonas urbana, suburbana e aos sítios para pequena lavoura* (como podemos ver na figura 37). Deste fato, compreende-se a descrição no cabeçalho da Planta Geral de que esta fora “organizada sobre a planta geodesica, topographica e cadastral do Bello Horisonte²⁰⁹”, segue ainda como informação, no cabeçalho, que se tratava de um trabalho da CCNC sob a chefia de Aarão Reis, sendo a planta “aprovada pelo decreto nº 817 de 15 de abril de 1895²¹⁰” (ver (figura 17).

Em relação ao conteúdo da Planta Geral: os nomes das ruas, os principais equipamentos, a divisão das seções em quarteirões e lotes que preconizam a *faixa urbana* da cidade em relação as demais regiões, suburbana e da pequena lavoura – demonstram traços cartográficos semelhantes aos adotados por Joaquim da Rocha, quando em 1778 o memorialista elabora o mapa da Capitania das

²⁰⁹ MINAS GERAIS. *Planta Geral da Cidade de Minas*. CCNC. Acervo MHAB. 1895.

²¹⁰ *Ibid.*

Minas trazendo uma nomenclatura cartográfica em que: os núcleos urbanos são representados por meio de símbolos mais ou menos complexos, espelhando o que Furtado (2010) descreve como uma “hierarquização dos núcleos de povoamento”.

Ademais, uma segunda *Planta Geral da Cidade de Minas* também será publicada em 1895 como parte do conteúdo da segunda edição da Revista Geral da CCNC (figura 18):

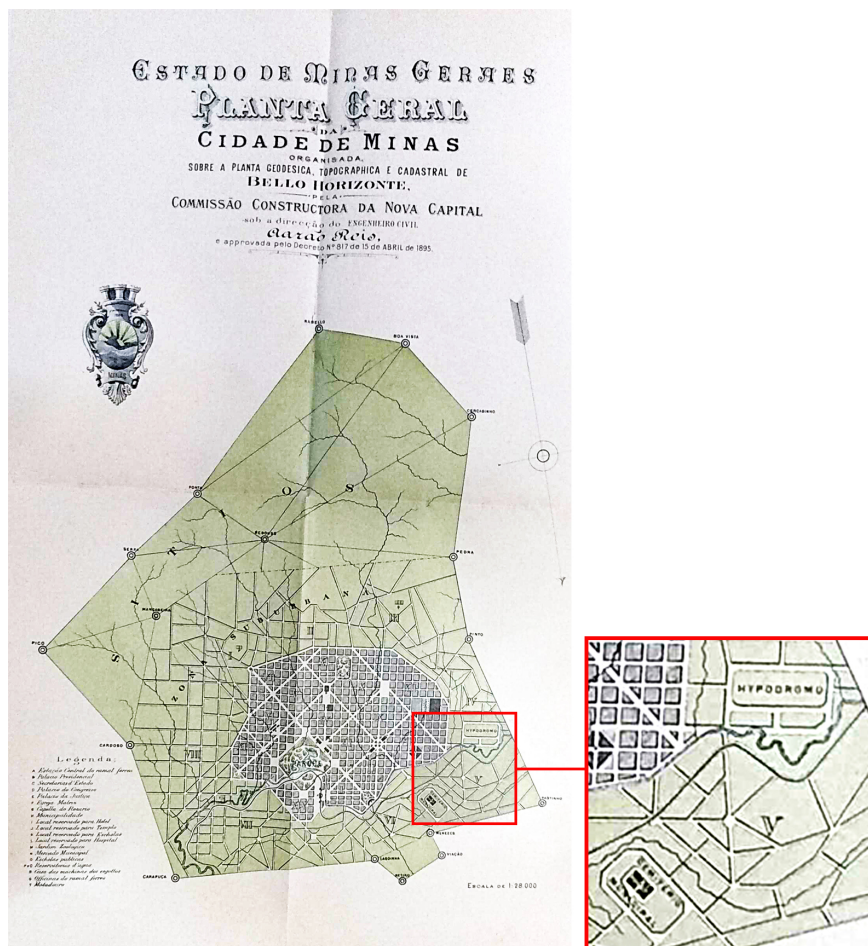


Figura 18: *Planta Geral da Cidade de Minas*, publicada na Revista Geral da CCNC; e ampliação constando dois equipamentos demarcados na planta (o hipódromo e o cemitério municipal).

Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Reis, 1895c.

Fonte: Adaptado do acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais), 2020

Adequada à escala de 1:28.000 diferencia-se da primeira planta, tanto na única tonalidade, nesta empregada, em verde – não havendo, exatamente, uma diferenciação cromática entre a zona urbana e as demais, suburbana e sítios agrícolas, mas sim, um destaque para a complexa trama urbana da Nova Capital – assim como, na inserção de uma *Legenda* textual em que são listados um total de 20 equipamentos concebidos para a Nova Capital, como: a Estação Central do ramal férreo, o palácio presidencial, locais reservados para escolas, hotel e hospital; o matadouro, os

reservatórios d'água, a casa das máquinas das *esgalhas*²¹¹, o mercado municipal, o jardim zoológico, etc. Apesar de trazer o mesmo título da planta precedente no seu cabeçalho, ou seja, tratava-se de uma sobreposição de plantas – geodésica, topográfica e cadastral – este projeto cartográfico não exibia os nomes das ruas e avenidas, esclarecendo apenas dois equipamentos demarcados na zona suburbana e um na zona urbana, sendo eles, respectivamente: o *Hypodromo* e o *Cemiterio Municipal*; além do *Parque* (ver a ampliação da planta na figura 18). Publicada na Revista Geral em página expandida, assim como exposto na figura 8, esta Planta Geral parece ser um esboço do que viria a ser a Planta Geral definitiva (figura 17) entregue pela CCNC em 1895 como ferramenta de divulgação da Nova Capital.

As demais estratégias de promoção da nova cidade, idealizadas pela CCNC, seguirão um trajeto semelhante. No caso da *Revista Geral dos trabalhos da comissão construtora*, esta será publicada em apenas três volumes referentes aos meses de abril, maio e agosto de 1895, não dando continuidade à documentação descritiva e estatística da cidade, após a dissolução da comissão. Em consonância, será produzido somente uma versão do álbum de vistas *phototypicas* de Belo Horizonte, financiado pela CCNC e datado do início do século XX. Segundo o engenheiro chefe da CCNC, tais estratégias – a planta geral, a revista e o álbum de vistas – garantiriam o controle pelo governo das obras executadas pela comissão construtora, além de dar visibilidade destes trabalhos à população. Além da execução parcial dos projetos promocionais que haviam sido idealizados à promoção da Nova Capital, o encerramento da comissão construtora em janeiro de 1898 viria a desacelerar a continuidade daqueles planos já postos em prática pela CCNC, ou seja, a revista, o álbum e a planta da cidade resumiriam apenas parte do legado documental, textual e imagético, concretizado pela comissão. Sobre a documentação do arraial del Rei, as informações expostas pela comissão seriam ainda mais escassas, no entanto, eram parte constituidora da história da Nova Capital, e, por isso – registradas em imagens e textos a mando da comissão como veremos.

4.2.1 Paisagens encomendadas pela CCNC: o Curral del Rei em imagens e textos

Fica exposto na Revista Geral da CCNC, a importância de se registrar os métodos e processos empregados na edificação da cidade, ou seja:

²¹¹ *Esgalha*, derivando do verbo esgalhar, designando: abrir, esgalhar, como se faz aos galhos, ramificar (ESGALHA, 2021). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/esgalha/>. Acesso em: 12 de outubro. 2021.

os fatos mais dignos de memória, as plantas e algumas reproduções por phototypia, das actuaes construcções, que deem no futuro, uma idéa do que era o arraial do Bello Horizonte, e, bem assim das que se vam levantar. (MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 8)

Partindo do viés técnico incumbido ao gabinete fotográfico da CCNC, Aarão Reis (1895b) destaca a importância deste na reprodução de planos e plantas dos edifícios projetados e das provas *heliográficas*²¹² dos edifícios a construir – material este, como assinala Aarão (1895), de utilidade para o cálculo orçamentário e fornecimento aos empreiteiros, como também, para serem expostos ao público. Continuando, o engenheiro chefe ressalta o sucesso de produção e de vendas do material elaborado pelo gabinete fotográfico desde novembro de 1894:

De então até 30 de Abril findo [1895], tirou o gabinete photographico 1.790 provas positivas 8 heliographicas [...] das vistas photographicas tiradas foram emettidas 468 á 2ª divisão, [à venda] na thezouraria, das quaes só restavam em ser, em 30 de abril findo, 174. (MINAS GERAES, *Exposição*, 1895, p. 9)

Dentre estas mais de mil provas fotográficas, algumas serão publicadas ao longo das edições da Revista Geral da comissão construtora de 1895 – como o arraial de Belo Horizonte, por exemplo, que constará em três fotografias ilustrando a Revista Geral, representando: o *Largo da Matriz*, que abre o capítulo da Revista Geral (1895a) intitulado, *O Arraial de Bello Horizonte*²¹³, somado às duas vistas, também publicadas neste referido capítulo retratando o *Panorama Geral do Arraial* (ver figuras 19 e 20):

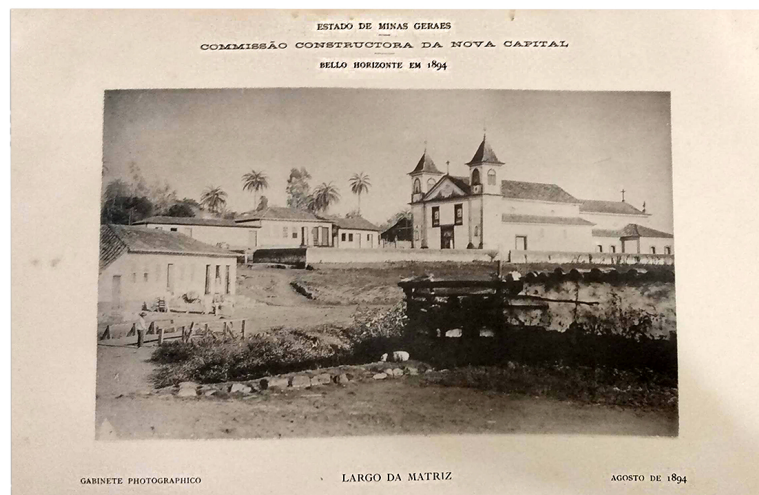


Figura 19: Fotografia do *Largo da Matriz* representado na Revista Geral da CCNC. (Largo da Matriz). Reprodução fotográfica sob papel.
Fonte: MINAS GERAIS, Revista Geral dos Trabalhos da CCNC, agosto de 1894

²¹² Segundo consta no dicionário Larousse (2020) *heliografia* representa: um sistema de reprodução transparente ou translúcido sobre papel diazoico. (HÉLIOGRAPHIE, 2020, tradução nossa). Disponível em : <https://www.larousse.fr>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

²¹³ O artigo referido pode ser consultado em: MINAS GERAIS. *O Arraial de Bello Horizonte*, abril de 1895a, p. 15-18.

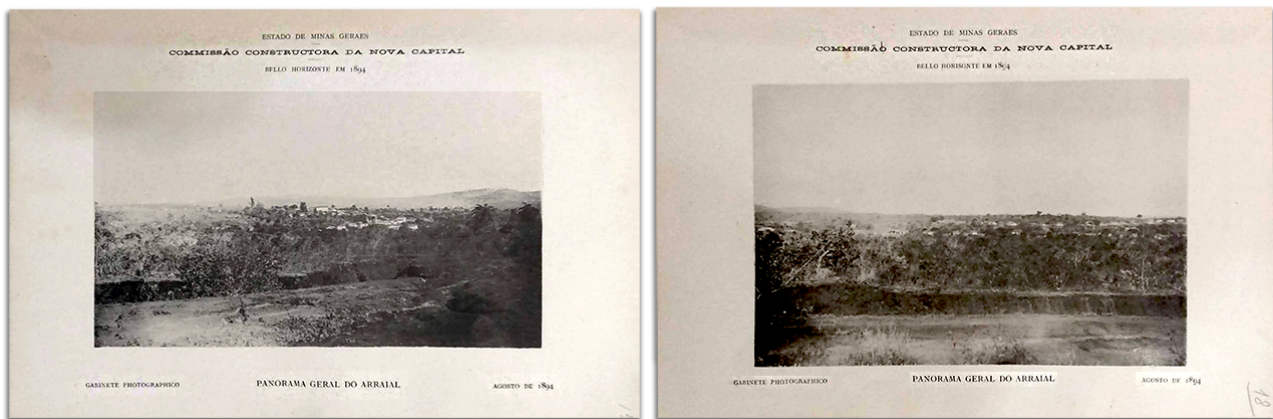


Figura 20: *Panoramas Gerais do Arraial* publicados na Revista Geral da CCNC. (Panorama Geral do Arraial). Reprodução fotográfica sob papel.
 Fonte: MINAS GERAIS, Revista Geral dos Trabalhos da CCNC, agosto de 1894

Ilustrados em página única (no formato de 31 cm x 21.5 cm), tratavam-se de fotografias em preto e branco, posicionadas dentro de uma moldura textual padrão em que lia-se, inscrito no cabeçalho: “Estado de Minas Geraes, Comissão Constructora da Nova Capital. Bello Horizonte em 1894”. No rodapé, ficavam a assinatura do *Gabinete Photographico* seguido do título da fotografia e dos respectivos mês e ano da feitura da mesma. A mesma moldura textual acompanhará diversas reproduções de imagens, publicadas ao longo da Revista Geral, demonstrando uma das fórmulas visuais adotadas pelo periódico (como exemplo, ver as figuras: 31 e 34).

Além das vistas panorâmicas e do Largo da Matriz constam, ainda, como registro do Curral del Rei, sete pinturas encomendadas pela CCNC, em 1894, aos artistas Émile Rouéde e Honório Esteves. Das cenas captadas por estes dois paisagistas sobre o antigo arraial del Rei, encontramos vistas não muito distantes entre si, bem como, proximidades às representações fotográficas incorporadas na Revista Geral da CCNC. Neste sentido, Rouéde ilustrará a trilogia – *Igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem*, *a Rua do Sabará*, e, *o Panorama do arraial de Belo Horizonte do alto do morro do Cruzeiro* (figura 21). Cabendo à Honório Esteves a representação da *Igreja do Arraial do Curral D’El Rey*, de uma *Paisagem do arraial de Bello Horizonte*, do *Arraial do Curral D’El Rey*, e, de uma *Vista geral do arraial do morro do Cruzeiro* (figura 22)²¹⁴.

²¹⁴ Constam no Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) três destas obras de Honório Esteves, sendo elas: a *Igreja do Arraial do Curral D’El Rey*, a *Paisagem do arraial de Bello Horizonte*, e, *o Arraial do Curral D’El Rey* (PINACOTECA/MHAB). No entanto, é sabido que o artista havia realizado quatro paisagens do Curral del Rei naquele ano de 1894 – especificadas em: O ESTADO DE MINAS, *Honório Esteves*, 1894, p. 1. Em nossa investigação, conseguimos acessar, apenas, as três imagens do MHAB.



Figura 21: Obras realizadas por Émile Rouéde em 1894 sobre encomenda da CCNC: *Igreja da Boa Viagem* (Curral del Rei), óleo sobre tela, 80 x 110 cm; *Rua do Sabará*, óleo sobre tela, 70,3 x 110,5 cm; *O Cruzeiro* (Panorama de Curral del Rei), óleo sobre tela, 80 x 111 cm

Fonte: Pinacoteca/Museu Histórico Abílio Barreto, MHAB (Belo Horizonte – Minas Gerais)



Figura 22: Obras realizadas por Honório Esteves em 1894 sobre encomenda da CCNC: *Igreja do Arraial do Curral D'El Rey*, óleo sobre tela, 39 x 55 cm; *Paisagem do arraial de Bello Horizonte*, óleo sobre tela, 38,5 x 53 cm; *Arraial do Curral D'El Rey*, óleo sobre tela, 39 x 56 cm

Fonte: Pinacoteca/Museu Histórico Abílio Barreto, MHAB (Belo Horizonte – Minas Gerais)

Interessa notar que cronistas como Olavo Bilac, participante ativo da imprensa belorizontina daquele final de século, também colaboraria no registro do arraial belorizontino antes de se tornar a Nova Capital. Mais ainda, em seu artigo *A coragem de Minas*, Bilac (1996) descreve o arraial de 1894 através de cenários muito semelhantes aos retratados por Émile Rouéde e Honório Esteves. Pois, citando, indiretamente, a rua do Sabará, a Igreja da Boa Viagem e o Cruzeiro do arraial, o cronista descreve o arraial,

formado por uma *única rua*: tinha umas vinte ou trinta casas pequeninas, quase todas de taipa; em certo ponto a rua alargava-se, formando uma praça, em que se assentava a *igreja*: em frente da igreja, um altíssimo *cruzeiro de madeira* tosca abria os braços no ar, abençoando o povoado. (BILAC, 1996, p. 28, *grifos nossos*)

Neste sentido, esta citação de Bilac (1996) nos aproxima do conteúdo textual que viria a embasar os registros imagéticos sobre o antigo arraial. Sendo assim válido um olhar textual sobre as obras de Rouéde e de Esteves envolvendo o Curral del Rei, pois como veremos adiante, o próprio Rouéde escreveria sobre suas obras – além dos conteúdos periodistas que também contribuiriam para o registro textual daquelas produções.

4.2.1.1 A representação do Curral del Rei nas obras de Émile Rouéde

Em seu artigo *Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar o Brasil oitocentista*, Mauad (2004) resgata um conjunto de fotógrafos estrangeiros dedicados à produção de vistas panorâmicas fotográficas brasileiras²¹⁵, sendo que especificamente em Minas Gerais a autora cita o alemão Riedel (1836-1877), mestre embarcador que participa de uma expedição pelo sudeste e nordeste brasileiro em 1868. A cidade de Sabará, por exemplo, uma das localidades de maior importância das Minas Gerais entre 1700 e 1800, será representada por Riedel durante esta expedição. Diamantina, Morro Velho, São João da Chapada, serão algumas das demais regiões mineiras capturadas pelo fotógrafo, demonstrando, por exemplo, cenários da mineiração e das povoações daqueles tempos, como podemos observar na figura 23:

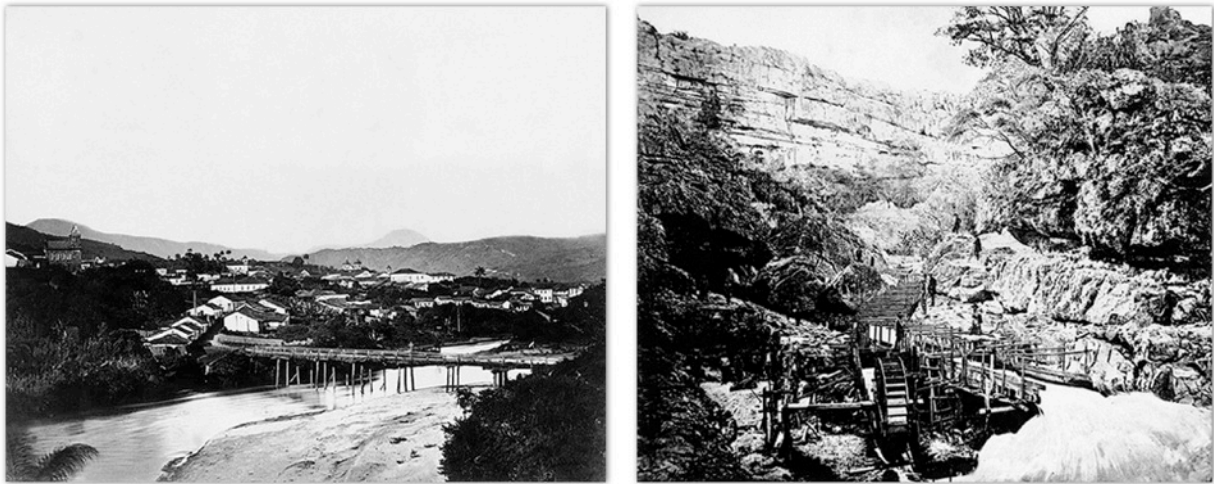


Figura 23: Vista da Cidade de Sabará, seguida das Lavras de diamantes do Coronel Almeida e Silva (Ribeirão das Mortes, Diamantina). Fotos realizadas por Augusto Riedel em 1868
Fonte: Adaptado de ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2020

Neste sentido, além da influência da fotografia na representação de paisagens desde os últimos decênios dos oitocentos, especificamente no Brasil, assim como acentua Mauad (2004), a prática dos *pintores paisagistas* ganhará ascensão no país a partir de 1800. No que diz respeito ao Curral del Rei, por exemplo, encontraremos o artista francês Émile Rouéde, encarregado pela Comissão Construtora da Nova Capital de representar a antiga freguesia de Belo Horizonte através de obras em tinta a óleo. Nascido na França em 1848, Émile Rouéde desembarca no Brasil na segunda metade do século XIX, estabelecendo-se inicialmente no Rio de Janeiro, em seguida

²¹⁵ Dentre os quais, segundo a autora: Revert Henrique Klumb, Insley Pacheco, Carneiro Vedani, J. F. Guimarães, George Leuzinger, Modesto Van Nyvel, Pacheco Christiano Junior, Juan Gutierrez, Marc Ferrez, entre outros. (MAUAD, 2004, p. 7).

instala-se em Ouro Preto no ano de 1893. Interessa sublinhar que, sendo um abolicionista, paradoxalmente, Rouéde se demonstrará defensor do passado colonial brasileiro e um questionador da república, segundo Oliveira (2017), com suas filiações políticas definidas, Rouéde “pintou o passado colonial”, e, através da escrita questionou o “excesso de brilho do futuro republicano”, além de dificultar a relação entre o “velho e o novo”, Honório Esteves tendia para uma “perspectiva melancólica e entristecedora das novidades.” (OLIVEIRA, 2017, p. 349).

Os textos escritos por Rouéde sobre a antiga freguesia de Belo Horizonte trazem explicitamente esta nostalgia de um “passado colonial” – como bem mostra o relato do pintor sobre a Matriz da Boa Viagem no ano de 1894:

Uma sólida muralha quadrada, coberta por um frontão coroado por uma cruz de um estilo requintado, de cada lado uma sineira terminando como pirâmide, uma grande portada bem proporcionada e duas janelas abrindo-se acima dessa portada, formam o conjunto da fachada. É difícil haver algo mais *simples e mais modesto*; entretanto, e talvez por isso mesmo, essa modéstia e simplicidade provocam um sentimento real de *respeitosa devoção* e, involuntariamente, *idéias melancólicas* invadem a imaginação e o espírito do observador. (...) Sem saber porquê, observando a fachada desse santuário, eu me senti levado a comparar seus construtores aos *primeiros cristãos* que edificaram seus templos ao Criador em lugares áridos e solitários (ROUEDE, 1894, p. 54, *grifos nossos*)

Por sua vez, partindo de uma perspectiva descritiva em nada nostálgica, em 1895, a Comissão Construtora que encomendara as paisagens da antiga freguesia à Rouéde, reitera indiretamente na Revista Geral da CCNC (1895a) duas cenas reproduzidas pelo pintor – a Igreja da Boa Viagem, e, a Rua do Sabará:

Ao penetrar-se no arraial pela extensa *rua de Sabará*, uma das mais rectas e largas, enfrenta-se, ao transpor uma tosca ponte de madeira sobre o riacho *Acaba-Mundo*, com a *Egreja Matriz*, erguida no entrecruzamento das ruas do Sabará, do Capão e do General Deodoro, formando estas ultimas como que o segundo plano do povoado, com mais de quatro metros de elevação sobre o nível da primeira. A *pequena Egreja* fica assim como que soterrada pelo lado da rua do General Deodoro, apoiando-se do lado oposto na declividade suave de um pequeno largo, que vae em rasteiro grammado morrer à *rua de Sabará* (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 13, grifos do autor e nossos)

Apesar das discrepâncias textuais, um comparativo entre as imagens da Matriz da Boa Viagem, realizadas por Rouéde e pela CCNC, evidencia uma certa sintonia entre estas produções imagéticas (figura 24):



Figura 24: Montagem do *Largo da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem* (por Émile Rouéde, 1895 – Óleo sobre tela, 80 x 110 cm), e, do *Largo da Matriz* (pela CCNC em 1894 – impressão fotográfica sobre papel, 31 x 21,5 cm)
 Fonte: Adaptado do Acervo CCNC/Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais), 2020

Talvez por se tratar de uma obra encomendada pela CCNC à Rouéde, fica evidente a similaridade da pintura *Largo da Matriz* à fotografia desta igreja realizada pelo gabinete fotográfico da comissão construtora. Sendo assim, notamos desde a ênfase em primeiro plano da “tosca ponte de madeira” que atravessa o riacho Acaba-Mundo, bem como a “declividade suave do pequeno largo” na lateral da Igreja da Boa Viagem, arrematado por um “gramado rasteiro” – possibilitando nestas imagens, notar algumas coincidências entre a descrição textual da CCNC e a representação da Matriz da Boa Viagem realizada por Rouéde.

Em termos figurativos, notamos ainda, na imagem da carroça que avança pela rua, a figura da “tropa e do tropeiro” como explica Barreto (1996a): “responsáveis pela veiculação de toda a fortuna que circulou por aquelas terras, e que, desafortunadamente, foram desaparecendo à medida que foram avançando os modernos meios de transporte.” (BARRETO, 1996a, p. 43). Da mesma forma, podemos considerá-la como as tropas que Joaquim da Rocha (1995) descreve em seu inventário da Capitania de Minas Gerais de 1778, como essenciais no abastecimento das freguesias de “pouca extensão e poucos víveres”, tropas estas carregadas de mantimentos como toucinhos, queijos, farinha, arroz, milho e feijão. Sendo que, distante deste tom elogioso, retomamos, ainda, os “caminhos de tropa” citados por Gerber em 1863, interpretados como “mal alinhados”, ou seja, sem serventia para o desenho dos caminhos de ferro que se instalariam em Minas Gerais desde 1833, e, especificamente em Belo Horizonte, a partir de 1894, através dos projetos da CCNC.

Por sua vez, a representação realizada por Emile Rouéde do panorama do Curral visto do alto do Cruzeiro (figura 25), diz respeito de um monumento – o cruzeiro – que não repercutirá na Revista Geral da CCNC, sendo este citado, brevemente, em dois únicos momentos na primeira

edição da revista: quando da descrição da atual Av. Afonso Pena como uma “grande avenida (...) ligando em linha reta o *bairro commercial*, junto à estação, ao alto do *Cruzeiro*” (MINAS GERAIS, *Revista Geral I*, 1895a, p. 99, *grifos do autor e nosso*), assim como, quando a revista descreve parte da paisagem do arraial, como mostra o trecho a seguir:

Subindo pela rua do Rosario, para o lado da Boavista, encontra-se o pequeno largo do Rosario, onde existe uma capelinha de que é orago o santo d’aquelle nome, sem belleza, nem gosto, mas colocada em excellente ponto de vista do arraial, apenas excedido pelo *Cruzeiro*, que fica na eminência de um morro, e fechará, com a bellissima agulha do novo templo, a projectada grande avenida – Affonso-Penna – e donde se domina todo o arraial, com um horizonte formosíssimo e extenso. (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 14, *grifo do autor*)



Figura 25: O Cruzeiro (Panorama do Curral del Rei).
Pintura realizada por Émile Rouéde em 1894
Óleo sobre tela (80 x 111 cm).

Fonte: Acervo CCNC/Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais), 2020

Mais uma vez nota-se a vista porposta por Rouéde nesta obra, respeitando a descrição da CCNC, pois, posicionado o observador na “eminência do morro”, próximo ao Cruzeiro, avista-se um “horizonte formosíssimo e extenso” que, aliás, será pontuado pelas “casinhas brancas” salientadas pela CCNC em outras descrições sobre o arraial del Rei²¹⁶.

Citamos, também, a representação indireta do Cruzeiro do arraial na planta cadastral de Belo Horizonte idealizada pela CCNC (ver figura 26). Denominada, *Praça do Cruzeiro*, e, localizada na sétima seção urbana da cidade – no cruzamento da Avenida 17 de dezembro (atual

²¹⁶ Consultar como exemplo: MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos I*, *op. cit.*, p. 13.

Avenida do Contorno), com a avenida Afonso Pena – encontramos a ilustração simplificada deste monumento, donde podemos supor a sua permanência enquanto marco referencial urbano ainda em 1895 – sendo extinto definitivamente em 1928 (BARRETO, 1996a):

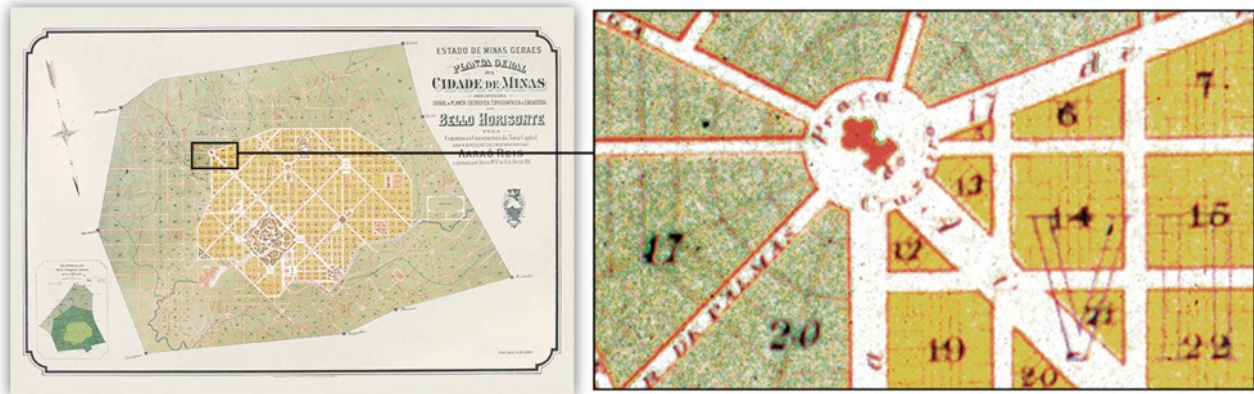


Figura 26: Praça do Cruzeiro em 1895, sinalizada na planta cadastral de Belo Horizonte; seguido da ampliação do trecho correspondente à praça. Impressão sobre papel.
Fonte: Adaptado do Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais), 2021

Renomeada como *Praça Milton Campos*, sabe-se que a região do seu entorno – entende-se, bairro – é conhecida até os dias atuais (2021) como Cruzeiro, reforçando a importância referencial, e, possivelmente simbólica deste artefato urbano desde os tempos do Curral del Rei. Não por acaso, Barreto (1996a) exprime em suas memórias o seguinte desejo, relacionado ao alto do cruzeiro e a fundação de um monumento:

Mas se quisermos que seja completa a indenização de nossa dívida para com a memória imperecível de Ortiz, não basta essa veneração espiritual; é preciso que se lhe erga, em uma de nossas mais lindas praças (no alto do Cruzeiro, por exemplo), um monumento duradouro (BARRETO, 1996a, p. 94, grifos nossos)

Para além da nossa discussão sobre o Cruzeiro do Curral, a partir deste depoimento de Barreto (1996a), podemos depreender a admiração deste historiador pelas bandeiras realizadas no Brasil colonial, notadamente por Ortiz, considerado pelo estudioso como o fundador oficial do Curral del Rei. Vale ressaltar que a mesma veneração não será dada a Ortiz quando os memorialistas, José Joaquim da Rocha, Henrique Gerber e José Joaquim da Silva, nem ao menos citam o nome do suposto fundador do Curral em seus registros. Entretanto, ao observarmos a *Planta Geral da Cidade de Minas* de 1895, fica assinalada a rua denominada *Borba Gato* – sogro

de Ortiz – em local cativo próximo ao Palácio Presidencial, cortada pela antiga rua da Liberdade, atual Levindo Lopes²¹⁷ (ver figura 27):



Figura 27: Rua Borba Gato assinalada na Planta Cadastral de Belo Horizonte (1895) seguida da ampliação do trecho correspondente a mesma rua.

Fonte: Adaptado do Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais), 2021

Em sintonia, é válido destacar que em breves linhas a CCNC cita na segunda edição da Revista Geral, as obras que encomendara a Émile Rouéde, sem se referir às de Honório Esteves. Fato que nos leva a supor a primazia dada na Revista Geral às imagens fotográficas, e, principalmente, aos *croquis* – entende-se, *ilustrações impressas* sobre papel – dos edifícios que se planejava para a Nova Capital. Desta forma, é válido destacar que a *imagem técnica* também influenciará nos discursos sobre as paisagens do Curral Del Rei, como veremos a seguir com as obras de Honório Esteves.

4.2.1.2 O Panorama Geral do Arraial: Honório Esteves e a representação técnica do antigo arraial

Lendo uma crônica jornalística de 1897, nos deparamos com uma descrição que, apesar de não se referir especificamente ao Curral del Rei, é possível generalizá-la aos moldes das interpretações que se tinham naqueles tempos das pequenas povoações nas Minas Gerais do final do século XIX. Descreve a crônica a seguinte *paysagem*:

Essas senis montanhas que circundam a cidade; essas *velhas mangueiras* de troncos negros e gigantescos; essas *igrejas antigas e chagadas* pelos temporaes desfeitos, com seus sinos

²¹⁷ Nos mapas contemporâneos (2021) da cidade de Belo Horizonte a rua Borba Gato de 1899 corresponde à rua Francisco Brante, uma via urbana que adentra a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE.

debruçados nas largas janellas do campanario... todas essas cousas são testemunhas oculares (...) [encontramos um observador] sobre o pico do morro (...) contemplando a *harmoniosa collocação das casas* que; no seu conjunto, formam a *paysagem*. Ahi elle [o observador] não pode ouvir o murmurio das fontes nem embriagar-se no perfume que exhalam as flores que ornem as suas margens, mas revê a suave *perspectiva*, impressão da que *vae d'iminuindo de objecto á proporção que os afasta* (O CONTEMPORANEO, *Rascunhos*, 1897, p. 5, *grifos nossos*)

Para além das semelhanças deste texto com a descrição de Olavo Bilac sobre o antigo arraial de Bello Horizonte em 1899 – lembrando das “paredes enegrecidas” e da “acanhada Igreja” descritas por Bilac no artigo *Uma Photographia*²¹⁸ – falar da “harmoniosa colocação das casas” na *paysagem* do antigo arraial, retoma o conteúdo textual da Revista Geral da CCNC (1895a) que também relatava aquela localidade como um “leque de caprichosas paisagens”²¹⁹. Neste sentido, percebemos a existência de um vocabulário para se expressar a vista daquelas pequenas povoações mineiras no final do século XIX, e, mais ainda, notamos uma nomenclatura que exprimia uma tecnicidade à paisagem, donde, termos como: *perspectiva*, *proporção*, *projeção horizontal* – refletiam, com sutileza, o espírito de modernidade daquele final de século sobre o ponto de vista paisagístico.

Nascido em 1860, o pintor ouropretano Honório Esteves reflete bem a relação do Curral del Rei inserido neste discurso técnico do final do século. Retomando que Esteves, além de professor de desenho na Escola Normal da sua cidade natal, com destaque na produção de retratos como o do marechal Floriano Peixoto e o do conselheiro Afonso Pena, no ano de 1894, o artista também viria a colaborar na imprensa belorizontina dos anos de 1910²²⁰.

No que diz respeito as produções de Esteves, uma nota jornalística vem a esclarecer a exposição das quatro obras do artista sobre o Curral del Rei, realizadas em 1894, exprimindo o objetivo técnico daquelas paisagens. Nos dizeres do jornal relatava-se que:

Quatro são as telas que [Honorio Esteves] exhibe, traçadas com vigoroso colorido e *copiadas* directamente da natureza.

A primeira representa a igreja matriz e o cemitério da povoação, fundada em 1755, e que deverá ser demolida, segundo o *plano de organização* da nova capital. A segunda é um *apanhado geral do grande planalto*, onde está edificada a pequena povoação existente e onde se *projecta* a construção da cidade. A terceira representa a *parte central desse planalto*, orlada por serrarias azues que a *limitam* ao longe (...) Finalmente a quarta é o morro do cruzeiro, (...) a *vista geral* do planalto. (O Estado de Minas, *Honorio Esteves*, 1894, p. 1, *grifos nossos*)

²¹⁸ DIARIO DE MINAS, *Uma Photographia*, 1899, p. 1.

²¹⁹ MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos I, op. cit.*, p. 13.

²²⁰ Sobre os retratos, consultar: MINAS GERAES, *Revista do Interior*, 1894, p. 4; MINAS GERAES, *Conselheiro Affonso Penna*, 1894, p. 3. Sobre a colaboração com a revista *Novo Horizonte* ver: NOVO HORIZONTE, *Collaboração artística*, 1910, p. 19.

Descrita nesta nota jornalística como uma ferramenta técnica, as obras de Honório Esteves são associadas a termos como: cópia, organização, limite, etc., exprimindo exatamente, a tecnicidade e a utilidade – no caso, à CCNC que havia realizado a encomenda ao artista – destas imagens. Afinal, assim como descrito na nota jornalística supracitada: naquela “vista geral do planalto” da futura Cidade de Minas, havia de ser demolida a Igreja Matriz, datada de 1755, e, ser construída a nova cidade no lugar da “pequena povoação existente”²²¹.

Não por acaso, duas, dentre as quatro obras de Esteves, empregam a perspectiva panorâmica para representar o antigo arraial, assemelhando-se àquelas paisagens panorâmicas curralenses ilustradas na Revista Geral da CCNC (ver figura 28):



Figura 28: Comparativo entre *perspectivas panorâmicas do arraial de Belo Horizonte*.
Acima, obras realizadas por Honório Esteves (Óleo sobre tela, 38,5 x 53 cm, e, 39 x 56 cm).

Abaixo, imagens de autoria da CCNC (impressão fotográfica sobre papel, 31 x 21,5 cm).

Fonte: Adaptado do Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto, MHAB (Belo Horizonte – Minas Gerais)

Observando estas vistas propostas por Esteves, parafraseamos o jornal O Estado de Minas que fala do “apanhado geral do planalto”, dando para “parte central” do arraial horizontal²²², e,

²²¹ Trechos extraídos de: O Estado de Minas, *Honório Esteves, op. cit.*, p. 1.

²²² *Ibid.*

retomamos por fim, a nomenclatura utilizada pela CCNC em suas tomadas panorâmicas curralenses, todas intituladas: “Panorama Geral do Arraial”.

Em suma, interpretamos as encomendas realizadas pela comissão construtora aos artistas Émile Rouéde e Honorio Esteves como uma estratégia de promoção da Nova Capital – supostamente envolvendo, também, as estratégias da engenharia civil daquele final de século, principalmente no que diz respeito à vulgarização dos trabalhos da comissão construtora. O que nos leva a incluir estas obras como integrantes da documentação e da promoção da nascente cidade – mesmo se explicitadas timidamente na Revista Geral da CCNC, quando da visita de Afonso Pena, Bias Fortes e David Campista à Belo Horizonte, em agosto de 1895, e por convite da CCNC: “viram os *tres quadros* em tinta á óleo pintado pelo Sr. Rouéde e que representam *pontos de vista do actual arraial*.” (MINAS GERAIS, *Revista Geral II*, 1895c, p. 259, *grifos nossos*).

4.2.2 A documentação da Nova Capital proposta pela CCNC

Outro quesito de importância, diz respeito do método de documentação dos projetos relacionados à Nova Capital. Ao analisarmos as instruções regulamentares das divisões da CCNC, percebemos o destaque dado aos processos de documentação referente a construção da nova capital²²³. Seja a partir do arquivamento de papéis, realizado pela segunda divisão da comissão construtora, através de coleções mensais ou anuais, seja por meio de cópias autenticadas que deveriam ser remetidas ao engenheiro chefe no formato de uma memoranda, assim como relatado na Revista Geral da CCNC (1895) – de cada um dos desenhos de projetos organizados pela terceira divisão, propunha-se realizar antes da “*aquarella definitiva*”: “uma cópia em papel transparente, a qual será imediatamente remetida, por *memorandum*, ao Primeiro Engenheiro.” (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos II*, 1895b, p. 79, *grifo nosso*). Somados a estas exigências, três livros serão elaborados: um livro especial, para a inscrição das ordens de serviços da comissão construtora; um livro inventário, para a listagem dos objetos de uso dos escritórios da CCNC, e, um livro talão, como um boletim diário das ocorrências de importância nos trabalhos da comissão. Lê-se no artigo oitenta e seis das *disposições geraes*: “De todos os officios, ordens de serviço expedidas e memoranda, se guardarão cópias, seja nos livros especiaes, copiadores, ou nos talões.” (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos II*, 1895b, p. 90).

²²³ Detalhado no capítulo da Revista Geral, intitulado: *Regulamentação: instruções expedidas pelo engenheiro chefe*. (MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos II*, 1895b, p. 64).

Em consonância, a cada projeto arquitetônico caberia um livro intitulado *Livro registro das obras d'arte*, no qual se especificaria a descrição detalhada da obra, a data em que o projeto da obra fora entregue ao empreiteiro, o número da ordem de serviço ordenando o início da construção da mesma, os dias em que a obra tivera sido implantada no campo, enfim, assim como descrito na Revista Geral da CCNC (1895b): “mencionando-se tudo o que possa servir para se fazer o *histórico* completo de cada obra.” (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos II*, 1895b, p. 90, *grifo nosso*). Neste sentido, próximo aos inventários oitocentistas que tinham como um de seus propósitos transcrever, oficialmente, uma história das Minas Gerais, a Revista Geral da CCNC (1895) cumpriria a função de criar todo um respaldo documental sobre a fundação da futura Cidade de Minas, enfim, nas palavras da revista: seria como a “história escrita dia a dia”²²⁴. Desta forma, um olhar aprofundado sobre alguns dos projetos idealizados pela CCNC permite entender como se dava parte desta documentação, e, mais ainda, reforça o papel da Revista Geral na publicização e no registro dos trabalhos da comissão, assim como veremos nos casos a seguir.

4.2.2.1 Uma ponte e duas estações férreas: os projetos ilustrados na Revista Geral da CCNC

Em 17 de dezembro de 1893 fica o governo de Minas Gerais autorizado a mandar organizar o plano definitivo da nova cidade a partir de duas bases²²⁵, sendo elas: a divisão do terreno da cidade em lotes com a determinação de preços, e, a indicação dos terrenos que seriam reservados para os edifícios públicos, tais como: jardins, mercados, estações de estradas de ferro e *tramways*²²⁶, hospitais, templos, cemitérios, etc. Consta ainda que a organização dos projetos, geral e parciais, das obras da nova capital deveriam obedecer:

as mais severas indicações e *exigências modernas* da hygiene, conforto, *elegância e embelezamento*; porém sem exagerada preocupação de sumptuosidades dispensáveis, salvo os *monumentos artisticos* que o Governo deliberar sejam erigidos (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 30, *grifos nossos*).

Caberá ao escritório técnico da CCNC a confecção dos projetos de edifícios, monumentos, jardins, avenidas e demais construções arquitetônicas da nova capital. Segundo consta na Revista Geral (1895), a comissão construtora ficaria encarregada das regras arquitetônicas a serem

²²⁴ MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, op. cit., p. 9.

²²⁵ Sobre os detalhes legislativos deste episódio, ver: MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 26.

²²⁶ Traduzido para o português através da palavra “bonde”.

implantadas na futura cidade, cabendo à 2^a e à 3^a divisões, a execução deste “projeto artístico” da Nova Capital, sendo descrito na Revista Geral as seguintes incumbências à 3^a divisão – dentre outras incumbências:

§ 2.º – A indicação das *regras architectonicas* que devam ser observadas nas edificações particulares; § 3.º – A organização dos *typos geraes* de prédios que convenha adoptar, em diversos pontos da nova cidade, para garantia do *efeito artistico* dos monumentos, ou dos edificios publicos, ahi levantados; § 4.º – A redação da *memoria justificativa e descriptiva* de cada obra projectada, com especificação minuciosa de todos os seus detalhes. (MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos*, II, 1895b, p. 79, grifos nossos)

Por sua vez, a construção dos monumentos, estátuas, cemitérios, matadouros e fornos de cremação e de incineração, mercados, lavanderia, etc., ficariam a cargo da 4^a divisão da CCNC – especializada no estudo e no preparo do solo. Neste sentido, percebemos a importância de outras duas divisões da CCNC mais diretamente relacionadas à execução destes projetos: a terceira divisão, incumbida dos estudos técnicos, e a sexta divisão, encarregada dos estudos da viação férrea urbana, das edificações, das instalações elétricas, e demais acessórios.

Citemos, por exemplo, alguns dos trabalhos – projetos, plantas e perfis – realizados pelo escritório técnico da CCNC: projeto da Ponte David Campista, perfis-tipos de avenidas e ruas, plantas e perfis de águas de córregos como Cercadinho, Acaba-Mundo e Serra, projeto do ramal férreo, etc. Dividido em duas seções (projetos e arquitetura), este escritório técnico da comissão construtora idealizará, também, os seguintes projetos arquitetônicos: Estação Central, casas de residência, templo católico, capela católica, parque, dentre outros trabalhos.

Nota-se que determinados projetos ganham destaque na Revista Geral da comissão construtora (1895), como é o caso da ponte David Campista – celebrada em contrato, em 1895, pela CCNC com o construtor Manoel Lourenço Laranjeira (MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 32). Além de constar ilustrada, ocupando uma página completa da Revista Geral (figura 29), a referida ponte será descrita em detalhes no periódico da seguinte forma:

A canalização do ribeirão Arrudas para embellezamento da cidade, formando uma avenida de rua dupla, obrigará a construção de várias pontes, a primeira das quaes será lançada em frente à Estação Central, no centro da praça, que será cortada pelo canal. Esta ponte [David Campista] – que lembrará os esforços que, para a mudança da capital, desenvolveu o illustre ex-secretário da Agricultura, Commercio e Obras Públicas [David Campista] – foi projetada com economia, talvez excessiva, tratando-se de uma obra que se tornará tão saliente pela posição que vai ocupar na futura Capital. (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 71)

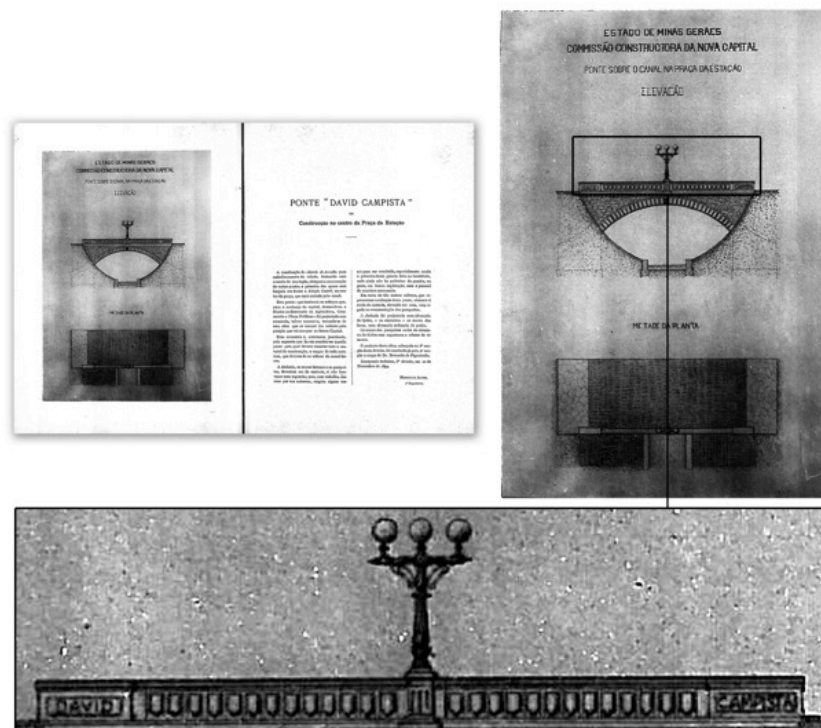


Figura 29: Acima, representação da ponte David Campista na abertura do capítulo homônimo na Revista Geral da CCNC, e, croqui da ponte em página única; abaixo, detalhe aproximado da inscrição *David Campista* nas extremidades do guarda corpo da ponte.
(Ponte David Campista). Impressão sob papel.

Fonte: Adaptado de MINAS GERAES, Revista Geral dos Trabalhos da CCNC, agosto de 1894

Assinalado no *croqui* da ponte, notamos o nome *David Campista*, inscrito nas extremidades do seu *guarda mão*²²⁷ (ver figura 29), dando ares monumentais a este equipamento urbano. Destacamos, também, o retrato de David Campista, ilustrado na terceira edição da Revista Geral da CCNC, seguido da descrição: “Ex-Secretario d’Estado da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que referendou o Decreto organizando a Comissão Constructora da Nova Capital.” (MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos II*, 1895c, p. 62). Construída, assim, com o propósito de se tornar um marco urbano belorizontino – semelhante à um monumento – , por se tratar da primeira ponte da Nova Capital, oficializada pela CCNC e estrategicamente posicionada no centro da praça da Estação de Minas, este “elegante pontilhão” – assim como fica denominada a ponte em um artigo da Revista Geral²²⁸ –, viabilizaria o transporte de cargas para se erguer a cidade, e, secundariamente, daria visibilidade àqueles oficialmente encarregados de modernizar o antigo arraial – por exemplo, David Campista.

²²⁷ Expressão empregada em 1899, atualizada para *guarda corpo*: Proteção que cerca uma ponte, varanda, terraço etc., com o propósito de salvaguardar o corpo, evitando uma queda. (GUARDA CORPO, 2021). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/guardacorpo/>. Acesso em: 12 de outubro. 2021.

²²⁸ Ver o artigo *A Capital* (MINAS GERAIS, *Revista Geral II*, 1895c, p. 258).

A ponte Davi Campista será destacada, também, no *Plano Geral da Estação Central e dependências*, assinalado na Revista Geral da CCNC de abril de 1895 (ver figura 30), sendo que: mesmo se não inserida no índice de equipamentos assinalados na planta – dos quais, a estação, um armazém, um hotel, duas residências, uma carvoeira, uma caixa d'água e um depósito – a ponte David Campista ficará evidenciada no centro do plano, sobressaltados os seus guarda corpos atravessando o rio Arrudas:

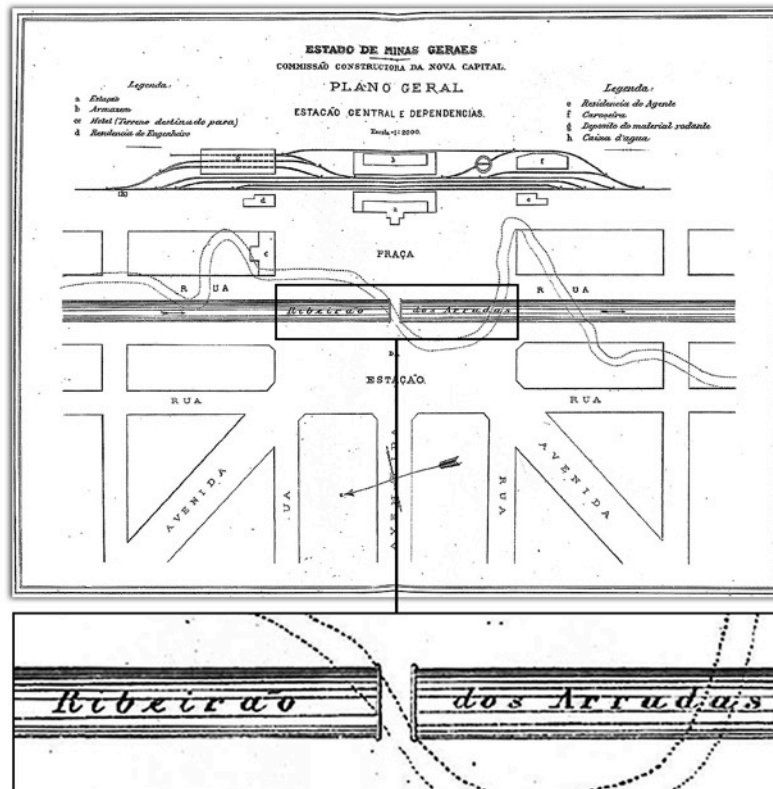


Figura 30: Acima, *Plano Geral da Estação Central e dependências*; abaixo, ampliação da *Ponte David Campista* representada no centro do plano. (*Plano Geral da Estação Central e dependências*). Impressão sob papel.
Fonte: Adaptado de MINAS GERAES, *Revista Geral dos Trabalhos da CCNC*, 1895a

Atualmente, ainda percebemos rastros deste monumento na paisagem belorizontina (2021), pois, apesar da ponte David Campista não mais existir no nosso espaço urbano, encontramos uma rua homônima nas proximidades da região em que fora erguida, originalmente, esta ponte²²⁹.

Duas outras obras ganham destaque na Revista Geral da Comissão Construtora, sendo elas: a *Estação General Carneiro* e a *Estação de Minas*. A primeira, celebrada em contrato pela CCNC com os construtores Eduardo Edwards, Francisco Soucasseaux e Alfredo Camarate (MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 32) – localizava-se no entroncamento do ramal férreo de Belo

²²⁹ Localizada entre a Avenida Francisco Sales e a Avenida Assis Chateaubriand, a rua *David Campista*, fica localizada em, aproximadamente, 1.2 km de distância da localidade em que fora erguida a ponte homônima. Para uma percepção mais exata, propomos verificar o mapa disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: abril de 2021.

Horizonte com a estrada de ferro Central do Brasil, ou seja, fora da zona urbana da Nova Capital, sendo descrita pela CCNC como:

o pórtico de entrada para a grandiosa Capital do Estado de Minas (...) testemunho da opulência do seu solo e do desenvolvimento incontestável e progressivo das suas fontes de renda. (MINAS GERAES. *Revista Geral dos Trabalhos I, op. cit.*, p. 73)

Seguindo uma arquitetura compatível com a importância que lhe cabia, segundo descrito na *Revista Geral*, esta estação deveria ser projetada não como uma “simples estação de companhia [ferroviária]”; respeitando assim, uma “arquitetura original”: “em *triangulo curvilíneo* (...) motivo de alta importância para afastal-a dos estylos comuns, adoptando-se um typo original, novo” (MINAS GERAES, *Revista Geral dos Trabalhos I, op. cit.*, p. 73, *grifos nossos*). Elaborada pelo engenheiro arquiteto da comissão, José de Magalhães, a Estação General Carneiro constará na *Revista Geral* em um capítulo de três páginas, sendo o seu *croqui*²³⁰ representado em página única na abertura do referido capítulo (figura 31):

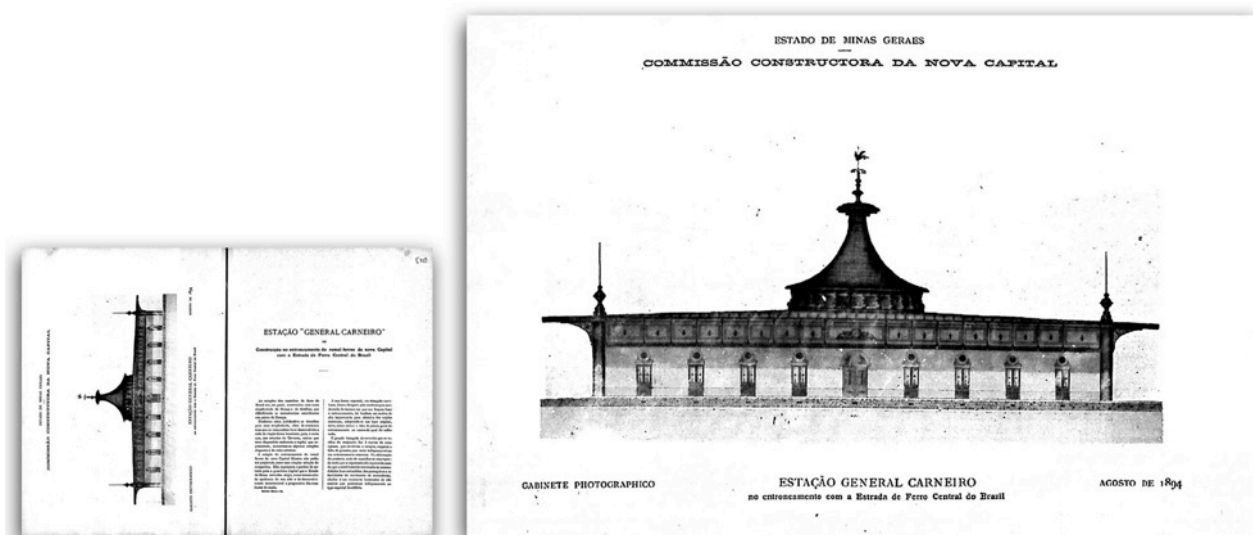


Figura 31: Representação da *Estação General Carneiro* na abertura de capítulo homônimo na *Revista Geral* da CCNC; *croqui* da estação em página única. (Estação General Carneiro). Impressão sob papel.

Fonte: Adaptado de MINAS GERAES, *Revista Geral dos Trabalhos da CCNC*, agosto de 1894

Somado ao *croqui*, fica assinalado como parte dos *Estudos definitivos e traçado adotado do Ramal Férreo* realizados pela CCNC, uma *Planta do entroncamento com a E. F. Central*²³¹ – constando a Estação General Carneiro representada visualmente através de um “triângulo curvilíneo” – parafraseando o termo adotado pela CCNC (figura 32):

²³⁰ Significando: desenho feito em traços de modo que mostre o essencial do modelo representado; Esboço. (CROQUI, 2021). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/croqui/>. Acesso em: 30 de novembro. 2021.

²³¹ Disponível em: MINAS GERAIS, *Revista Geral II*, 1895, p. 65-68.

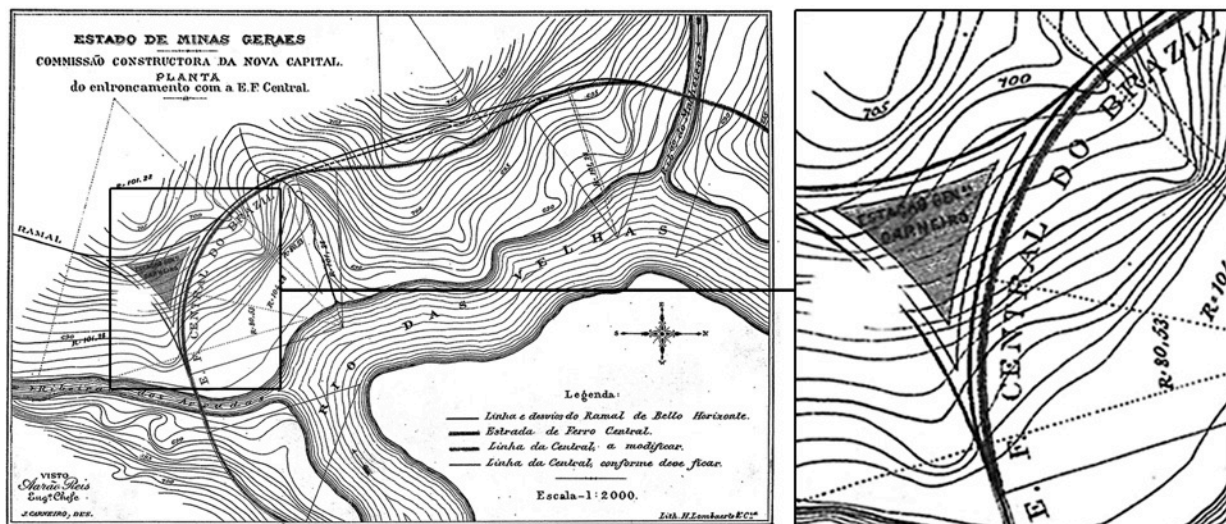


Figura 32: Planta do entroncamento com a E.F. Central; e ampliação do *triângulo curvilíneo* representando a Estação General Carneiro. (Planta do entroncamento com a E.F. Central). Impressão sob papel.
Fonte: Adaptado de MINAS GERAES, Revista Geral dos Trabalhos da CCNC, 1895a

Finalmente, representado como uma das únicas ilustrações da Revista Geral – não se tratando, portanto, de um esquema técnico de engenharia como os citados anteriormente – a Estação General Carneiro será referenciada, também, em um terceiro momento, ilustrada na parte VI da Revista Geral sobre os *Estudos e informações gerais* (figura 33):

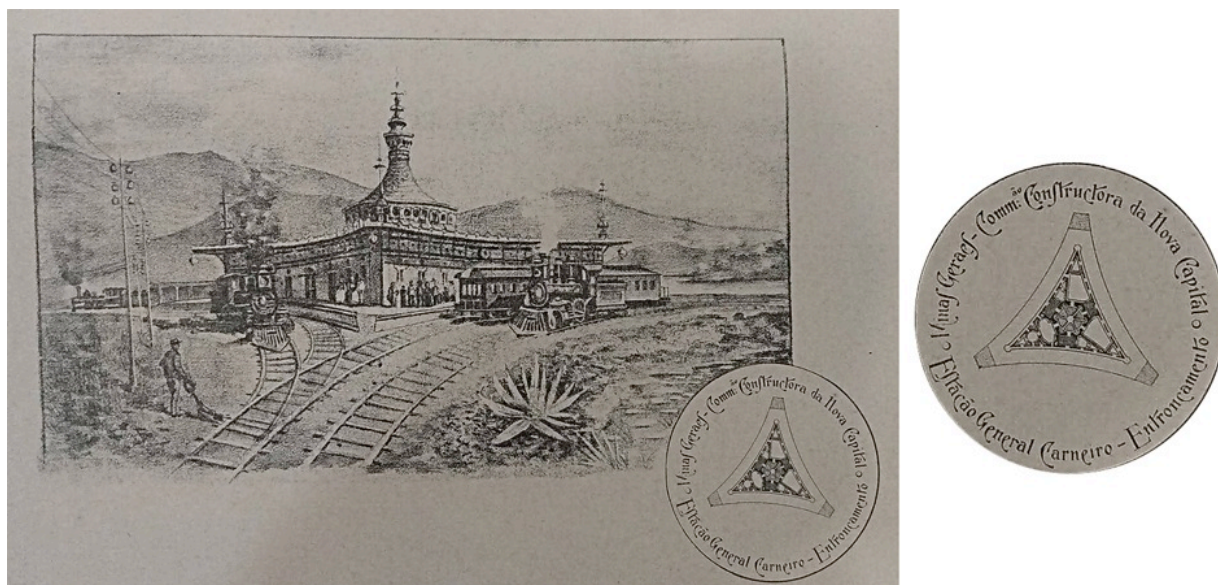


Figura 33: Ilustração da Estação general Carneiro seguida da ampliação da planta baixa da estação como sua marca. (Ilustração da Estação General Carneiro). Impressão sob papel.

Fonte: Adaptado de MINAS GERAES, Revista Geral dos Trabalhos da CCNC, 1895c

Realizando-se enquanto uma ilustração – seja nos personagens que aguardam a chegada do trem, ou no funcionário próximo aos trilhos em primeiro plano, sem contar a simulação da fumaça saindo do vagão e de detalhes acessórios como pedregulhos e plantas, arrematados pelas serras ao

fundo – desta imagem, fica patente a fala da comissão construtora sobre a Estação General Carneiro simbolizar o “pórtico de entrada” da Nova Capital se aproximando, assim, de uma estratégia publicitária idealizada pela comissão – em que a própria estação representaria uma marca, como fica exposto na figura 33, sendo simbolizada através de um *triângulo curvilíneo* – literalmente a planta baixa da estação – envolta por uma legenda circular nos dizeres: “Minas Geraes - Comm.^{ão} Constructora da Nova Capital. Estação General Carneiro - Entroncamento”. Desta forma, entende-se que, não por acaso, esta ilustração da Estação General Carneiro abrirá o artigo intitulado *A Nova Capital* que, por sua vez, será parte do desfecho da Revista Geral de agosto de 1895²³². Destaca-se também a presença desta ilustração no *Album de vistas locais e das obras projetadas para a edificação da Nova Capital*²³³. Cabe ressaltar por fim, a demolição da estação na década de 1960, e a sua persistência ainda nos dias de hoje ao observarmos na Belo Horizonte contemporânea (2021), a linha de ônibus 4665 denominada, *General Carneiro*, ligando Sabará à região metropolitana de BH²³⁴.

Por sua vez, dando sequência a este capítulo dedicado à Estação General Carneiro, encontramos outro em que consta a descrição – em três sucintas páginas – da *Estação Central “Minas”* – uma denominação também inscrita no *croqui* da estação, ilustrada na Revista Geral (ver figura 34), sendo replicada na imprensa do final do século como *Estação de Minas*²³⁵.

²³² Ilustração e capítulo disponíveis em: MINAS GERAIS, *A Nova Capital*, 1895c, p. 256-261.

²³³ Ver: MINAS GERAIS, 1895, prancha 11.

²³⁴ Ver: *A construção e a demolição da Estação Ferroviária de General Carneiro – Sabará*. Disponível em: <https://sousabara.com.br>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

²³⁵ Ver: DIÁRIO DE MINAS, *Hotel Oliveira*, *op. cit.*, p. 3.

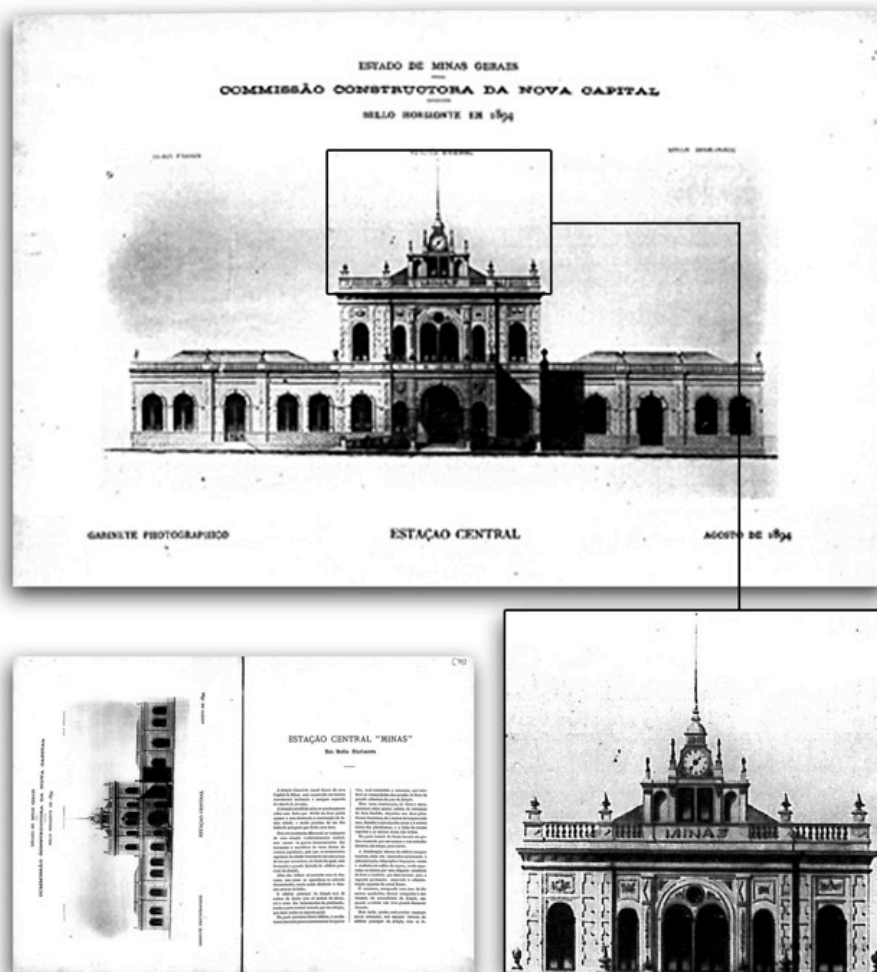


Figura 34: Acima, representação da *Estação Central “Minas”* na abertura do capítulo homônimo, na Revista Geral da CCNC; abaixo, percepção do croqui em página única, e, vista aproximada da fachada do prédio com a inscrição “Minas”. (Estação Central “Minas”). Impressão sob papel.

Fonte: Adaptado de MINAS GERAES, Revista Geral dos Trabalhos da CCNC, agosto de 1894

Celebrada em contrato pela CCNC com o construtor Julio Porta & C. (MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 32) – a Estação de Minas será mais um “pórtico da nova capital”, assim como a General Carneiro, sendo ainda, descrita por Aarão Reis (1895) como o “símbolo do novo século” construída “sem luxo”, ou seja, segundo o engenheiro chefe da CCNC procurou-se:

dar-lhe, não sumptuosidades descabidas, nem mesmo luxo artístico dispensavel, mas toda a elegância, todo o conforto e todas as commodidades, cujas faltas seriam imperdoáveis na Estação Central de uma cidade que vae ser edificada ao abrir do século XX. (MINAS GERAES, *Exposição*, 1895, p. 26, *grifos nossos*)

Esta “vasta construção de ferro e zinco” encimada por um relógio que lhe daria “realce ao aspecto geral”, acomodava em seu projeto inicial, como consta na Revista Geral (1895a), um armazém que responderia ao movimento das mercadorias que ali circulavam. Em outras palavras: “mais tarde”, como o próprio Aarão Reis (1895a) destaca, seria “preciso construir armazens nos

espaços laterais do edifício com as fachadas principais dando para a *Praça da Estação*” (MINAS GERAES, 1895a, p. 26, *grifos do autor*). Estas mesmas especificações, e, demais outras, serão reforçadas no *Plano Geral da Estação Central e dependências* (ver figura 30), e, em relação a localização da Estação Central “Minas”, cabe ressaltar a escolha de um ponto na Nova Capital que segundo planejava a CCNC: dividia em duas partes iguais a área destinada à construção da futura cidade.

Em suma, dentre os diversos edifícios públicos idealizados e projetados pela CCNC, notamos a ênfase na Revista Geral destes três equipamentos urbanos – uma ponte e duas estações – que, ao nosso ver, coincidem com um arraial colonial, em vias de transformar-se em capital moderna símbolo do século XX, pois, uma vez que as pontes permanecem na paisagem urbana da futura Cidade de Minas, equipamento este recorrente, e, outrora, símbolo da civilização nas vilas e cidades do século XV ao XIX (ROCHA, 1995; SILVA, 1997; GERBER, 2013)²³⁶, será no entanto, a locomotiva, a marca da modernidade na abertura do século XX – como bem descreve um almanaque industrial da época que dizia não se admirar se em poucos anos os campos e matas mineiros “vissem voar as *locomotivas*, e os rios, as *rodas a vapor*”²³⁷.

Em 1897, o jornalista José Feliciano da Rocha reforça esta ideia relatando um comparativo entre o selvagem e a civilização, pois:

O selvagem ignorante é tomado de um terror supersticioso pela água, fogo, raio; o homem civilizado d’elles faz admiráveis auxiliares.

Foi porque ele os subjugou que a poderosa *locomotiva*, o gigantesco *navio* a vapor devorando o espaço levando e trazendo milhares de *viajantes* ou de quilogramas de *mercadorias*, e, como *a idéia vence as distancias* com rapidez espantosa (...) Dessa fôrma de equilíbrio (...) emana (...) a *indústria*. (FELICIANO DA ROCHA, 1897, p. 1, *grifos nossos*).

Ou seja, além de vencer distâncias, e, citando Lefebvre (2006) – “fazer circular pessoas e mercadorias” – estes equipamentos idealizados pela comissão construtora representavam, também, ferramentas monumentais da Nova Capital, pois se tratavam de equipamentos urbanos que homenageavam personalidades e localidades: a ponte David Campista, a Estação General Carneiro e a Estação de Minas, não deixam assim de conferir ao “velho arraial” ares de civilização de uma Nova Capital do abrir do século, ou seja, não por acaso serão os três únicos monumentos urbanos, ilustrados nas Revistas Gerais da CCNC.

²³⁶ Consultar também: a Lei Mineira n. 18, de 1º de abril de 1835; “proposta do deputado provincial Bernardo Pereira de Vasconcelos, que regulamentava a construção de estradas e pontes na província.” (RENGER, 2013, p. 45)

²³⁷ Consultar: *Almanak Administrativo, civil e industrial da província de Minas Geraes*, para o ano de 1865, p. 4. (MARTINS e OLIVEIRA, 1864).

Sendo assim, partindo para o último capítulo desta tese propomos a seguinte questão para o nosso leitor: afinal, esta cidade idealizada pela comissão construtora da Nova Capital e registrada em forma de revista periódica, haveria de ser materializada, também, nas páginas dos jornais daquele final de século? No capítulo a seguir, propomos um mergulho no conteúdo do jornal Diário de Minas no sentido de dar a ver como a cidade de Belo Horizonte em 1899 era descrita na imprensa – suas paisagens, seus interlocutores, seus contextos.

Capítulo 5

IMPRESSÕES DE UMA *BELLO HORIZONTE* DE 1899 NAS PÁGINAS DO JORNAL DIARIO DE MINAS

Uma miscelânea de *impressões* é o que fica da leitura de Belo Horizonte nas páginas do jornal Diário de Minas: daqueles quintais de cafeeiros e dos grandes laranjais, das 100 mil sacas de cal e dos quatro milhões de tijolos, daquele colégio situado na rua da Bahia, dos telhados à prova das chuvas torrenciais que não deixavam de encobrir aquela *paysagem* de suave colorido aquarelado e que impressionava a gente.

Nas páginas deste periódico, a construção civil, a lavoura, a publicidade e o comércio, enfim, a *urbs*: dão o tom das notícias sobre a *Bello Horizonte* de 1899. Compreende-se, portanto, que as *notícias* que tecem o último capítulo desta tese mais falam da Nova Capital do que do antigo arraial, talvez, porque a intenção do Diário de Minas era dar visibilidade àquela Cidade. Veremos, assim, que a impressão que fica é a de uma *urbs* onde tudo era Novo: os edifícios, os comércios, os calçamentos, as praças, as indústrias, etc., todos colocados naquela paisagem que parecia sair de uma *chronica*, ou seja, parafraseando a época: “fazendo *bolir* com a impressionabilidade da gente²³⁸”. Considerado o capítulo mais comunicacional desta tese, convidamos você, leitor, a entender a forma do objeto complexo desta investigação, demonstrando na prática como conseguimos fazer coligir as informações coletadas no jornal Diário de Minas – registrando e encadeando um conjunto de ideias sobre a Belo Horizonte de 1899.

5.1 A construção de Belo Horizonte e a indústria agrícola na imprensa de 1899

Antes da publicação da Revista Geral em 1895, a comissão construtora chefiada por Aarão Reis realizaria um minucioso estudo das *Localidades indicadas para a Nova Capital*, visando auxiliar no embasamento da escolha da futura Cidade de Minas²³⁹. Entregue em 1893, esta produção oficial e restrita às autoridades da época, traçaria o perfil de cinco localidades – Belo Horizonte, Várzea do Marçal, Juiz de Fora, Barbacena e Paraúna – enquanto as riquezas dos reinos

²³⁸ Extraído de: DIARIO DE MINAS, *Chronica*, *O pior é que esta semana*, op. cit., p. 1.

²³⁹ Ver: MINAS GERAIS, *Comissão d’Estudo das localidades indicadas para a nova Capital*, op. cit.

animal, vegetal e natural, além da aptidão de cada região à agricultura e ao fornecimento de material, para a construção da Nova Capital.

Mesmo a comissão construtora elegendo a Varzea do Marçal como a localidade mais apropriada para tanto, como descreve Fabio Nunes Leal, secretário da CCNC em 1894:

as rivalidades locais, os pequenos *interesses políticos* crearam [e elegeram] o – *Bello Horizonte* – como que em supremo esforço para abafar a sublimada idéia da mudança da capital da vetusta Ouro Preto, que se apinacula, tristonha, nos beiraes do caldeirão formado pelos serros do Itacolomy. (MINAS GERAIS, *Revista Geral I, op. cit.*, p. 11, *grifos nossos*).

Desta forma, duas balizas virão a embasar a defesa de Belo Horizonte como a localidade ideal para se erguer a nova Cidade de Minas: a sua disponibilidade em matéria prima no ramo da construção, e, a fertilidade do seu solo – ou seja, a sua urberdade, como diriam em 1899. Sendo estas duas temáticas que, aliás, marcam o conteúdo jornalístico belorizontino de 1899 trazendo as peculiaridades da imprensa na forma de abordar tais temas, pois, se por um lado temos notícias de uma cidade através da temática da construção, por outro, encontramos a lavoura, a propriedade, a roça, noticiadas na imprensa como um dos “credos industriosos” daqueles tempos.

5.1.1 Uma cidade em construção: noticiando a Belo Horizonte de 1899

A imprensa belorizontina do final dos oitocentos adotaria um conteúdo jornalístico, por vezes, alinhado à construção da cidade. Por exemplo, em um edital de fornecimento de materiais publicado no jornal A Capital ficaria exposto o seguinte:

De ordem do sr. dr. Engenheiro Chefe [Francisco Bicalho], faço publico que serão recebidas (...) propostas em cartas fechadas para o fornecimento de 100 mil saccas de cal e quatro milhões de tijolos” (A CAPITAL, *Editaes, Fornecimento de materiaes*, 1896, p. 3)

Esta chamada que elucida a estreita relação entre a “grande imprensa” e o governo, fala também de um setor em ascensão naquele contexto: o da construção civil. Destarte, encontramos uma vasta lista de comerciantes belorizontinos do setor de construção na cidade, anunciando os seus estabelecimentos nas páginas publicitárias do Diário de Minas – sendo alguns deles: Proença & Irmão; Hermillo Alves & C., Verdussen & Comp., Antonio Garcia de Paiva & C., A. Haas & Comp., e, O. Trompowsky. É de importância notar que estes nomes representavam uma parcela considerável, dentre os demais anunciantes na imprensa, concorrendo com a advocacia e o

vestuário como os ramos mais expressivos, quantitativamente, na seção publicitária do Diário de Minas.

Ademais, justificativas sobre a lentidão das obras da CCNC também farão parte dos conteúdos jornalísticos daqueles tempos. Neste caso, uma nota do jornal *A Capital* nos chama a atenção ao defender a prioridade na execução das obras da região urbana da Nova Capital em relação às demais zonas, como a do Cercadinho (demarcado na figura 14), pois: “não havia e não há conveniencia alguma em atacar o resto daquelle serviço [de construção] nos pontos mais distantes do centro da nova cidade²⁴⁰”.

Ainda sobre o ramo da construção, seria praxe nos jornais belorizontinos notícias sobre as “instalações temporárias” na Capital que, no dia 31 de março daquele ano de 1897, deveriam ser demolidas, além de “entregues à Comissão [construtora] todas as *casas publicas* ocupadas por particulares²⁴¹”. Destas “instalações provisórias” destacamos, também, aquela denunciada no Diário de Minas de 1899, referente às condições precárias em que se encontrava o quartel policial de Belo Horizonte desde 1897. Segundo a nota jornalística, o batalhão encontrava-se “aboletado em barracão”, desde aquele ano, sem nenhuma das condições exigidas para quartel, enquanto o novo edifício que abrigaria em definitivo o batalhão se encontrava inacabado, pois, “ainda não foram colocadas luz electrica, latrinas, esgoto, etc²⁴²”.

Em contrapartida, junto a este cenário “provisório e inacabado” constava, na paisagem belorizontina daqueles tempos, edifícios que viriam atestar a inauguração da Nova Capital. Nos estudos elaborados por Nabuco Linhares em 1897, por exemplo, este historiador exalta o primeiro prédio particular construído na região urbana da cidade como sendo aquele, “existente à Rua São Paulo, lote nº 17, quarteirão 15, da 2ª seção. O respectivo alvará foi expedido em 4 de novembro de 1895, ao Sr. Luiz Lourenço Rodrigues.” (LINHARES, 1952, p. 91). Mas na realidade, a fama ficava para edifícios como o do *Grande Hotel*, que será anunciado na imprensa a partir de 1896 quando *Noronha, Maciel & C.* haviam acabado de adquirir o *Grande Hotel de Minas* que se achava “radicalmente reformado e à disposição dos srs. hospedes²⁴³”. Seguindo esta tendência na imprensa de se anunciar a nascente hotelaria belorizontina, o *Hotel de Minas Septimo de Paula Rocha* esclarece em um reclame que o referido hotel havia sido inaugurado “a 5 do corrente [janeiro] na Avenida Amazonas, esquina da rua Tupinambás²⁴⁴”. Septimo de Paula Rocha viria ainda a assinar

²⁴⁰ Ver: A CAPITAL, *Rescisão de contrato*, op. cit., p. 2.

²⁴¹ Ver: A CAPITAL, *Editaes*, 1896, p. 1, *grifos nossos*.

²⁴² Ver: DIARIO DE MINAS, *Quartel Policial*, 1899, p. 1

²⁴³ Ver: A CAPITAL, *Noronha, Maciel & C.*, 1896, p. 4

²⁴⁴ Ver: DIARIO DE MINAS, *Hotel de Minas Septimo de Paula Rocha*, 1899, p. 4.

os anúncios dos seus outros empreendimentos, externos à Belo Horizonte – deixando claro que era “proprietário do *Hotel de Minas*. Com armazém de seccos e molhados por atacado e a varejo (...) [em] Sabara Minas²⁴⁵”.

Havia também notícias jornalísticas que “palpitavam” sobre os equipamentos públicos da cidade. Como o caso das críticas endereçadas ao calçamento em paralelepípedos da *Praça da Liberdade* que:

partindo da porta principal do Palacio, si estenderá até o começo da Av. da Liberdade, formando uma larga faixa de 15 metros de largura, pelo *centro da praça*. Essa colocação *parece-nos inconveniente para o futuro*, pois dificultará o ajardinamento da praça (...) melhor será que este acompanhe os lados do parallelogrammo da praça, deixando livre o centro (DIARIO DE MINAS, *Consta que o governo*, 1899, p. 1, *grifos do autor e nossos*)

Adaptada a um corredor de circulação, como constata a fala do Diarrio de Minas, desde 1899 haviam planos para que a Praça da Liberdade fosse mais adequada às demandas urbanas do novo século. Nota-se que na própria imprensa, técnicas aplicadas à requalificação urbana como o calçamento em paralelepípedo e o *mac-adam*²⁴⁶, serão associados às “grande cidades cosmopolitas brasileiras” – tendo São Paulo como o símbolo central no país²⁴⁷.

No caso específico de Belo Horizonte, visto que em 1920 a Praça da Liberdade será entregue ao público após uma reforma radical em seu estilo original, como podemos perceber no comparativo demonstrado na figura 35 – em sua mais recente requalificação em 2018, será refeito um pequeno trecho do calçamento em paralelepípedo tão criticado pelo Diarrio de Minas, que dava acesso ao Palácio do Governo, mas que havia sido extinto há algumas décadas (ver figuras 35 e 36):

²⁴⁵ Ver: O CONTEMPORANEO, *Septimo de Paula Rocha*, 1897, p. 2, *grifos nossos*.

²⁴⁶ *Mac-adam*: técnica de revestimento de calçadas elaborada pelo escocês John Loudon MacAdam, aproximadamente, em 1820. Consistia em camadas sucessivas de pedras ligadas por areia e água. In: WIKIPEDIA, 2021 (MACADAM). Disponível em: [https://fr.wikipedia.org/wiki/Macadam_\(route\)](https://fr.wikipedia.org/wiki/Macadam_(route)). Aceso em: 1º de novembro de 2021.

²⁴⁷ Informações retiradas de: DIARIO DE MINAS, *A Capital Paulista*, 1899, p. 2.

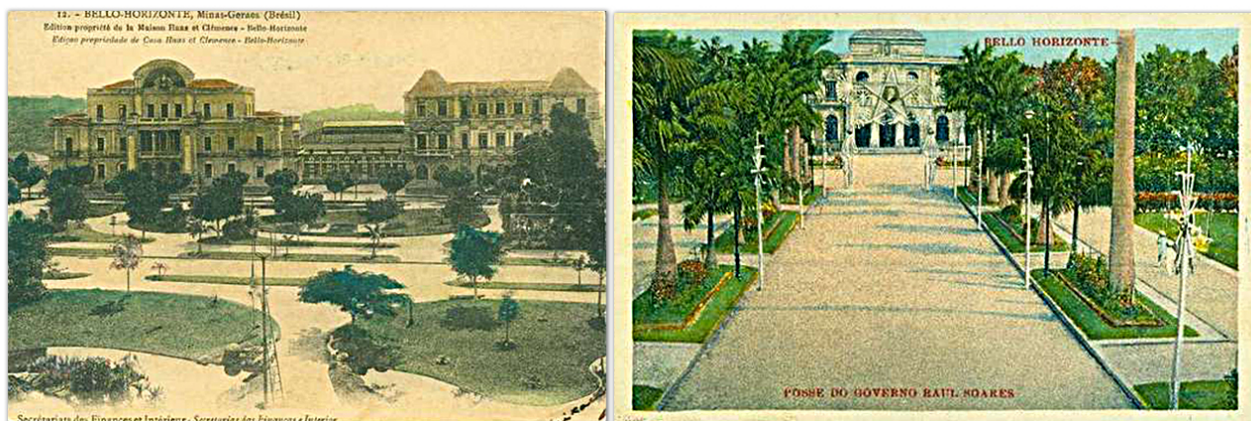


Figura 35: Vistas da Praça da Liberdade em 1900 e em 1922 após a primeira reforma da praça. Cartões postais da Edição Casa Haas & Clémence, e, da Edição Casa para Todos. Impressão sobre papel. Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais), 2021

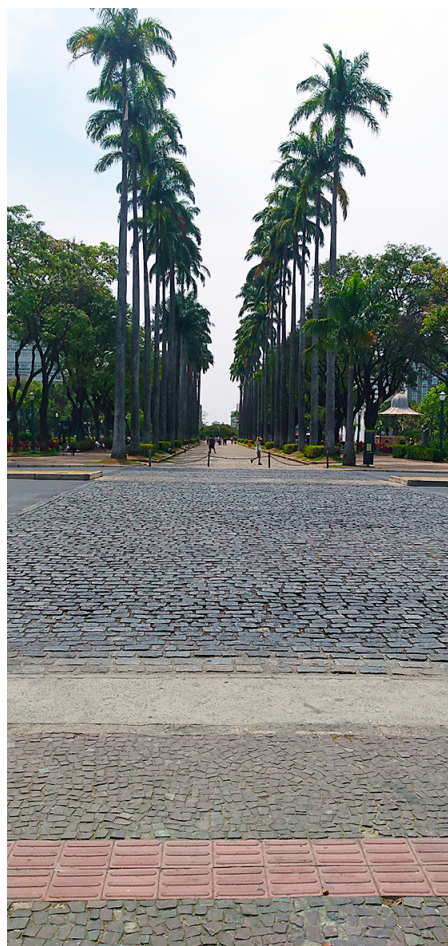


Figura 36: Travessia ou calçada de pedra refeita em 2018, ligando a Alameda das Palmeiras, na Praça da Liberdade, ao Palácio do Governo. (Vista do Palácio para a Alameda das Palmeiras). Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Parece-nos assim que, não de todo interpretado como um “inconveniente para o futuro”, assim como ressaltava a matéria jornalística de 1899, um século após a sua criação parte deste calçamento reaparece na paisagem urbana belorizontina em 2018 sendo noticiado pelos jornais contemporâneos como uma “travessia ou calçada de pedra”, ligando a Alameda das Palmeiras ao Palácio do Governo²⁴⁸.

Demais intervenções, envolvendo os equipamentos públicos da cidade, comporiam de forma diferenciada o conteúdo da imprensa belorizontina. Destacamos, por exemplo, alguns casos publicados nos jornais de 1899 que explicam a presença da imprensa na divulgação das formas – corretas – de se intervir naquele espaço urbano. Neste sentido, concomitante a uma matéria do Diário de Minas em que são denunciados “alguns indivíduos de educação rudimentar” tomando banho nas proximidades da ponte que atravessava a rua Paraíba, “escandalizando”, destaca o jornal, as famílias que passavam naquelas proximidades²⁴⁹, também serão noticiados os “rapazes amadores do ciclismo” que realizariam uma competição no oval do Parque, atração esta esclarecida pelo jornal como sendo “apenas uma diversão, sem poules ou outro qualquer jogo²⁵⁰”.

Entende-se portanto que, fornecendo um contexto urbano em que se fazia interagir a cidade e os cidadãos que ali habitavam, dado que: o batalhão, o dono do hotel, o ciclista, os banhistas; seriam noticiados, junto às demolições, aos barracões, ao calçamento da praça, aos hotéis inaugurados... Daí sim, a imprensa belorizontina “construía” aquela cidade sobre a forma de notícias jornalísticas – em um processo contínuo de críticas e elogios a um cenário em incessante transformação: a Belo Horizonte daquele final de século.

5.1.2 Incentivos à pequena lavoura: a indústria agrícola na imprensa belorizontina

Dentre as condições gerais expostas pela CCNC, quando do estudo das localidades para se erguer a Nova Capital²³⁹ – clima, salubridade, natureza do solo e riqueza dos reinos animal, vegetal e mineral – fatores que seriam resumidos de forma muito semelhante pelo jornal O Contemporâneo como: “as exigências quanto a hygiene, topografia, clima, riquezas minerais e uberidade do solo²⁵¹”

²⁴⁸ Informações extraídas de ESTADO DE MINAS, 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/12/04/interna_gerais,1010265/populacao-aprova-revitalizacao-da-praca-da-liberdade.shtml. Acesso em: 15 de março de 2021.

²⁴⁹ Informações extraídas de: DIÁRIO DE MINAS, *Chegou ao nosso conhecimento*, 1899, p. 1.

²⁵⁰ Informações extraídas de: DIÁRIO DE MINAS, *Informam-nos*, 1899, p. 1

²⁵¹ Extraído de: O CONTEMPORÂNEO, *Mudança da Capital*, op. cit., 1890, p. 4.

– nos chama a atenção o fraco apelo dos estudos da CCNC, no quesito uberidade, quando comparado a outros estudos realizados em épocas diferentes, mas, temporalmente próximas às publicações da comissão em 1895 – entende-se: Henrique Gerber em 1863 e Joaquim da Silva em 1878. Por exemplo, em seu tratado sobre a geografia da Província de Minas Gerais, Silva (1997) elabora todo um capítulo dedicado aos “três reinos”: mineral, vegetal e animal²⁵². Além de discorrer sobre as madeiras disponíveis em Minas Gerais, descritas por ele como de “excelente qualidade”, o tratadista cita ainda, minuciosamente, toda a qualidade de plantas e ervas aromáticas e medicinais, árvores frutíferas – indígenas e exóticas – e as suas diversas aplicações possíveis: na produção de óleos e resinas, em matérias para tinturaria, árvores têxteis, madeiras para marcenaria e construção, árvores frutíferas, raízes alimentícias, etc.

Já nos estudos realizados por Henrique Gerber em 1863, também dedicados à Província de Minas Gerais, consta todo um capítulo que, apesar de sucinto, preconiza a descrição dos trabalhos agrícolas praticados em Minas Gerais em relação direta com a produção de gêneros consumidos na época, como: o milho, o feijão, o arroz, a mandioca, a batata, o inhame, o café, o fumo, o algodão, constando também, as frutas da região como, o pêssego, a goiaba, a jabuticaba, a laranja, etc., além das plantações de trigo, centeio, anil, vinha – todos pontuados em uma extensa lista (GERBER, 2013, p. 109-111).

Por seu turno, nos estudos da Comissão Construtora publicados em 1893, bem como nas Revistas Gerais datadas de 1895²⁵³, encontramos uma Minas Gerais – simbolizada na figura do Curral del Rei, Futura Cidade de Minas – relacionada a uma uberidade que, nas palavras da CCNC: “limitava-se á garantia daquela [vida curralense] e á independência individual” (MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 12). Outro caso, ainda em 1878, retomando os estudos de Silva (1997), quando dava-se destaque ao “excelente ferro” da região de Sabará, sendo associado à fabricação de foices, machados, enxadas; por outro lado, estes mesmos instrumentos serão descritos pela CCNC, em 1895, como “rudes instrumentos dos nossos campos” (MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 12). Em se tratando da *pequena lavoura* praticada no Curral del Rei, a comissão construtora nos deixa a seguinte impressão sobre aquela localidade, onde:

Nos quintais, cafeeiros e grandes laranjaes e outras muitas variedades de fructas, tudo *plantado sem ordem nem methodo*, com intervalos quasi nulos, que atrofiam as arvores e fazem-lhes *perder a belleza e a força*.” (MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p. 13, *grifos nossos*)

²⁵² Capítulo IV da obra de SILVA, intitulado: *Em que se trata de tudo quanto tem a provincia pertencente aos três reinos: mineral, vegetal e animal*. (SILVA, 1997, p. 29-35).

²⁵³ Ver: MINAS GERAIS, *Comissão d’Estudo das localidades indicadas para a nova Capital, op. cit.*; MINAS GERAIS, *Revista Geral I*, 1895; MINAS GERAIS, *Revista Geral II*, 1895; MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895.

Neste sentido, subentende-se, no “despreparo agrícola curralense”, a urgente modernização e adequação daquela localidade, às condições ideais – higiênicas, salubres, climáticas, úberes, topográficas – preconizadas pela modernidade da época. Tudo em consideração, também, a uma Minas Gerais fortemente rural que implicava uma paisagem agrícola, irrefutável, à nascente Cidade de Minas. Constata-se, por exemplo, a demarcação dos *sítios para pequena lavoura* em uma das plantas publicadas na Revista Geral da CCNC (figura 37), reforçando a ideia deste solo curralense “à espera do esforço científico industrioso” daquele final de século²⁵⁴:

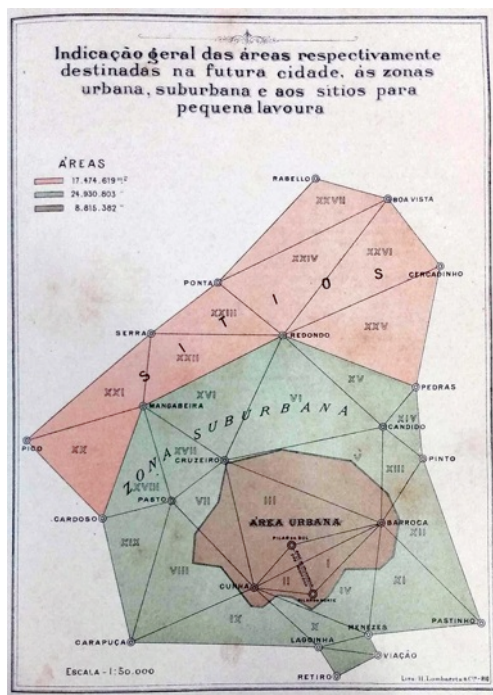


Figura 37: Os *sítios para pequena lavoura* assinalados, junto as áreas destinadas na futura cidade, às zonas urbana e suburbana. Revista Geral II, 1895.
Fonte: MINAS GERAES, 1895c

Em adição, exposta nos jornais oitocentistas em diferentes graus, a paisagem cultivada belorizontina pode ser acessada nas *Colunas Agrícolas* comumente publicadas na imprensa do início daqueles tempos²⁵⁵. Neste quesito, a imprensa trazia matérias versando, desde propostas envolvendo a criação de “asilos ou penitenciárias agrícolas” como um instrumento de “correção de infratores”, até, a doação de lotes como uma forma de “fomentar o progresso ou a produção agrícola”; neste sentido, fica patente no discurso da grande imprensa a promoção do trabalho agrícola em pequena escala, pois: “a organização da *pequena propriedade*, [seria] a base da

²⁵⁴ Parafraseando: MEDRADO, *O Nosso Programma*, *op. cit.*, p. 11.

²⁵⁵ Exemplificando, indicamos, nas edições da *Revista Industrial de Minas Geraes*, a seção denominada *Notas Agrícolas* (MEDRADO, 1893-1897); além das seções homônimas também publicadas no jornal *Diário de Minas* (1899).

prosperidade agrícola de um país!²⁵⁶”. É válido destacar demais nomenclaturas empregadas à época, assim como demonstra uma coluna do Diário de Minas em que fica expressa a colheita do milho como uma das culturas relacionadas às *roças solteiras* – outra forma de designar o cultivo em pequena escala associada à figura do *lavrador* – em contraste com a *lavoura* – relacionada à produção em maior escala explorada pelo *colono* – como demonstra a fala a seguir:

é um prazer que sente o *nosso lavrador* quando nos mostra os *milharaes* imensos de suas *roças*, quer *solteiras* plantadas em mattas virgens, capoeirões ou palhadas que o braço humano derribou, quer as roças chamadas *lavouras*, dos *cafézais novos* explorados pelos *colonos* ou pelos *empreiteiros* (DIÁRIO DE MINAS, *Uberaba*, 1899, p. 2, *grifos nossos*)

Também publicizada na Revista Industrial de Minas Geraes (1897), entendia-se que a “pequena lavoura” poderia ser aprimorada pela criação de um “imposto territorial urbano” para os terrenos não cultivados, assim como, pelas fazendas modelos e colônias hortaliças, além da distribuição gratuita de sementes e folhetos, e, da instituição de prêmios²⁵⁷. Outra solução apontada, diz respeito dos “partidos agrícolas”, ou, “associações agrícolas”, que seriam descritos no Diário de Minas (1899) como aplicáveis ao aprimoramento do fabrico de laticínios, da moagem dos cereais, da produção de frutos, assim como o melhoramento da infraestrutura, dos vinicultores, dos depósitos de cereais, de café, etc²⁵⁸. Além da finalidade econômica, como bem descreve o “Partido da Lavoura” em São Paulo, caberia a esta instituição “influir sobre a direção estatal²⁵⁹” – subentendendo-se, assim, o viés político por trás das iniciativas econômicas supracitadas. Exemplo palpável de uma destas iniciativas agrícolas nas proximidades de Belo Horizonte, em 1899, será anunciada no jornal Diário de Minas a escritura de venda da *Fabrica do Tombadouro*, nos subúrbios de Ouro Preto: “ao exm. sr. Bispo de Camacho que assim começa a realizar o seu plano de *fundação de institutos agrícolas e industrias* para recolhimento de *creanças desvalidas*²⁶⁰”.

A indústria agrícola também será expressada na imprensa belorizontina através de outros viéses, como no caso de uma matéria jornalística voltada para o plantio da cebola, em que fica registrado todo o método aplicado por um “lavrador inteligente” como uma fonte importante de rendimentos. Retomando um trecho desta matéria, encontramos as seguintes coordenadas:

Desde que as plantas estejam bem pegadas, é necessário sachal-as repetidas vezes, para o desenvolvimento dos bulhos não convindo porem regal-as de modo a que fiquem arriscadas a apodrecer por excesso de humidade. Plantam-se mudas de 10 a 20 centimetros de distancia em todas as direccções; – cem metros quadrados de plantação, isto é, uma facha

²⁵⁶ Extraído de: DIÁRIO DE MINAS, *Industria Agricola*, *op. cit.*, p. 1, *grifos nossos*.

²⁵⁷ Informações disponíveis em: MEDRADO, 1897, n. 35, p. 154.

²⁵⁸ Informações coletadas em: DIÁRIO DE MINAS, *Industria agricola*, 1899, p. 2.

²⁵⁹ Extraído de: DIÁRIO DE MINAS, *De S. Paulo*, 1899, p. 2.

²⁶⁰ Extraído de: DIÁRIO DE MINAS, *Dentro de poucos dias*, 1899, p. 2, *grifos nossos*.

de terreno representando um quadrado com 10 centímetros de lado, produzem 4.356 pés (DIÁRIO DE MINAS, *Resenha agrícola, Cultura da cebola*, 1899, p. 1)

A matéria segue discorrendo sobre as despesas – preparo da terra, plantação, colheita, adubo – além da receita bruta estimada desta colheita específica. Em suma, a descrição minuciosa e o tom didático desta matéria jornalística nos permite interpretar a imprensa oitocentista como uma espécie de “tutorial agrícola”, sendo que, se tratamos de um tutorial publicado em um jornal belorizontino, é de se supor a aplicabilidade do mesmo nos “sítios para a pequena lavoura” da Nova Capital.

A paisagem agrícola belorizontina poderia ser vista, também, através dos anúncios publicitários promovendo a venda das “terras fertilíssimas” de cultura como a do café, do cacau e da uva, além de outras plantações, incluindo “o bom pasto de gordura e capim do campo”²⁶¹, sendo que em determinados casos, encontramos evidenciados desde os materiais e marcas de produtos empregados na construção da cidade – associado à influência da indústria do cultivo naquela região. Por exemplo, diz o anúncio de uma casa de ferragens em que vendia-se:

ferro, aço, metaes, tintas, vernizes, louça, porcelanas e christaes. Materiaes de construção, *machinas para lavoura e indústria*. Depósitos dos afamados cimentos ‘Loquety’ e ‘Pá’ (DIÁRIO DE MINAS, *O. Trompowsky*, 1899, p. 3, *grifos nossos*)

Por sua vez, nos reclames da indústria farmacêutica, também ficariam evidências daquela paisagem cultivada donde a “flora mineira” seria anunciada em fórmulas como a do *Depurativo Vegetal Mineiro*, elaborado a partir de “pés de perdiz, summa, sucupira, velame e japecanga”, ou seja, sendo composto “unicamente de vegetaes da *Flora Mineira*”²⁶². É sabido que desde 1870, como expõe o *Almanak de Minas*, já se falava das “ervas medicinais” da região do Curral del Rei – como a cainça, a japecanga, a jalapa sassafrás e o guaico²⁶³ – sendo que, há de se pensar que este tipo de fórmula medicinal, como a do *Depurativo Vegetal Mineiro*, remonta aos dicionários botânicos que, elaborados por jardineiros oficiais no Brasil de 1780, representavam:

uma primeira tentativa de organizar os vegetais do Novo Mundo a partir das suas serventias, usos e propriedades. Foram *identificados os males e as curas para as diarreias e prisões de ventre, impotência, infecções generalizantes* (...) Os naturalistas chegavam assim cada vez mais no coração do Novo Mundo. (...) Como corolário deste processo, a farmacopeia luso-brasileira acabou por extrair a maioria das suas poções do mundo vegetal. (FILHO e MELO, 2005, p. 36, *grifos nossos*).

²⁶¹ Trechos retirados, respectivamente, de: O CONTEMPORANEO, *Fazenda á venda, op. cit.*, 1892, p. 4; O CONTEMPORANEO, *Villa Nova de Lima, op. cit.* p. 4.

²⁶² Trechos retirados de: DIÁRIO DE MINAS, *Extraordinario Sucesso*, 1899, p. 3.

²⁶³ Ver: MARTINS, 1870, p. 157.

Daí, a aplicabilidade anunciada no Diário de Minas em 1899, sobre o *depurativo vegetal mineiro*, como: “anti herpético, anti-rheumatico e anti-syphilitico”²⁶⁴. Na contramão, havia também a ludicidade das receitas culinárias, comumente publicadas no Diário de Minas, trazendo “pitadas” daquela paisagem cultivada. No preparo das “Rosquinhas dos ricos”, por exemplo, são descritos: “Duas libras de *farinha de trigo* [sic.] uma e meia de *assucar*, 16 *ovos*, meia libra de *manteiga*, (...) *canella* ou *herva doce*”²⁶⁵; deixando ver parte dos frutos e criações praticados nas Minas Gerais.

A indústria da lavoura, portanto, será extensamente debatida pela imprensa, acentuando a importância deste eixo produtivo às finanças mineiras daqueles tempos, mas que, como destaca uma matéria jornalística de 1899 sobre a crise financeira que afetava o cenário agrícola mineiro: “faz pesar com toda a energia o valor politico de Minas para que se rompa essa muralha (...) das tarifas centrais que insulam a industria da lavoura”²⁶⁶.

Correlata à agricultura, a *indústria pecuária mineira* também seria valorizada através da imprensa: o Estado mineiro sendo interpretado como o “principal mercado exportador de gado”²⁶⁷, para a capital da República, na época o Rio de Janeiro, especificamente no Diário de Minas, a importância da pecuária pode ser percebida nas notícias sobre as *feiras de gado* que eram oficialmente promovidas pelo Estado de Minas Gerais. Semelhante a editais públicos, os anúncios das referidas feiras traziam informações minuciosas, estipulando que:

na Secretaria da Agricultura, até o dia 10 de março se receberão propostas para o estabelecimento de 4 *feiras de gado* criadas pela *lei n. 245 de 17 de setembro de 1898* devendo as mesmas ser estabelecidas a 8 kilometros no máximo das estações de Bemfica, Tres Corações, Uberaba e Sete Lagôas.” (DIARIO DE MINAS, *Notas*, 1899d, p. 1, *grifos nossos*)

Desta nota jornalística, a ressalva fica para as quatro regiões apontadas como as ideais às feiras de gado em 1898 – Benfca, Três Corações, Uberaba e Sete Lagoas –, o que torna evidente o distanciamento da Nova Capital deste tipo de negócio que, ironicamente, era um dos motores econômicos mineiros, afinal, buscava-se uma imagem belorizontina que a distanciasse de tudo o que remetesse ao período régio colonial, ou seja, do seu passado curralense donde o recorrente ajuntamento do gado no “Curral do Rei”.

Em suma, apesar de insistir na uberdade do solo da localidade escolhida para se erguer a Nova Capital, não será nos registros da CCNC que encontraremos informações sobre a paisagem agrícola que coparticipava, ativamente, dos planos da Nova Capital. Compreendemos, também, que

²⁶⁴ Consultar: DIARIO DE MINAS, *Extraordinario Sucesso*, op. cit. p. 3)

²⁶⁵ Ver: DIARIO DE MINAS, *Rosquinhas dos ricos*, 1899, p. 2, *grifos nossos*.

²⁶⁶ Ver: DIARIO DE MINAS, *Finanças mineiras*, 1899, p. 1.

²⁶⁷ Extraído de: O CONTEMPORANEO, *Carne Verde*, 1892, p. 2.

a prática da “pequena lavoura” pode ser interpretada como um ponto de partida daquilo que se cobiçava como uma economia, potencialmente promissora, a ponto de tornar-se uma indústria mineira – portanto, denominada nos jornais como *indústria agrícola*. Neste sentido, a imprensa será um importante espaço de divulgação das estratégias envolvendo esta indústria, pois, se na Revista Geral da CCNC a uberdade belorizontina seria mais um embasamento sobre a escolha da Nova Capital do que um tema central, caberá à imprensa – e aqui destacamos o Diário de Minas – a publicização de técnicas, métodos, equipamentos, ou seja, de toda uma “escola agrícola” que se buscava implantar nas Minas Gerais daquele final de século, incluindo Belo Horizonte.

5.2 A paisagem belorizontina nos anúncios do jornal Diário de Minas

Ainda não consolidada como área própria, mas, como ressalta Vaz (1997), apropriada por empresários, editores, tipógrafos – a publicidade estampada nos jornais mineiros do final dos oitocentos afetava a imprensa que também tentava vender seu espaço para a propaganda. De fato, ao responder “a que se destina a publicidade” na época, uma nota do jornal Diário de Minas nos relata o seguinte:

As correspondências de caráter local que si destinam á publicidade desta folha devem conter o maior numero possível de noticias de interesse, devendo o correspondente attender á exiguidade de espaço de que dispomos e á utilidade das informações que nos remeter (...) divagações de qualquer natureza, devem ser suprimidas das correspondencias pelos motivos alludidos. (DIARIO DE MINAS, *Respostas*, 1899, p. 2)

A partir desta exposição podemos constatar dois tipos de publicidade praticadas em 1899: a primeira, relacionada às correspondências de caráter local – informações jornalísticas envolvendo o cotidiano na Capital; a segunda forma, como veremos ao longo deste texto, diz respeito dos reclames voltados para o nascente comércio belorizontino.

A começar pelos preços publicitários, praticados na época, havia uma variação segundo o espaço ocupado pelo anúncio na página do jornal, donde: uma linha na primeira página custava \$150 (cento e cinquenta réis), sendo que na seção publicitária, ou seja, nas últimas páginas do periódico, o preço mais do que triplicava chegando a \$500 (quinhentos réis). Em publicações como

os almanaques industriais, por se tratarem de produções anuais, uma inserção de 1/12 da página (0,08x0,04), por exemplo, era orçado em 5\$000 (cinco mil réis)²⁶⁸.

Neste sentido, usualmente concentrada na terceira e quarta páginas do jornal *Diario de Minas*, o conteúdo publicitário neste periódico se dava, também, em pequenas inserções ao longo das suas primeiras páginas. Em duas linhas, por exemplo, se noticia, na primeira página do jornal, a resposta ao requerimento de *Francisco Guidaio* sobre a venda de kerozene, esclarecendo que o comerciante: “obteve licença para venda ambulante” daquele produto²⁶⁹. Nesta mesma página do *Diario de Minas* têm-se notícia de que *E. Germano* – proprietário da casa comercial de artigos finos *Bazar Sul America* – obteve licença para montar uma agencia de loteria – frisa a notícia: “nesta Capital²⁷⁰”. Sendo que, ainda nesta edição, encontramos um anúncio reforçando esta recém inaugurada lotérica, denominada: “Companhia de Loterias Nacionaes do Brazil²⁷¹”. Lembrando, também, que tem-se notícia de *E. Germano* como um comerciante que já atuava em Sabará, assim como demonstra um anúncio de 1897 no jornal sabarense *O Contemporaneo*, sobre o: “Armazem de molhados e gêneros do paiz de *E. Germano & Comp.* Rua Direita – travessa de Santa Rita (...) Sabará Minas²⁷²”. Fato que exemplifica a atuação de comerciantes sabarenses, investindo em negócios na Nova Capital.

Outros reclames sinalizam características urbanas da cidade, como a publicidade do *Collégio Immaculada* em que será descrito o edificio desta instituição:

O primeiro que se fundou, ha cerca de dous anos, em Bello Horizonte, funcionando hoje em espaçoso e confortavel *predio proprio*, construído *ad hoc*²⁷³, com todas as accomodações necessarias e proprias para o fim a que é destinado, sito em um dos mais belos pontos da rua da Bahia, a primeira e a mais importante desta cidade. (DIARIO DE MINAS, *Collégio Immaculada*, 1899, p. 2, *grifos nossos*)

Por vezes, encontramos nos reclames o que se tinha como “ponto de referencia” na nascente paisagem belorizontina de 1899, uma vez que a cidade ainda não dispunha de placas sinalizando os nomes das ruas e os números dos imóveis²⁷⁴ – o que justifica a prática dos anúncios publicitários da época de recorrerem a estes pontos de referêcia como parte do endereço dos anunciantes. Este é o caso do comércio *A Casa Nova* que ficava na rua dos Guajajaras, esclarecendo em sua publicidade

²⁶⁸ Os valores dos anúncios do *Diario de Minas* não sendo especificados pelo jornal, tomamos como base o jornal *A Capital* (A CAPITAL, *Publicações*, 1896, p. 1). Também consultamos a *Revista Industrial de Minas Geraes*: MEDRADO, *Preços de anuncios*, 1897, np.

²⁶⁹ Extraído de: DIARIO DE MINAS, *Annuncios/Requerimentos*, 1899, p. 2.

²⁷⁰ *Ibid.*

²⁷¹ DIARIO DE MINAS, *Companhia de Loterias Nacionaes do Brazil*, 1899, p. 3.

²⁷² Ver: O CONTEMPORANEO, *Casa de comissões e consignações*, 1897, p. 2.

²⁷³ Do latim, *ad hoc*, significa: para isso; para este efeito; destinado a esta finalidade.

²⁷⁴ Em relação às placas para as ruas, ver: DIARIO DE MINAS, *Jayme Salse*, 1899, p. 2.

que o estabelecimento ficava: “em frente ao *café mineiro*²⁷⁵”. Assim como no reclame da tapeçaria e colchoaria *A. Casaes & Comp.*, que ficava na rua da Bahia: “Próximo á Camara dos srs. Deputados²⁷⁶”.

Outro exemplo curioso será o *Grande Hotel* – onde atualmente funciona o edifício Maleta (2021) – pois, quando citado como ponto de referência no anúncio do *Salon Parisien, Theodoro Labarrère*, e, na publicidade da casa *E. Germano & C.* – através dos sucintos dizeres: “Perto do Grande Hotel”, ou, “Em frente ao Grande Hotel”²⁷⁷ – em outras partes do noticiário o afamado hotel será citado, também, como participante do imaginário da época. Por exemplo, quando na coluna *Gazetinha* temos que: “Acham-se hospedados no *Grande Hotel* os srs. Eduardo José Linch e J. A Gorgoas de Oliveira, vindos do Rio de Janeiro²⁷⁸”, nos aproximamos do prestígio que este hotel possuía ao acolher personalidades da época. Da mesma forma, temos, em outra *Gazetinha* do Diário de Minas, uma anedota da qual o Grande Hotel faz parte, trata-se de um:

Trecho de uma conversa ouvida hontem na sala de jantar do Grande Hotel: - Queres saber a minha opinião? Desprezo as cartas anonymas; - Também eu, mas conforme a pessoa que as escreve. (DIARIO DE MINAS, *Gazetinha, Trecho de uma conversa*, 1899, p. 2, grifos nossos).

Por fim, vale destacar que o edifício do Grande Hotel acolhia outros tipos de empreendimentos, como a clínica dentária de *G. Sombra* que assina a sua publicidade da seguinte forma: “Operações de boca e trabalhos de prothese dentaria. *Grande Hotel*²⁷⁹”.

Demais hotéis, como o *Hotel Oliveira*, retomam o discurso descritivo – como vimos com o *Collegio Immaculada* – em seus anúncios, esclarecendo ao leitor que este hotel:

hoje situado em frente da estação de Minas nesta Capital, em vasto sobrado, dispondo de magníficos quartos e de um hábil mestre de cozinha” (DIARIO DE MINAS, *Hotel Oliveira*, 1899, p. 3, grifos nossos)

Novamente, neste anúncio, não nos é indicado o endereço exato do hotel, pois, ao leitor da época, possivelmente, bastava como referencia os dizeres: “em frente da estação de Minas”. Próximo ao Hotel Oliveira encontrávamos, também, a indústria *Rio e Minas de Oliveira & Comp.*: “Unica fabrica manufactora de fumos e charutos existente nesta Capital. Á rua dos Caethès junto a ponte do ramal Ferreo²⁸⁰” – indicando outro ponto de referência da Belo Horizonte de 1899. Em

²⁷⁵ Extraído de: DIARIO DE MINAS, *A Casa Nova*, 1899, p. 3, grifos nossos.

²⁷⁶ Extraído de: DIARIO DE MINAS, *Grande empório de moveis*, 1899, p. 3

²⁷⁷ Ver: DIARIO DE MINAS, *Salon Parisien Theodoro Labarrère*, 1899, p. 3; DIARIO DE MINAS, *E. Germano & C.*, 1899, p. 3.

²⁷⁸ Ver: DIARIO DE MINAS, *Gazetinha, Acham-se hospedados*, 1899b, p. 2, grifos nossos

²⁷⁹ Ver: DIARIO DE MINAS, *Clinica Dentaria G. Sombra*, 1899, p. 3, grifos nossos

²⁸⁰ Ver: DIARIO DE MINAS, *A Rio e Minas*, 1899, p. 3, grifos nossos

adição, uma paisagem curiosa na BH de 1899 é aquela que descrita em língua estrangeira mantém a precisão de um ponto de referencia nada estranho aos belorizontinos do final de século, como mostra o anúncio da *Farmácia S. José* dos proprietários italianos *Silva Araujo e Rabello Granjo*, em que lê-se: “*Questa farmácia disponendo di un grande assortimento di droghe (...) Avenida Amazonas. Presso la statione*”²⁸¹ – além de deixar nas entrelinhas os possíveis leitores do Diário de Minas de origem italiana que passavam pela, ou, habitavam na Nova Capital, sobressai no desfecho deste anúncio, em que acentua-se “*presso la statione*” (em português, próximo à estação), o ponto de referencia comumente citado pela imprensa belorizontina de 1899: a Estação de Minas.

Caso semelhante, no que se refere à propaganda indireta de um estabelecimento comercial, a *Papelaria Beltrão* – aquela encarregada da impressão dos primeiros 36 exemplares do jornal Diário de Minas no ano de 1899 – será citada espontaneamente em anúncios, de livros a reclames de lojas de roupas, como é o caso da loja de vestuários *Correa & Correa* anunciado da seguinte forma no Diário de Minas: “Calçado Baratíssimo para homens, senhoras e crianças, no depósito de *Correa & Correa* á rua espirito santo (...) *Proximo a Papelaria Beltrão*”²⁸². Este dado nos aponta como a paisagem comercial da Belo Horizonte participava da estratégia publicitária daqueles tempos, afinal, estabelecimentos como a *Papelaria Beltrão*, o Grande Hotel, o Café do Ponto, dentre outros comércios belorizontinos, viriam a garantir um prestígio e reconhecimento públicos, resultando na difusão espontânea dos seus estabelecimentos em anúncios de terceiros. Talvez por isso, dificilmente estes empreendimentos comerciais investiam em anúncios publicitários, sendo encontrado dentre eles, apenas, o Grande Hotel nas publicidades do Diário de Minas analisadas nesta pesquisa²⁸³.

Por vezes, os reclames da época nos auxiliam a recompor informações climáticas da Belo Horizonte do final do século, como é o caso do anúncio de telhas produzidas por *Hermillo Alves & C.*, descrevendo:

Os telhados mais bonitos e mais garantidos contra as *chuvas torrenciais de Bello Horizonte*, são cobertos com as Telhas de formato francez de *Hermillo Alves & Comp. (...)* *Rua de Goyaz (rua z da planta) em frente ás obras do congresso* (DIARIO DE MINAS, Telhas, 1899, p. 4, *grifos nossos*)

Não apenas as chuvas torrenciais e o fato de que, possivelmente, as pessoas utilizavam uma planta da cidade para se localizarem em Belo Horizonte, adicionamos na paisagem as “obras do

²⁸¹ Traduzindo para o português: Esta farmácia dispondo de um grande sortimento de drogas (...) Avenida Amazonas. Próximo à estação (DIARIO DE MINAS, *Farmacia S. José*, 1899, p. 3, *tradução nossa*).

²⁸² Ver: DIARIO DE MINAS, *Calçado baratissimo*, 1899, p. 2, *grifos nossos*.

²⁸³ Ver: DIARIO DE MINAS, *Grande Hotel*, 1899, p. 2.

congresso” em andamento. Referência semelhante será adotada no anúncio do dentista *Ernesto Maldonato* que nos remete à “rua dos Goytacazes. Próximo às obras do Congresso²⁸⁴”.

Em outros casos, a percepção que se tem da paisagem belorizontina de 1899, a partir da imprensa, pode nos parecer problemática, pois, se em uma notícia do Diário de Minas temos a seguinte denúncia sobre a área compreendida entre as ruas da Bahia, Guajajaras, avenida Paraopeba (atual avenida Augusto de Lima) e a avenida Liberdade (atual avenida João Pinheiro), que fora:

transformada n’um *espesso matagal* que impressiona tristemente a quem visita esta Capital. O gymnasio e o poste telegraphico surgem de bellos tufos de verdura, e os materiaes para construção da Faculdade de Direito já desapareceram sob a viçosa vegetação. Tudo isso pode parecer muito poetico, muito bucolico, mas no centro de uma capital é pelo menos descabido. (DIARIO DE MINAS, *A área compreendida*, 1899, p. 1, *grifos nossos*)

Por outro lado, nas confluências destas mesmas ruas, diversos estabelecimentos comerciais serão anunciados – sem noticiar o “espesso matagal” que invadira o centro da Capital. Como é o caso da *Loja de Minas*, anunciando: “Com casa especial de fazendas finas²⁸⁵, armarinho, calçados (...) [localizada na] Rua da Bahia. Esquina da Rua dos Guajajaras e avenida Alvares Cabral²⁸⁶”. Assim como, a casa importadora de ferragens *A. Haas & Comp.* localizada na avenida Liberdade, esquina da Guajajaras²⁸⁷.

Demais anúncios nos sinalizam hábitos da época, como o caso da alfaiataria *A Popular* com um reclame que nos indica o seu “endereço telegraphico”, possivelmente por se tratar de um comércio localizado em Barbacena (Minas Gerais) – sendo expresso o seguinte: “Alfaiataria civil e militar de Raymundo de Carvalho. *Endereço telegraphico: Mundico*²⁸⁸”. Assim como, a estratégia publicitária empregada no reclame da casa *S. Pinto & Alvarenga* em que se anuncia um “Pavoroso Incêndio”, pois, na rua dos Caetés “a casa PREÇO FIXO, de S. Pinto & Alvarenga, está n’um verdadeiro queima de fazendas, armarinho, roupas²⁸⁹” – elaborando uma chamada imaginária como apelo ao leitor desavisado.

Outros reclames retomam a espacialidade urbana daquela Belo Horizonte de 1899 como uma variedade de prédios que ali se erguiam, assim como consta no anúncio do empreendedor *Jayme Salse* que encarregava-se de construções de prédios “de qualquer espécie” naquela

²⁸⁴ Ver: DIARIO DE MINAS, *Dentista*, 1899, p. 3.

²⁸⁵ No anúncio *Loja de Minas* (DIARIO DE MINAS, 1899, p. 3), o termo *fazendas finas* refere-se aos tecidos finos vendidos na loja. No dicionário encontramos a descrição: Tecido de linho, algodão, lã, etc.; Pano. (FAZENDA, 2021). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fazenda/>. Acesso em: 20 de junho. 2021.

²⁸⁶ Ver: DIARIO DE MINAS, *Loja de Minas*, 1899, p. 3.

²⁸⁷ Ver: DIARIO DE MINAS, *A. Haas & Comp.*, 1899, p. 4.

²⁸⁸ Ver: DIARIO DE MINAS, *A Popular*, 1899, p. 2, *grifos nossos*.

²⁸⁹ Ver: DIARIO DE MINAS, *Pavoroso Incendio*, 1899, p. 3.

Capital²⁹⁰. Sem falar das chácaras que compunham parte da “progressiva” área suburbana da cidade – salientada no reclame *Chácara a venda*: “só para família de tratamento, no *progressivo bairro Calafate*²⁹¹”. Ganha destaque neste anúncio uma pequena ilustração, simulando a chácara em questão (figura 38):

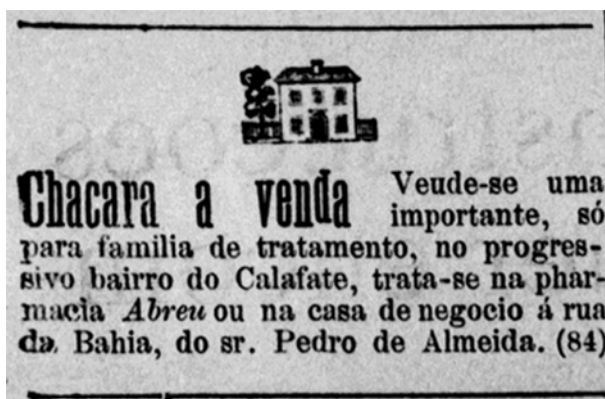


Figura 38: Reprodução do reclame publicitário *Chacara a venda*, acompanhado de uma ilustração. (Impressão sobre papel).
Fonte: Diario de Minas, 1899

A pequena ilustração, sem muitos detalhes, é uma amostra da tímida presença da imagem – ilustrada ou fotografada – na imprensa belorizontina daqueles tempos. Pois, sendo os jornais da Nova Capital usualmente compostos por textos, como retoma Vaz (1997): as ilustrações em clichês eram mais raras por não serem fabricadas em Belo Horizonte. Sendo assim, seria motivo de apreço em 1899 a publicação de uma gravura “com nitidez” pela imprensa – assim como demonstra a nota jornalística sobre o *Jornal do Commercio* de Juiz de Fora que havia publicado no dia 14 de janeiro de 1899 uma “*nítida gravura do hotel Rio de Janeiro*, importante estabelecimento daquela cidade²⁹²”.

Neste sentido, uma das únicas ilustrações mais elaboradas, dentre os anúncios do jornal *Diario de Minas*²⁹³, será a do edifício da *Companhia Nacional de Seguros de Vida, A Educadora*, imóvel este que, apesar de localizado no Rio de Janeiro, será o único edifício estampado nas

²⁹⁰ Ver: DIARIO DE MINAS, *Jayme Salse. Constructor*, 1899, p. 2.

²⁹¹ Ver: DIARIO DE MINAS, *Chacara a venda*, 1899, *loc. cit.*, p. 3, *grifos nossos*.

²⁹² Ver: DIARIO DE MINAS, *Jornal do Commercio*, p. 1, 1899, *grifos nossos*.

²⁹³ Constam, por exemplo, – dentre as 20 primeiras edições do *Diario de Minas*, não incluindo o número prospecto do jornal – pequenas ilustrações acompanhando os seguintes anúncios do periódico: uma bota, ilustrando a sapataria *A Bota Americana* (1899, p. 3); Dois personagens em traje, da manufatura de roupas *A popular* (1899, p.3); Uma mão com o dedo indicador apontando para o endereço da casa *Antonino & Comp* (1899, p.3); Um ciclista em uma bicicleta da marca *Bicyclettes Cleveland*, anunciado pelo depósito de *Olympio de Assis* (1899, p.3 3); O retrato do inspetor de higiene, Dr. Euphrasio Cunha, acompanhado do brasão nacional brasileiro, no anúncio da *Emulsão de Scott* (1899, p. 3); Personagens carnavalescos nos respectivos anúncios da *Fabrica de Confetti*, em matérias sobre o *carnaval*, envolvendo personagens carnavalescos como o *Zé-Pereira* (1899, p. 2). É ilustrado um gado no anúncio *Mattosinhos* (1899, p. 2); uma *Casa* para aluguel (1899, p. 2)

páginas do Diário de Minas no ano 1899 (figura 39):

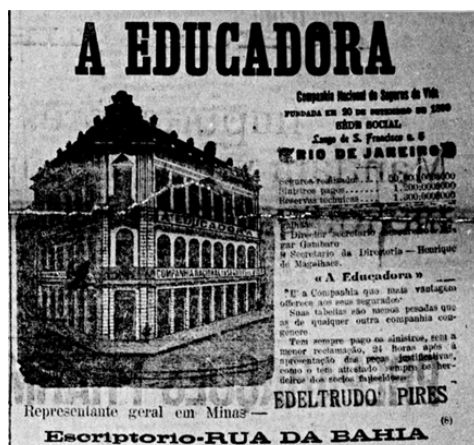


Figura 39: Anúncio publicitário da Companhia Nacional de Seguros de Vida A Educadora.
Fonte: Diário de Minas, 1899

Apesar de não constar na paisagem belorizontina, notamos neste edifício aproximações com o estilo arquitetônico eclético que caracterizava a Nova Capital mineira. Resultado da fusão de diferentes estilos arquitetônicos, a concepção eclética belorizontina diferenciava-se, ligeiramente, do ecletismo do Brasil Império: “não devendo ser confundido o estilo eclético de elementos clássicos da Belo Horizonte republicana com o estilo neoclássico do Brasil Império” (MAGALHÃES, 1989, p. 149).

Mesmo representando o estilo eclético neoclássico, ao observarmos o destaque da fachada em esquina, os frontões ornando a platibanda do edifício e a simetria das janelas dispostas nas fachadas laterais, o edifício da Educadora (figura 39) retoma outro, originalmente criado para abrigar um hotel na Belo Horizonte de 1906 – atual Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais – CCUFMG (figura 40):



Figura 40: Edifício do atual Centro Cultural UFMG (2021).
Originalmente, em 1906, fora concebido para abrigar um hotel.
Fonte: Dados da pesquisa, 2017

O estilo eclético fala, também, da necessidade que se tinha na época, através da arquitetura, de reafirmar a modernidade do novo século. Dizem, por exemplo, que as platibandas ricamente ornadas, deste estilo arquitetônico que imperou em Belo Horizonte, foram elaboradas para esconder as telhas das casas que relembavam aquelas dos telhados ouropretanos, no sentido de dissociar da imagem urbana belorizontina qualquer traço vinculado ao colonialismo. Similar ao que Mumford (1965) descreve como “mudança de fachada”, este tipo de estratégia arquitetônica precede o século XIX, pois, segundo este historiador, durante todo o século XVIII na Europa, eram regra:

as cumeeiras e as fachadas de tijolos ricamente ornamentadas das antigas casas do burgo (...) muitas vezes revestidas de estuque, não raro com um alargamento das janelas ou um toque de decoração clássica na cornija, nos lintéis ou na entrada. (MUMFORD, 1965, p. 434)

Modificações que, segundo o autor, buscavam ultrapassar os símbolos da cidade medieval em direção à empresa econômica capitalista. Sendo que, em se tratando dos signos de modernidade nas imagens supracitadas, especificamente na figura 39, temos a marcação da linha do bonde em primeiro plano garantindo à publicidade da Educadora os ares de modernidade que se buscava na época, donde:

A cidade e as instalações diversas (correios, estradas de ferro, mas também depósitos e entrepostos, transportes e serviços diversos) são capital fixo. O espaço inteiro é consumido produtivamente (LEFEBVRE, 2006, p.470)

Nos baseando nesta premissa, quando refletimos sobre a própria expressão “espaço publicitário”, interpretamos os anúncios da Belo Horizonte de 1899 como um duplo espaço: o primeiro diz respeito ao universo de produtos e serviços à disposição nesta cidade, e o segundo está relacionado à invenção de um espaço urbano publicizado pela imprensa. A este último dedicaremos o capítulo a seguir.

5.2.1 A possibilidade de uma *geodésia comercial*: cartografando a paisagem do comércio belorizontino de 1899

Como dissemos, o espaço publicitário do Diário de Minas nos proporciona uma amostra do que se tratava parte da paisagem comercial belorizontina de 1899 publicizada pela imprensa. Ao todo, a partir de uma coleta de dados, enumeramos 9 categorias de anúncios relacionados a determinados ramos de negócios na Nova Capital – advocacia e procuratórios, vestuário e decoração, construção civil, hotelaria, medicina, farmácia, ensino, papelaria e indústria – donde os

seguintes comércios e empreendimentos:

1. Advocacia (a), e procuratórios (b):

a) Mendes Pimentel; Alfredo Pinto Vieira de Mello, Nelson de Senna, Bento Epaminondas, Alfredo da Costa Guimarães, Virgílio M. de Mello Franco e Afranio de Mello Franco; Antero de Andrade Botelho e Estevam Lobo; Arthur Lobo, Sabino Barroso;

b) Henrique Salles e Eduardo Lopes, Edeltrudo Pires, Arthur Lobo.

2. Vestuário e decoração: Alfaiataria Ourivio, A Popular, A Bota Americana, Loja de Minas de Antonino & Comp., Casa Preço Fixo, *Salon Parisien*, A Casaes & Comp., A Alfaiataria da Capital de Raul Mendes & Comp.^a, A Casa Nova, Bazar Sul América de E. Germano & C.

3. Construção civil: Proença & Irmão; Hermillo Alves & C., Verdussen & Comp., Antonio Garcia de Paiva & C., A. Haas & Comp., O. Trompowsky;

4. Hotelaria: Hotel de Minas – de Septimo de Paula Rocha; Hotel Victoria, Hotel Belem, Grande Hotel, Hotel Oliveira;

5. Medicina: Médicos operadores e parteiros – Salvador Pinto, e, Dr. Olyntho Meirelles; Dentistas – G. Sombra, e, Ernesto Maldonato;

6. Farmácia: Pharmacia São José, Pharmacia de Lopes de Abreu & Comp;

7. Ensino: colégio da Imaculada, internato Gymnasio Mineiro, externato Atheneu Mineiro;

8. Papelaria: Papelaria Beltrão, livraria e papelaria Riant & C^a;

9. Indústria: Rio e Minas; Laboratorio Industrial Mineiro de João B. de Freitas.

Via de regra, todos os anunciantes do jornal assinavam as publicidades com seus respectivos endereços, alguns deles com extrema precisão. Lembrando que no início de 1899 Belo Horizonte ainda não contava com o emplacamento das ruas²⁷⁴, facilitar a localização dos seus empreendimentos seria um dos propósitos dos anunciantes do Diário de Minas dando a ver um vocabulário específico àquele momento – donde, por exemplo, comerciantes estabelecidos em *esquinas* e *cantos*, reforçariam tais traços em suas publicidades. Portanto, falcitadores da nossa percepção sobre aquele espaço urbano, os anúncios dos empreendimentos da Nova Capital nos auxiliam, ainda, a compor uma espécie de *geodésia comercial belorizontina*, prioritariamente, baseada nas informações expostas nestes anúncios – exemplificado a seguir nas figuras 41 a 50:

Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899

1) Advocacia e procuratórios

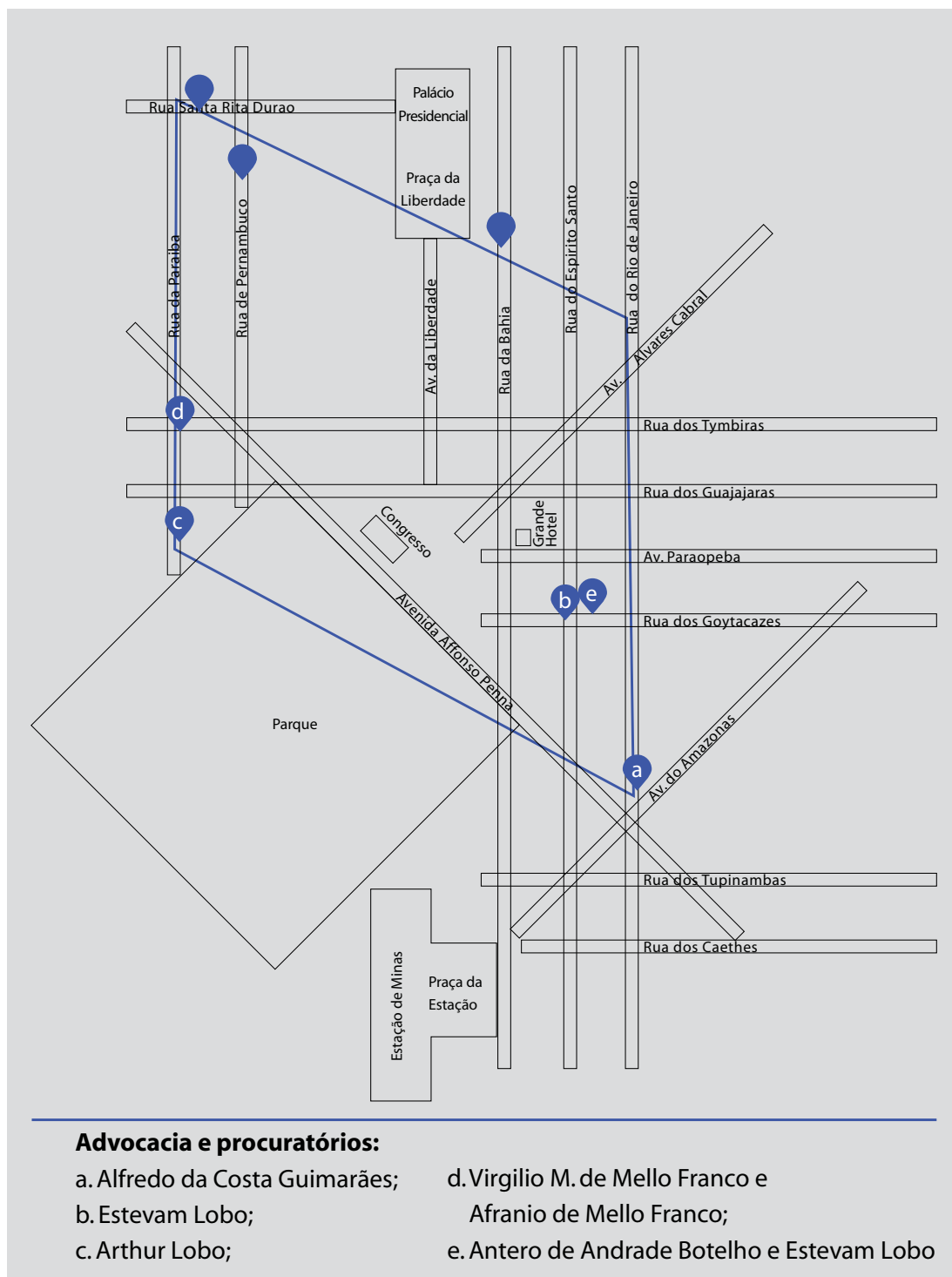


Figura 41: Geodésia dos escritórios de advocacia e dos procuratórios.

(Jornal Diário de Minas)

Fonte: Dados da pesquisa, 2021²⁹⁴

²⁹⁴ Alguns comércios, não definindo exatamente a sua localização, foram assinalados nas geodésias criadas nesta pesquisa baseados em informações indiretas que contribuíram para uma localização aproximada destes empreendimentos. Neste sentido, tais comércios foram demarcados nas geodésias sem as letras do alfabeto romano.

Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899

2) Vestuário e decoração

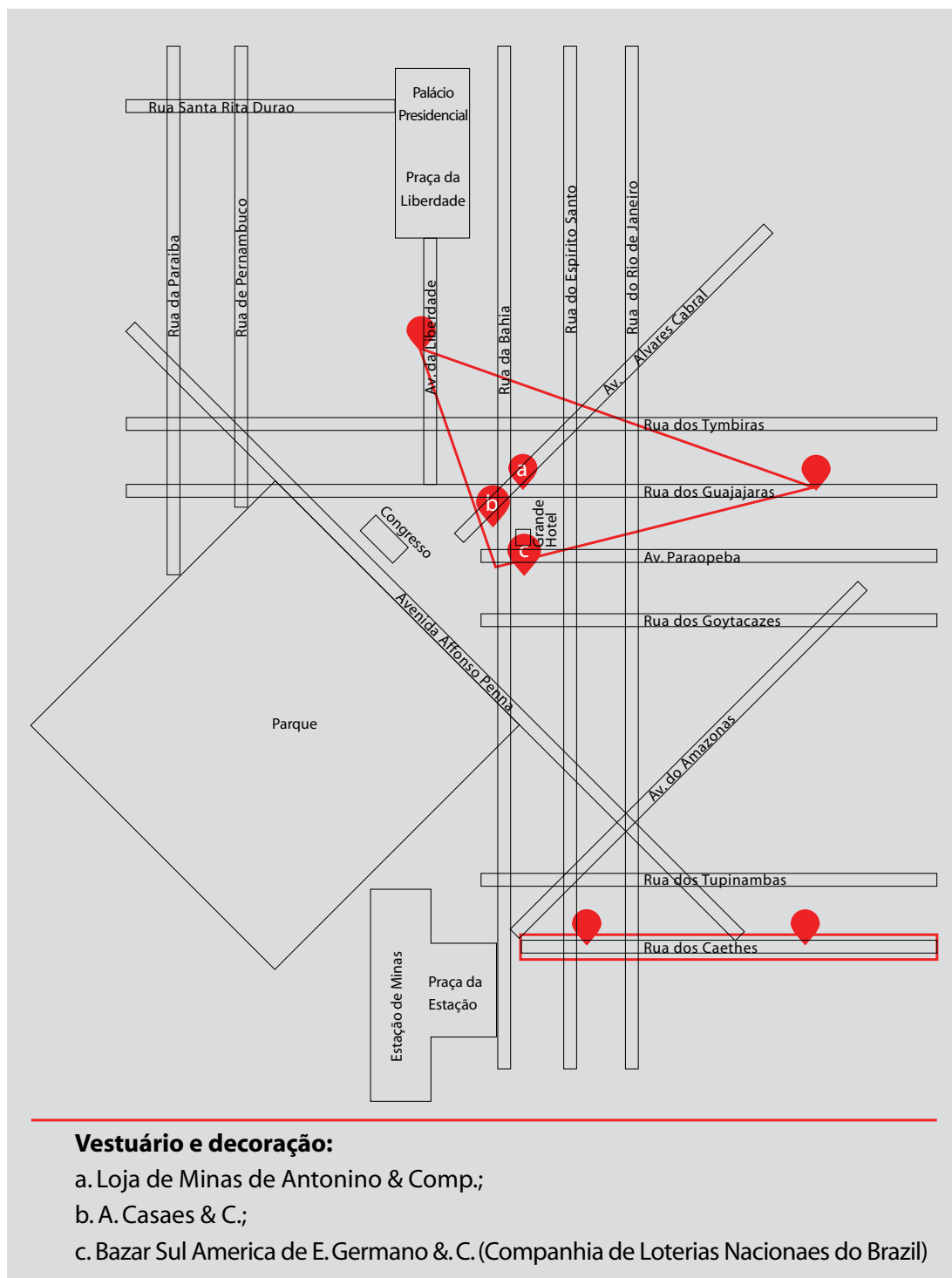


Figura 42: Geodésia dos comércios de vestuário e decoração.

(Jornal Diario de Minas)

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899

3) Construção



Figura 43: Geodésia dos comércios de construção.
(Jornal Diário de Minas)
Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899

4) Hotelaria

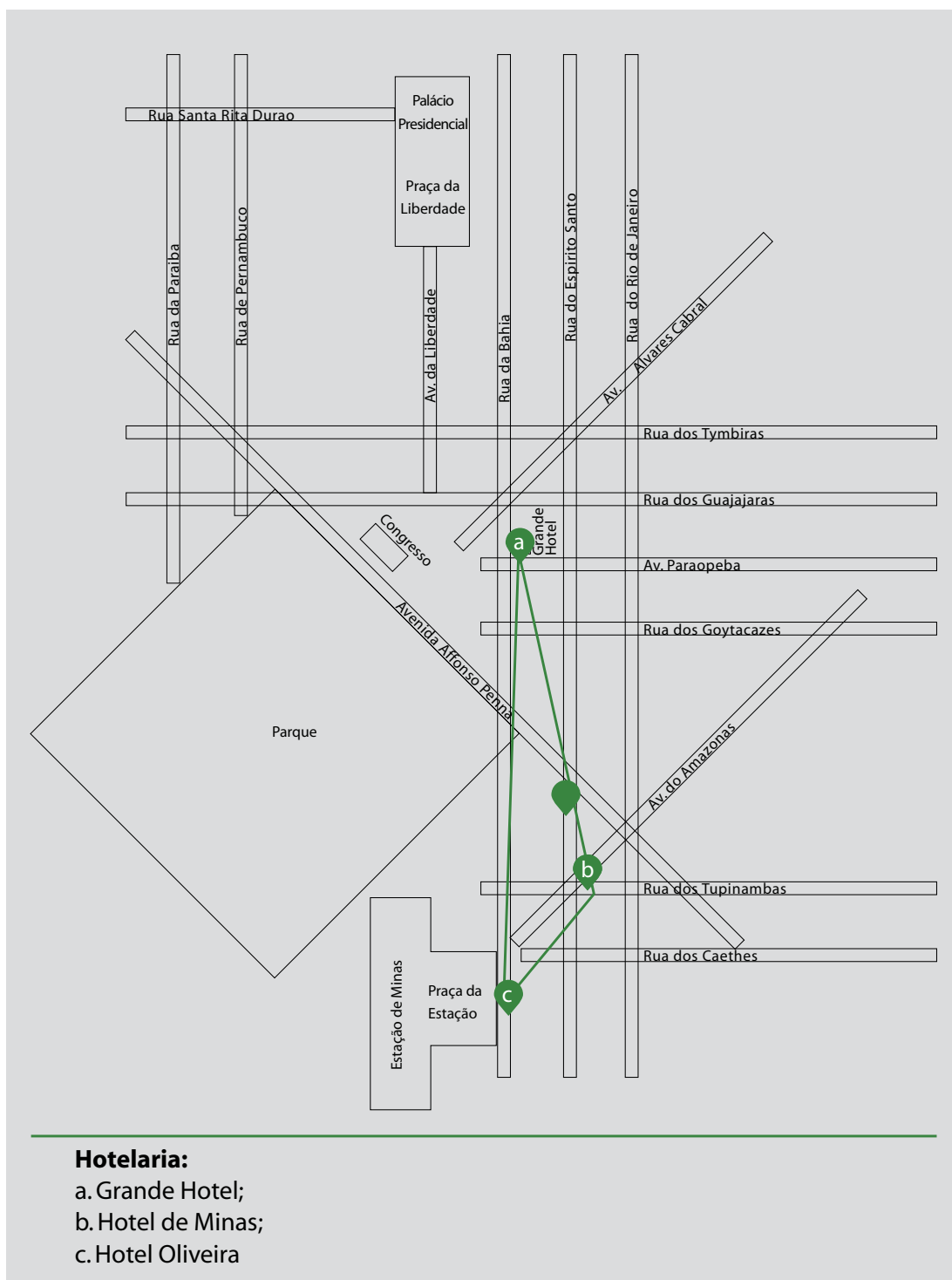


Figura 44: Geodésia dos comércios de hotelaria.
(Jornal Diario de Minas)
Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899

5) Medicina

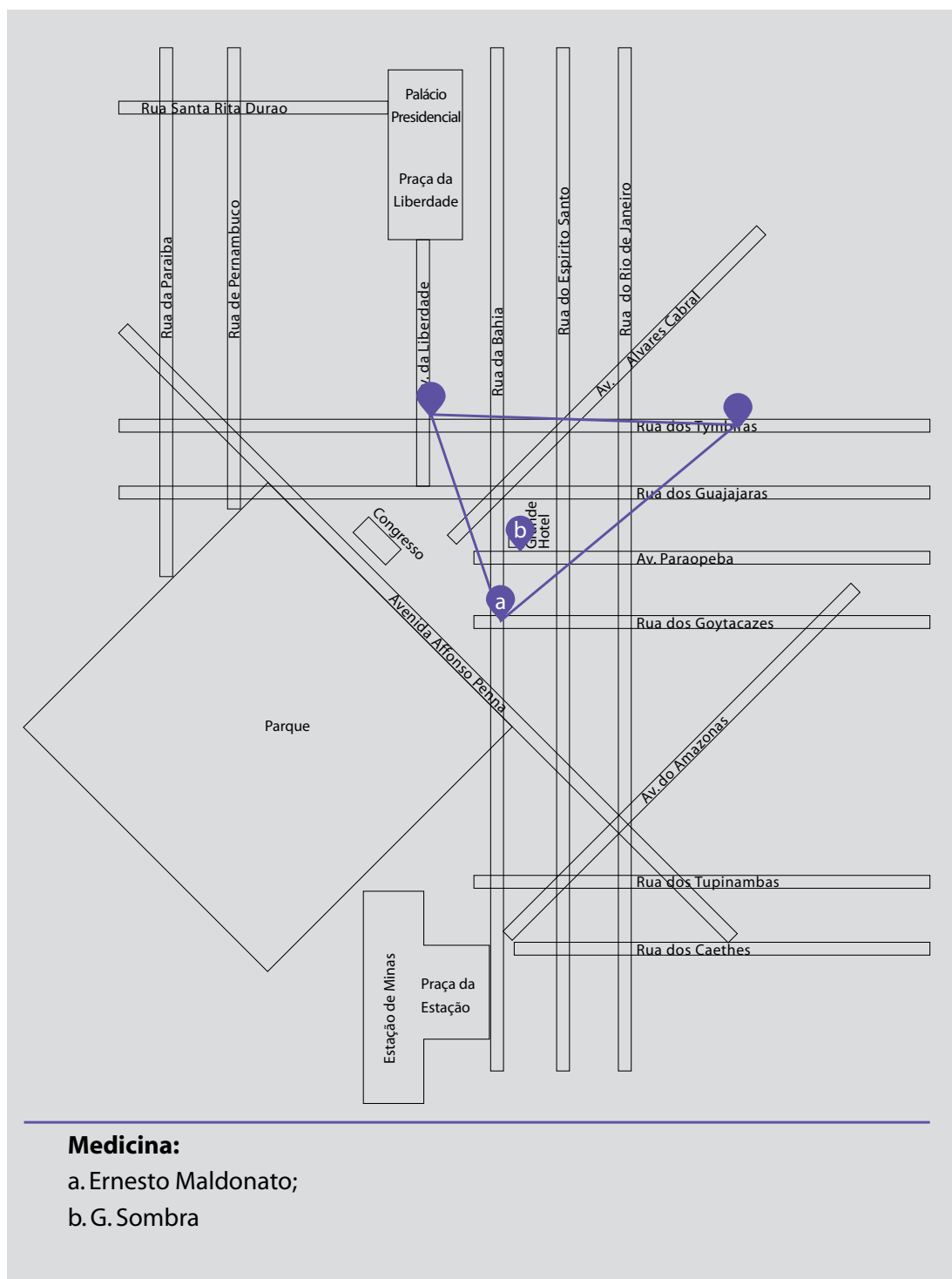


Figura 45: Geodésia dos consultórios médicos.
(Jornal Diario de Minas)
Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899

6) Farmácia

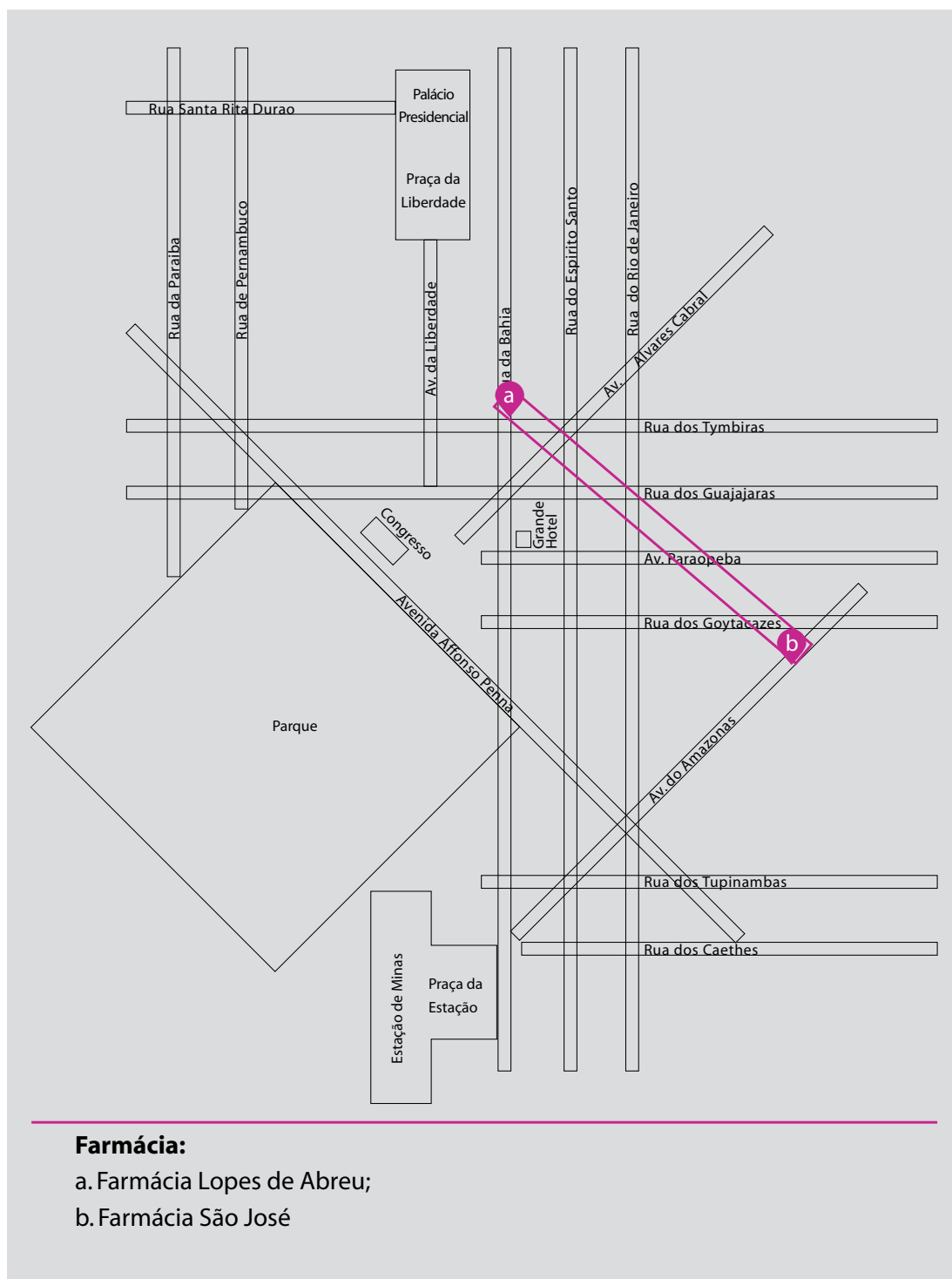


Figura 46: Geodésia dos comércios farmacêuticos.
(Jornal Diario de Minas)
Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899

7) Ensino

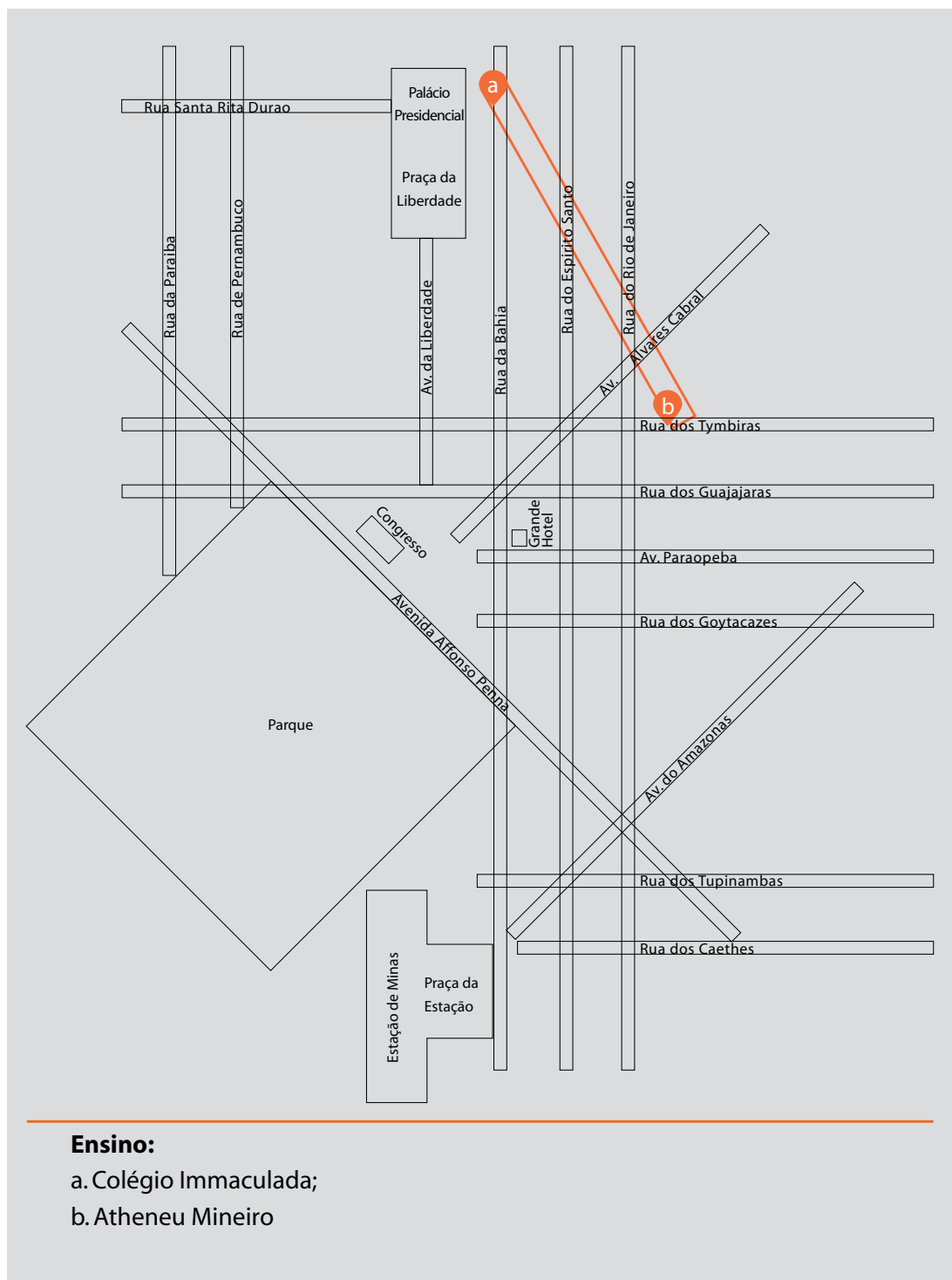


Figura 47: Geodésia das instituições de ensino.
(Jornal Diário de Minas)
Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899

8) Papelaria

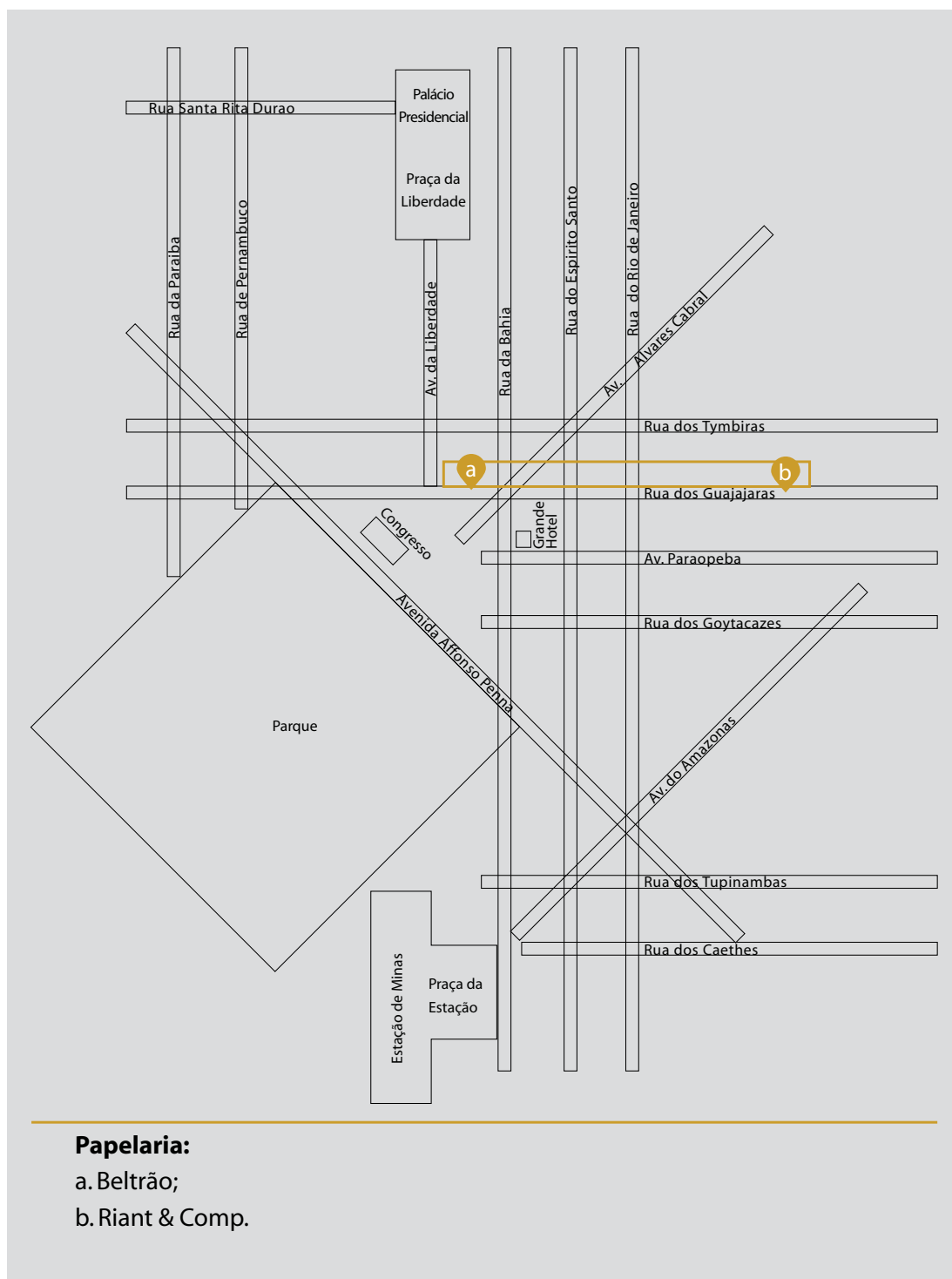


Figura 48: Geodésia dos comércios de papelaria.
(Jornal Diario de Minas)
Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899

9) Indústria

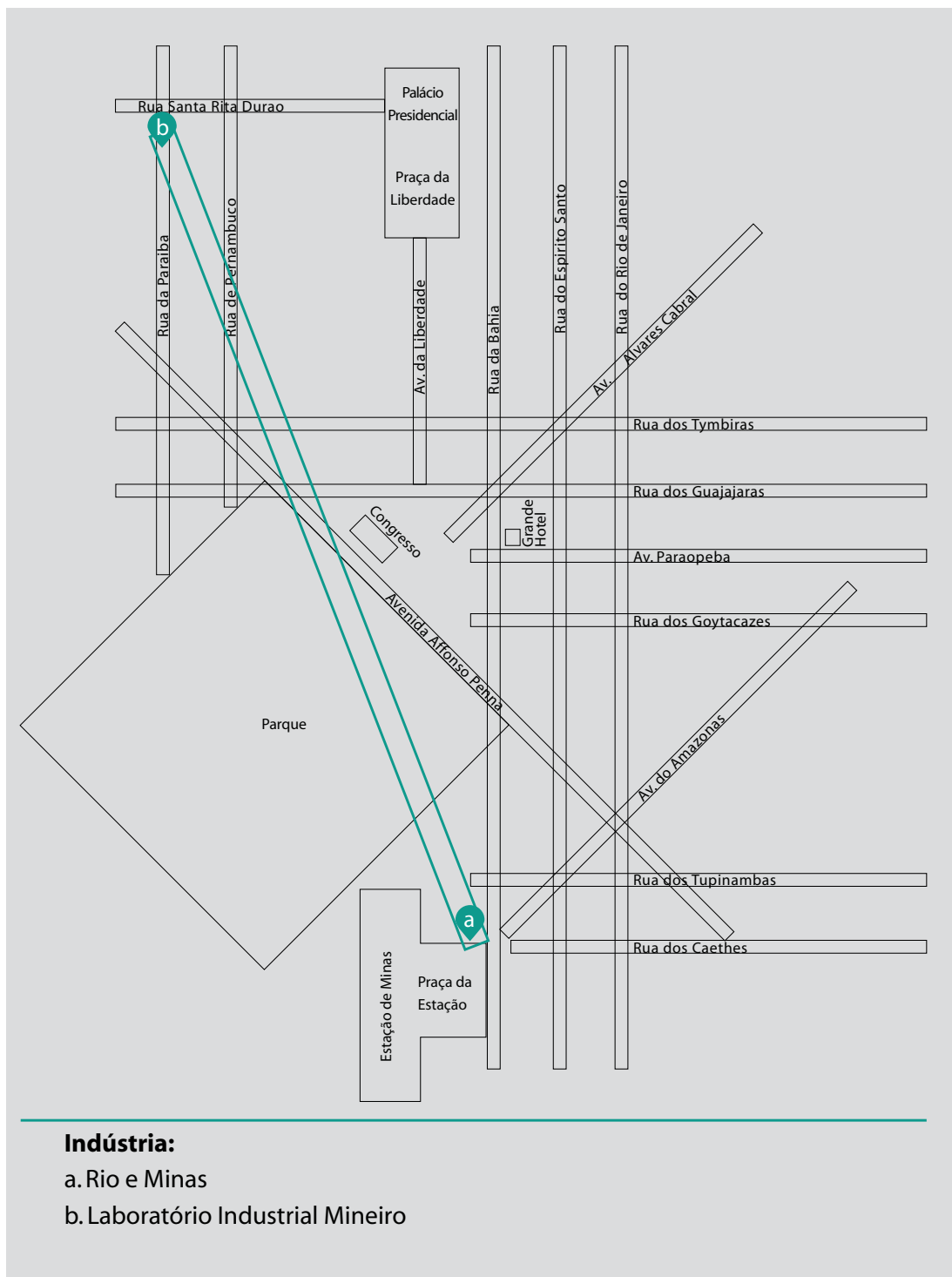


Figura 49: Geodésia dos empreendimentos industriais.
Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899

10) Sobreposição dos comércios

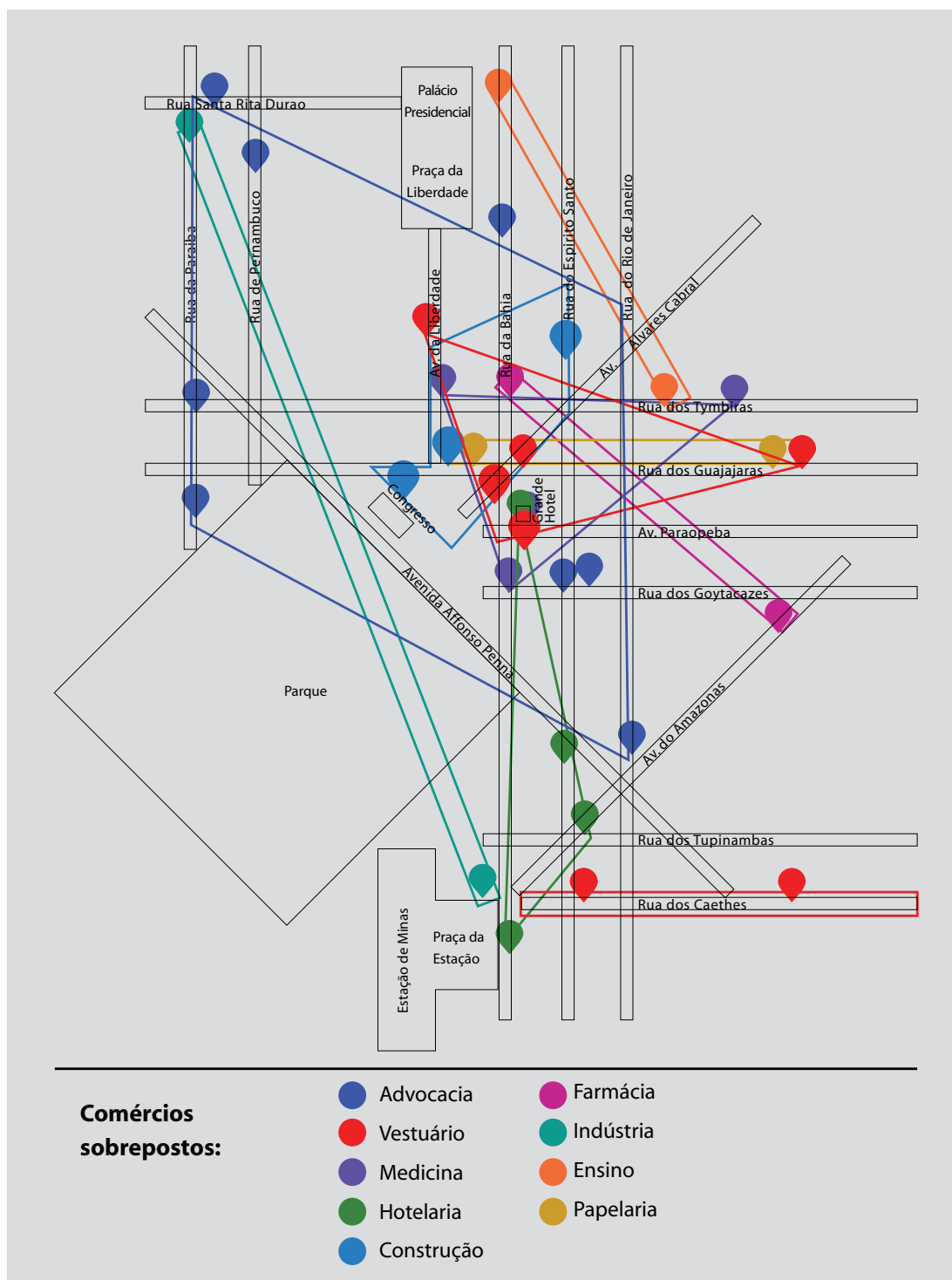


Figura 50: Geodésia contendo a sobreposição dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899 (Jornal Diário de Minas).

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Desta *geodésia comercial*, observamos, em nichos mais robustos como os da *advocacia e procuratórios*, um adensamento no polígono da rua Santa Rita Durão, com a rua Rio de Janeiro, a avenida Amazonas e a rua Paraíba. O ramo de *vestuário e decoração*, por sua vez, se concentrava na triangulação da avenida da Liberdade – atual João Pinheiro –, com a rua Guajajaras e a avenida Paraopeba – atual Augusto de Lima. Os profissionais da *medicina* também perfaziam a avenida da Liberdade, além da rua Goitacazes e Timbiras. Desta, em direção à Bahia, aglomeravam-se as instituições de *ensino*; e, as *papelarias*, perfaziam a extensão da Guajajaras. Ainda seguindo pela Guajajaras, perfazendo o polígono entre a Estação de Minas e a avenida da Liberdade, distribuíam-se as lojas de *construção*, sendo a *hotelaria* também concentrada nas proximidades da Estação, seguindo pela Amazonas, e, finalmente, em direção ao Grande Hotel que ficava na avenida Paraopeba. As *farmácias* se fixavam entre a rua da Bahia e a avenida Amazonas; a *indústria*, por sua vez, concentrava-se no eixo entre a rua Paraíba e a Estação de Minas.

Além de salientar nomes de ruas e avenidas específicas, trazendo, no entanto, um conteúdo um tanto quanto reduzido de referências urbanas – basicamente, a Estação de Minas, o Congresso e a Câmara dos deputados, além do próprio comércio como a papelaria Abreu, o Café do Ponto e o Grande Hotel – a geodésia comercial belorizontina, depreendida dos anúncios do Diário de Minas de 1899, mostra um traçado urbano específico que perfazia apenas um trecho da Planta Geral da Cidade de Minas (figura 51) – nota-se ainda a recorrência de ruas e avenidas específicas que não cotemplavam toda a amplitude cartográfica da Planta Geral de Aarão Reis:

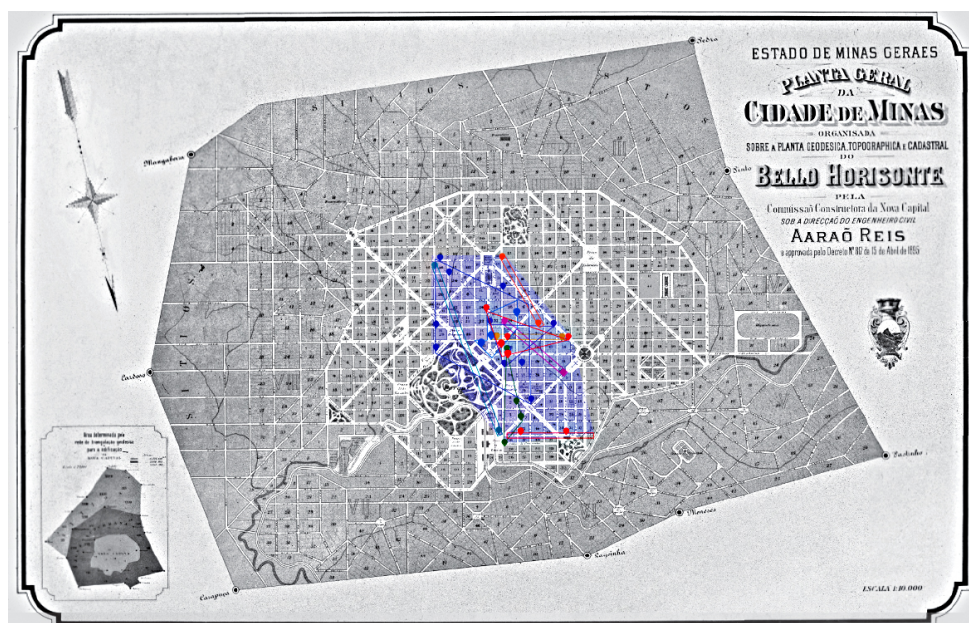


Figura 51: Extensão da *geodésia comercial belorizontina* anunciada no Diário de Minas de 1899, sobre a Planta Geral da Cidade de Minas de 1895

Fonte: Adaptado do Acervo Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais); Dados da pesquisa, 2021

Temos, assim, um comércio exclusivamente disposto na zona urbana da Capital e que, curiosamente, apesar de adensado entre o Parque e a Praça da Liberdade, emprega outros equipamentos urbanos como seus pontos de referência. Enfim, mesmo se majoritariamente textual, entende-se que no conteúdo publicitário do Diário de Minas subjaz esta geodésia comercial – mais uma evidência daquela imprensa do final do século como um conteúdo *corográfico periódico*, adicionando aos estudos tratadistas e industriais oitocentistas, o entendimento cartográfico da paisagem comercial belorizontina de 1899.

5.3 Num Curral sem ordem nem método: o credo regenerador do comércio na Nova Capital

Assim como descreve Silva em 1878, a “indústria em geral das Minas Gerais” destacava-se pela,

“extraordinária” quantidade de café, açúcar, algodão em pano e em rama, fumo em rolo e picado, cigarros, muito toucinho, queijos, rapaduras, arroz, milho, feijão, doce de diversas qualidades; selins, serigotes, lombinhos e arreios para montarias; obras de latão e de ferro (...) panelas de pedra, louça de barro vidrada; chá nacional; (...) algodão (...) tudo o que pode haver de melhor e mais bem-feito nesse gênero (...) vinho excelente fabricado em diversos pontos da província (SILVA, 1997, p. 67)

Neste sentido, fábricas de algodão, de selins, de chás, de vinho, de velas, de cerveja, de pólvora, etc., cumprem uma extensa lista das principais indústrias mineiras de 1863 a 1878, sendo que, em meio aos “inúmeros moinhos, *monjolos*²⁹⁴ e engenhocas” que mantinham a indústria primária mineira focada nos engenhos de serrar madeira, socar café e na fabricação do açúcar, algumas daquelas indústrias – como a do Marzagão em Sabará, voltada para o fabrico do algodão (representada na figura 15) – seriam descritas nos almanaques industriais como importantes estabelecimentos dignos de serem visitados “por todos que amão o *progresso*²⁹⁵”.

Apesar de considerado um dos principais exportadores de algodão para o Marzagão, os registros do antigo arraial nos almanaques e revistas industriais daquele final de século nos dão notícia de outro contexto comercial e industrial curralense. Em uma minuciosa lista publicada no Almanak de Minas de 1864, por exemplo, ficam os nomes: dos cinco negociantes curralenses de *molhados* (Cazimira Baptista Vieira, João de Araujo Vaz de Mello, João Lelio Pereira, José

²⁹⁴ Neste contexto, *monjolo* significa: Engenho rústico, movido por água, usado para pilar milho e descascar café. (MONJOLO, 2021). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/monjolo/>. Acesso em: 23 de junho. 2021. Expressão contida no trecho extraído de: GERBER, 2013, p. 114.

²⁹⁵ Ver: MARTINS E OLIVEIRA, 1864, p. 156.

Joaquim de Abreu e Silva & Irmão.); assim como dos dez comerciantes dos “ditos gêneros do país” (Anna Romana de Faria, Casimiro Alves de Moreira, Florentino dos Santos Lima); somados aos 3 fazendeiros que cultivavam *cana* na região do Curral del Rei (Damazo da Costa Pacheco, João Damaceno da Silva, Manoel de Araujo Cunha) – respectivamente, atuando nos locais denominados: Olaria, Floresta e Barreiro²⁹⁶.

Todavia, destacava-se a *Fábrica de Fundição de Francisco de Souza Meneses*, instalada a um quilômetro do arraial e considerada uma das indústrias de maior destaque daquela região nos idos de 1845 – sendo, por ironia do destino, tida como uma “metalurgia atrasada” em 1894, composta pelos seguintes equipamentos:

Ao lado do telheiro da fábrica de ferro está um depósito de madeira para carvão. Outra coberta encerra as forjas e malhos para a fabricação de enxadas. Era o fabrico de ferraduras o principal consumo que os ex-proprietários davam ao metal extraído (MEDRADO, *Metallurgia*, 1894d, p. 305).

Interessa notar que neste mesmo ano será cogitada a compra desta fábrica de fundição pela própria CCNC que a descreve como um “estabelecimento útil e rendoso ao Estado²⁹⁷”. Nota-se que a projeção de críticas ao desenvolvimento da indústria curralense em comparação ao potencial da mesma será uma recorrência discursiva que abrangeria as Minas Gerais como um todo. O “gênio mineiro não empreendedor”, assim como o “raso desenvolvimento” da indústria fabril e manufatureira, ou, o “pouco gosto pelos estudos das coisas” de que se ocupava o “modesto trabalhador mineiro” serão falas recorrentes nas corografias, memórias, revistas e almanaques industriais²⁹⁸ – uma mentalidade, aliás, que pode ser explicada pela interpretação de França (1993) sobre a ênfase que se deu nas Minas Gerais da época às atividades políticas em preferência à consolidação de atividades de produção. Tudo viria assim a justificar estratégias paralelas, por exemplo, como a implantação da “indústria colonial” naquela região mineira, pois, preferia-se o,

industrioso colono que sabe tirar da terra maiores proveitos com os cereaes, as fructas e a criação, do que o nosso *boçal trabalhador* [mineiro] (MEDRADO, *A agricultura e as vias ferreas*, 1896, p. 226, *grifos nossos*)

Corroborando esta ideia, a CCNC vem a descrever o plantio do Curral del Rei como “sem ordem nem método” – fala também ecoada por Dias (1997) quando opina sobre o mesmo assunto:

As fructas, que eram em grande quantidade, saborosíssimas, e que podiam, em qualquer outro lugar ser de lucrosa renda, neste [curral], *pouco lucro davam*; porque diziam os *proprietarios* de pomares *não convir empregar*, em as colher e conduzir para fora, o tempo

²⁹⁶ Informações extraídas de: MARTINS e OLIVEIRA, 1864, p. 165.

²⁹⁷ Extraído de: MARTINS E OLIVEIRA, 1864, p. 306.

²⁹⁸ Falas, respectivamente, extraídas de: SILVA, 1997, p. 157; GERBER, 2013, p. 113; ALMANAK ADMINISTRATIVO, CIVIL E INDUSTRIAL DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAES. 2º Anno. 1864. p. 2.

que com mais vantagem podia em outros negócios se empregar (DIAS, 1997, p. 32, *grifos nossos*)

Neste sentido, mesmo a agricultura sendo o “credo regenerador” brasileiro desde as últimas décadas dos setecentos (FILHO e MELO, 2005, p. 47), em parte a *Imprensa* do final de século XIX parece exercer uma função reveladora sobre o comércio, visto como outra garantia ao crescimento econômico nacional. Ao menos, no que diz respeito ao jornal *Diario de Minas*, observamos como o pré-capitalismo poderia ser lido nas páginas da imprensa, e, mais ainda, assim como destaca Sodré (1966): o avanço da vida urbana e o “esboço” da burguesia, ampliariam as atividades da imprensa no território nacional – sendo assim, necessário compreender Belo Horizonte como um caso ímpar neste fenômeno, donde temos uma “tríplice fundação” desde 1897: a da cidade, a do comércio e a da imprensa belorizontinas.

5.3.1 O Novo Comércio da Nova Capital

A profusão de novos comércios, na cidade de Belo Horizonte em 1899, pode ser percebida através dos diversos *requerimentos* direcionados à prefeitura belorizontina – notícia recorrente nos jornais da cidade daqueles tempos. Encontramos, por exemplo, no curto período de 8 a 17 de janeiro de 1899, o pedido de abertura de 5 empreendimentos, sendo eles: uma colchoaria, uma fábrica de bebidas, uma casa lotérica, um boteco e um açougue²⁹⁹. Empreendimentos estes que seriam supervisionados através dos livros *Diario e Copiador*, que os comerciantes e sociedades comerciais com fundo de capital maior de cinco contos de réis eram obrigados a ter, indispensavelmente, assim como será publicado no *Diario de Minas* de janeiro de 1899: “em conformidade do artigo 11 do código comercial”. Em diálogo, o chamamento para a matrícula de profissionais como mestres de obras, bombeiros, cocheiros e coveiros, junto à secretaria da Prefeitura de Belo Horizonte, seria notificado na seção *Notas* do jornal ficando, assim, assinalado que “para a inscrição devem os interessados apresentar documentos que comprovem suas habilitações”. Neste meio tempo, curiosamente, será noticiado em uma edição do *Diario de Minas* o desaparecimento do italiano *Cesar Favoretti*, trabalhador de carroça e morador no bairro das Piteiras – permitindo ao leitor do jornal conectar nomes e bairros aos profissionais, possivelmente,

²⁹⁹ Respectivamente aos comércios citados, ver: Colchoaria – *Domingos Donato & Comp.*, p. 2; Fábrica de bebidas – *Lourenço J. de Almeida*, p. 2; Casa lotérica – *Eugenio Fontainha*, p. 2; Boteco – *José Pinto Valente*, p. 2; Açougue – *Francisco Malta*, p. 2. (DIARIO DE MINAS, 1899).

matriculados na Nova Capital³⁰⁰. Mais ainda, outros detalhamentos sobre os profissionais seriam divulgados na imprensa, por vezes, retomando os itens comercializados na época, além do formato de alguns serviços – como é o caso de *Allysson Lobo* que será noticiado no Diário de Minas pedindo licença para a “venda ambulante de doces, biscoitos e artigos similares”, assim como *Francisco Armond* que pedia a matrícula como cocheiro inscrevendo a numeração de seus carros na prefeitura³⁰¹. Neste sentido, não por acaso serão divulgados na imprensa serviços de advogados especializados em *liquidações comerciais* envolvendo contratos comerciais e rubrica de livros – no caso o Diário e o Copiador – ficando o enfoque, em um anúncio do advogado *Arthur Lobo*, à “licença para farmacêuticos”, demonstrando a proliferação desta habilitação na Nova Capital³⁰². Neste sentido, concorrem com os advogados os *escritórios comerciais*, também anunciados no Diário de Minas, como o caso de *Arthur Lyra e G. A. Cogorno d’Oliveria* que se encarregavam de serviços comerciais na capital federal, Rio de Janeiro, com representante em Belo Horizonte na figura de Cogorno de Oliveira – o mesmo virá a representar, no ano de 1899, o próprio jornal Diário de Minas na Capital Federal³⁰³.

Além destes processos formais que davam conta do comércio da Nova Capital, fica inscrito na imprensa notícias do andamento das construções realizadas na cidade, diretamente relacionadas ao comércio belorizontino – como mostra a publicidade de uma casa de comestíveis em que anuncia-se:

Os acreditados comerciantes desta praça srs. Avelino Fernandes & Comp. *inaugurarão brevemente* uma importante casa de comestíveis no *elegante prédio que está sendo ultimado* na rua da Liberdade. A este *genero e commercio* pretendem também anexar a venda de *café torrado*, para o que têm já montados os *machinismos necessários*, (...) para esta *nova industria* (DIARIO DE MINAS, *Os acreditados commerciantes*, 1899, p. 2, *grifos nossos*)

Interessa notar que este tipo de divulgação permitia a promoção, tanto da paisagem comercial belorizontina que se encontrava em fase de construção, quanto a forma que aquele estabelecimento respondia às exigências da Nova Capital, ou seja, inaugurando os “machinismos” e uma “nova indústria” na Belo Horizonte de 1899.

³⁰⁰ Informações, respectivamente, retiradas de: DIARIO DE MINAS, *Notas*, 1899e, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Notas*, 1899c, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Desapareceu d’esta Catpital*, 1899, p. 1.

³⁰¹ Informações retiradas de: DIARIO DE MINAS, *Allysson Lobo*, 1899, p. 2; DIARIO DE MINAS, *Francisco Armond*, 1899, p. 2.

³⁰² Informações retiradas de: DIARIO DE MINAS, *Arthur Lobo*, *op. cit.*, p. 3.

³⁰³ Informações retiradas de: DIARIO DE MINAS, *Escriptorio Commercial*, *ibid.*, p. 4; DIARIO DE MINAS, *Tivemos hontem a satisfação*, 1899, p. 2.

Em outra chamada jornalística, ficam sobressaltados os investimentos externos comerciais, apontados para a Nova Capital, assim como mostra o anúncio de uma livraria:

A conhecida Livraria Alves do Rio váe estabelecer uma *succursal nesta cidade* [Belo Horizonte], já estando *promptas as plantas de dois belos edificios* (DIARIO DE MINAS, *Livraria Alves*, 1899, p. 1, *grifos nossos*)

Neste sentido, junto à divulgação da Nova Capital como um polo atrativo comercial, mais uma vez promove-se uma paisagem ainda esboçada, ainda “na planta” – sobressaltando a ideia de que a cidade estava sendo erguida e que o Novo Comercio belorizontino era um participante ativo desta fundação. Por vezes, eram anunciados nos jornais a transferência de estabelecimentos comerciais entre negociantes – fórmula jornalística que era rotineira, também, nas revistas industriais daquele final de século através de seções comerciais voltadas para registros de contratos, distratos e alterações de sociedades comerciais³⁰⁴. Assim como demonstra a chamada realizada no Diario de Minas, por *Francisco Pereira Aredo*, em que se anunciava: “em 31 de dezembro findo [1898] *traspassei* ao sr. Pedro Joaquim de Almeida a minha *casa commercial* nesta cidade, á rua da Bahia” (DIARIO DE MINAS, *Avisos, Á praça*, 1899, p. 2, *grifo nosso*). Declaração esta que salienta a possível efervescência comercial daquela Belo Horizonte do final de século, além de incorporar, implicitamente, uma espécie de “novidade comercial” através da divulgação do novo proprietário de um estabelecimento comercial já existente na cidade. Este estilo de notícia será sustentado de variadas formas nas edições do Diario de Minas, como no caso de *Mariano Ribeiro* que passava sua casa comercial, antes estabelecida na cidade de Oliveira, agora: “transferida para Belo Horizonte à firma de *Alvaro Ribeiro*³⁰⁵”. É perceptível assim a tendência estabelecida naqueles tempos das *juntas comerciais* ou *firmas*, demonstrando na marca do negócio a junção de um ou mais empreendedores – citamos como exemplo, o contrato de *Alfredo Brasil, Benecdito Marques Munhos e Vital da Cruz*, como descreve a Revista Industrial de 1897: “para o commercio de seccos e molhados, armarinho, roupas e calçados, em Bello Horizonte (Minas) com o capital de 10:000\$ sob a firma de *Brasil, Munhos & Comp*³⁰⁶”.

Em relação ao porte do comércio que se instalava na Nova Capital, inicialmente, podemos assinalar as fábricas e os laboratórios como um traço da Belo Horizonte publicizado pela imprensa de 1899. Ao menos, no que tange o conteúdo informativo do Diario de Minas encontramos, por exemplo, a inauguração da “casa de modas” de *Joséphina Zambelli* que anexara ao seu comércio

³⁰⁴ Ver como exemplo: MEDRADO, *Commercio, Junta commercial*, 1897a, p. 282.

³⁰⁵ Ver: DIARIO DE MINAS, *A casa commercial*, 1899, p. 1.

³⁰⁶ Extraído de: MEDRADO, *Commercio*, 1897, p. 315.

uma “oficina modelo” de roupas brancas, dotando a cidade “de uma casa de estilo das mais modernas das grandes cidades”. De forma semelhante, será descrita a *Rio e Minas* como a “única fábrica manufactora de fumos nesta Capital”, elencando os seus produtos: cigarros, piteiras, bolsas para fumos, etc. No anúncio do *Laboratório Industrial Mineiro*, fica a descrição de uma “fabrica e deposito de aguas mineraes, produtos alcoolicos e preparados pharmaceuticos”, nos proporcionando a percepção dos produtos tidos como industrialmente comercializados na Nova Capital³⁰⁷ – e que concorriam, indiretamente, com os itens rotineiramente consumidos, ou seja, aqueles listados dentre os *gêneros vendidos no mercado* belorizontino: feijão, fubá, aguardente, galinhas e ovos. Sem deixar de citar, mesmo em se tratando de uma produção fora do eixo urbano e suburbano belorizontino, casos como o de *Urbano Mascarenhas*, anunciando no *Diario de Minas* o seu “gado alto e gordo” à venda na fazenda do Capim Branco”. Caso semelhante será o da *Fabrica de Confetti* em Barbacena, anunciada no *Diario de Minas* como uma indústria que tinha anexada uma outra, voltada para a “fabricação de vellas de cêra legitima”. Nos parece assim que a indústria do confete tinha o seu destaque em 1899, assim como mostra uma notícia jornalística em que se salientava que “a industria dos confetti já ganhou *direito de cidade* entre as aplicações materiaes da actividade humana”³⁰⁸. Por outro lado, a indústria belorizontina também será publicada em jornais externos à cidade como é o caso de uma cervejaria citada no anúncio do restaurante de *Silva Rodrigues & Comp^a*, na Sabará de 1897, salientando serem “os únicos depositários nesta cidade [sabarense] da acreditada cerveja *Parucker* que acabam de receber da nova fabrica em Bello Horisonte”³⁰⁹.

Indústrias outras, implantadas fora da zona urbana belorizontina, também compunham a paisagem comercial e industriosa da Nova Capital. Citemos, por exemplo, o alvará de licença, anunciado no *Diario de Minas*, concedendo à firma *Moinho Fluminense* para a construção no lote 3, quarteirão 26 da VI seção, na zona suburbana da cidade de Belo Horizonte; assim como o caso de *Hermillo Alves & C^a*, proprietário de um comércio de telhas localizado na rua Goyaz em Belo Horizonte, mas, com fábrica instalada na região Caracará fora do eixo urbano da Capital. Caso semelhante, o empreiteiro de calçamentos *J. A. Goulart*, anunciará no *Diario de Minas* que “dispondo de pedra de superior qualidade das *pedreiras do Carapuça*” atendia com “promtidão”

³⁰⁷ Informações, respectivamente, extraídas de: DIARIO DE MINAS, *Gazetinha*, Joséphina Zambelli, 1899, p. 2; DIARIO DE MINAS, *A Rio e Minas*, *op. cit.*, p. 3; DIARIO DE MINAS, *Laboratorio, Industrial Mineiro*, 1899, p. 2.

³⁰⁸ Informações, respectivamente, extraídas de: DIARIO DE MINAS, *Mercado da cidade*, 1899, p. 2; DIARIO DE MINAS, *Annuncios, Mattosinhos*, 1899, p. 2; DIARIO DE MINAS, *Fabrica de Confetti*, *op. cit.*, p. 3; DIARIO DE MINAS, *A industria dos confetti*, *ibid.*, p. 2.

³⁰⁹ Extraído de: O CONTEMPORANEO, *Grande Restaurante no Theatro*, 1897, p. 4.

seus clientes em sua residência na rua do Chumbo em Belo Horizonte³¹⁰ – dados que apontam para indústrias que, apesar de localizadas na zona suburbana belorizontina, baseavam suas casas comerciais, ou, escritórios comerciais, dentro da *urbs*.

Por fim, pode-se dizer que era de interesse da imprensa e do comércio belorizontinos parcerias que se faziam nítidas no próprio conteúdo jornalístico, não sendo raros os anúncios de agradecimentos na primeira página do Diário de Minas aos comércios que lhe “presenteavam” com os seus produtos: do comércio *Raul Mendes & Comp.*, por exemplo, seriam enviados além de uma “bonita *folhinha*”³¹¹ uma carteira “muito chic” que será descrita literalmente pelo jornal como um presente “*par dessus le marché*” (por baixo dos panos, se traduzirmos para o português coloquial); outro caso, o da *Casa Nova* especializada em louças, cristais e porcelanas, o jornal receberia um “presente de festa: um bello copo de finíssimo lavor”; do *Pharmaceutico Abreu Sobrinho*, o jornal receberia a *Polpa de Tamarindo*, “esse magnífico produto da acreditada Pharmacia Abreu, cuja reputação de casa de primeira ordem está feita nesta Capital”; do *Sr. Oliveira*, proprietário da casa Rio e Minas citada anteriormente, o Diário de Minas fora “obsequiado” com alguns charutos: “são magníficos”; o jornal seria também presenteado com produtos de outras cidades, como a casa ouropretana *Beliche Mineiro* que remeteria uma “grande collecção de sementes (...) à venda nesta importante casa”. Até mesmo invenções patenteadas seriam remetidas ao jornal como o caso de *Pretextato & Irmão* que haviam enviado uma “torneira especial, que se pode aplicar em latas, sem emprego de solda, privilegiada pela patente n. 2568”, segundo o Diário de Minas seria um produto de “incontestável utilidade”, sendo recomendado aos leitores do jornal. Finalmente, citamos a prática que se tinha na época em usar da redação do jornal como intermediário nos negócios da capital, este seria o caso de um anúncio de *lenha* vendida a 5\$500 o metro e posta na Estação de Minas, aos interessados ficaria expresso em uma notícia do Diário de Minas: “deixar recado ou carta a L. M. nesta redação”³¹².

Em um contexto amplo, podemos dizer que duas balizas serão o pano de fundo do Novo Comércio belorizontino, senão de diversas outras cidades mineiras daquele final de século: na figura da *Estrada de Ferro (E. F.)* se tinha a valorização de espaços novos por tornarem-se mais

³¹⁰ Informações, respectivamente, extraídas de: DIARIO DE MINAS, *Á Firma Moinho Fluminense*, 1899, p. 2; DIARIO DE MINAS, *Telhas, op. cit.*, p. 4; DIARIO DE MINAS, *Requerimentos*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Ineditoriaes*, 1899, p. 2.

³¹¹ Segundo descrito no dicionário, *folhinha* designa: folha ou caderno impresso contendo o calendário. (FOLHINHA, 2022). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/folhinha/>. Acesso em 5 de janeiro de 2022.

³¹² Informações, respectivamente, extraídas de: DIARIO DE MINAS, *Raul Mendes & Comp.*, 1899p. 1; DIARIO DE MINAS, *Da casa Nova*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Recebemos um vidro da – Polpa de Tamarindo*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *O sr. Oliveira*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *O s. Francisco Deslandes*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Os srs. Pretextato & Irmão*, 1899. p. 1; DIARIO DE MINAS, *Lenha*, 1899, p. 2. n10. 12/01.

acessíveis, como descreve uma notícia jornalística de 1899: seriam cidades, agora, interligadas com os grandes centros comerciais, industriais e intelectuais do país – e este será o caso da Nova Capital. Os *Correios*, por sua vez, serão a segunda baliza que haveria de ser estabelecida no centro da cidade, sobretudo, como descreve uma notícia do *Diario de Minas*, dentro da zona comercial urbana³¹³. Neste sentido, apesar das notícias comerciais no *Diario de Minas* pouco citarem estas duas balizas comerciais – a E. F. e os *Correios* – no entanto, não falta ao vocabulário jornalístico da época falar sobre os “empreendedores, industriais e capitalistas” envolvidos neste processo “civilizatório” que adentrava nas cidades daquele final de século³¹⁴. Sendo assim, o tratamento que o jornal *Diario de Minas* dá ao comércio belorizontino fala de um conteúdo minucioso e aproximado em relação a uma extensa lista de ambulantes, firmas comerciais, produtos vendidos, assim como, da divulgação dos estabelecimentos comerciais que mais se assemelhavam a personagens da paisagem comercial belorizontina. Ou seja, próximo ao extenso *índice alfabético* costumeiro nas revistas e almanaques industriais daquele século, o jornal *Diario de Minas* exercitava este minucioso levantamento estatístico das personalidades, das indústrias e dos produtos comerciais da Nova Capital; mesmo se dispersos em seu conteúdo diário, afinal, assim como será descrito por um de seus pares: o jornal *Diario de Minas* era considerado um “órgão de publicidade³¹⁵”.

5.4 Elevando a *urbs* Belo Horizonte à altura que lhe compete



Figura 52: Charge demonstrando um diálogo entre o “Zé Povo” e o “Prefeito” da cidade de Belo Horizonte.

Fonte: Revista Novo Horizonte, 1910

³¹³ Matérias disponíveis para consulta em: DIARIO DE MINAS, *Theophilo Ottoni, op. cit.*, p. 2; DIARIO DE MINAS, *Do Centro, op. cit.*, p. 2.

³¹⁴ Para uma leitura aprofundada deste processo, indicamos o artigo *La Nouvelle Capitale de l'État de Minas Geraes*. (MEDRADO, 1895, p. 82-84).

³¹⁵ Consultar: DIARIO DE MINAS, *Diario de Minas*, 1899d, p. 2. n. 17.

Numa charge publicada na imprensa em 1910 temos a continuidade de discursos, incluindo a pauta industriosa e comercial, que atravessava Belo Horizonte desde a sua fundação (figura 52) – relatando-nos o seguinte diálogo entre o “Zé Povo” e o “Prefeito” da cidade:

Zé Povo. – Sr. Prefeito, queira aceitar os meus sinceros parabéns pelo muito que v. exc. tem feito em tão curto espaço de tempo, já *embellezando* a nossa linda Capital, já cuidando de augmentar o *abastecimento d’agua* e, sobre tudo, não esquecendo da minha *hygiene*...

Prefeito. – Obrigado Zé, mas saiba v. que não ficarei nisso só: alem de velar sempre pela tua apreciada saude e pelo teu conforto, não deixarei de facilitar meios para que, em breves dias, a *industria* e o *commercio* possam elevar a nossa *URBS* á altura que lhe compete.

Zé. – Muito bem, e, continuando assim, pôde v. exc. contar com o meu franco e decidido apoio. (REVISTA NOVO HORIZONTE, *Zé Povo*, 1910, p. 3, *grifos do autor e nossos*)

Para além da figura do *Zé Povo* que sinalizava a perpetuação do horizontino, ainda em 1910, representado em trajes interioranos – vide o paletó quadriculado, o chapéu que carrega na mão, além da postura inclinada –, uma figura que poderia simbolizar a “falta de empreendedorismo mineiro” tão enfatizado desde o início dos oitocentos (ROCHA, 1995; SILVA, 1997; REIS, 1895, DIAS, 1897); mais próximo ainda será o personagem Zé Povo da descrição de espanto que faz Fabio Leal (1895), secretário da comissão construtora da Nova Capital, sobre os curralenses de 1894 como indivíduos de uma:

physionomia triste, o rosto encovado (...) os dentes irregulares e amarellentos por entre as falhas dos quais sybilla as demoradas phrases incorrectas e cantadas, como de quem implora protecção ou teme desagradar; a barba pouca limitando-se á um bigode irregular e espetadiço, unica distincção d’aquelle semblante pálido e sem expressão alguma. Dir-se-hia à primeira vista um enjeitado da fortuna e entretanto está alli um proprietário e auctoridade local. (MINAS GERAIS, *Revista Geral I*, 1895, p. 14).

Pode-se dizer que em muito se assemelha esta descrição ao *Zé Povo*, além de que, quando representado na charge supracitada em frente à figura do Prefeito, fica implícito – também na fala deste – que a *indústria* e o *comércio* belorizontinos necessitavam de “meios” para “elevar a *urbs*” a uma posição de competição, para além das melhorias na higiene, no abastecimento de água e no embelezamento da cidade. Ora, em poucas palavras: a Nova Capital dependeria desta coalisão entre o povo horizontino e a gestão pública da cidade. A imprensa, por sua vez, fará as vezes de um “meio” tanto de divulgação quanto de denúncias envolvendo o desenvolvimento urbano belorizontino. O teor destas informações seguirão, assim, duas vias: a primeira noticiosa, retratando casos concretos e específicos da Nova Capital. A segunda via, sendo realizada nas crônicas do jornal, traz um olhar nostálgico do antigo arraial ainda presente na Belo Horizonte daqueles tempos.

5.4.1 Transferências e instalações, embelezar e entreter: a imprensa e a promoção da Nova Capital

Por vezes, a imprensa esclarecia a sua função muito mais como colaboradora, opinando na “vida social, política e governamental”, trazendo a máxima de que “é a imprensa os olhos do povo”, não sendo apenas um “*phanal*³¹⁶ a esclarecê-lo”³¹⁷. Neste sentido, participantes ativas do conteúdo da imprensa, serão três as situações comumente listadas no jornal *Diario de Minas* cumprindo esta função “sociopolítico governamental” da imprensa – dando visibilidade: às instalações e transferências de órgãos públicos na Nova Capital, às melhorias urbanas como higiene e iluminação, e, aos eventos do cotidiano da cidade.

Interessa notar que as notícias das transferências e das instalações se fazem nítidas desde a imprensa externa à Nova Capital marcando no conteúdo jornalístico a temporalidade destas movimentações. Como é o caso da instalação do *Governo do Estado* em sua nova sede belorizontina que, “conforme estava anunciado, realizou-se no dia 12 do corrente [dezembro de 1897] (...) no meio de festas e de grande regozijo popular³¹⁸” – imprimindo, assim, além da cronologia destas instalações, a perspectiva da imprensa sobre a reação social aos eventos. Em outra matéria temos que, “desde os primeiros dias do mez findo [setembro], acha-se instalado em Bello Horizonte o *tribunal da Relação*”, esclarecendo que a maior parte dos desembargadores já se “achavam aí”³¹⁹. Haviam também notícias que acentuavam mais de uma transferência na Nova Capital, sempre alinhando a temporalidade das mesmas. Como será o caso da *repartição de Terras e Colonização* que “já se transferio de Ouro Preto para Bello Horizonte”, dando sequência a outra instalação: a *Secretaria de Finanças* “que até o fim do presente mez já ahi estará”³²⁰. Por fim, citamos o caso da *Escola de Minas* que, da sua transferência de Ouro Preto para a Nova Capital, fica explicitado na imprensa externa à Belo Horizonte a “concessão de terrenos necessários e construção do respectivo edificio” – se aproximando da forma que o *Diario de Minas*, como um jornal belorizontino, tratava das instalações e transferências dos órgãos públicos como edificios a serem “erguidos” na Nova Capital. Este será o caso da *Casa de Caridade* que seria “levantada”, assim como descrito no *Diario de Minas*: como uma das “necessidades mais palpitantes do

³¹⁶ *Fanal*: lanterna, farol. (FANAL, 2021). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fanal/>. Acesso em: 4 de novembro. 2021.

³¹⁷ Informações extraídas de: DIARIO DE MINAS, *Diario de Minas*, 1899d, p. 2.

³¹⁸ Informações extraídas de: O CONTEMPORANEO, *Bello Horizonte*, 1897, p. 1.

³¹⁹ Informações extraídas de: O CONTEMPORANEO, *Desde os primeiros dias*, 1897, p. 2. *grifos nossos*.

³²⁰ Informações extraídas de: O CONTEMPORANEO, *Já se transferiu*, 1897, p. 5.

momento actual [belorizontino], visto que não ha aqui uma casa pia para recolher indigentes e enfermos”³²¹ – novamente, além de sublinhada a temporalidade do evento, fica patente a opinião da imprensa sobre aquela “necessidade palpitante”. Haviam, também, situações que versavam sobre a reabertura ou a aquisição de imóveis, como é o caso do *Atheneu Mineiro*, externato que “a 1º de fevereiro reabre-se nesta cidade [belorizontina]”; assim como, “da possibilidade da aquisição de um palacete nesta Capital para a *Administração dos Correios*”³²². Por fim, fala-se ainda da instalação de equipamentos urbanos em vias de construção, ou até mesmo, daqueles que nunca sairiam do papel. Como é o caso do *Theatro Soucasseaux*, que seria instalado “ali assim defronte, naquelles terrenos onde uma triste guarita e outras relíquias relembram a nada saudosa época de abarracamentos”³²³, nos possibilitando uma perspectiva aproximada do local onde se instalaria o teatro, diferentemente da descrição sobre o *Observatório Astronomico* que, “estaria por vir”, ou melhor, como bem descreve a matéria jornalística que o aproximava de um “eterno e luminoso *chateaux d’Espagne*”³²⁴ dando a entender que mais se tratava de um projeto irrealizável.

No que diz respeito às melhorias urbanas publicadas na imprensa da época, uma matéria jornalística de 1890 nos descreve o seguinte, sobre a escolha acertada de Belo Horizonte como a futura Cidade de Minas:

A área que pode ocupar a cidade [de Belo Horizonte] presta-se perfeitamente a *esgoto* e estes com bastante *queda* para *encanamentos*: as *aguadas* são abundantes e da melhor qualidade, (...) uma das maiores *necessidades* de que se ressentem as *populações*. (O CONTEMPORANEO, *A pedidos, Mudança da Capital, op. cit.*, p. 2, *grifos nossos*)

Além do encanamento e do saneamento que cumprirão um dos principais pilares da higiene pública urbana, outros fatores farão parte do que, naquele final de século, será descrito como “aformoseamento”, ou, “embelezamento” urbano como: a eletricidade, a viação, a sinalização, o lazer, etc. Neste sentido, por vezes cumprindo urgências de “saúde pública”, as notícias jornalísticas do Diario de Minas denunciavam desde “lagoas de água estagnada” das chuvas torrenciais que se acumulavam em trechos urbanos, aliás, como “no cruzamento da avenida Affonso Penna com a rua dos Aymorés, próximo á Redação [do Diario de Minas]”, impedindo a circulação dos transeuntes – contando assim com providências do prefeito que, segundo consta no jornal, atenderia “com tempo

³²¹ Informações extraídas de: DIARIO DE MINAS, *Notas*, 1899, p. 1.

³²² Informações, respectivamente, extraídas de: DIARIO DE MINAS, *A 1º de fevereiro.*, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Nosso colega Jornal Mineiro*, 1899, p. 1, *grifos nossos*.

³²³ Quando o jornal fala da *época dos abarracamentos* (DIARIO DE MINAS, *Chroniqueta*, 1899, p. 1), falamos de algumas situações como: “os abarracamentos dos boiadeiros da era colonial”, como cita BILAC (1899) no artigo *Uma Photographia*. (DIARIO DE MINAS, 1899, p. 1). Assim como da Revolta da Armada ainda ativa em 1895, criando um cenário de *abarracamentos de soldados*. (MINAS GERAIS, *Exposição*, 1895, p. 6).

³²⁴ *Ibid.*

às reclamações da Imprensa”³²⁵. Assim como, sobre problemas com a distribuição de água na cidade descrito no jornal como algo que não sabiam “explicar, pois acreditamos que a Capital está fartamente provida do precioso líquido”, falta que, para “as nossas oficinas [do jornal] (...), vem trazer sério embaraço”³²⁶. De forma semelhante, em poucas palavras uma notícia do Diário de Minas denuncia um problema habitual na Nova Capital, pois, “mais uma vez” a população belorizontina se via “privada da iluminação eléctrica”, explicado através de um “incidente” com uma turbina³²⁷.

Em outros momentos as notícias viriam “seriadas”, como ilustra o pedido do Diário de Minas ao engenheiro do Ramal Férreo da Nova Capital sobre a gratuidade de transporte, aos repórteres daquele jornal, no trecho da “viação urbana da capital, do Congresso á estação de Minas”. Sendo que, em edição subsequente, após a denúncia no jornal sobre o aumento da cobrança por passageiro no trecho urbano supracitado – fica a proposta de se “acabar de vez com esse trafego urbano”. Dá-se ainda a ideia de regulamentar os “carros da praça” uma medida que lucrariam o Governo e os “cocheiros livres” que seriam regulamentados como “carros de aluguel”³²⁸.

Enfim, quando a imprensa fala do “aformoseamento” urbano, encontramos, por exemplo, respostas a editais públicos – como a proposta de Jayme Salse oferecendo ao Governo o fornecimento de “placas esmaltadas” para as ruas e praças, bem como para numeração das casas particulares da Capital, proposta elogiada pelo Diário de Minas como uma aquisição para a “comodidade dos habitantes e pessoas que visitam esta cidade”³²⁹.

Ainda sobre o “aformoseamento” da Nova Capital, no caso específico da Praça 13 de maio (figura 53), temos noticiado no Diário de Minas uma solicitação dos residentes do bairro dos Funcionários sobre os quarteirões triangulares, entre as ruas Paraíba, Tomé de Souza, Rio Grande do Norte e Inconfidentes que, “completamente desaproveitados” e “cobertos de matto espesso”, dariam um aspecto de abandono ao bairro.

³²⁵ Informações extraídas de: DIARIO DE MINAS, *No cruzamento da Avenida Affonso Penna*, 1899, p. 1.

³²⁶ Informações extraídas de: DIARIO DE MINAS, *Nestas ultimas noites*, 1899, p. 1.

³²⁷ Informações extraídas de: DIARIO DE MINAS, *Iluminação electrica*, 1899b, p. 1.

³²⁸ Informações, respectivamente, extraídas de: DIARIO DE MINAS, *Vimos á presença do exmo sr dr. Americo Werneck*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Depois que a Prefeitura determinou*, 1899, p. 1.

³²⁹ Informações extraídas de: DIARIO DE MINAS, *O sr. Jayme Salse, op. cit.*, p. 2.



Figura 53: Praça 13 de maio destacada na Planta Geral da Cidade de Minas, 1895.

Fonte: Adaptado de Acervo Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais), 2021

Segundo consta no jornal, bastaria para o “aformoseamento imediato do local” que a Prefeitura abrisse mão dos dois quarteirões e mandasse roçá-los, criando assim “uma das mais belas praças desta Capital”. Fica ainda expresso no *Diário de Minas* que, no referido trecho urbano, as ruas mencionadas estariam quase todas edificadas contribuindo para que a praça “surgisse cercada de prédios”. Por fim, expõe o jornal não haver inconveniente em duas praças próximas uma à outra – ou seja, também tratavam aqui da Praça da Liberdade (rever figura 53) – bem como “quando crescer a população horizontal”³³⁰.

Não apenas as praças, mas também, os parques, os bosques e os jardins vêm a marcar forte presença nas cidades do final do século XIX³³¹. Servindo para o descanso e para o passeio público, tudo seguiria os conformes daquela sociedade – como demonstra um anúncio do *Bosque das Mangueiras* em Sabará, donde: “só terá entrada n’esse Jardim pessoas decentemente trajadas e meninos que estejam em companhia de seus paes”³³². Especificamente o *Parque da Nova Capital* – atualmente conhecido como Parque Municipal, será comumente noticiado no *Diário de Minas* de 1899 – associado à banda de música do 1º Batalhão da Brigada Policial que ali se apresentava aos domingos – como uma estratégia que concorreria, como esclarece uma matéria jornalística: “para que o nosso parque alcance mais um atractivo que faça convergir as famílias para aquelle local, nas tardes dos domingos”. Por outro lado, em algumas matérias jornalísticas será informado que,

³³⁰ Informações extraídas de: DIÁRIO DE MINAS, *Por nosso intermedio*, 1899, p. 1. n 16, 19/01/1899.

³³¹ Para uma leitura aprofundada sobre o assunto, aplicado ao cenário belorizontino, indicamos a tese: *O projeto em arquitetura urbanística: Praças e Parques públicos de Belo Horizonte* (MACIEL, 1998).

³³² Ver: O CONTEMPORANEO, *Bosque das Mangueiras*, 1892, p. 2. anno II, n 137, 22/10/1892.

eventualmente, a banda não comparecia no parque – mesmo nos domingos em que as “*toilettes* elegantes, *flaneurs* e ciclistas” representavam uma “concorrência numerosa”. Afinal, assim como descrito no Diário de Minas, tratava-se de uma banda que “chorava valsas melancólicas” ou “cantarolava polcas saltitantes”³³³.

Dentre outros episódios nada atrativos ao leitor – como a notícia da dispensa de serviço público, ou, do comunicado sobre a interrupção da linha dos telégrafos³³⁴ – destacamos, ainda, notícias relacionadas aos “números” da Nova Capital, sendo eles: os do matadouro e os do cemitério. Falar por exemplo, que durante o ano de 1898 foram sepultados no cemitério da Capital “452 indivíduos”, não deixa de ter certa semelhança com a notícia de que abateram-se “hontem” no matadouro da Capital “8 rezes e um suíno arrecadando 61\$000”³³⁵.

Também as notícias que falavam de roubos, invasões e agressões ocorridas na cidade, viriam a marcar o conteúdo do jornal. Como é o caso de *Virgolino Pinheiro da Silva*, noticiado no Diário de Minas da seguinte forma:

Hontem, ás dez horas da manhã, estando *Virgolino Pinheiro da Silva* limpando um revolver, detonou este varando a mão de Virgolino. Foi imediatamente socorrido pelo farmacêutico *Abreu* que fez os necessários curativos. (DIARIO DE MINAS, *Hontem, ás dez horas da manhã*, 1899, p. 1, *grifos nossos*)

Não apenas o registro temporal e o destaque dos nomes envolvidos nos eventos noticiados, fica perceptível, também, o hábito na época de se procurar a imprensa para realizar reclamações ou fornecer informações. Este será o caso de *Antonio Falleiro* que se apresenta no escritório do Diário de Minas queixando-se de que: “ás quatro horas da tarde indo á rua Espirito Santo procurar os empreiteiros Louro & Pereira, foi inopinadamente agredido por trabalhadores de uma empreitada a cargo deles”³³⁶.

Notadamente, determinados eventos serão noticiados como uma “anedota cidadina”, principalmente aqueles envolvendo nomes de italianos. Este será o caso de *Favilla* e *Zucci* que “engalfinharam-se á rua da Bahia por motivos que ainda não foram apurados”; e complementa o jornal em tom de deboche: “*Per la Madona! Mal adja san Francesco! Ecco! Uma taponna*. E foram

³³³ Informações, respectivamente, retiradas de: DIARIO DE MINAS, *Amanhã ás 4 horas da tarde*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Hontem fez uma magnifica tarde*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Bohemios*, 1899b, p. 1.

³³⁴ Informações, respectivamente, retiradas de: DIARIO DE MINAS, *O Governo resolveu dispensar*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Serviço telegraphico*, 1899, p. 1.

³³⁵ Informações, respectivamente, retiradas de: DIARIO DE MINAS, *Durante o anno passado*, 1899, p. 1; DIARIO DE MINAS, *Gazetinha*, *Abateram-se hontem*, 1899, p. 2.

³³⁶ Ver: DIARIO DE MINAS, *O operário Antonio Falleiro*, 1899, p. 1.

rodando para o xadrez³³⁷”. Em outra notícia, o horizontino *João Faustino Machado*, “vizinho de uns italianos”, presta queixa na polícia sobre os maltratos de alguns dos seus animais que “penetraram em umas pastagens dos seus vizinhos”, sendo que desta vez a matéria jornalística conclui que “a polícia que para ali enviou uma escolta (...) conseguiu capturar um dos italianos”³³⁸.

Talvez, cumprindo sim uma função “colaborativa” como um representante do povo belorizontino, o *Diario de Minas* traz nestas notícias que falam, dentre disparos e roubos, das transferências e aquisições de imóveis, do “aformoseamento” de belas praças, ou até mesmo da extinção de um tráfego urbano – notícias “difusas e dispersas”, como ressalta Castro (1997) sobre o jornalismo daquele final de século –, ficando assim a impressão de um conteúdo que “cria histórias”. Porque, após uma leitura contínua destas notícias jornalísticas supracitadas, ressoa na memória o seguinte: Uma casa de caridade seria erguida naquela cidade onde um *theatro* também seria instalado em área erma, sem contar a praça triangular no bairro dos funcionários públicos onde crescia um matagal espesso... Daí lembramos do farmacêutico Abreu que havia socorrido uma vítima de tiro, aí sim entram os italianos, aqueles que rodaram pro xadrez.

Em suma, deixar entrever a vida cidadina imersa na paisagem da nascente Capital, poderia ser uma das interpretações sobre o conteúdo informativo do *Diario de Minas*. Ou seja, tratamos de um conteúdo que, mesmo se organizado de forma aleatória e dispersa nas páginas noticiosas do jornal, quando lidos de forma sequencial, revelam a estratégia – comercial e jornalística – destas notícias: promover a Nova Capital sem deixar de entreter o leitor.

5.4.2 Nas crônicas do *Diario de Minas*: Impressões dos saudosos tempos onde agora brotam ruas e caminhos de ferro

Existe, ainda, uma época saudosa escrita nos textos do *Diario de Minas* que fala do *arraial de Bello Horizonte* daqueles “doces tempos! saudosos tempos!” – quando se tinha apenas um trabalho: “chegar a certa rua, bater a porta de uma casinha³³⁹”. Já as impressões da *Bello Horizonte* de 1894 falam de uma “praça maltratada, aquella pobre igreja de paredes enegrecidas (...) aquella

³³⁷ Traduzindo para o português, o trecho em italiano, temos: Pela Madona! Mal adja San Francesco! Aqui! Uma taponna. (DIARIO DE MINAS, *Os italianos José Favilla e Elsendo Zucci*, 1899, p. 2, tradução nossa).

³³⁸ Informações, respectivamente, extraídas de: DIARIO DE MINAS, *O sr João Faustino Machado*, 1899, p. 2.

³³⁹ Trechos extraídos de: DIARIO DE MINAS, *Bohemios, Antigamente*, 1899, p. 1, grifos do autor.

imensa cruz de madeira suja, aquellas arvores³⁴⁰”, resumindo assim, a cidade, como um “conjunto de cousas do passado”.

Desta forma, contraposta ao arraial, a *cidade belorizontina* será simbolizada na forma de ruas e palácios – como bem descreve Bilac (1894): “No valle outr’ora coberto de um pasto farto, onde se armavam os abarracamentos dos boiadeiros da era colonial (...) cruzam-se as ruas, levantam-se os palácios, agita-se e rumoreja a civilização” (BILAC, *op. cit.*, p. 1). Coincidências à parte, a comissão construtora da Nova Capital também virá tecer elogios àquela cidade contrapondo-a ao antigo arraial, afinal:

Quem, no futuro, *cortado já o arraial de largas avenidas*, de espaçosas e bellas ruas, ornadas de palacetes dos mármorees Gandarella, de ajardinamentos de luxo, chácaras de primor, formoso parque. etc., ficará [...] surpreendido de (...) não haver ha muitos annos, sido escolhido este arraial para a construção de uma grande cidade. (MINAS GERAIS, *Revista Geral dos Trabalhos I, op. cit.*, p. 15, *grifos nossos*).

No entanto, fica a dúvida sobre o quão desenvolvida estava esta cidade, pois serão consideráveis os relatos em forma de crônicas apontando a melancolia, a apatia e a monotonia como o descritivo da Belo Horizonte de 1899. Por exemplo, o mês de janeiro sendo tipicamente chuvoso nesta cidade era um convite aos cronistas para falar da “intempérie desta estação [que] estabeleceu o assédio das habitações e exilou das ruas o ultimo laço de fita dos collegiaes³⁴¹”; o *parque* estando “deserto” com suas águas inundadas pelas “sarjetas”, resultando em uma “infitinita tristeza”, ou, uma “inefável melancolia” cidadina. Outros relatos falam da *Capital provinciana* que era Belo Horizonte, “tão neutra e tão innócua” que “durante o cyclo de uma semana não se registra um só escândalo nem um sinistro³⁴²”. A *vida camponesa* de outrora, como descreve uma crônica do Diario de Minas, devia ficar apenas nos livros, como *Os Roceiros* de Annibal Mascarenhas – lançado em 1899 e que tratava de assuntos pastorais, “da vida camponesa dos nossos caipiras e matutos³⁴³”. Sendo assim, naquela cidade onde não havia divertimentos, “o domingo devia ser acabado dançando” – propõe Pif (1899) em uma de suas crônicas. Neste sentido, “arrancar a Capital da apatia³⁴⁴” será um exercício, comumente exposto nas páginas do Diario de Minas, ficando incumbido nesta missão, desde o prefeito da Capital, Affonso Penna, até “alguns rapazes, desses em que não calou-se ainda o canário da alegria”, responsáveis pela promoção do *Carnaval*

³⁴⁰ Ver: DIARIO DE MINAS, *Uma photographia, op. cit.*, p. 1, *grifos do autor*.

³⁴¹ Ver: DIARIO DE MINAS, *Impressões, Chove*, 1899, p. 2.

³⁴² Ver: DIARIO DE MINAS, *Chronica, O pior é que esta semana*, 1899, p. 1.

³⁴³ *Ibid.*

³⁴⁴ Ver: DIARIO DE MINAS, *A Prefeitura*, 1899, p. 2.

belorizontino, abrindo assim, “parenthesis claros e *álacres* á monotonia r-a-m-rameira³⁴⁵” da vida provinciana e pacata daquela cidade. Desta vez, nem a chuva e o difícil trânsito nas ruas elameadas, iria impedir o *Zé-Pereira*³⁴⁶ de andar “alarmando a cidade e espantando a pacatez digestiva da burguesia horizontal³⁴⁷” (ver figura 54):



Figura 54: Notícia ilustrada sobre o Zé-Pereira publicada no Diário de Minas de 1899; seguida da ampliação da ilustração do referido personagem carnavalesco.
Fonte: Adaptado de DIARIO DE MINAS, 1899

Ou seja, apesar da melancolia e da apatia que ali se instalavam, restavam ainda alguns elogios à cidade recém fundada, não sendo raras as crônicas jornalísticas que empregavam este “tom melancólico” para falar da *paysagem белорizontina* – dizem, por exemplo, de uma “inanimada perspectiva”, como uma paisagem que se “refletiria no estado de alma”, assim como, da “natureza de tintas e esplendores”, ou da “linha azulada da montanha” dando a entender a descrição de uma pintura artística, associando a *natureza белорizontina* a uma obra pintada³⁴⁸, pois ali:

Quando ha sol, as paisagens têm um suave *colorido de aquarella* e uma *frescura de tintas* que bolem com a impressionabilidade da gente.

Trago ainda as pupillas cheias de *perspectivas rosinhas* de sitios indeleveis e aspectos originaes da natureza, que um *lapis de artista* devera colher e apanhar no flagrante alvorecer da impressão. (DIARIO DE MINAS, *Chronica, O pior é que esta semana*, op. cit., p. 1, *grifos nossos*)

³⁴⁵ Ver: DIARIO DE MINAS, *Alguns rapazes*, 1899, p. 1. Definição de *álacre* no dicionário: alegre, jovial, vivo, animado. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/alacre/>. Acesso em 10 de dezembro de 2021.

³⁴⁶ Figura carnavalesca presente naquela época, composta por um boneco de pano utilizado junto ao corpo para movimentá-lo. Assim como ilustrado na figura 47.

³⁴⁷ Ver: DIARIO DE MINAS, *O primeiro Zé-Pereira*, 1899, p. 3.

³⁴⁸ Informações, respectivamente, consultadas de: DIARIO DE MINAS, *Chronica, O pior é que esta semana*, op. cit., p. 1; DIARIO DE MINAS, *Impressões, Chove*, op. cit., p. 2.

Complementar a esta natureza, falava-se ainda nas crônicas do Diário de Minas, dos “frutos que fertilizam as Minas” (SILVA, 1996) – assim como demonstra a personagem denominada *Mdme Flora*:

Conhecem-na? É aquella digna senhora, incumbente nos paços do céu, de distribuir pelo mundo, o pão nosso de cada dia em vigirosos pennados de *milho*, em alentadas searas de *trigo*, em lindos *arrosaes* e naquelas complicadas tramas de *feijão*. (DIARIO DE MINAS, *Chroniqueta, Ainda e sempre*, 1899, p. 1, *grifos nossos*)

Sendo a figura da *industria*, por sua vez, associada a um diálogo entre planetas – trazendo a seguinte reflexão sobre Belo Horizonte:

- Mercúrio: (...) Ora, imaginem que em certo *pontinho minuscuro* como gotta d’agua [Belo Horizonte], lembraram-se os habitantes das industrias.
- Jupiter: (...) As tuas *industrias* estão localizadas bem. Verás que as *pequeninas casas* hão de, sempre, apparecer brunidinhas, *todas de branco ou de multicores tons* – um *mosaico de vistas*, a embalar aquella *gentinha boa e simples...* (...) Tu mesmo, docil Mercurio, irás ali colocar novos engenhos, riscando o solo em linhas de aço e ferro. (DIARIO DE MINAS, *Chroniqueta, Pallacio das Estrellas*, 1899, p. 1, *grifos nossos*)

Neste sentido, para além da indústria associada à figura da estrada de ferro, será perpetuada a vista sobre o arraial lembrando um panorama – dando ver as “pequeninas casas” que formavam um “mosaico de vistas”. Ou seria melhor chamá-las de “caprichosas paisagens”, como descrevia a CCNC o arraial de Belo Horizonte, que além de representa-lo através de tomadas panorâmicas (ver figura 20), dizia-se que a impressão daquela vista,

é sublime. Ao contemplar o *Bello Horizonte áquella distancia*, encimado por um ceo purissimo, circundado de serras verdejantes de coloração caprichosa e de variados tons (...) com suas *casinhas derramadas* pelas encostas das ultimas ondulações do planalto. (MINAS GERAIS, *Revista Geral I*, 1895, p. 12, *grifos nossos*)

Por fim, nem sempre de elogios seria retratada Belo Horizonte nas crônicas do Diário de Minas. Quando em tom saudoso se lembrava do “arraial de antigamente”, o cronista Pif (1899) fala do impacto da extração do ouro naquela região: “só se falava em lotes, permutas, lotoes, lotinhos (...) Tudo está mudado nesta terra (...) A casinha – aluvião pol-a abaixo³⁴⁹”.

Em suma, através das crônicas do Diário de Minas fica a *impressão* da dualidade vivida naquele final de século de uma Belo Horizonte ainda Arraial. Saudosos tempos! como diria o cronista, agora “a casinha nem ruína deixou”, talvez por isso descrever aquela paisagem de 1899 vista de longe – como um fundo – onde repousariam desde a indústria aos caminhos de ferro, às avenidas e os palácios... O milho, o trigo, o arroz e o feijão, ainda assim, seriam cultivados naquela terra de “gentinha boa”, onde habitavam aqueles “caipiras e matutos” de outrora. É esta a impressão

³⁴⁹ Ver: DIARIO DE MINAS, *Bohemios, Antigamente*, 1899, p. 1.

que fica nas crônicas do Diário de Minas. Neste sentido, quando comparamos estas crônicas jornalísticas com a forma que a imprensa lidava com as notícias cotidianas – anteriormente descritas nesta pesquisa, como as instalações de prédios públicos, a iluminação, a higiene, as denúncias, etc – temos, nas crônicas, uma paisagem belorizontina traduzida na forma da melancólica, da monotonia, mas, decididamente, formada por aquelas afamadas “pequenas casinhas” tão citadas na Revista Geral da CCNC. Daí a possibilidade de adiantarmos uma certa conclusão à nossa investigação, porque as falas começam a se repetir, e portanto, uma história sobre aquela Belo Horizonte parece finalmente se fixar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos parece que quando se incumbe de ser um “repositório da vida mineira”, a imprensa belorizontina do final do século XIX já respondia de antemão ao nosso problema de pesquisa, afinal, que história belorizontina seria contada nas páginas do Diário de Minas a não ser aquela mesma de mais de duzentos anos atrás realizada em textos e mapas oficiais desde as corografias que versavam sobre as Minas Gerais? Adaptada um tanto esta história aos moldes de uma imprensa que informa, anuncia e entretém, ali permanecem a topografia, a demografia, a tributação, o clima, etc., registrados juntamente ao comércio, às finanças, à indústria, etc. – sendo o grande diferencial, o fato da imprensa ser *periódica*. Desta forma, diferentemente das corografias, não por acaso os jornais e revistas do final dos oitocentos também eram chamados de *periódicos*, sem nos admirar, portanto, o fato da Revista Geral da CCNC se incumbir da história da construção de Belo Horizonte, “escrita dia a dia”, ou, no caso do jornal aqui estudado, ser denominado como um *Diário de Minas*.

Então, especificamente sobre a história belorizontina registrada diariamente nas páginas do Diário de Minas, ficou subentendido que era praxe falar da indústria agrícola, dos maquinismos e da nova produção que surgia em Belo Horizonte, dos prédios construídos *ad hoc*, restando ainda, a brecha para o leitor extrair daquele *órgão de publicidade* uma *geodésia comercial* – como o fizemos, próximo aos “relatos de espaços” de De Certeau (2014) – porque mesmo não contendo muitas, ou quase nenhuma imagem, o bastante se dava a imaginar sobre aquela Nova Capital registrada nas páginas do Diário de Minas. Aliás, grande parte desta paisagem ainda se encontrava apenas “grafada” na forma de “belas plantas de bulevares e avenidas” idealizadas pela comissão construtora sob a direção de Aarão Reis, e, o que mais espanta é entender que o contemporâneo daqueles tempos tinha ciência daquela situação, pois, retomando a fala de Di Felice (2009) sobre a cidade que se encontrava entre a palavra escrita e o tijolo, entre os textos e os muros – podemos adaptar este raciocínio, dizendo que o cidadão da Belo Horizonte de 1899 vivia tanto naquela cidade em projeto, quanto naquela *urbs* construída. Não nos impressionando, assim, o fato da Revista Geral da CCNC conter imagens fotográficas, apenas do antigo arraial de 1895, sendo a Nova Capital exclusivamente representada em plantas, projetos e croquis, ou seja, tudo ainda estava por ser construído.

Sendo assim, nos colocamos a questão sobre como entender aquela paisagem, ou melhor, como as corografias, os almanaques, os jornais poderiam nos auxiliar a reconhecê-la. Pensamos,

por exemplo, a partir daquelas “poças d’água”, daquele “matagal espesso” que muito semelhante às “casas velhas do arraial” – “embaraçavam” a paisagem belorizontina, mas que, mesmo assim, serão notícia diária nos jornais da cidade. Em realidade, esta era uma forma de se falar da paisagem como aquela descrita por Cauquelin (2007), que haveria de se instalar timidamente, hesitando, vacilando, para depois se firmar. Ali, naquela natureza, havia ainda muita “riqueza inexplorada”, como diria o Padre Dias em 1897, e, após tantas leituras de páginas e páginas do Diário de Minas fica ainda a impressão que o Curral del Rei sempre há de estar em Belo Horizonte. Mesmo se relatado em brevíssimas linhas no Diário de Minas, como nas notas sobre as casas velhas do arraial, qualquer descrição retomando aquelas “pequenas povoações mineiras” do século XVIII fazia lembrar o antigo Curral – impossível agora não pensar nele como um conjunto de “pequeninas casas”, dando a entender um “mosaico de vistas”.

Entendemos também que na paisagem belorizontina atual algumas histórias do século XIX parecem atravessar o nosso tempo: seja na forma, de um bairro chamado Cruzeiro; de uma linha de ônibus, a General Carneiro; de uma rua chamada David Campista; ou, da revitalização em 2018 do calçamento da Alameda das Palmeiras na Praça da Liberdade. Até mesmo a imagem do atual governador de Minas Gerais (2021), Romeu Zema, no quintal de sua casa, parece retomar aquele *fin de siècle XIX* (figura 55):



Figura 55: Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, fotografado no quintal de sua residência.

Fonte: Adaptado de romeuzemaoficial (INSTAGRAM, 2021)³⁵⁰

³⁵⁰ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CW0ryCGgrIk/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 28 de novembro de 2021.

Junto a esta fotografia, publicada em 2021 no perfil oficial do governador na plataforma Instagram, lê-se ainda um texto no qual Zema critica o governo anterior pelos “gastos faraônicos”, enquanto ele, sendo governador de Minas teria como privilégio: “ter um pé de manga e de acerola” no quintal da casa que alugou em BH³⁵¹. Pois bem, olhando esta imagem logo me veio a figura do curralense, que plantava frutas “por mero gosto de as ter (...) e para vender a quem as viesse procurar á porta.” (DIAS, 1997, p. 32). Tudo dá a entender que esta mesma mentalidade exposta pelo Padre Dias em 1897 – do que consideramos uma certa ingenuidade espontânea mineira –, pode ser vista perpetuada na mídia contemporânea de 2021, como fica implícito na figura 48.

Mais ainda, uma natureza dessas “sem ordem nem método” como nos quintais das casas belorizontinas, ainda não explorada pela “ciência moderna do colono” – talvez seja o que ainda resta das Minas Gerais enquanto natureza, ou, paisagem. Além de tudo, será necessário exercitar aquele “olhar relaxado” descrito por Bachelard (1993) para que toda essa paisagem caiba nos limites da nossa janela (figura 56):



Figura 56: Belo Horizonte vista da janela a partir do bairro Sagrada Família.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Ali, repousamos o olhar e ainda conseguimos imaginar que na Serra do Curral existiu uma fazenda chamada Cercado, quando ainda em 1700, carregamentos de arroz, farinha, toucinho, de um tudo, fazia circular o comércio na região. Este mesmo comércio evoluindo, ocupará metade das

³⁵¹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CW0ryCGgrIk/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 28 de novembro de 2021.

páginas da grande imprensa no final do século XIX, não por acaso seriam estes jornais denominados como *órgãos de publicidade*. Por sua vez, as poças d'água, os matagais, as calçadas em paralelepípedo – todo um conjunto que persiste em se instalar e se firmar na *urbs* até os dias atuais – tudo faz lembrar que a Belo Horizonte de 2021, ainda comporta parte daquela BH de 1899. E vejam bem na figura 56, esta é a nossa paisagem: serras, prédios; a uberdade e a *urbs*; uma terra fértil e uma ótima localização. Pois bem, talvez a paisagem belorizontina nos faça exercitar o “olhar relaxado” *bachelardiano* de outra forma – porque, o meu relaxamento não precede a vista que vejo, quando olho pela janela: são a serra e a cidade que me fazem repousar (rever figura 56).

Por fim, podemos dizer que esta pesquisa nos proporcionou não apenas a percepção do que, de antemão, se buscava através da perspectiva comunicacional quando do escrutínio da paisagem belorizontina através da imprensa – ou seja, do entendimento dos seus interlocutores, das suas práticas discursivas e do seu contexto. Como também, nos foi demonstrado um possível acréscimo ao entendimento comunicacional, uma vez que o próprio objeto aqui investigado – a paisagem descrita na imprensa – adota em sua fala a “comunicação” em diferentes graus: citamos como exemplo, quando em uma matéria jornalística sobre o conserto de uma ponte, em 1892, será alertado aos moradores e viajantes que, na falta do referido equipamento urbano, ficariam estes “sem *meios de comunicação* com o centro da cidade³⁵²”. Ou seja, entendemos que de forma espontânea, se falava da paisagem urbana no final do século XIX, literalmente, como um meio de comunicação. Ao mesmo tempo, ao consultarmos o glossário retrospectivo que trazemos – não por acaso – nesta pesquisa³⁵³, vocábulos como: bicamente, pontilhão, macadam, arruído, bisar, bulício, etc., nos dão acesso à forma que o contemporâneo do final do século XIX comunicava, ou, expressava verbalmente uma dada paisagem. Em adição, vê-se que, a partir destes vocabulários, a paisagem mostra-se como um fenômeno sinestésico, reunindo valores visuais, sonoros e subjetivos – ou seja, é possível falar de uma *paisagem álaçre*, de um *arruído urbano*, ou de um *prestito na cidade*.

Ademais, do entendimento da estilística de escrita mais descritiva do que dissertativa desta tese, observamos nesta postura a possibilidade de uma imersão profunda na vida cidadina belorizontina, naquele específico ano de 1899. Se, em um primeiro momento, ficou evidente que “fazer coligir” aqueles documentos – das corografias à imprensa – resultaria em uma produção investigativa muito próxima ao estilo destes exatos textos memorialísticos, descritivos e estatísticos, em um segundo estágio, entendemos que o arcabouço teórico desta tese se ancora, prioritariamente,

³⁵² Extraído de: O CONTEMPORANEO, *Sem qualificativo*, 1892, p. 1, *grifos nossos*.

³⁵³ Sobre o *Glossário retrospectivo (1890-1901)*, ver páginas 16-19 desta tese.

na própria fonte bibliográfica aqui levantada. Sendo que, por vezes, nos foram adiantadas teorizações a partir destas fontes – ficando evidente nos textos jornalísticos do final do século XIX, por exemplo, a consciência daquele contemporâneo sobre a experiência do espaço e do tempo, ou seja, da paisagem³⁵⁴. Enfim, retomando duas problemáticas do objeto comunicacional delineadas por França (2001), como sendo o risco da primazia da prática comunicacional sobre o seu campo teórico, assim como, o da abstração intelectual em relação à pragmática – a intenção que tivemos nesta pesquisa foi a de, na prática documental, compreender como ideias foram coligidas e encadeadas ao longo de séculos, ou seja, entendendo em uma determinada prática um exercício teórico secular.

Dito isto e em conclusão, agora cabe refletir sobre os desdobramentos futuros desta pesquisa, ou seja, da possibilidade de analisar episódios atuais aplicados às elaborações aqui levantadas, como o exemplo mostrado no perfil social do governador Zema, ou, de uma marca de roupas que estampa em sua camiseta a definição da palavra *trem* – símbolo de mineiridade esta expressão segundo explica a marca Uai Soul: “é usada para designar qualquer coisa ou objeto. Geralmente acontece quando não vem o nome na cabeça e pode ser substituído por ‘coisa’ ou ‘negócio’, mas *para um mineiro sempre será trem*” (UAISOUL, 2021, *grifos nossos*)³⁵⁵. Assim como, da possibilidade de análise dos eventos promovidos em torno da *mineiridade*³⁵⁶, como o caso do Comida di Buteco, com “U” – que fique bem explicado, “porque é como os mineiros chamam carinhosamente seus bares. Significa acima de tudo *simplicidade e autenticidade*.” (COMIDADIBUTECO, *grifos do autor*)³⁵⁷. Enfim, podemos concluir que após a explanação minuciosa em nossa pesquisa – passando pelas corografias, pelos periódicos industriais, pela imprensa na figura do Diário de Minas – para o entendimento do que ficou registrado como paisagem mineira belorizontina, na forma de notícias, inicialmente de cunho sigiloso no final do século XVIII, para depois de um século ser vulgarizada nos jornais; tudo dá a entender que esta história secular registrada em inventários e nas páginas dos periódicos continua a ser realizada, documentada, nas redes sociais, nos jornais contemporâneos, e ao que tudo indica, continuará a ser comunicada no que há de vir daí em diante.³⁵⁸

³⁵⁴ Consultar como exemplos: FELICIANO ROCHA, 1897; e, DIARIO DE MINAS, *Escroquerie*, 1899, p. 1.

³⁵⁵ Disponível em: <https://www.uaisoul.com.br>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

³⁵⁶ Para uma leitura aprofundada sobre a *mineiridade* e a *imprensa*, indicamos a tese *Communication et socialité: Le journalisme au-delà de l'information*. (FRANÇA, 1993).

³⁵⁷ Disponível em: <http://www.comidadibuteco.com.br/belo-horizonte/>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

³⁵⁸ Destacamos que ao final desta pesquisa de doutorado, na seção dos anexos, incluímos o texto base lido durante a defesa da tese ocorrida no dia 08 de fevereiro de 2022. Trata-se de um texto que apresenta, de forma sucinta, o

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. História antiga. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1996.

_____. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. História média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1996.

BILAC, Olavo. Uma photographia. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 1.

BRANDÃO, Silviano. O governo mineiro: a capital do Estado. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 1.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica ou Relação histórico geographica do Reino do Brazil**. Composta e dedicada a sua MAGESTADE FDELISSIMA por hum presbiterio secular do Gram Priorado do Crato. tom. I. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia. 1817. Lê-se ainda na capa: Com licença e privilegio Real.

DIAS, Padre Francisco Martins. **Traços historicos e descriptivos de Bello Horizonte**. Belo Horizonte: Edição fac-Similar produzida pela Publicadora Digital Xerox Docutech. 1997.

FELICIANO DA ROCHA, José. O Trabalho. In: **O Contemporaneo**. Sabará, n. 1, anno VII, 7 de outubro, 1897. p. 1.

GERBER, Henrique. **Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2013.

LAEMMERT (Ed.). **Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Para o anno bissexto de 1844. Rio de Janeiro: Publicados e à venda na casa de Eduardo e Henrique Laemmert. Rua da Quitanda, 77. Primeiro anno. 1843.

problema de pesquisa, a nossa hipótese investigativa, os objetos e o *corpus* empíricos, a metodologia aqui aplicada além do viés comunicacional que acionamos.

_____. **Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Para 1885. Fundado por Eduardo von LEAMMERT. Obra Estatística e de consulta, abrangendo todas as províncias do Império. Reformada e novamente organizada por ARTHUR SAUER. Rio de Janeiro: Casa Laemmert. Rua do Ouvidor, 66. 42º ano. 1885.

LEAL, Fábio Nunes. O Arraial do Bello Horizonte. In: Comissão Constructora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos**: publicação periódica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 11-15. Acervo da Comissão Constructora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstructora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 7 de maio. 2020.

LINHARES, Joaquim Nabuco. **A imprensa em Bello Horizonte**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. ano 1. vol. 1. 1947. jan-jun. Acervo do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=404&mid=31&full_pdf=1. Acesso em: 12 de janeiro. 2021.

_____. **Mudança da Capital**: Ouro Preto - Belo Horizonte. Belo Horizonte: Conselho da Medalha da Inconfidência. 1957.

_____. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte (1895 a 1954)**/Joaquim Nabuco Linhares; estudo crítico e nota biográfica, Maria Céres Pimenta S. Castro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1995.

MARTINS, A. de Assis; OLIVEIRA, J. Marques (org.). **Almanak Administrativo, Civil E Industrial Da Província De Minas Geraes**: para o anno de 1864. 1º ano. Rio de Janeiro: Typographia da actualidade do Minas Geraes. 1864.

_____. **Almanak Administrativo, Civil E Industrial Da Província De Minas Geraes**: para o anno de 1865. 2º ano. Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes. 1864.

MARTINS, A. de Assis. **Almanak Administrativo, Civil E Industrial Da Província De Minas Geraes** de 1869 para servir no de 1870. Organizado e redigido em virtude da lei provincial n. 1447 do 1º de janeiro de 1868. 3º ano. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro. 1870.

MASCARENHAS, Annibal. **Os Roceiros**. [s.l.]. [s.n.]. 1899.

MEDRADO, Alcides (dir.). **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, n. 1, 15 de outubro de 1893a. p. 11.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, n. 3, 15 de dezembro de 1893b. p. 2.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, n. 6, 15 de março de 1894a.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, n. 7, 15 de maio de 1894b.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, n. 10, 15 de junho de 1894c.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, n. 12, 9 de setembro de 1894d.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno III, n. 15, 15 de março de 1895.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno III, ns. 20 e 21, 15 de agosto, 15 de setembro de 1896.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno IV, n. 23, 20 de abril de 1897a.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno IV, n. 24, 10 de maio de 1897w.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno V, n. 27, 15 de junho de 1897b.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno V, n. 33, 5 de dezembro de 1897c.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno V, n. 36, 30 de dezembro de 1897d. Na capa lê-se ainda: Morro Velho.

MINAS GERAIS. Comissão d'Estudo das localidades indicadas para a Nova Capital. Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna (presidente do Estado) pelo Engenheiro Civil Aarão Reis. Janeiro a maio de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1893.

_____. Comissão Constructora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos:** publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com a autorisação do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 7 de maio. 2020.

_____. Comissão Constructora da Nova Capital. **Planta Geral da Cidade de Minas**. Organizada sobre a planta geodésica, topographica e cadastral de Bello Horizonte. Bello Horisonte: CCNC. 1895. Acervo MHAB, 2020.

_____. Comissão Constructora da Nova Capital. **Exposição:** apresentada ao Exm. Sr. Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, presidente do estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis, ao deixar o cargo de Engenheiro-Chefe em 22 de maio de 1895. Rio de Janeiro, n. 1, 210 ? p., maio 1895. H. Lombaerts & C., editor. Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 7 de maio 2020.

_____. Comissão Constructora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos:** publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com a autorisação do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n. 2, 140 p., agosto de 1895. H. Lombaerts & C., editor. Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 7 de maio. 2020.

_____. **Album de vistas locais e das obras projectadas para a edificação da nova cidade, sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis**. No título, lê-se ainda: BRAZIL, Estado de Minas Geraes, Comissão Constructora da Nova Capital, Juiz de Fora, E. Brand, 1895.

NAZARETH, Paulo. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 04, anno VII, 31 de outubro de 1897, p. 2.

PIF. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 13, anno I, 15 de janeiro de 1899. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 12, anno I, 14 de janeiro de 1899. p. 1.

REIS, Aarão. 3ª secção: Tombamento. In: MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos**: publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com a autorisação do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n.2, 140 p., agosto de 1895. H. Lombaerts & C., editor. Acervo da Comissão Constructora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstructora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 7 de maio. 2020.

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais**. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais / José Joaquim da Rocha; estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende; transcrição e coleção de textos: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1995.

SILVA, José Joaquim da. **Tratado de Geografia Descritiva Especial da Província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1997.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **A imprensa em Minas-Geraes (1807-1897)**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas-Geraes. 1898.

_____. **Ephemerides Mineiras (1664-1897)**. vol. I. janeiro-março. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas. 1897.

PERIÓDICOS (1890-1910):

15 de junho. **A democracia**. Orgão dedicado aos interesses estadoaes, municipaes, do commercio e da agricultura. Oliveira, Minas, n. 168. anno III, 21 de junho de 1896, p.1.

A 1º de fevereiro. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 17, anno I, 20 de janeiro de 1899. p. 1.

A agricultura e as vias ferreas. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno III, ns. 20 e 21, 15 de agosto, 15 de setembro de 1896. p. 226.

A alfaiataria da Capital. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 1.

A área compreendida. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 1.

A Bota Americana, Santos & Irmão. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 9, anno I, 11 de janeiro de 1899. p. 3.

A Calumnia. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 19 de janeiro de 1899. p. 2.

_____. **Diario de Minas**. Orgam do Partido Republicano Mineiro. Cidade de Minas, n. 34, anno I (2ª phase), 16 de dezembro de 1899. p. 2.

A Capital. **A Capital**. Bello Horizonte, n. 1, anno I, 28 de janeiro de 1896. p. 1.

_____. **A Capital**. Bello Horizonte, n. 1, anno I, 28 de janeiro de 1896. p. 2.

_____. **FOLHA NOVA**. Orgam dos interesses do povo. Juiz de Fora, n. 1, anno I, 14 de fevereiro de 1898. p. 1.

A Capital Mineira, 1893, p. 1. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 42, anno IV, 30 de outubro de 1893, p. 1.

A Capital Paulista. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 11, anno I, 13 de janeiro de 1899. p. 2.

A Capital, Raul Mendes & Companhia. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 3.

A casa commercial. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 18, anno I, 21 de janeiro de 1899. p. 1.

A casa nova. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3.

A cultura do algodão. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 59, anno II, 15 de novembro de 1890, p. 1.

A Educadora. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800694&pagfis=11>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

À firma Moinho Fluminense. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 12, anno I, 14 de janeiro de 1899. p. 2.

A. Haas & Comp. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 3 de janeiro de 1899. p. 4.

A Nova Capital. **Revista Geral dos trabalhos da Comissão Constructora da Nova Capital**. Bello Horizonte, n. II, agosto de 1895. p. 256-261.

_____. **A Capital**. Bello Horizonte, n. 1, anno I, 28 de janeiro de 1896. p. 2.

A passeio a uma colonia chinesa. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 139, anno III, 8 de novembro de 1892, p. 3.

A pedido. **Minas Livre**. Orgam Republicano. Juiz de Fora, n. 120, anno II, 29 de maio de 1892. p. 3.

A pedidos, Mudança da capital. **O contemporaneo**. Sabará, n. 58, anno II, 9 de novembro de 1890, p. 2.

A popular. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 2.

A Prefeitura. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 11, anno I, 13 de janeiro de 1899. p. 2.

A Rio e Minas. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3.

Actos do Governo. E. F. Central da Nova Capital. Informações. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto, n. 10, anno I, 15 de junho de 1894. p. 359.

Advogado F. Mendes Pimentel. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 3.

Agradecimento á Imprensa. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, n. 3, 15 de dezembro de 1893. p. 2.

Alfredo Ribeiro. **O contemporaneo**. Sabará, n. 134, anno III, 2 de outubro de 1892, p. 4.

Alguns rapazes. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 1.

Allysson Lobo. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 14, anno I, 17 de janeiro de 1899. p. 2.

Almanach de Juiz de Fora. **Folha Nova**. Orgam dos interesses do povo. Juiz de Fora, n. 1, anno I, 14 de fevereiro de 1898. p. 2.

Almanak Civil, Administrativo e Industrial da Provincia de Minas Geraes. **A Actualidade**. Jornal Politico, literario e noticioso. Rio de Janeiro, n. 372, anno V, domingo, 2 de março de 1863. p. 4.

Almanak Mineiro. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 2.

Aluga-se na rua de S. Paulo. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 3.

Aluga-se uma casa. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 3.

Amanhã às 4 horas da tarde. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 de janeiro de 1899. p. 1.

Animatographo. **Minas Livre**. Orgam Republicano. Juiz de Fora, n. 28, anno II, 11 de agosto de 1891. p. 2.

Annuncios. Aviso. **O Pharol**. Juiz de Fora, n. 16, anno XII, 24 de fevereiro de 1878, p. 3.

Annuncios, Mattosinhos. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 12, anno I, 14 de janeiro de 1899. p. 2.

Annuncios. Requerimentos. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 2.

Antonio Garcia de Paiva & C. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3.

Até o dia 1 foram os seguintes os preços em nosso mercado. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 57, anno II, 2 de novembro de 1890, p. 3.

Atheneu Mineiro. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, n. 17, anno I, 20 janeiro de 1899. p.1.

Avisos, Á Praça. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anônima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 janeiro de 1899. p.2.

Bello Horizonte. Gazeta de Oliveira. Cidade de Oliveira, n. 535, anno XI, 22 de dezembro de 1897. p. 2.

Bosque das Mangueiras. **O contemporaneo**. Sabará, n. 137, anno II, 22 de outubro de 1892, p. 2.

Bicciclette Cleveland. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 3.

Bohemios. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 13, anno I, 15 de janeiro de 1899a. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 15, anno I, 18 de janeiro de 1899b. p. 1.

Bohemios, Antigamente. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 12, anno I, 14 de janeiro de 1899. p. 1.

Bosque das Mangueiras. **O contemporaneo**. Sabará, n. 137, anno III, 22 de outubro de 1892, p. 2.

Calçado baratíssimo. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 9, anno I, 11 de janeiro de 1899. p. 2.

Campos Salles. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 1.

Carnaval. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 12, anno I, 14 de janeiro de 1899. p. 2.

Carne verde. **O contemporaneo**. Sabará, n. 134, anno III, 2 de outubro de 1892, p. 2.

Casa. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 17, anno I, 20 de janeiro de 1899. p. 2.

Casa de comissões e consignações. **O contemporaneo**. Sabará, n. 2, anno VII, 17 de outubro de 1897, p. 2.

Casa de instrução. **O contemporaneo**. Sabará, n. 59, anno II, 15 de janeiro de 1890, p. 1.

Chacara a venda. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 6, anno I, 7 de janeiro de 1899. p. 3.

Chegou ao nosso conhecimento. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 1.

Em Chicago. **O contemporaneo**. Sabará, n. 136, anno III, 16 de outubro de 1892, p. 2.

Chronica Fluminense. **A Capital**. Bello Horizonte, n. 1, anno I, 28 de janeiro de 1896. p. 1.

Chronica. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 de janeiro de 1899. p. 1.

Chroniqueta. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899. p. 1.

Cidade de Minas. **Folha Nova**. Orgam dos interesses do povo. Juiz de Fora, n. 1, anno I, 14 de fevereiro de 1898. p. 4.

Clinica dentaria de G. Sombra. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3.

Colaboração artistica. **Novo Horizonte**. Bello Horizonte, n. 2, anno I, outubro de 1910. p. 19.

Colegio da Imaculada. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 2.

Commercio. **Revista Industrial de Minas Geares**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, n. 6, 10 de maio de 1897. p. 315.

_____. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 2.

Compra-se uma casa. Aluga-se uma casa. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 3.

Conselheiro Affonso Penna. **Minas Geraes**. Orgam official dos poderes do Estado (MG). Ouro Preto, n. 278, anno III, 15 de outubro de 1894. p. 3.

Consta que o governo. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 1.

Construtora A. Haas & Comp. **A capital**. Bello Horizonte, n. 1, anno I, 28 de janeiro de 1896. p. 4.

Chronica. O pior é que esta semana. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 13, anno I, 15 de janeiro de 1899. p. 1.

Chroniqueta. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899. p. 1.

Chroniqueta, Ainda e sempre. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 14, anno I, 17 de janeiro de 1899. p. 1.

Chroniquetta, Pallacio das Estrellas. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 18, anno I, 21 de janeiro de 1899. p. 1.

Da Casa Nova. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 2, anno I, 3 de janeiro de 1899. p. 1.

Da Gazeta de Noticias. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 15, anno I, 18 de janeiro de 1899. p. 1.

Da Gazeta do Guarará. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 15, anno I, 18 de janeiro de 1899. p. 1.

Da Ordem. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 19 de janeiro de 1899. p. 2.

De S. Paulo. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 15, anno I, 18 de janeiro de 1899. p. 2.

Dentista Ernesto Maldonato. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899. p. 3.

Dentro de poucos dias. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 5, anno I, 6 de janeiro de 1899. p. 2.

Depois que a Prefeitura determinou. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 19 de janeiro de 1899. p. 1.

Desapareceu d'esta Capital. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 1.

Desde os primeiros dias. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 1, anno VII, 7 de outubro de 1897, p. 2.

Despachos do nosso correspondente da Capital Federal. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 5, anno I, 6 de janeiro de 1899. p. 1.

Diamantina. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 2.

Diario de Minas. **Folha Nova**. Juiz de Fora, n. 1, anno I, 14 de fevereiro de 1898, p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899a. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 5, anno I, 6 de janeiro de 1899b. p. 2.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899c. p. 2.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 17, anno I, 20 de janeiro de 1899d. p. 2.

Dizem os jornaes americanos. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 137, anno III, 22 de outubro de 1892, p. 1.

Do Centro. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 12, anno I, 13 de janeiro de 1899. p. 2.

Do Século. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 19 de janeiro de 1899. p. 2.

Domingos Donato & Comp. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 janeiro de 1899. p. 2.

Dr. Olyntho Meirelles. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 2.

Durante o anno passado. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 1.

E. Germano & C. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 6, anno I, 7 de janeiro de 1899. p. 3.

Economia rural. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 2.

Edeltrudo Pires. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 2.

Editaes. **A Capital**. Bello Horizonte, n. 1, anno I, 28 de janeiro de 1896. p. 1.

Editaes. Fornecimento de materiaes. **A Capital**. Bello Horizonte, n. 1, anno I, 28 de janeiro de 1896. p. 3.

Eleições de Hoje. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 2.

Em secção Notas. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. 2, anno I, 3 de janeiro de 1898. p. 1.

Emulsão de Scott. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 de janeiro de 1899. p. 3.

Ephemerides Mineira. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 2, anno I, 3 de janeiro de 1899. p. 1.

Escriptorio commercial. Arthur Lyra e G. A. Cogorno de Oliveira. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 2, anno I, 3 de janeiro de 1899. p. 4.

Escroquerie. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 14, anno I, 17 de janeiro de 1899. p. 1.

Estação do Sitio. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899. p. 2.

Eugenio Fontainha. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, n. 12, anno I, 14 janeiro de 1899. p. 2.

Extraordinario Sucesso. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 3.

Extratos Fluidos. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 4.

Fabrica de Confetti. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899. p. 3.

Fabrica de louça em Minas. **Revista Industrial de Minas Geaes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, n. 6, 15 de março de 1894. p. 125-126 .

Fabrica de moveis. **Minas Livre**. Orgam Republicano. Juiz de Fora, n. 39, anno I, 2 de agosto de

1891. p. 2.

Fazenda á venda. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 121, anno III, 13 de março de 1892, p. 4.

Finanças mineiras. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 6, anno I, 7 de janeiro de 1899. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 9, anno I, 11 de janeiro de 1899. p. 1.

Foram concedidos alvarás de licença. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 12, anno I, 14 de janeiro de 1899. p. 2.

Francisco Malta. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 14, anno I, 17 de janeiro de 1899. p. 2.

Francisco Armond. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 14, anno I, 17 de janeiro de 1899. p. 2.

Gazetinha. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 2.

Gazetinha, Abateram-se hontem. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 2, anno I, 3 de janeiro de 1899. p. 2.

Gazetinha, Acham-se hospedados. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 2.

Gazetinha, Joséphina Zambelli. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 14, anno I, 17 de janeiro de 1899. p. 2.

Gazetinha, Trecho de uma conversa. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 2.

Grande Hotel. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899. p. 2.

Grande empório de moveis. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3.

Grande Restaurante no Theatro. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 9, anno VII, 19 de dezembro de 1897, p. 4.

Henrique Salles e Eduardo Lopes. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 17, anno I, 20 de janeiro de 1899. p. 2.

Honorio Esteves. **Estado de Minas**. Ouro Preto, n. 380, anno V, 10 de março de 1894. p. 1.

Hoontem á noite foi preso. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 1.

Hotem, ás dez horas da manhã. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899. p. 1.

Hontem fez uma magnifica tarde. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 18, anno I, 2 de janeiro de 1899. p. 1.

Hotel do Commercio. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 19 de janeiro de 1899. p. 3.

Hotel Belem. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 2.

Hotel de Minas de Septimo de Paula Rocha. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 4.

Hotel Oliveira. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 3.

Iluminação electrica. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 3.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 de janeiro de 1899. p. 1.

Imprensa. **Patria**. Folha catholica e popular. Pouso Alegre, n. 24, anno 1, 4 de julho de 1897, p. 1.

Impressões. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 2.

Impressões, Chove. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899. p. 2.

Inauguração hoje 1 de janeiro. **O Pharol**. Juiz de Fora, n. 1, anno XXIV, 1 de janeiro de 1890. p. 1.

Indice Alphabetico dos artigos contidos no tomo I da Revista Industrial de Minas Geraes, I anno: 1893-1894. **Revista Industrial de Minas Geares**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, n. 1, 15 de outubro de 1893. p. 2 .

Industria agricola. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 2.

Inneditoriaes. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 18, anno I, 21 de janeiro de 1899. p. 2.

Informações. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto, n. 8, anno I, 15 de maio de 1894. p. 209.

Industria dos confetti. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899. p. 2.

Informam-nos. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 de janeiro de 1899. p. 2.

Intendência. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 41, anno I, 8 de julho de 1890, p. 3.

_____. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 63, anno II, 14 de dezembro de 1890, p. 3.

Já se transferiu. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 2, anno VII, 17 de outubro de 1897, p. 5.

Jayme Salse. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, n. 6, anno I, 7 de janeiro de 1899. p. 2.

_____. Constructor. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, n. 13, anno I, 15 de janeiro de 1899. p. 2.

Jornal do Commercio. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, n. 14, anno I, 17 janeiro de 1899. p. 1.

José Pinto Valente. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, n. 12, anno I, 14 janeiro de 1899. p. 2.

La nouvelle Capitale de L'État de Minas Geraes. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto, n. 15, anno I, 15 de março de 1895. p. 82-84.

Laboratorio Industrial Mineiro. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 2.

_____. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 janeiro de 1899. p. 3.

Lenha. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 janeiro de 1899. p. 2.

Livraria Alves. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 janeiro de 1899. p. 1.

Livraria e Papelaria. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 19 janeiro de 1899. p. 3.

Livros. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 4

Livros para presente. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 4.

Loja de Minas, Antonio & Comp. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3.

Lourenço J. de Almeida. **Diario de Minas**. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 janeiro de 1899. p. 2.

Máquina de impressão. **Minas livre**. Juiz de Fora, n. 39, anno 1, 1891, p. 2.

Mattosinhos. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 12, anno I, 14 de janeiro de 1899. p. 2.

Memorias históricas. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 38, anno I, 16 de fevereiro de 1899. p. 1.

Mercado da cidade. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 13, anno I, 15 de janeiro de 1899. p. 2.

Minas Geraes no seculo futuro. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. a.

Movimento da estação telegraphica. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 2.

Mudança da Capital. **O Contemporaneo**. Orgam Republicano. Sabará, n. 40, anno I, 28 de junho de 1890, p. 1.

Mudas e plantas. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 3.

Na exposição inaugurada em Genova. **O Contemporaneo**. Orgam Republicano. Sabará, n. 136, anno III, 16 de outubro de 1892, p. 1.

Não podemos calar nossos agradecimentos. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 2.

Nelson de Senna. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 3.

Nestas ultimas noites. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 14, anno I, 17 de janeiro de 1899a. p. 1.

No cruzamento da Avenida Affonso Penna. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 9, anno I, 11 de janeiro de 1899a. p. 1.

Noronha, Maciel & C. **A Capital**. Bello Horizonte, n. 1, anno I, 28 de janeiro de 1896. p. 4.

Nosso colega Jornal Mineiro. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 19 de janeiro de 1899. p. 1.

Notas. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 2, anno I, 3 de janeiro de 1899a. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899b. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899c. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 14, anno I, 17 de janeiro de 1899d. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 17 de janeiro de 1899e. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 36, anno I, 12 de fevereiro de 1899f. p. 1.

Nova Capital. **A Capital**. Bello Horizonte, n. 1, anno I, 28 de janeiro de 1896. p. 3.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes**. Ouro Preto, n. 7, anno I, 15 de abril de 1894. p. 175.

‘Novo Horizonte’. **Novo Horizonte**. Bello Horizonte, n. 4, anno I, dezembro de 1910. p. 13.

O Governo Mineiro, A capital do Estado. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 1.

O governo resolveu dispensar. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 17, anno I, 20 de janeiro de 1899. p. 1.

O nosso programma. **Revista Industrial de Minas Geares**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno I, n. 1, 15 de outubro de 1893. p. 11.

O operário Antonio Falleiro. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 11, anno I, 13 de janeiro de 1899. p. 1.

O primeiro Zé-Pereira. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 13, anno I, 15 de janeiro de 1899. p. 3.

O s. F. Deslandes. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 1.

O sr João Faustino Machado. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 17, anno I, 20 de janeiro de 1899. p. 2.

O sr. Oliveira. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 18, anno I, 21 de janeiro de 1899. p. 1.

O Trompowsky. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899. p. 3.

Officinas do Diario. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 2.

Olympio de Assis. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 de janeiro de 1899. p. 3.

Orgam do Partido Republicano Mineiro. **Diario de Minas**. Orgam do Partido Republicano Mineiro, n. 1, anno I (2ª phase), 8 de novembro de 1899. p. 1.

Os acreditados commerciantes. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 de janeiro de 1899. p. 2.

Os italianos José Favilla s Elsendo Zucci. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 5, anno I, 6 de janeiro de 1899. p. 2

Os Roceiros. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 13, anno I, 15 de janeiro de 1899. p. 1.

Os srs. Pretextato & Irmão. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 1.

Ourivio. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 2, anno I, 3 de janeiro de 1899. p. 1.

Ouropretanas. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 56, anno II, 23 de outubro de 1890, p. 1.

Pacotilha. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 2.

Pavoroso incendio. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3.

Pechincha. *Restaurant Victoria*. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3.

Pela Republica. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 10, anno I, 12 de janeiro de 1899. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 11, anno I, 13 de janeiro de 1899. p. 1.

_____. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 12, anno I, 14 de janeiro de 1899. p. 1.

Pequena lavoura. **Revista Industrial de Minas Geaes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geaes, n. 35, anno IV, 5 de dezembro de 1897, p. 154.

Por nosso intermédio. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 19 de janeiro de 1899. p. 1.

Preços de anuncios. **Revista Industrial de Minas Geaes**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geaes, n. 33, anno V, 5 de dezembro de 1897. np.

Proença & Irmão. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 4.

Prospecto. **Astro de Minas**. São João D’El Rei, , anno n.a, n. 1, 20 de novembro de 1827, p. 2.

Publicações. **A Capital**. Bello Horizonte, n. 1, anno I, 28 de janeiro de 1896. p. 1.

Quartel Policial. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 6, anno I, 7 de janeiro de 1899. p. 1.

Quinze de Novembro. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 1.

Rascunhos. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 2, anno VII, 17 de outubro de 1897, p. 5.

Raul Mendes & Comp. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 2, anno I, 3 de janeiro de 1899. p. 1.

Recebemos de uma distincta bello-horizontina. **Diario de Minas**. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 2

Recebemos um vidro da – Polpa de Tamarindo. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 1.

Reforma Tributaria. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 19 de janeiro de 1899. p. 1.

Relojoaria e officinas de Ourives. **O Contemporaneo**. Sabará, n. 2, anno VII, 17 de outubro de 1897, p. 2.

Requerimentos. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 2, anno I, 3 de janeiro de 1899. p. 1.

Requerimentos, Prefeitura. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 de janeiro de 1899. p. 2.

Rescisão de contrato. **A Capital**. Bello Horizonte, n. 1, anno I, 28 de janeiro de 1896. p. 2.

Respostas. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 2.

Resenha agrícola, Cultura da cebola. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 2, anno I, 3 de janeiro de 1899. p. 1.

Revista do interior. **Minas Geraes**. Orgam official dos poderes do Estado (MG). Ouro Preto, n. 170, anno III, 26 de junho de 1894. p. 3.

Revista Industrial de Minas Geraes. **Revista Industrial de Minas Geares**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, anno V, n. 27, 15 de junho de 1897b. p. 3.

_____. **Gazeta de Minas** (antiga Gazeta de Oliveira). Cidade de Oliveira, n. 627, anno XIII, 24 de setembro de 1899. p. 1.

Riant & C^a. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 5, anno I, 6 de janeiro de 1899. p. 2.

Rosquinhas dos ricos. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 6, anno I, 7 de janeiro de 1899. p. 2.

Salon Parisien. Theodoro Labarrère. Diário de Minas. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3.

Sem qualificativo. **O contemporâneo.** Sabará, n. 134, anno III, 02 de outubro de 1892, p. 1.

Septimo de Paula Rocha. **O contemporâneo.** Sabará, n. 2, anno VII, 17 de outubro de 1897, p. 2.

Serviço telegraphico. **Diário de Minas.** Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 17, anno I, 20 de janeiro de 1899. p. 1.

Sete de setembro. **Sete de Setembro.** Diamantina, n. 40, anno II, 28 de março de 1889, p. 2.

Silva Arujo & C. **Diário de Minas.** Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 4.

Soneto. **O Pharol.** Juiz de Fora, n. 271, anno XXIV, 4 de novembro de 1890. p. 1.

Telhas. **Diário de Minas.** Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 2, anno I, 3 de janeiro de 1899. p. 4.

Theophilo Ottoni. **Diário de Minas.** Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 19 de janeiro de 1899. p. 2.

Tivemos hontem a satisfação. **Diário de Minas.** Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 3, anno I, 4 de janeiro de 1899. p. 2.

Tratado de Geographia descriptiva da Provincia de Minas-Geraes. **O Pharol.** Juiz de Fora, n. 27, anno XII, 4 de abril de 1878, p. 3.

Trens suburbanos. **O contemporâneo.** Sabará, n. 1, anno VII, 7 de outubro de 1897, p. 2.

Uberaba. **Diário de Minas.** Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 15, anno I, 18 de janeiro de 1899. p. 2.

Uma photographia. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 1.

Um americano acaba de substituir a photographia. **O contemporâneo**. Sabará, n. 138, anno III, 30 de outubro de 1892, p. 1.

Um pedido, ponte Freitas. **O Contemporaneo**. **O contemporâneo**. Sabará, n. 139, anno III, 8 de novembro de 1892, p. 1.

Verdussen & Comp. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3.

Vida Paulista. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 16, anno I, 19 de janeiro de 1899. p. 2.

Villa Nova de Lima. **O contemporâneo**. Sabará, n. 134, anno III, 2 de outubro de 1892, p. 4.

Vimos á presença do exmo sr dr. Americo Werneck. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 9, anno I, 11 de janeiro de 1899. p. 1.

Zé Povo. **Revista Novo Horizonte**. Novo Horizonte: Bello Horizonte, n. 3, anno I, novembro de 1910. p. 3.

Zé-Prereira. **Diario de Minas**. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 13, anno I, 15 de janeiro de 1899. p. 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Tese apresentada ao curso de doutorado do programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 443p. 2006.

ÁLACRE. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/alacre/>. Acesso em: 11 de dezembro. 2021.

ANDRADE, Samuel de Deus Elian. **Uma dança macabra**: vestígios e figurações da morte na formação da imprensa de Belo Horizonte. Dissertação apresentada ao curso de mestrado do programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 130p. 2016.

ARRUDA, Rogério. **Album de Bello Horizonte**, signos da construção simbólica de uma cidade do início do século XX. Dissertação apresentada ao curso de mestrado do programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 216p. 2000.

_____. **O ofício da fotografia em Minas Gerais no século XIX (1845-1890)**. Belo Horizonte, Minas Gerais: E. do autor, 2013. Dissertação apresentada ao curso de mestrado do programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 216p. 2013.

_____. **Cidades-capitais imaginadas pela fotografia**: La Plata (Argentina), Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897. Tese apresentada ao curso de doutorado do programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 273p. 2011.

ARRUIDO. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/arruido/>. Acesso em: 11 de dezembro. 2021.

ASSIS, Machado de. Belo Horizonte!. In: ARAUJO, Laís Correa (org.). **Sedução do horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1996. p. 23.

AUBIN, Myriam Ribeiro. **A música erudita na conformação de espaços na cidade**: Belo Horizonte de 1925 a 1950. Tese apresentada ao curso de doutorado do programa de Pós-graduação

em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 366p. 2015.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

BARTOLOMEU, Anna Karina. Pioneiros da fotografia em Belo Horizonte: O Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital (1894-1897). **Varia História**. Revista da Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, v.19, n.30, p. 37-66, julho, 2003. Disponível em: <http://www.variahistoria.org/edies/tag/Number+30>. Acesso em: 10 de maio 2020.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006.

BILAC, Olavo. A coragem de Minas. In: ARAUJO, Laís Correa (org.). **Sedução do horizonte**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Fundação João Pinheiro. 1996.

BISAR. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/bisar/>. Acesso em: 13 de dezembro. 2021.

BOLDROCAS. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/boldroca/>. Acesso em: 21 de dezembro. 2021.

BULICIO. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/bulicio/>. Acesso em: 11 de dezembro. 2021.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. Pedacos de memória. In: **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte (1895 a 1954)**/Joaquim Nabuco Linhares; estudo crítico e nota biográfica, Maria Céres Pimenta S. Castro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1995. p. 21-26.

_____. [et. al]. Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte : 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. 1997.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins. 2007.

COMIDADIBUTECO. **Buteco é com “U”**. Belo Horizonte: Superunion, 2021. Disponível em: <http://www.comidadibuteco.com.br/belo-horizonte/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

CONSÓRCIO. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/consorcio/>. Acesso em: 20 de agosto. 2021.

COSTA, Débora V. “Era uma vez uma história na imprensa: notícias das Minas Gerais na seção histórica do jornal Diário de Minas de 1899.” 7ª Jornada de pesquisadores da Fundação Biblioteca Nacional. 19 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/7ajornadafbn/>. Acesso em: 17 de dezembro. 2021.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: Cedeplar, PBH. 1994. p. 51-77.

CRIAÇÃO. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/criacao/>. Acesso em: 22 de junho. 2021.

CROQUI. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/croqui/>. Acesso em: 30 de novembro. 2021.

CURY, Maria Zilda F. **Diário de Minas (1920-1925): um caminho do modernismo em Belo Horizonte**. Tese apresentada ao curso de doutorado do programa de Pós-graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte São Paulote. 574p. 1987.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2014.

DEFFONTAINES, RITTER, MICHAUD. *Petit guide de l'observateur du paysage*. França: *Éditions Quae*. 2019.

DI FELICE, Massimo. **Paisagens pós-modernas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar**. Snao Paulo: Annablume. 2009.

ESGALHA. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/esgalha/>. Acesso em: 13 de maio. 2020.

ESTADO DE MINAS. **População aprova revitalização da Praça da Liberdade**. Belo Horizonte. 2018. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/12/04/interna_gerais,1010265/populacao-aprova-revitalizacao-da-praca-da-liberdade.shtml. Acesso em: 15 de março de 2021.

FANAL. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fanal/>. Acesso em: 4 de novembro. 2021.

FAZENDA. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fazenda/>. Acesso em: 20 de junho. 2021.

FILHO, Oswaldo Munteal; MELO, Mariana Ferreira (org.). **Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultural científica no século XVIII**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2005. p. 13-98.

FIORI, Otília Beatriz. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo. 1995.

FOLHINHA. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/folhinha/>. Acesso em: 05 de janeiro. 2022.

FONSECA, Claudia G. **A cidade em comunicação: paisagens, conversas e derivas no centro de BH**. Tese apresentada ao curso de doutorado do programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 194p. 2008.

FONSECA, Claudia D. **Arraiais e vilas d’el rei: espaços de poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Communication et socialité: Le journalisme au-delà de l’information. Étude du jornal Estado de Minas et de la mineiridade**. Thèse présentée en vue de l’obtention du Doctorat par Vera Regina Veiga França. Sous la direction de Monsieur le Professeur Michel Maffesoli. Université René Descartes, Paris V - Sorbonne U.F.R de Sciences Sociales. 1993.

_____. O objeto da comunicação e a comunicação como objeto. In: **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. FRANÇA, Vera; Hohlfeldt, Antonio; MARTINO, Luiz (org.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes: 2001. p. 40-60

_____. Paradigmas da Comunicação: conhecer o que? **C. Legenda**. Edição especial. Rio de Janeiro: PPGCOM UFF, n. 05, p. 1-19, 29 jan, 2001.

_____. L. Quéré: dos modelos da comunicação. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. v. 5, n. 2, p. 37-51, dez., 2003.

FRANCO, Afonso Arinos. **A alma do tempo**: memória (formação e mocidade). Rio de Janeiro: José Olympio. 1961.

FURTADO, Júnia. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 46, n. 2, p. 152-161, jul./dez., 2010.

GENÊT, Jean-Philippe. *La genèse de l'État moderne*. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 118, juin 1997. *Genèse de l'État moderne*. pp. 3-18. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1997_num_118_1_3219. Acesso em: 22 de maio. 2020.

GUARDA CORPO. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/guardacorpo/>. Acesso em: 12 de outubro. 2021.

HARVEY, David. **Paris**: Capital da Modernidade. São Paulo: Boitempo Editorial. 2015.

HÉLIOGRAPHIE. In: **Dictionnaire Larousse**. França: *Société Éditions Larousse*. 2020. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/h%c3%a9liographie/39369?q=h%c3%a9liographie#39286>. Acesso em: 10 de maio. 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2011.

LEAL, Fábio Nunes. O arraial de Bello Horizonte. MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos**: publicação periodica, descritiva e estatistica, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 11-15. Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 7 de maio. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEMOS, Celina Borges. A construção simbólica dos espaços da cidade. In: MONTE-MÓR (coord.). **Belo Horizonte**: Espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: Cedeplar, PBH. 1994. p. 29-50.

LIMA, Adson Cristiano B. R.; VIVAN, Gabriela Moia. *La città ideale*. Algumas considerações sobre a cidade ideal no imaginário do Ocidente. **Arquitextos**. São Paulo, ano 20, 234.07, Vitruvius, nov. 2019. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.234/7569>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2021.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

MAC-ADAM. In: **Wikipedia**. França, 2021. Disponível em: [https://fr.wikipedia.org/wiki/Macadam_\(route\)](https://fr.wikipedia.org/wiki/Macadam_(route)). Acesso em: 1º de novembro de 2021.

MACIEL, Marieta C. **O projeto em arquitetura paisagística**: praças e parques Públicos de Belo Horizonte. Tese apresentada ao curso de doutorado do programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP). São Paulo. 255p. 1998.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. **Belo Horizonte**: um espaço para a República. Belo Horizonte: UFMG. 1989.

MASSAME. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/massame/>. Acesso em: 17 de agosto. 2021.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. In: TACCA, Fernando de (coord.). **Revista Studium**: Álbum para fotografias, n. 15, São Paulo: Programa de Pós Graduação em Artes Visuais, Unicamp. p. 4-9. 2004. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>. Acesso em: 20 de maio 2020.

MOLES. Abraham. **O cartaz**. São Paulo: Perspectiva. 2004.

MONJOLO. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/monjolo/>. Acesso em: 23 de junho. 2021.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Belo Horizonte**: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: Cedeplar, PBH. 1994.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada. 1965. vol. 2.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Tomo 1: La République. Paris. Paris: Gallimard. 2003.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. Émile Rouéde, o correspondente de Ouro Preto. **Urbana**: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos Sobre a Cidade, Campinas, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 335-353, mai./ago., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v9i2.8648571>. Acesso em: 7 de maio 2020.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas**. São Paulo: Editora SENAC. 1996.

_____. Janelas, fachadas – Passagens. 1993. In: **Paisagens urbanas**. São Paulo: Editora SENAC. 1996.

PICADA. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/picada/>. Acesso em: 17 de dezembro. 2021.

PONTILHÃO. In: Dicio, Dicionário online de Português. **Dicionário Aurélio**. Brasil: 7Graus. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pontilhao/>. Acesso em: 12 de dezembro. 2021.

PORTAL BELO HORIZONTE. **Busto de Azevedo Junior**. Belo Horizonte: Belotour, PBH. 2021. Disponível em: <http://portalbelohorizonte.com.br/o-que-fazer/arte-e-cultura/obras-de-arte/busto-de-azevedo-junior>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

PORTO, Maria Isabel G. R. **Crônicas da cidade**: jornalismo e vida urbana. Dissertação apresentada ao curso de mestrado do programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 116p. 2008.

RENGER, Friedrich (org.). Henrique Gerber, um engenheiro alemão a serviço da província de Minas Gerais. In: GERBER, Henrique. **Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2013. p. 15-50.

RESENDE, Maria Efigênia L. Estudo crítico. In: ROCHA, José Joaquim da. **Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais**. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais / José Joaquim da Rocha; transcrição e coleção de textos: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1995. p. 13-68.

_____. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906). Belo Horizonte: UFMG. 1982.

ROMA PLUS. **Mais vendidos**. Belo Horizonte: Vip commerce. Disponível em: <https://romaplus.com.br/mais-vendidos>. Acesso em: 09 de dezembro de 2021.

ROSA, Eleonora Santa. Coordenação editorial. In: BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. História antiga. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1996. p. 17-19.

ROUEDE, Émile. A Igreja de Cural Del-Rei e o Espírito de Minas. In: ARAUJO, Laís Correa (Org.). **Sedução do horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1996. p. 54-58.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Da natureza ao construído. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 43, n. 2, p. 44-59, jul./dez., 2007a.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Editora Record. 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1966. vol. 51 da série Retratos do Brasil.

SOUSABARÁ. **A construção e a demolição da Estação Ferroviária de General Carneiro – Sabará**. Sabará, Minas Gerais. 25 de outubro de 2021. Disponível em: <https://sousabara.com.br>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

UAISOUL. **Trem**. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.uaisoul.com.br>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

VAZ, Paulo Bernardo. De Liberty a Marionni: feição e feitura jornalística. In: CASTRO, Maria Seres Pimenta Spinola [et. al]. **Folhas do tempo**: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1895-1926). Belo Horizonte: UFMG: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. 1997. p. 51-68.

BIBLIOGRAFIA DAS FIGURAS

Figura 1: **La Città ideale** (A Cidade ideal). Painel dito da cidade de Urbino, Itália (cerca de 1480).
Fonte: Adaptado de PEIXOTO, Paisagens urbanas. São Paulo: Editora SENAC. 1996. p. 280.

Figura 2: **Comparativo entre frontispícios de publicações oficiais: Corografia Brazilica** (1817); **Almanak Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro** para o ano de 1844. Fonte: Portal Domínio Público e Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Respectivamente disponíveis em: [http://www.dominiopublico.gov.br.](http://www.dominiopublico.gov.br;); <http://memoria.bn.br>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

Figura 3: **Frontispício do Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes** para o ano de 1865. Fonte: Adaptado de Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

Figura 4: **Frontispício da Revista Industrial de Minas Geraes** de outubro de 1893. Fonte: Adaptado de Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 6 de outubro de 2021.

Figura 5: **Publicidade de uma fábrica de ladrilhos**. In: Revista Industrial de Minas Geraes. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes, anno IV, n. 23, 20 de abril de 1897. Fonte: Adaptado de Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 6 de outubro de 2021.

Figura 6: **Frontispício e terceira página do tratado de José Joaquim da Silva**. In: SILVA, José Joaquim da. Tratado de Geografia Descritiva Especial da Província de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1997.

Figura 7: **Frontispício e dedicatória a Affonso Penna na segunda página da Revista Geral da CCNC**. In: MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com a autorisação do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 1-2. Fonte: Acervo da Comissão Constructora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstructora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro. 2021.

Figura 8: Percepção da **Planta Geral da Cidade de Minas publicada como encarte na Revista Geral dos trabalhos da CCNC**. In: MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com a autorisação do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n. 2, agosto de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 58-59. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto. Obras raras. (Belo Horizonte – Minas Gerais).

Figura 9: **Rede de triangulação geodésica da Nova Capital.** In: MINAS GERAIS. Revista Geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n. 2, 140 p., agosto de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 125. Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro. 2021.

Figura 10: **Equipamento elaborado para o estudo do solo da Nova Capital.** In: MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. Revista Geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. p. 42. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro. 2021.

Figura 11: **Molduras estilizadas em anúncios da seção publicitária do Diário de Minas.** Diário de Minas. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 7, anno I, 8 de janeiro de 1899. p. 3. Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800694&pagfis=23>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

Figura 12: **Primeira página do número prospecto do Diário de Minas.** In: Diário de Minas. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 4. Fonte: Adaptado do Acervo Coleção Linhares. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2021.

Figura 13: **Publicidade ilustrada do jornal Diário de Minas.** In: Diário de Minas. Numero Prospecto – Distribuição Gratuita. Cidade de Minas, n. anno, 15 de novembro de 1898. p. 4. Fonte: Acervo Coleção Linhares. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2021.

Figura 14: **Montagem com a região denominada Cercadinho nos estudos geodésicos da CCNC.** In: MINAS GERAIS. Revista Geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n. 2, 140 p., agosto de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 125.

Figura 15: **Excursão de alunos à Fábrica do Marzagão em 1910.** Fonte: Revista Novo Horizonte. Bello Horizonte, n. 2, anno I, outubro de 1910. p. 12. Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=187712&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=32>. Acesso em: 24 de novembro de 2021.

Figura 16: **Montagem destacando a região do Cardoso na planta da Indicação geral das áreas respectivamente destinadas na futura cidade, às zonas urbana, suburbana e aos sítios para pequena lavoura** – impressão sobre papel. In: MINAS GERAIS. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n. 2, 140 p., agosto de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 133. Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro. 2021.

Figura 17: **Planta Geral da Cidade de Minas (Belo Horizonte) publicada na Revista Geral dos trabalhos da CCNC**. Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Reis, 1895. In: MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n.2, agosto de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 58. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto. Obras raras. (Belo Horizonte – Minas Gerais).

Figura 18: **Planta Geral da Cidade de Minas (Belo Horizonte) e ampliação da Área determinada pela rede de triangulação geodésica para a edificação da Nova Capital**. Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Reis, 1895. Fonte: Adaptado do Acervo Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais), 2020. Na planta lê-se ainda: Estado de Minas Geraes. Planta Geral da Cidade de Minas. Organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral do Bello Horisonte pela Comissão Construtora da Nova Capital. Sob a direção do engenheiro civil Aarão Reis, e aprovada pelo decreto N^o 817^{de} 15 de abril de 1895.

Figura 19: **Largo da Matriz**. Gabinete Photographico. Agosto de 1894. In: MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 12. Impressão sobre papel. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto. Obras raras. (Belo Horizonte – Minas Gerais).

Figura 20: Montagem adaptada dos panoramas da Revista Geral da CCNC (**Panorama Geral do Arraial. Gabinete Photographico. Agosto de 1894**). Impressão sobre papel. In: MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 13; 15. Impressão sobre papel. Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

Figura 21: Montagem adaptada de: **Igreja da Boa Viagem (Cural del Rei), Rua Sabará, e, O Cruzeiro (Panorama de Cural del Rei)**. Obras realizadas por Émile Rouéde em 1894. Óleo sobre tela. Fonte: **Pinacoteca/Museu Histórico Abílio Barreto** (Belo Horizonte – Minas Gerais).

Figura 22: Montagem adaptada de: **Igreja do Arraial do Curral D’El Rey, Paisagem do arraial de Bello Horizonte, e, Arraial do Curral D’El Rey**. Obras realizadas por Honorio Esteves em 1894. Óleo sobre tela. Fonte: Pinacoteca/Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais).

Figura 23: Montagem adaptada das fotografias, Cidade de Sabará, e, Lavras de diamantes do Coronel Almeida e Silva (**Ribeirão das mortes, Diamantina**). Realizadas por Augusto Riedl em 1868. Técnica: Albúmem. Fonte: ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa204742/augusto-riedl>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

Figura 24: **Montagem do Largo da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem**, por Émile Rouéde (1895), e, do Largo da Matriz, pela CCNC (1894) – impressão fotográfica sobre papel, 31 x 21,5 cm. Óleo sobre tela, 80 x 110 cm. Fonte: Adaptado do Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte -MG)

Figura 25: O Cruzeiro (**Panorama de Curral del Rei**). Obra realizada por Émile Rouéde em 1894. Óleo sobre tela, 80 x 111 cm. Fonte: Pinacoteca/Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte - MG)

Figura 26: Montagem sinalizando a Praça do Cruzeiro na Planta Cadastral de Belo Horizonte, com extrato ampliado da mesma (**Praça do Cruzeiro**). Impressão sobre papel. Fonte: Adaptado do Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte -MG).

Figura 27: **Rua Borba Gato assinalada na Planta Cadastral de Belo Horizonte (1895)**. Impressão sobre papel. Fonte: Adaptado do Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte -MG).

Figura 28: **Perspectivas panorâmicas do arraial de Bello Horizonte**. Paisagem do arraial de Bello Horizonte, e, Arraial do Curral D’El Rey, por Honorio Esteves em 1894 (Óleo sobre tela). Panorama Geral do Arraial, pelo Gabinete Photographico em 1894 (Impressão sobre papel). Fonte: Adaptado do Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais).

Figura 29: Montagem adaptada da ilustração da Ponte David Campista na Revista Geral da CCNC (**Ponte David Campista**) – Impressão sobre papel. In: MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com a autorisação do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 70. Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro. 2021.

Figura 30: Montagem adaptada do **Plano Geral da Estação Central e dependências** publicado na Revista Geral da CCNC. In: MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 77. Fonte: Acervo da Comissão Constructora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstructora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro. 2021.

Figura 31: **Montagem adaptada da ilustração da Estação General Carneiro com a marca da estação**, publicada na Revista Geral da CCNC (Estação General Carneiro) – Impressão sobre papel. In: MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n. 2, 140 p., agosto de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 256. Fonte: Acervo da Comissão Constructora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstructora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro. 2021.

Figura 32: Montagem adaptada com a ampliação da triangulação da Estação General Carneiro, na **Planta do entroncamento com a E. F. Central**, publicada na Revista Geral da CCNC, abril de 1895. In: MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 68. Fonte: Acervo da Comissão Constructora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstructora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro. 2021.

Figura 33: Adaptação com a **ilustração da Estação General Carneiro seguida da planta baixa da estação como sua marca**. In: MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n.2, agosto de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 256. Impressão sobre papel. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto. Obras raras. (Belo Horizonte – Minas Gerais).

Figura 34: Montagem adaptada da ilustração da Estação Central “Minas” na Revista Geral da CCNC (**Estação Central “Minas”**) – Impressão sobre papel. In: MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita com a autorização do Governo do Estado, sob a direção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 75. Fonte: Acervo da Comissão Constructora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstructora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro. 2021.

Figura 35: Montagem adaptada de cartões postais representando a Praça da Liberdade. (**Praça da Liberdade**) – Edição Casa Haas & Clémence; Edição Casa para Todos. Impressão sobre papel, 10 x 15 cm. Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte -MG).

Figura 36: **Travessia de pedra na Alameda das Palmeiras** refeita em 2018 (Praça da Liberdade). Dados da pesquisa. 2021.

Figura 37: **Indicação geral das áreas respectivamente destinadas na futura cidade, às zonas urbana, suburbana e aos sítios para pequena lavoura** – impressão sobre papael. In: MINAS GERAIS. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com a autorisação do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n. 2, 140 p., agosto de 1895. H. Lombaerts & C., editor. p. 133. Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 10 de setembro. 2021.

Figura 38: **Reclame publicitário Chacara a venda**. Diario de Minas. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 6, anno I, 7 de janeiro de 1899. p. 3. Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800694&pagfis=17>. Acesso em: 9 de abril de 2021.

Figura 39: Anúncio publicitário da **Companhia Nacional de Seguros de Vida A Educadora**. Diario de Minas. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 4, anno I, 5 de janeiro de 1899. p. 3. Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800694&pagfis=11>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

Figura 40: Edifício do **Centro Cultural UFMG** em 2021. Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 41: **Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899** – Geodésia dos escritórios de advocacia e dos procuratórios. Fonte: Dados da pesquisa (adaptado do Diario de Minas), 2021.

Figura 42: **Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899** – Geodésia dos comércios de vestuário e decoração. Fonte: Dados da pesquisa (adaptado do Diario de Minas), 2021.

Figura 43: **Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899** – Geodésia dos comércios de construção. Fonte: Dados da pesquisa (adaptado do Diario de Minas), 2021.

Figura 44: **Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899** – Geodésia dos comércios de hotelaria. Fonte: Dados da pesquisa (adaptado do Diario de Minas), 2021.

Figura 45: **Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899** – Geodésia dos consultórios médicos. Fonte: Dados da pesquisa (adaptado do Diario de Minas), 2021.

Figura 46: **Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899** – Geodésia dos comércios farmacêuticos. Fonte: Dados da pesquisa (adaptado do Diário de Minas), 2021.

Figura 47: **Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899** – Geodésia das instituições de ensino. Fonte: Dados da pesquisa (adaptado do Diário de Minas), 2021.

Figura 48: **Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899** – Geodésia dos comércios de papelaria. Fonte: Dados da pesquisa (adaptado do Diário de Minas), 2021.

Figura 49: **Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899** – Geodésia dos empreendimentos industriais. Fonte: Dados da pesquisa (adaptado do Diário de Minas), 2021.

Figura 50: **Geodésia dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899** – Geodésia contendo a sobreposição dos comércios belorizontinos em janeiro de 1899. Fonte: Dados da pesquisa (adaptado do Diário de Minas), 2021.

Figura 51: **Extensão da geodésia comercial belorizontina** anunciada no Diário de Minas de 1899, sobre a Planta Geral da Cidade de Minas de 1895. Fonte: Dados da pesquisa (adaptados do Diário de Minas e do Acervo Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais), 2021.

Figura 52: **Charge representando o Zé Povo e o Prefeito de Belo Horizonte em 1910**. Fonte: Revista Novo Horizonte. Belo Horizonte, n. 3, anno I, novembro de 1910. p. 3. Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=187712&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=47>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

Figura 53: **Praça 13 de maio representada na Planta Geral da Cidade de Minas**. Adaptado de: **Planta Geral da Cidade de Minas (Belo Horizonte)**. Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Reis, 1895. Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte – Minas Gerais), 2020. Na planta lê-se ainda: Estado de Minas Geraes. Planta Geral da Cidade de Minas. Organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral do Bello Horisonte pela Commissão Constructora da Nova Capital. Sob a direção do engenheiro civil Aarão Reis, e aprovada pelo decreto N^o 817^{de} 15 de abril de 1895.

Figura 54: **Notícia ilustrada sobre o Zé-Pereira**. Adaptado de: Diário de Minas. Propriedade de uma sociedade anonima. Cidade de Minas, n. 13, anno I, 15 de janeiro de 1899. p. 2. Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800694&pagfis=42>. Acesso em: 9 de novembro de 2021.

Figura 55: **Romeu Zema, governador de Minas Gerais, fotografado no quintal de sua residência.** In: #orgulho de ser mineiro. Belo Horizonte. 28 de novembro de 2021. INSTAGRAM. romeuzemaoficial. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CW0ryCGgrIk/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 28 de novembro de 2021.

Figura 56: **Vista da cidade de Belo Horizonte a partir do Bairro Sagrada Família.** Dados da pesquisa. 2021.

Sites

Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas – <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br>

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindim (USP) – <https://digital.bbm.usp.br>

Biblioteca Nacional Digital Brasileira – <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Comida di Buteco – <http://www.comidadibuteco.com.br/belo-horizonte/>

Dicionário Aurélio – <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>

Diniz Numismática – <https://www.diniznumismatica.com/>

Fundação João Pinheiro – <http://fjp.mg.gov.br>

Google Maps – <https://www.google.com.br/maps>

Instagram – <https://www.instagram.com>

Jornal Estado de Minas – <https://www.em.com.br>

Origem da palavra – <https://origemdapalavra.com.br/palavras/paisagem/>

Portal Domínio Público – <http://www.dominiopublico.gov.br>

Portal de Sabará – MG – <https://sousabara.com.br>

Uaisoul – <https://www.uaisoul.com.br>.

Wikipedia – <https://fr.wikipedia.org>

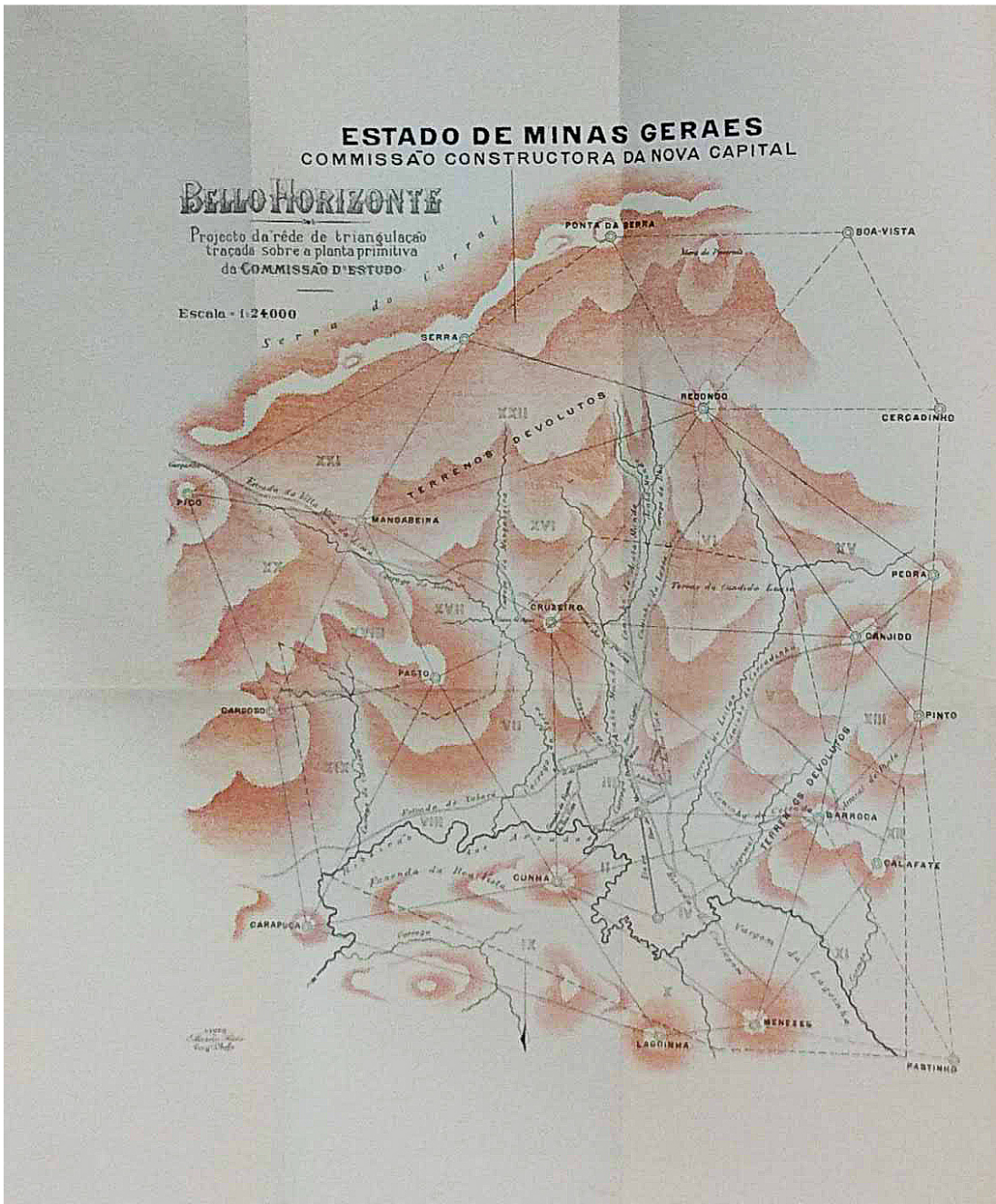
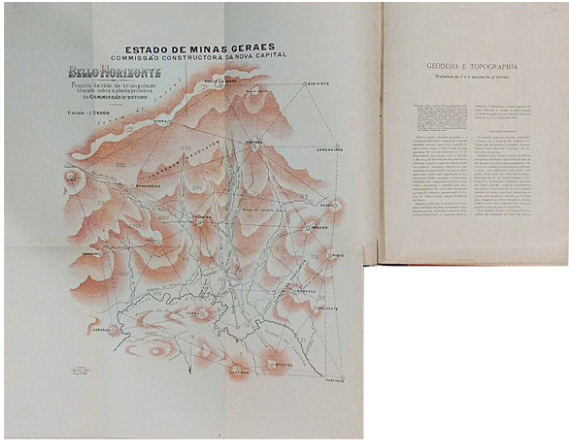
ANEXOS

- TABELA V: DOS PREÇOS DOS PRINCIPAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE 1820 EM DIANTE NO OURO PRETO, CAPITAL DA PROVÍNCIA. GERBER, Henrique. **Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2013. p. 111.

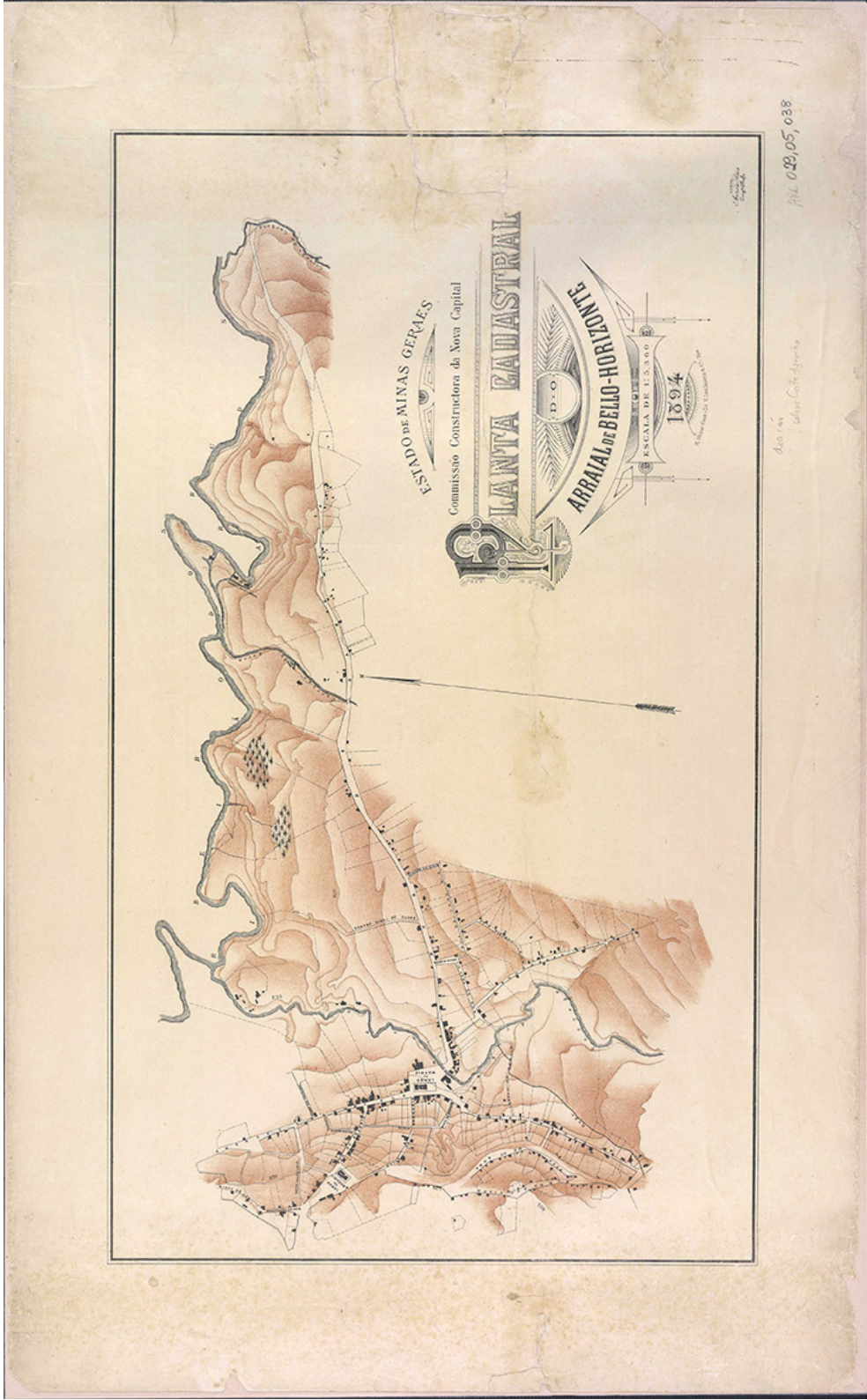
TABELA V
DOS PREÇOS DOS PRINCIPAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE 1820 EM DIANTE NO OURO
PRETO, CAPITAL DA PROVÍNCIA

Ano	Carne de vaca Arroba	Toucinho Arroba	Feijão Alqueire	Arroz Alqueire	Farinha de milho Alqueire	Farinha de mandioca Alqueire	Milho Alqueire	Azeite Barril	Açúcar Arroba
1820	880	1\$800	900	2\$400	1\$050	1\$125	"	1\$960	1\$550
1821	880	2\$100	900	1\$800	900	750	"	1\$950	1\$800
1822	800	2\$100	900	1\$800	900	750	"	2\$400	1\$800
1823	800	1\$800	900	2\$400	600	750	"	2\$800	1\$600
1824	960	1\$950	900	1\$500	825	750	600	1\$950	1\$600
1825	960	1\$800	1\$200	1\$500	750	755	600	1\$800	1\$600
1826	960	1\$800	1\$500	1\$574	525	600	"	1\$800	1\$600
1827	960	1\$800	1\$200	2\$500	600	1\$500	"	3\$000	1\$800
1828	960	2\$400	975	1\$800	750	1\$125	"	3\$000	2\$400
1829	960	2\$100	1\$125	2\$100	900	1\$125	"	2\$700	"
1830	960	2\$400	1\$650	3\$000	1\$600	1\$500	1\$500	3\$300	"
1831	1\$600	3\$200	1\$280	3\$000	1\$600	1\$240	"	4\$000	2\$400
1832	1\$600	3\$200	1\$600	4\$000	1\$440	2\$080	2\$080	5\$200	2\$400
1833	1\$920	4\$800	4\$000	4\$000	1\$520	2\$080	"	4\$000	2\$880
1834	1\$920	10\$000	8\$000	10\$000	7\$200	4\$800	3\$200	4\$880	2\$800
1835	2\$560	3\$200	1\$120	3\$200	1\$440	1\$440	740	4\$800	3\$000
1836	2\$560	2\$880	960	3\$200	840	1\$000	1\$200	6\$000	1\$440
1837	2\$560	3\$200	1\$440	4\$480	1\$280	2\$080	1\$440	7\$500	2\$560
1838	2\$400	2\$880	2\$000	3\$400	1\$760	2\$400	"	6\$000	2\$560
1839	1\$920	5\$200	1\$440	3\$200	1\$400	1\$440	"	6\$200	2\$560
1840	2\$400	4\$000	2\$000	5\$000	1\$280	2\$560	1\$280	6\$000	2\$640
1841	2\$560	4\$600	2\$240	5\$120	1\$440	2\$560	"	4\$800	2\$560
1842	2\$240	3\$520	4\$800	4\$000	1\$920	2\$560	1\$920	4\$800	3\$200
1843	2\$240	3\$200	4\$200	3\$640	1\$600	3\$100	1\$600	5\$700	3\$200
1844	2\$240	8\$400	3\$840	3\$800	1\$600	3\$100	1\$600	5\$700	2\$000
1845	2\$240	3\$500	3\$800	3\$600	1\$700	2\$000	1\$200	5\$400	2\$240
1846	2\$240	4\$700	3\$200	5\$000	2\$560	3\$200	1\$440	5\$200	4\$440
1847	2\$240	5\$120	3\$100	3\$600	2\$000	2\$960	2\$000	5\$000	2\$500
1848	2\$240	3\$200	3\$200	3\$100	2\$000	3\$000	1\$200	5\$500	2\$600
1849	2\$240	3\$050	2\$760	3\$000	2\$200	3\$100	1\$300	5\$600	2\$900
1850	2\$240	2\$440	1\$640	5\$100	2\$000	2\$240	1\$080	3\$700	1\$920
1851	2\$240	2\$560	1\$600	2\$560	1\$280	2\$100	880	3\$800	3\$200
1852	2\$240	5\$200	2\$880	6\$400	3\$200	2\$000	1\$280	3\$600	3\$200
1853	2\$240	4\$000	5\$120	5\$200	5\$120	5\$180	2\$120	6\$000	3\$200
1854	2\$240	4\$200	4\$200	5\$000	4\$800	5\$120	3\$200	6\$200	2\$000
1855	2\$240	5\$600	3\$200	6\$400	3\$600	5\$000	1\$600	6\$500	4\$560
1856	3\$200	6\$500	5\$120	5\$760	3\$600	4\$800	1\$800	6\$500	3\$200
1857	3\$240	5\$000	6\$400	5\$000	3\$600	4\$000	2\$000	8\$500	7\$680
1858	3\$840	5\$000	3\$400	6\$000	5\$000	5\$000	3\$200	14\$000	3\$600
1859	3\$840	10\$000	4\$600	10\$000	5\$800	8\$000	3\$200	13\$000	3\$600
1860	5\$120	12\$000	8\$000	10\$500	7\$500	4\$000	3\$600	10\$000	4\$000
1861	3\$840	7\$000	6\$000	5\$500	3\$500	4\$000	1\$800	8\$000	3\$800
1862	3\$840	5\$400	5\$000	4\$500	3\$500	4\$000	2\$200	8\$000	4\$200

- PROJETO DA RÊDE DE TRIANGULAÇÃO TRAÇADA SOBRE A PLANTA PRIMITIVA DA COMISSÃO D'ESTUDO. Estado de Minas Geraes. Comissão Constructora da nova Capital. 1894. In: Adaptado de MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos:** publicação periodica, descritiva e estatistica, feita com a autorisação do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. Acervo da Comissão Constructora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstructora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 7 de maio. 2020. p. 42. Lê-se ainda na imagem: Escala de 1:24.000.



- PLANTA CADASTRAL DO ARRAIAL DE BELLO-HORIZONTE. Estado de Minas Geraes. Comissão Constructora da nova Capital. 1894. In: MINAS GERAIS. Comissão Constructora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos:** publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com a autorisação do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 7 de maio. 2020. p. 52. Lê-se ainda na imagem: Escala de 1:5.360.



- TEXTO BASE LIDO NA DEFESA DESTA TESE OCORRIDA NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2022. Belo Horizonte: UFMG. 2022.

**A BELLO HORIZONTE DE 1899 NO JORNAL DIARIO DE MINAS:
uma paisagem registrada desde as corografias setecentistas
à imprensa do final do século XIX**

Um sábio estudioso uma vez falou sobre as fissuras que se abrem nas paredes de uma velha muralha, e que ali, haveriam planos de universo, ou melhor, universos criados pelo acaso, mundos habitáveis.

Esta fala nos inspira a pensar no Curral del Rei de 1700, quando fora criado, cercado, manifestando seus dotes comerciais com seus carregamentos de tropeiros – o milho, a farinha de mandioca –, além da Igreja Matriz da Boa Viagem, a rua do Sabará, o gigantesco Cruzeiro em madeira no ponto mais alto do arraial... Ficando, assim, registrado em diversos documentos do século XIX em diante, que fora a sua localização, o seu clima, a sua salubridade, dentre outros dotes que habilitavam o Curral del Rei, em 1890, como a localidade escolhida para a futura Cidade de Minas – Belo Horizonte.

Mas afinal, há de se colocar a questão sobre como entender este episódio histórico tendo como uma de nossas balizas investigativas a paisagem mineira e belorizontina registrada nos documentos oficiais daquele século.

Destarte, defendemos nesta tese que durante todo o século XIX havia uma forma “particular” de se falar, ou melhor, parafraseando os documentos oitocentistas: havia uma forma de se “dar notícias”, documentando e oficializando a paisagem mineira no que diz respeito, a sua geografia, a sua história, a sua indústria e o seu comércio. Neste sentido, foi através do jornal Diário de Minas, nossa fonte primária investigativa, que encontramos a possibilidade de analisar *como um meio de comunicação do final do século XIX poderia versar, exatamente, sobre estes mesmos temas – geografia, história, indústria e comércio – dando notícias sobre a Belo Horizonte de 1899, mais especificamente, desta cidade enquanto paisagem.*

Inicialmente, foi necessário compreender que a paisagem nesta tese, representaria parte da nossa empiria investigativa, e, a comunicação, a nossa perspectiva científica. Estes dois pilares – a comunicação e a paisagem –, compreendidos como objetos complexos que parecem desafiar o fazer científico – seja teórico, metodológico, etc., nos conduziu à seguinte questão: *como responder à análise da paisagem através do olhar comunicativo entendendo os seus interlocutores, as suas práticas e os seus contextos?* Sendo assim, não bastaria falar da nossa século XIX. Seria necessário, assim, replicar o próprio

método de análise adotado pelos documentos levantados nesta tese, donde: “fazer coligir ideias” e “registrar as impressões”, em outras palavras: *tratamos de reunir, ordenar e encadear um conjunto de dados*.

É curioso notar que grande parte dos documentos consultados nesta investigação se diziam como “arquivos”, ou, “monografias”, em que ficaria registrada uma “história particular”, seja das Minas Gerais seja de Belo Horizonte. O que nos levou a suspeitar da existência de uma história belorizontina escrita nas páginas do jornal *Diario de Minas*. Mais ainda, salientou a nossa curiosidade sobre a forma que a paisagem belorizontina seria articulada no conteúdo deste jornal.

Para tanto, optamos por um recuo temporal, partindo do início dos oitocentos (1800), dando conta de uma análise desde as corografias, ou seja, documentos oficiais produzidos na forma de mapas e textos, voltados para o registro de aspectos geográficos, históricos e demográficos de uma determinada região – no nosso caso: Minas Gerais.

Ao todo, nesta pesquisa, foram contempladas 3 *corografias geográficas e históricas sobre as Minas Gerais* (aquela de Joaquim da Rocha, de 1778; outra de 1863, elaborada por Henrique Gerber; e, uma terceira, produzida por Joaquim da Silva em 1878). Da leitura destas corografias, partimos para o entendimento da imprensa, naqueles meados do século XIX, como mais uma forma de se registrar, ou, “dar notícias” sobre o território mineiro no formato de *Revistas e Almanques industriais*, demonstrando-se mais um componente da nossa empiria investigativa – seriam estas revistas e almanques industriais, produções que, além de falarem sobre a história e a geografia mineira, incluíam notícias sobre: agricultura, colonização, artes mecânicas, comércio e finanças, higiene, eletricidade, ciências, estatísticas, viagens, etc.

A próxima etapa foi um enfoque nos documentos que tratassem diretamente da Nova Capital mineira, ou seja, Belo Horizonte. Neste caso, foi de suma importância reconhecer na *Revista Geral da CCNC*, datada de 1895 – um periódico que se dizia científico e estatístico – para o entendimento, nesta pesquisa, tanto da paisagem do antigo arraial horizontino naquele específico ano de 1895, quanto, da paisagem projetada para a Nova Capital mineira, segundo a perspectiva da comissão construtora da nova Cidade de Minas.

Por fim, finalizando nossa empiria, nos dedicamos a um estudo aprofundado sobre o jornal *Diario de Minas* e a forma que a paisagem belorizontina será expressada em suas páginas. Lançado, no formato prospecto, em 15 de novembro de 1898, data da proclamação da república brasileira, o jornal *Diario de Minas* será um título ligado ao PRM, além de dirigido e fundado pelo jornalista, advogado e escritor, Mendes Pimentel – nas quatro páginas deste jornal de grande formato, ficaria um conteúdo composto por diversas seções jornalísticas, como: notas, a seção histórica, as crônicas, os folhetins, além de artigos, predominantemente, sobre a

agricultura, a política e as finanças. Sendo importante salientar que 50% deste jornal será dedicado a anúncios publicitários – não por acaso os contemporâneos da época interpretavam o Diário de Minas como um “simpático órgão de publicidade”, ou, “uma empresa da grande imprensa diária”.

É importante destacar que, partindo da seleção documental aqui proposta, o segundo movimento metodológico desta tese repousa sobre o recorte cronológico que adotamos: sendo este, especificamente, o ano de 1899, ano em que o jornal Diário de Minas é fundado, o que nos proporcionou, em soma, acessar aquele final de século. Salientamos, ainda, como um facilitador desta pesquisa o acesso público à quase todas as edições do Diário de Minas de 1899 na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional Brasileira (FBN) – uma fonte extensamente consultada ao longo deste estudo doutoral.

No que diz respeito aos capítulos que compõem esta pesquisa, entendemos os dois primeiros deles, dedicados a uma explanação dos objetos investigados e do *corpus* que analisamos – cabendo aos demais capítulos, dar conta da história, da paisagem e da imprensa, registradas e documentadas na forma de corografias, revistas e jornais.

No capítulo três, por exemplo, intitulado *O Curral del Rei em vias de se oficializar a futura Cidade de Minas*, buscamos contextualizar o leitor sobre uma espécie de “*protohistória sucinta*” (1778 à 1890) da localidade em que se fundaria Belo Horizonte em 1897.

Falaremos, assim, desde os tempos da fazenda do Cercado, das suas imensidades de carregações de toucinho, açúcar, aguardente, etc., além do secular fisco, ou, da alta do câmbio, do decréscimo populacional curralense a partir de 1864, e, do bem sucedido fabrico do algodão naquelas terras férteis que nada deixavam a desejar, também, na manufatura do ferro – um investimento útil e rendoso! nas palavras da CCNC em 1895. Entenderemos por fim, que naquela última década do século XIX, barracões e cafuas, casas inabitáveis e construções temporárias: tudo faria parte da completa desapropriação do antigo Curral em vias de se oficializar a Nova Cidade de Minas.

Não por acaso, em sequência, falaremos no capítulo 4 da *Comissão construtora na projeção de uma paisagem digna de memória à Nova Capital*. Neste capítulo específico, nos dedicamos à análise da Revista Geral da comissão construtora que se dizia um arquivo da história belorizontina escrita dia a dia. Compreendido como o capítulo mais iconográfico desta tese, entenderemos, assim, que naquela caprichosa paisagem do Curral del Rei, uma igreja, uma rua e um cruzeiro – nos aproximarão da ideia do que fora aquele arraial de *Bello Horizonte* e do que viria ser aquela cidade. Tudo em acordo também com a vulgarização dos trabalhos da comissão construtora, entenderemos que a Nova Capital será projetada seguindo regras e tipos arquitetônicos, simbolizados visualmente, na Revista Geral na forma de uma ponte e de duas

estações férreas. Ou seja, falar daquela Cidade símbolo do novo século significava dar sentido à toda aquela beleza oculta que, agora, seria registrada em plantas, fotografias, tabelas, ilustrações, enfim, na Revista Geral dos trabalhos da Comissão Construtora.

Finalmente, como desfecho da tese, no capítulo 5 tratamos das *Impressões de uma Bello Horizonte de 1899 nas páginas do jornal Diario de Minas*. Fortemente comunicacional, neste capítulo, demonstraremos, na prática, como conseguimos fazer coligir as informações coletadas no jornal Diario de Minas. Compreenderemos, portanto, que as notícias que tecem este último capítulo mais falam da Nova Capital do que do antigo arraial, porque a intenção do Diario de Minas era dar visibilidade àquela Nova Cidade. Veremos, assim, que a impressão que fica é a de uma *urbs* onde tudo era Novo: os edifícios, os comércios, os calçamentos, as praças, as indústrias, etc., todos colocados naquela paisagem que parecia sair de uma *chronica jornalística*.

Enfim, salientamos as principais conclusões desta tese (dois pontos):

- 1) A história belorizontina contada nas páginas do Diario de Minas, coincide com aquela contada há séculos desde as corografias mineiras. Ali, permanecem: a topografia, a demografia, a tributação, o clima, etc., registrados juntamente ao comércio, às finanças, à indústria, etc. – sendo o grande diferencial, o fato da imprensa ser *periódica e informativa*;
- 2) Entendendo, também, que grande parte da paisagem belorizontina ainda se encontrava apenas “grafada” na forma de “belas plantas de bulevares e avenidas” idealizadas pela comissão construtora, o que mais espanta é entender a consciência do contemporâneo daqueles tempos sobre aquele contexto, afinal ele vivia naquela *urbs* mais projetada do que construída;
- 3) Ademais, após tantas leituras de páginas e páginas do Diario de Minas fica a impressão que o Curral del Rei sempre há de estar em Belo Horizonte. Mesmo se relatado em brevíssimas linhas no Diario de Minas, como nas notas sobre as casas velhas do arraial;

Entendemos, por fim, que na paisagem belorizontina atual algumas histórias do século XIX parecem atravessar o nosso tempo: as poças d’água, os matagais, as calçadas em paralelepípedo – todo um conjunto que persiste em se instalar e se firmar na *urbs* até os dias de hoje – tudo faz lembrar que a Belo Horizonte de 2022, ainda comporta parte daquela BH de 1899.

Ou seja, tudo dá a entender que esta história secular registrada em inventários e nas páginas dos periódicos continua a ser realizada, documentada, nas redes sociais, nos jornais contemporâneos, e ao que tudo indica, continuará a ser comunicada no que há de vir daqui em diante.

E finalmente como desfecho, destacamos a nossa intenção inicial – quando da escolha documental desta tese – como parte da nossa contribuição ao campo comunicacional, fato corroborado ao final da investigação, visto a metodologia aqui alcançada que, não apenas, interage com a escrita e o fluir dos textos e fontes consultados, mas principalmente, ressalta a estilística da nossa redação – que, graças ao campo comunicacional, pôde ser realizada com toda a sua originalidade e criatividade. E talvez, assim, possamos retomar a epígrafe desta tese: porque foi nos confins destes documentos, daquelas páginas empoeiradas do Diário de Minas, daquela Serra do Curral, ou, dum ano longínquo como o de uma Belo Horizonte de 1899, que conseguimos acessar aqueles universos criados e permanecer neles por alguns instantes. *(Termino aqui a minha fala e deixo aqui os meus agradecimentos por este diálogo).*